



Carta Educativa do Concelho de Armamar



2023

A carta educativa é, a nível municipal, o instrumento de planeamento e ordenamento prospetivo de edifícios e equipamentos educativos a localizar no concelho, de acordo com as ofertas de educação e formação que seja necessário satisfazer, tendo em vista a melhor utilização dos recursos educativos, no quadro do desenvolvimento demográfico e socioeconómico de cada município. (D.L. 7/2003 de 15 de Janeiro – Artigo 10.º)

TÍTULO

CARTA EDUCATIVA DO CONCELHO DE ARMAMAR
(2.^a geração)

EQUIPA PBN Partners, Lda

João Manuel Ferreira da Fonseca
Paulo Alexandre Ribeiro Bito
José Vítor Fernandes Sobral

EQUIPA DA CÂMARA MUNICIPAL DE ARMAMAR

Competência organizacional - Educação

EDIÇÃO E DESIGN GRÁFICO

PBN Partners, Lda
Rua da Torre, n.º26
5130-287 RIODADES

ACRÓNIMOS/GLOSSÁRIO

AAAF - Atividades de Animação e de Apoio à Família
ACP - Análise de Componentes Principais
AEC - Atividades de Enriquecimento Curricular
CAE - Classificação das Atividades Económicas
CAF - Componente de Apoio à Família
CEB - Ciclo do Ensino Básico
CME - Conselho Municipal da Educação
DGESTE - Direção Geral de Estabelecimentos Escolares
EA - Ensino Artístico
EB - Escola Básica
EBI - Escola Básica Integrada
EFA - Educação e Formação de Adultos
EP - Escolas Profissional
ES - Escola Secundária
Ha - Hectare
hab/km² - Habitantes por km²
IC - Itinerário Complementar
IPSS - Instituição Particular de Solidariedade Social
JI - Jardim de Infância
LBSE - Lei de Bases do Sistema Educativo
ME - Ministério da Educação
NEE - Necessidades Educativas Especiais
NT - Núcleo Territorial
ONU - Organização das Nações Unidas
PCA - Percursos Curriculares Alternativos
PEL - Projeto Educativo Local
PIEF - Programa Integrado de Educação e Formação
QZP - Quadro de Zona Pedagógica
SASE - Serviços de Ação Social Escolar
SEF - Serviço de Estrangeiros e Fronteiras
TEIP - Território Educativo de Intervenção Prioritária
UF - União das Freguesias
UNESCO - Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

ÍNDICE GERAL

ACRÓNIMOS/GLOSSÁRIO.	3
ÍNDICE GERAL.	5
CONCEITOS.	7
0. ABERTURA.	12
1. ÂMBITO, NATUREZA E OBJETIVOS.	14
2. METODOLOGIA.	17
3. ENQUADRAMENTO TERRITORIAL, ADMINISTRATIVO, DEMOGRÁFICO E SOCIOECONÓMICO	19
3.1. Enquadramento territorial e administrativo.	19
3.2. Caracterização Demográfica.	22
3.2.1. O contexto regional.	22
3.2.2. A evolução e distribuição da população residente.	26
3.2.3. Dinâmica demográfica: crescimento natural e saldo migratório.	33
3.2.4. Estrutura etária da população: envelhecimento e dependência.	41
3.2.5. Previsões das tendências (2021-2031).	46
3.2.5.1. População residente.	46
3.2.5.2. Natalidade.	49
3.2.6. Estrutura etária.	50
3.2.7. Evolução da população em idade escolar.	52
3.3. Caracterização Socioeconómica.	54
3.3.1. Nacionalidade e multiculturalidade.	54
3.3.2. Famílias.	62
3.3.3. Condições de vida.	70
3.3.4. Sistema urbano e equipamentos.	76
3.3.5. Saúde.	76
3.3.6. Ambiente.	77
3.3.7. Dinâmica económica e emprego.	78
3.3.7.1. Educação e qualificação.	78
3.3.7.2. Atividade, emprego e mercado de trabalho.	88
3.3.7.3. Desemprego.	98
4. A REALIDADE EDUCATIVA DO TERRITÓRIO.	100
4.1. Oferta Educativa da rede pública.	100
4.1.1. Rede escolar pública.	100
4.1.2. Salas de aula/atividade e estado de conservação.	135
4.1.3. Barreiras arquitetónicas.	140
4.1.4. Bibliotecas escolares.	140
4.1.5. Financiamento e recursos.	142
4.1.6. Rede escolar privada.	143
4.2. Procura educativa.	145
4.2.1. Situação atual da educação e formação de jovens da rede pública.	145
4.2.2. Evolução da população escolar.	149
4.2.2.1. A Educação Pré-Escolar.	150
4.2.2.2. A Educação 1.ºCEB.	152
4.2.2.3. A Educação 2.ºCEB.	154
4.2.2.4. A Educação 3.ºCEB.	156
4.2.2.5. Ensino Secundário.	158
4.2.2.6. A Oferta privada	160

4.3. Projeção da população escolar.	161
4.3.1. A Educação Pré-Escolar e o 1.ºCEB.	162
4.3.2. A Educação 2.ºe 3.º CEB.	163
4.3.2. O Ensino Secundário.	164
4.4. Atividades complementares de ação educativa.	165
4.4.1. Atividades de animação e de apoio à família.	165
4.4.2. Componente de apoio à família.	166
4.5. Ação Social Escolar e Transporte Escolar.	166
4.5.1. Ação social escolar.	166
4.5.2. Transporte escolar.	172
4.6. Recursos Humanos.	184
4.6.1. Pessoal docente.	184
4.6.2. Pessoal não docente.	184
5. REESTRUTURAÇÃO DA REDE ESCOLAR (2006-2019).	184
5.1. Resolução do Conselho de Ministros n.º 44/2010, de 14 de junho, e Portaria n.º 1181/2010, de 16 de novembro.	185
5.2. Despacho n.º 5634-F/2012, de 26 de abril.	186
5.3. Decreto-lei n.º 54/2018, 6 de Julho.	187
5.4. Avaliação da carta educativa (1.ª geração) e balanço da execução das propostas de redimensionamento da rede escolar previstas.	190
5.4.1. Educação pré-escolar.	192
5.4.2. 1.º Ciclo do ensino básico.	193
5.4.3. Os 2.º, 3.º CEB e o Ensino Secundário.	194
5.5. Alterações no Sistema Educativo Público entre os Anos Letivos 2015/2016, 2017/2018 e 2021/2022.	195
6. PREVISÃO DE REORGANIZAÇÃO DA REDE ESCOLAR.	197
6.1. Princípios orientadores.	197
6.2. Estratégia de intervenção.	203
7. INTERVENÇÕES E INVESTIMENTO NA REDE ESCOLAR DO MUNICÍPIO.	206
7.1. A Carta Educativa no PDM.	209
8. INTERVENÇÃO PARA O SUCESSO ESCOLAR E COMBATE AO ABANDONO ESCOLAR.	210
8.1. O (in)sucesso escolar e o papel dos agentes educativos.	210
8.2. Avaliação interna e avaliação externa: comparação (2021/23).	215
8.3. Transições, retenções e desistências.	219
8.3.1. O 1.º Ciclo do Ensino Básico.	220
8.3.2. O 2.º Ciclo do Ensino Básico.	221
8.3.3. O 3.º Ciclo do Ensino Básico.	222
8.3.4. O Ensino Secundário	222
8.4. Recomendações	223
9. VISÃO ESTRATÉGICA PARA A EDUCAÇÃO, FORMAÇÃO E DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO.	227
9.1. Recomendações.	231
9.1.1. Principais conclusões.	231
9.1.2. Linhas de orientação estratégica.	234
10. MONITORIZAÇÃO E AVALIAÇÃO DA CARTA EDUCATIVA.	238
11. CONSIDERAÇÕES FINAIS.	243
12. ILUSTRAÇÕES E QUADROS.	249
13. BIBLIOGRAFIA.	255

CONCEITOS

Áreas mediantemente urbanas - Freguesias que não tendo sido já integradas em APU cumpram, pelo menos, um dos seguintes requisitos: 1) o maior valor da média entre o peso da população residente na população total da freguesia e o peso da área na área total da freguesia corresponde a Espaço Urbano, sendo que o peso da área de espaço de 2 ocupação predominantemente rural ultrapassa 50% da área total da freguesia;) o maior valor da média entre o peso da população residente na população total da freguesia e o peso da área na área total da freguesia corresponde a espaço urbano em conjunto com espaço semiurbano, sendo que o peso da área de espaço de ocupação predominantemente rural não ultrapassa 50% da área total da freguesia; 3) a freguesia integra a sede da Câmara Municipal e tem uma população residente igual ou inferior a 5.000 habitantes; 4) a freguesia integra total ou parcialmente um lugar com População residente igual ou superior a 2.000 habitantes e inferior a 5 000 habitantes, sendo que o peso da população do lugar no total da população residente na freguesia ou no total da população residente no lugar, é igual ou superior a 50%.

Áreas predominantemente urbanas - freguesias que cumpram, pelo menos, um dos seguintes requisitos: 1) o maior valor da média entre o peso da população residente na população total da freguesia e o peso da área na área total da freguesia corresponde a espaço urbano, sendo que o peso da área em espaço de ocupação predominantemente rural não ultrapassa 50% da área total da freguesia; 2) a freguesia integra a sede da Câmara Municipal e tem uma população residente superior a 5.000 habitantes; 3) a freguesia integra total ou parcialmente um lugar com população residente igual ou superior a 5 000 habitantes, sendo que o peso da população do lugar no total da população residente na freguesia ou no total da população residente no lugar, é igual ou superior a 50%.

Áreas predominantemente rurais - Freguesias não classificadas como "Área Predominantemente Urbana" nem "Área Mediantemente Urbana".

Crescimento efetivo - Diferença entre os efetivos populacionais em dois momentos do tempo. O acréscimo populacional pode ser calculado pela adição do saldo natural e do saldo migratório.

Crescimento natural - Diferença entre o número de nados-vivos e o número de óbitos num dado período de tempo.

Densidade populacional (hab/km²) - Intensidade do povoamento expressa pela relação entre o número de habitantes de uma área territorial determinada e a superfície desse território (habitualmente expressa em número de habitantes por km²).

Famílias reconstituídas ou recompostas - Núcleos compostos por um casal “de direito” ou “de facto” com filho(s), em que pelo menos um deles seja filho, natural ou adotado, apenas de um dos membros do casal, ou seja, fruto de um relacionamento conjugal anterior.

Indicador *per capita* - Indicador compósito que pretende traduzir o poder de compra em termos *per capita*. É um número índice com o valor 100 na média do país, que compara o poder de compra manifestado quotidianamente, em termos *per capita*, nos diferentes municípios ou regiões.

Índice de dependência de idosos (%) - Relação entre a população idosa e a população em idade ativa, definida habitualmente como o quociente entre o número de pessoas com 65 ou mais anos e o número de pessoas com idades compreendidas entre os 15 e os 64 anos (expressa habitualmente por 100 (10^2) pessoas com 15-64 anos).

Índice de dependência de jovens (%) - Relação entre a população jovem e a população em idade ativa, definida habitualmente como o quociente entre o número de pessoas com idades compreendidas entre os 0 e os 14 anos e o número de pessoas com idades compreendidas entre os 15 e os 64 anos (expressa habitualmente por 100 (10^2) pessoas com 15-64 anos).

Índice de dependência total (%) - Relação entre a população jovem e idosa e a população em idade ativa, definida habitualmente como o quociente entre o número de pessoas com idades compreendidas entre os 0 e os 14 anos conjuntamente com as pessoas com 65 ou mais anos e o número de pessoas com idades compreendidas entre os 15 e os 64 anos (expressa habitualmente por 100 pessoas com 15-64 anos).

Índice de envelhecimento (%) - Relação entre a população idosa e a população jovem, definida habitualmente como o quociente entre o número de pessoas com 65 ou mais anos e o número de pessoas com idades compreendidas entre os 0 e os 14 anos. Geralmente é expresso em percentagem (por 100 pessoas com idades entre os 0 aos 14 anos).

Índice de envelhecimento dos edifícios - (edifícios construídos até 1960/edifícios construídos após 2001*100).

Núcleo familiar - Conjunto de duas ou mais pessoas com laços de parentesco que podem formar um núcleo familiar conjugal (um casal, casado de direito ou em união de facto, com ou sem filhos) ou um núcleo familiar monoparental (um pai ou uma mãe com um ou mais filhos). O núcleo familiar conjugal com filhos pode ter apenas filhos comuns ou ser um núcleo reconstituído ou recomposto se incluir pelo menos um filho, natural ou adotado, de apenas um dos membros do casal (o termo "recomposto" é preferido neste destaque por apontar para a recomposição familiar no seu todo e não só para a reconstituição no interior do casal). (Neste destaque também se utiliza "família monoparental" e "família recomposta" como sinónimos de núcleo familiar monoparental e de núcleo familiar reconstituído ou recomposto).

PIB per capita - (produto interno bruto no ano civil ÷ população média anual residente).

População ativa - Conjunto de indivíduos com idade mínima de 15 anos que, no período de referência, constituíam a mão-de-obra disponível para a produção de bens e serviços que entram no circuito económico (empregados e desempregados).

População residente - Pessoas que, independentemente de no momento de observação – zero horas do dia de referência – estarem presentes ou ausentes numa determinada unidade de alojamento, aí habitam a maior parte do ano com a família ou detêm a totalidade ou a maior parte dos seus haveres.

Proporção de edifícios com necessidade de reparação (%) - Percentagem de edifícios com necessidade de intervenção nas seguintes componentes: estrutura, cobertura, paredes e caixilharia exteriores (edifícios com necessidade de reparação ÷ edifícios × 100).

Proporção de edifícios muito degradados (%) - (Edifícios muito degradados ÷ edifícios × 100).

Proporção de núcleos monoparentais (%) - Núcleos familiares que integram apenas um dos progenitores, pai ou mãe, com filho(s) (núcleos familiares monoparentais ÷ núcleos familiares × 100).

Rendimento social de inserção - Montante que a segurança social atribui mensalmente às famílias mais carenciadas para apoiar a sua subsistência e progressiva inserção na comunidade e no mercado de trabalho. O rendimento social de inserção foi criado em 2003, substituindo o rendimento mínimo garantido.

Saldo migratório - Diferença entre o número de entradas e saídas por migração, internacional ou interna, para um determinado país ou região, num dado período de tempo. O saldo migratório pode ser calculado pela diferença entre o acréscimo populacional e o saldo natural.

Subsídio de desemprego - Prestação pecuniária concedida aos trabalhadores que reúnam, na generalidade, as seguintes condições: terem sido trabalhadores por conta de outrem, durante, pelo menos, 540 dias de trabalho com o correspondente registo de remuneração num período de 24 meses imediatamente anterior à data de desemprego; tenham capacidade e disponibilidade para o trabalho; estejam em situação de desemprego involuntário; estejam inscritos nos centros de emprego; contribuam sobre salários reais.

Taxa bruta de pré-escolarização (%) - Relação entre o número de crianças inscritas no Ensino Pré-Escolar e a população residente em idade de frequentar o Ensino Pré-Escolar (crianças inscritas ÷ população residente entre os 3 e 5 anos × 100).

Taxa de abandono escolar precoce (%) - Percentagem da população entre os 18 e os 24 anos que deixou de estudar sem ter completado o ensino secundário (população residente com 18 a 24 anos de idade que não está no sistema de ensino e não completou o ensino secundário ÷ população residente com 18 a 24 anos × 100).

Taxa de analfabetismo (%) - Esta taxa foi definida tendo por base a idade a partir da qual um indivíduo que acompanhe o percurso normal do sistema de ensino deve saber ler e escrever, neste caso os 10 anos (correspondendo à idade de conclusão do 1º ciclo do ensino básico). Assim a taxa de analfabetismo é a relação entre a população residente com 10 e mais anos que não sabe ler nem escrever com a população residente na mesma unidade geográfica que possui 10 e mais anos de idade (população residente com 10 e mais anos que não sabe ler nem escrever ÷ população residente com 10 e mais anos × 100).

Taxa de atividade (%) - Taxa que permite definir o peso da população ativa sobre o total da população com 15 e mais anos (população ativa ÷ população residente × 100).

Taxa de crescimento natural (‰) - Saldo natural observado durante um determinado período de tempo, normalmente um ano civil, referido à população média desse período (habitualmente expressa por 1000 habitantes).

Taxa de desemprego jovem (%) - Percentagem da população desempregada dos 15 aos 24 anos no total da população ativa do mesmo grupo etário (população desempregada 15-24 anos ÷ população ativa 15-24 anos × 100).

Taxa de desemprego total (%) - Taxa que permite definir o peso da população desempregada sobre o total da população ativa (população desempregada ÷ população ativa × 100).

Taxa de mortalidade (‰) - Número de óbitos observado durante um determinado período de tempo, normalmente um ano civil, referido à população média desse período (habitualmente expressa em número de óbitos por 1000 habitantes).

Taxa de natalidade (‰) - Número de nados-vivos ocorrido durante um determinado período de tempo, normalmente um ano civil, referido à população média desse período (habitualmente expressa em número de nados-vivos por 1000 habitantes).

Taxa de retenção/desistência (%) - Relação entre o número de alunos que ficaram retidos e/ou desistiram num nível de ensino e o número de alunos matriculados nesse nível de ensino (alunos que ficaram retidos e /ou desistiram ÷ alunos matriculados × 100).

Taxa de transição/conclusão (%) - Relação entre o número de alunos que transitaram ou concluíram um nível de ensino e o número de alunos matriculados nesse nível de ensino (alunos que transitaram/concluíram ÷ alunos matriculados × 100).

Variação populacional (%) - Diferença entre os efetivos populacionais em dois momentos do tempo (habitualmente dois fins de ano consecutivos). A variação populacional pode ser calculada pela soma algébrica do saldo natural e do saldo migratório.

0. ABERTURA

A Educação tem sido sempre um dos eixos principais da atividade do município de Armamar. De tal forma que muitas das matérias definidas no quadro da transferência de competências para os órgãos municipais no domínio da educação, consagrada no Decreto-Lei n.º 21/2019, de 30 de janeiro, eram já então uma realidade nas políticas de educação em Armamar.

Investir tempo e recursos na educação é o garante de que a estratégia do desenvolvimento sustentado do concelho encontre nas gerações mais novas, futuras mulheres e homens capazes de lhe dar continuidade. As crianças e jovens de Armamar são a nossa maior riqueza. São eles que vão continuar a escrever os capítulos da nossa história coletiva, com todo o conjunto de atributos que define quem somos, o que fazemos hoje e que se repercutirá no futuro.

A Carta Educativa de Armamar é mais que um instrumento estratégico de planeamento e ordenamento dos edifícios e dos equipamentos educativos de que dispomos. A visão que nos orienta assenta numa escola integrada nos meios geográfico, social, económico e cultural do concelho. Procuramos que a escola seja uma porta aberta, interagindo com as forças vivas da nossa terra, favorecendo a identificação das necessidades e a consequente busca das respostas.

Esta carta é o guião para um trabalho de permanente construção, que envolve os agentes educativos na concretização de uma escola capaz de formar os Armamarenses do amanhã, munidos de um capital de conhecimento que os ajude a trilhar caminhos de desenvolvimento futuro, numa perspetiva individual e de conjunto. Os investimentos realizados na construção de novas infraestruturas educativas, e melhoria das já existentes, são o resultado desta aposta na formação das nossas crianças e jovens. Queremos entregar-lhes as ferramentas necessárias para que o seu percurso educativo os torne cidadãos preparados para um mundo cada vez mais global e competitivo.

A importância da carta educativa não se esgota no universo escolar. Não podemos esquecer a sua relevância nas políticas do ordenamento do território. Este documento é parte integrante do Plano Diretor Municipal (PDM), porque nele se inscreve a atualização dos dados sobre a realidade escolar e educativa, as suas bases materiais e infraestruturas, bem como as dimensões sociodemográficas, os indicadores de sucesso nos diferentes níveis de ensino, os recursos disponíveis e a estrutura do corpo docente e não docente. A escola é um elemento importante na construção das bases do funcionamento de uma sociedade democrática, solidária, assente no respeito pelos direitos, liberdades e garantias dos cidadãos, que seja integradora e inclusiva, formada por indivíduos conhecedores dos seus direitos e deveres.

O papel da escola é determinante, mas não devemos esquecer que é no seio da família que começa o trabalho de mentalização da criança para um processo de constante aprendizagem que se estende pela vida toda.

É assente nestes princípios que o município de Armamar trabalha em permanência este documento basilar. A construção de uma sociedade democrática, composta de indivíduos conscientes do seu papel, depende da concretização de medidas que criem as condições para a elevação do nível educacional dos cidadãos, permitindo a todos o acesso a uma educação de qualidade e universal.

Presidente da Câmara Municipal de Armamar

1. ÂMBITO, NATUREZA E OBJETIVOS.

Volvidas quase quatro décadas sobre o nascimento do embrião do que viriam a ser as cartas educativas, nos últimos anos e especialmente a partir de 2003, tem-se verificado uma mudança de paradigma na política educativa, a qual passou a refletir de forma mais profunda sobre o conceito de escola e a premência do planeamento da rede educativa.

Em 1986, através da Lei de Bases do Sistema Educativo, a Lei n.º 46/86, de 14 de Outubro, o governo de então estabeleceu o quadro geral do sistema educativo no qual se demandava a preparação da carta escolar, que consistia num documento de base para a gestão escolar. Todavia, a elaboração destes documentos não foi um processo simples e, com acentuadas dificuldades e resistências, haveria a questão de sofrer nova e mais profunda discussão com a publicação do Decreto-lei n.º 7/2003, de 15 de Janeiro, que então pronunciava a carta educativa. Esta reflexão foi deveras importante e constituiu um marco de modernidade no sistema educativo português que então se contorcia e ajustava aos desafios dos novos tempos.

Até então, em muitos casos, parecia ainda vigorar o conceito de escola que apenas se identificava com o edifício com retoques do “Plano dos Centenários” que o Estado Novo implementou nas décadas de 40 e 50. Refira-se que esse foi um dos momentos de verdadeiro planeamento da rede de ensino, na época designado por ensino primário (1.º Ciclo do Ensino Básico - CEB). Esse plano traduzia uma visão, preocupação e necessidade que o governo português sabia existir em planear e construir um parque escolar adequado à população e ao território, considerando a realidade demográfica e as características geográficas. Aliás, em algumas freguesias do concelho de Armamar ainda são bem visíveis as marcas dessa rede.

Nos alvares do século XXI, ciente da importância do planeamento da rede escolar a sociedade compreendia a urgência da discussão e da otimização da mesma que, em muitos casos, estava desajustada à realidade demográfica e territorial. Para isso, era necessário refletir sobre o conceito de escola não enquanto edifício, mas como parte de um conjunto de espaços diferenciados de educação, formação e de desenvolvimento social e, sobretudo, no âmbito das suas interações entre a comunidade escolar e as populações.

A escola passou a ser entendida num plano escola-organização que agregava as diversas unidades de educação e formação, articulando os serviços e os equipamentos sociais, obrigando a um planeamento e uma programação dos equipamentos subordinados a uma estratégia que considerasse a diversidade, a flexibilidade, a complementaridade e a versatilidade de opções e soluções. O conceito de *vida escolar* metamorfoseou-se no da *vida socioeducativa* que enquadra a escola no seu meio envolvente.

O quadro legal criado pela Lei de Bases do Sistema Educativo, de 1986, estabeleceu que a carta escolar devia corresponder a uma caracterização do sistema educativo, na qual seria elencada a totalidade dos estabelecimentos de ensino num único e determinado ano letivo. Portanto, a carta escolar assumia-se como um diagnóstico ou inventário e não como um documento de planeamento estratégico. Em 2003, a natureza do documento, bem como a sua designação mudaram e, pelo quadro do Decreto-lei n.º 7/2003, de 15 de Janeiro, passando a carta escolar a carta educativa, esta assumiu a qualidade de um documento de planeamento e gestão do sistema educativo, em particular da rede educativa. Assim, para além de continuar a prever a caracterização e o diagnóstico, deveria incluir diferentes projeções de cenários com vista à avaliação das necessidades educativas futuras.

Desta exposição igualmente se infere que, de acordo com o Decreto-lei n.º 7/2003, de 15 de Janeiro, a carta educativa constitui um instrumento municipal de planeamento e ordenamento de edifícios e equipamentos educativos, em acordo com as ofertas de educação formação que sejam necessário satisfazer, de acordo com critérios de gestão, racionalidade e proporcionalidade que visem a melhor utilização dos recursos educativos numa perspetiva de desenvolvimento demográfico e socioeconómico.

Assim, segundo o decreto-lei acima referido, *"a carta educativa é, a nível municipal, o instrumento de planeamento e ordenamento prospetivo de edifícios e equipamentos educativos a localizar no município, de acordo com as ofertas de educação e formação que seja necessário satisfazer, tendo em vista a melhor utilização dos recursos educativos, no quadro do desenvolvimento demográfico e socioeconómico de cada município"*, devendo:

- Assegurar a adequação da rede de estabelecimentos de educação pré-escolar e de ensino básico e secundário, para que, em cada momento, as ofertas educativas disponíveis a nível municipal respondam à procura efetiva que ao mesmo nível se manifestar;
- Refletir, a nível municipal, o processo de ordenamento a nível nacional da rede de ofertas de educação e formação, com vista a assegurar a racionalização e complementaridade dessas ofertas e o desenvolvimento qualitativo das mesmas, num contexto de descentralização administrativa, de reforço dos modelos de gestão dos estabelecimentos de educação e de ensino públicos e respetivos agrupamentos e de valorização do papel das comunidades educativas e dos projetos educativos das escolas;
- Promover o desenvolvimento do processo de AE, com vista à criação das condições mais favoráveis ao desenvolvimento de centros de excelência e de

competências educativas, bem como as condições para a gestão eficiente e eficaz dos recursos educativos disponíveis;

- Incluir uma análise prospetiva, fixando objetivos de ordenamento progressivo, a médio e longo prazos;
- Garantir a coerência da rede educativa com a política urbana do município.

Enquanto documento estratégico municipal, a sua vigência é limitada pelo próprio desenvolvimento socioeconómico local, na medida em que se verificando certa desconformidade com os princípios, objetivos e parâmetros técnicos do ordenamento da rede educativa, a sua revisão torna-se obrigatória. As revisões da carta educativa são exigidas pelas alterações no ordenamento da rede educativa (anteriormente aprovada), como no caso da criação ou encerramento de novos estabelecimentos de ensino. É da responsabilidade do Ministério da Educação e das Câmaras Municipais o dever de reavaliar de 5 em 5 anos a necessidade de revisão da carta educativa, considerando os procedimentos previstos para a respetiva aprovação.

Decorridos 17 anos sobre a elaboração da primeira carta educativa do Município de Armamar (2006), exige-se, evidentemente, uma revisão do documento que, podendo não por em causa a reorganização da rede educativa proposta, já revista e aprovada, considere as transformações verificadas nas dinâmicas demográficas, socioeconómicas e no sistema educativo municipal desde o ano letivo 2006/2007, período ao qual reportam os dados da versão em vigor.

A avaliação que agora se efetua da carta educativa (primeira geração) resultará num documento de 2.ª geração que, seguramente, corrigirá as insuficiências encontradas sendo, por isso, muito mais que uma simples atualização do diagnóstico. Mantendo a sua objetividade, será considerada toda a dinâmica demográfica - à luz dos dados mais recentes - sendo por isso muito importante avaliar os quantitativos e as características da população e do povoamento e, sobretudo, estabelecer os seus quantitativos com o objetivo de projetar cenários para as decisões no âmbito da rede educativa e das suas atividades públicas ou privadas. Exige-se ainda uma profunda análise sobre o processo de reorganização do parque escolar para que se torne mais adequado à realidade atual, mas fundamentalmente com a previsão pelo menos para a próxima década.

A carta educativa do Município de Armamar pretende contribuir de forma indelével para a coesão territorial e para a eficácia da sua rede educativa, adequada e dimensionada em função das carências e dos problemas existentes, num território tão frágil e complexo como é o concelho de Armamar.

2. METODOLOGIA.

A realização de uma carta educativa envolve um processo metodológico que, neste caso, se estrutura em três fases distintas, sendo que uma se desdobra em duas subfases.

A primeira fase (Fase I) incidiu sobre a contextualização e enquadramento territorial, momento em que a equipa técnica desenvolveu atividades de recolha e exame dos dados garantindo os elementos necessários para a prossecução dos trabalhos. Para a recolha de dados foi essencial o envolvimento e a colaboração da equipa do Setor de Desenvolvimento Social do Município de Armamar, estabelecendo-se processos distintos para a rede pública e para a rede privada. Foram utilizadas as bases de dados da autarquia, do AE, da administração central (DEGEST e INE) e, sempre que foi necessário, foram complementadas com outros elementos de acordo com as necessidades do projeto. No que diz respeito ao levantamento da informação junto do AE, a tarefa foi sobretudo executada pelos serviços técnicos competentes municipais. A informação cartográfica foi recolhida na Câmara Municipal de Armamar, no INE – Instituto Nacional de Estatística, Cigeo-E – Centro de Informação Geoespacial do Exército e, sempre que necessário, nos serviços de pesquisa e visualização de mapas e imagens de satélite providenciados pela Alphabet Inc.

Na segunda fase (Fase II) os trabalhos consistiram no tratamento e análise estatística dos dados, na sua representação gráfica e cartográfica e posterior validação pela autarquia, pelo AE e pela rede privada. Dedicada ao diagnóstico estratégico, subdividiu-se a Fase II em dois segmentos de trabalho: na Fase II.I, que consistiu na avaliação dos documentos estratégicos e dos princípios orientadores dos instrumentos municipais de ordenamento do território, bem como analisar e caracterizar a situação atual e evolução da rede e sistema educativo; e na Fase II.II onde se procedeu ao exame, diagnóstico e projeção de cenários.

No âmbito da Fase II.I foram realizados os procedimentos e atividades de caracterização dos equipamentos educativos, elencadas e descritas as ofertas educativas, analisada e comparada a oferta e a procura e o desempenho do sistema, caracterizados os diferentes níveis de ensino, avaliados os projetos escolares, caracterizadas as áreas de apoio à família e da ação social escolar, avaliados os serviços de transporte escolar, analisada a estrutura orgânica municipal da área de Educação, elencados e analisados dos contributos dos diferentes agentes e realizada ou reformada a análise swot.

Na Fase II.II tiveram lugar as atividades que abarcaram o exame dos dados e construção dos primeiros diagnósticos. Após o cotejamento dos dados fornecidos pelos estudos e índices demográficos, dos dados do INE, das estatísticas regionais e da educação e dos dados do AE e do município, foram extraídas as tendências e

apuradas as necessidades, procedendo à identificação de problemas, construção de balanços prospetivos de oferta-procura e à projeção de cenários da procura de ensino. Portanto, nesta fase intermédia selecionaram-se e interpretaram-se os contributos que permitiram realizar as análises, retirar conclusões e desenhar as propostas de intervenção.

Finalmente, na terceira fase (Fase III) consistiu na elaboração do relatório técnico e compreendeu diferentes etapas, centradas em duas perspetivas: uma focada no diagnóstico do sistema educativo, que inclui a caracterização da oferta e da procura educativa e a realização das projeções da população escolar por nível de ensino, mas também as atividades complementares de ação educativa, a ação social escolar, os transportes escolares e os recursos humanos; e outra focada no balanço na carta educativa de primeira geração (2006), quer nas projeções da população escolar, quer nas propostas de redimensionamento da rede escolar prevista.

A primeira etapa passou pela clarificação dos princípios orientadores e da metodologia adotada na monitorização da rede pública de equipamentos educativos e na definição de uma estratégia educativa para o município de Armamar, sustentada em critérios de programação que contribuem para a elaboração do programa de atuação. Para esse e outros aspetos foram realizadas as diferentes projeções para as crianças e alunos em idade escolar de diferentes níveis de educação e ensino (considerando 3 a 5 anos para a educação pré-escolar, de 6 a 9 anos para o 1.º CEB, de 10 a 14 anos para o 2.º e 3.º CEB e 15 a 17 anos no Ensino Secundário) e estabeleceram-se horizontes temporais máximos para o ano letivo de 2030/31.

Para os cálculos foram considerados os nascimentos ocorridos em cada unidade geográfica (freguesias), partindo do princípio de que quem nasceu num determinado território irá frequentar, anos mais tarde, a educação pré-escolar e o ensino obrigatório na sede de concelho, considerando que nas dinâmicas demográfica e socioeconómicas e o nível da procura de educação e ensino no município de Armamar não registem alterações significativas.

Evidentemente, as projeções devem ser entendidas como uma tendência aquando do planeamento de equipamentos educativos, visto que a realidade municipal é dinâmica e são diversos os fatores que podem alterar a procura da educação e ensino durante o tempo que separa o momento do nascimento ao ano de entrada no sistema educativo. Mesmo durante o percurso escolar existem fatores suscetíveis de alterar essa procura, como a mobilidade da população escolar, o insucesso escolar e o ritmo do desenvolvimento demográfico e socioeconómico. E, no caso da educação pré-escolar, cujo acesso é apenas para as crianças de 3 e 5 anos, ainda que com tendência para ser alargada as projeções devem ser entendidas como ainda mais indicativa.

Em síntese, a elaboração das propostas de ação visaram a reformulação do território educativo existente, a melhoria do desempenho educativo, estratégias,

atividades e recursos, calendarização das intervenções, procedimentos de monitorização, modelo para a reorganização dos serviços municipais no âmbito da educação e eventuais planos de financiamento das intervenções propostas.

3. ENQUADRAMENTO TERRITORIAL, ADMINISTRATIVO, DEMOGRÁFICO E SOCIOECONÓMICO.

3.1. Enquadramento administrativo e territorial.

Concelho do distrito de Viseu, diocese de Lamego e comarca de Viseu, Armamar localiza-se na sub-região do Douro (NUT III), na região norte (NUT II), confrontando com os concelhos de Peso da Régua e Sabrosa a Norte e além Douro, com Tabuaço a Este, com Moimenta da Beira e Tarouca a Sul e com Lamego a Oeste. O município de Armamar compreende-se na área metropolitana de Viseu, e no âmbito e ação da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte (CCDR-N).

Desde a reorganização administrativa do território operada em 2013, o município de Armamar passou a estar subdividido em 14 freguesias (resultantes da redução das 19 freguesias iniciais), designadamente, Aldeias, União de Freguesias de Aricera e Goujoim, Armamar, Cimbres, Folgosa, Fontelo, Queimada, Queimadela, Santa Cruz (anteriormente Santa Cruz de Lumiares), São Cosmado, São Martinho das Chãs, União de Freguesias de Santiago e São Romão, Vacalar (com a povoação de São Joanino) e a União de Freguesias de Vila Seca e Santo Adrião.

O território situa-se em pleno planalto beirão e a paisagem natural é predominantemente montanhosa. Distribuem-se as linhas de altitude das serras da Piedade onde se alcança a altitude máxima de 906^{mts}, São Domingos com 735^{mts} e de Fundo de Vila com 751^{mts}. Este relevo montanhoso, cortado por vales normalmente profundos, acentua as dificuldades de acessos entre as diferentes freguesias e seus lugares e reforça as agruras do clima que, por aqui, se caracteriza por ser marítimo de transição para o continental húmido, em que as temperaturas médias oscilam entre os 12,5° C. e os 15,0°C. Os invernos são rigorosos, onde a neve é, por vezes, uma presença pelos meses de Janeiro e Fevereiro. As temperaturas médias são baixas, entre 2.°C e 6.°C e, muitas vezes, negativas. As chuvas distribuem-se de forma desigual. Os meses mais chuvosos são Novembro e Dezembro, mantendo-se até Março. Num ano normal, a pluviosidade média situa-se nos 800-1200 cc, em anos secos esses valores podem rondar os 600-1000 cc e, em anos húmidos, 1000-1200 cc.

A paisagem humana é marcadamente rural e foram os elementos naturais que moldaram o território. As freguesias parecem possuir as mesmas características que, com certa concentricidade, se distribuem em três níveis: primeiro a zona urbana ou construtiva, seguida por uma mancha de terrenos agrícolas que se dispõem consoante as possibilidades e as potencialidades produtivas dos solos e, por fim, uma zona de floresta, mais ou menos arborizada em função do solo e do relevo. É importante ainda referir que o concelho de Armamar se insere na Região Demarcada do Douro, cuja paisagem, relevo e clima agravam as condições de vida, especialmente no que diz respeito às deslocações entre freguesias do concelho e para outros concelhos.

No que concerne às acessibilidades, o concelho de Armamar apenas é servido por estradas nacionais, mormente a EN313 e a EN222, não obstante a rede de estradas municipais que serpenteiam e que interligam as diferentes freguesias e seus lugares. Na parte sul do concelho, é a EN313 que assume maior importância permitindo o acesso aos concelhos vizinhos de Moimenta da Beira, Tarouca e Armamar. A EN313 entra no concelho de Armamar pelo sul, na freguesia de São Cosmado, alcançando a vila de Armamar, sede de concelho, prosseguindo pela freguesia de Fontelo até entrar na União de Freguesias de Parada do Bispo e Valdigem, já do concelho vizinho de Lamego, onde entronca e dá acesso à A24. A norte, o concelho é delimitado pela EN222 que, além da enorme beleza paisagística que proporciona a quem a utiliza, permite o acesso das freguesias mais setentrionais do concelho.

Estas duas vias são as únicas vias principais que servem o concelho, sendo possivelmente a EN313 a mais relevante, por ela se alcança a vila de Armamar, sede de concelho e a cidade de Viseu, sede de distrito. Ao longo das citadas vias nacionais desenvolveu-se um eixo dinamizador, de natureza sócio económica, como se verifica através do desenvolvimento da urbanização e pelas dinâmicas populacionais, em especial no sector Sul-Noroeste. Apesar da relativa proximidade à A24, o concelho denota a ausência de vias de alta velocidade e exige a construção de outras, bem como melhor atenção na requalificação das estruturas rodoviárias, cujo estado em muito contribui para as dificuldades de acessos e, em consequência, para o isolamento e despovoamento. Assim, os movimentos pendulares apesar de serem de baixa complexidade tornam-se difíceis, ainda que os constrangimentos tenham sido muito minimizados pela rede de estradas municipais reformando as acessibilidades.



MAPA 1 – CONCELHO E FREGUESIAS DE ARMAMAR (RNDG, 2023).

3.2. Caracterização Demográfica.

3.2.1. O contexto regional.

O município de Armamar integra a Região Norte, na sub-região Douro, onde se incluem mais 19 municípios, e, da mesma forma, insere-se entre os dez municípios que constituem a região do Douro Sul, situados na margem esquerda do rio Douro, designadamente: Armamar, Cinfães, Lamego, Moimenta da Beira, Penedono, Resende, São João da Pesqueira, Sernancelhe, Tabuaço e Tarouca. Por questões metodológicas e de abrangência temática (contexto regional), centrar-nos-emos sobretudo neste conjunto de municípios que constituem uma unidade geográfica e territorial.

A análise das dinâmicas demográficas, do passado e do presente, procura tratar com minúcia a distribuição espacial da população residente, os fatores da dinâmica demográfica, os movimentos populacionais, bem como a repartição por grupos etários e as questões relacionadas com o envelhecimento. Ora, este tipo de análise tem especial importância no âmbito do planeamento da rede educativa. Nesse sentido, apresentam-se projeções demográficas para o município de Armamar e suas freguesias, desagregadas e por grupo etário, sendo dado particular enfoque à evolução da população em idade escolar, dado que, evidentemente, se trata de potenciais utilizadores os diversos equipamentos educativos do município.

Armamar é o décimo-primeiro concelho mais populoso no território da sub-região Douro e o terceiro com menos população entre os municípios que constituem a região do Douro Sul. Armamar só tem mais população que Tabuaço e Penedono. Os valores totais da população residente, na sua globalidade, deixam transparecer a tendência que acompanha estes territórios de baixa densidade, particularmente entre os concelhos da parte norte do distrito de Viseu que revelam de forma mais vincada os efeitos do fenómeno do envelhecimento. Armamar na última década (2011-2021) continuou a não conseguir estancar a perda de população, registando um decréscimo (-9,8%) de população residente (5 678 habitantes), alinhado com a grande maioria dos concelhos da região Norte-Douro que também registaram decréscimos populacionais pronunciados.

Visitando os dados demográficos existentes para o concelho desde o início do século XX, é evidente a tendência negativa da evolução populacional no território, e é possível distinguir diferentes ritmos de decaimento: um entre 1900 e 1950, em que se registou uma ligeira diminuição do crescimento da população residente, seguindo por um momento de crescimento entre as décadas de 40-50 e outro depois de 1950 até 2000, em que a perda da população foi mais acentuada, especialmente nas décadas de 60-70, sendo que entre 1960 e 2000 Armamar perdeu mais de metade da população que tinha em 1900.

QUADRO1 – TOTAL DA POPULAÇÃO RESIDENTE NA SUB-REGIÃO DOURO.

Unidade Territorial (Concelhos)	População Residente (n.º hab.) (2021)
Alijó	10 486
Armamar	5 678
Carrazeda de Ansiães	5 490
Freixo de Espada à Cinta	3 216
Lamego	24 312
Mesão Frio	3 547
Moimenta da Beira	9 410
Murça	5 245
Penedono	2 738
Peso da Régua	14 540
Sabrosa	5 548
Santa Marta de Penaguião	6 100
São João da Pesqueira	6 775
Sernancelhe	5 692
Tabuaço	5 034
Tarouca	7 363
Torre de Moncorvo	6 826
Vila Nova de Foz Côa	6 304
Vila Real	49 571

(INE, I.P., Censos 2021)

QUADRO 2 – TOTAL DA POPULAÇÃO RESIDENTE NOS MUNICÍPIOS DA REGIÃO DO DOURO-SUL.

Unidade Territorial (Concelhos)	População Residente (n.º hab.) (2021)
Armamar	5 678
Cinfães	17 730
Lamego	24 312
Moimenta da Beira	9 410
Penedono	2 738
Resende	10 051
São João da Pesqueira	6 775
Sernancelhe	5 692
Tabuaço	5 034
Tarouca	7 363

(INE, I.P., Censos 2021)

QUADRO 3 – TAXA DE VARIAÇÃO DA POPULAÇÃO RESIDENTE (2011- 2021) (%).

Unidade Territorial (Concelhos)	Variação da População Residente (%)(2021)
Alijó	-12,19
Armamar	-9,83
Carrazeda de Ansiães	-13,86
Freixo de Espada à Cinta	-14,92
Lamego	-8,91
Mesão Frio	-19,99
Moimenta da Beira	-7,85
Murça	-11,88
Penedono	-7,25
Peso da Régua	-15,12
Sabrosa	-12,78
Santa Marta de Penaguião	-17,07
São João da Pesqueira	-13,96
Sernancelhe	0,37
Tabuaço	-20,72
Tarouca	-8,51
Torre de Moncorvo	-20,37
Vila Nova de Foz Côa	-13,79
Vila Real	-4,40

(INE, I.P., Censos 2021)

Na transição dos séculos XX-XXI, mais concretamente entre 1991 e 2011, o concelho de Armamar continuou a apresentar uma evolução demográfica negativa, tendo-se registado nesse período valores de -13,7% (1991-2001), de -16,0% (2001-2011) e de -9,8% (2011-2021). No caso da densidade populacional, Armamar (48,44 hab./km²) assume valores inferiores aos dos concelhos limítrofes, mas, na sub-região Douro, enquadra-se entre os municípios com os indicadores mais elevados. No entanto, apesar do valor se mostrar mais favorável que nos municípios mais do interior do distrito de Viseu, não deixamos de estar perante os efeitos nefastos do envelhecimento e do despovoamento do território, pois há que considerar o povoamento mais concentrado em função e distribuição das potencialidades dos terrenos e das possibilidades do relevo. Não pode deixar de haver um sentimento de desconfiança que tem origem nos resultados derivados da análise comparada dos diversos efeitos do envelhecimento e despovoamento do território onde, apesar de se registar uma densidade populacional interessante, verifica-se que por cada 100 jovens existem 319 idosos no território de Armamar.

QUADRO 4 – CARACTERIZAÇÃO GLOBAL DAS DINÂMICAS DEMOGRÁFICAS NO CONTEXTO REGIONAL E NACIONAL.

Unidade Territorial (Concelhos)	População residente 2021	Variação da população residente 2011-2021	Densidade populacional	Índice de envelhecimento	Taxa de natalidade 2021	População <14 anos	População >65	População estrangeira Residente (2021)
	n.º	%	Hab./km2	n.º	‰	%	%	%
Alijó	10 486	-12,19	35,24	360,92	4,4	9,13%	32,94%	0,89%
Armamar	5 678	-9,83	48,44	319,38	4,9	9,63%	30,77%	1,39%
C. de Ansiães	5 490	-13,86	19,66	417,55	3,6	8,93%	37,27%	2,06%
F. de Espada à Cinta	3 216	-14,92	13,17	372,67	5,6	10,01%	37,31%	2,10%
Lamego	24 312	-8,91	146,95	249,45	5,1	10,46%	26,10%	0,71%
Mesão Frio	3 547	-19,99	133,10	313,80	3,9	9,19%	28,84%	0,45%
Moimenta da Beira	9 410	-7,85	42,78	259,42	6,8	11,34%	29,42%	1,50%
Murça	5 245	-11,88	27,70	418,79	4,0	8,52%	35,69%	1,08%
Penedono	2 738	-7,25	20,48	406,90	3,7	8,47%	34,48%	1,44%
Peso da Régua	14 540	-15,12	153,28	248,71	5,5	10,66%	26,51%	0,75%
Sabrosa	5 548	-12,78	35,36	331,50	3,4	9,84%	32,62%	1,07%
S. M. de Penaguião	6 100	-17,07	88,05	358,46	4,6	8,92%	31,97%	1,03%
S. João da Pesqueira	6 775	-13,96	25,46	265,87	5,9	10,51%	27,94%	0,92%
Sernancelhe	5 692	0,37	24,90	347,24	6,0	9,22%	32,03%	1,43%
Tabuaço	5 034	-20,72	37,61	347,28	6,3	9,12%	31,66%	1,17%
Tarouca	7 363	-8,51	73,56	197,27	6,5	12,44%	24,54%	0,82%
Torre de Moncorvo	6 826	-20,37	12,84	513,31	5,3	7,93%	40,68%	1,44%
V. Nova de Foz Côa	6 304	-13,79	15,83	407,39	4,7	8,80%	35,87%	2,60%
Vila Real	49 571	-4,40	130,86	195,33	6,6	12,05%	23,53%	1,51%
Viseu	99 551	0,28	196,31	180,27	7,3	13,08%	23,59%	3,18%
Continente	9 855 909	-1,91	110,61	184,59	7,7	12,83%	23,69%	5,70%

(INE, I.P., Censos 2021)

Este cenário permite pressupor que o crescimento da população poderá a continuar a ser negativa, provavelmente superior a -5%. Estes valores refletem ainda, quando comparados com os valores referentes à sede de distrito ou a municípios onde existem núcleos urbanos mais dinâmicos, as dificuldades em atrair população migrante, nacional ou estrangeira.

Finalmente, a relação entre a população jovem e idosa, e a relação existente com a população em idade ativa é das mais desfavoráveis a nível regional e nacional, sendo evidente um maior peso dos não ativos em relação aos ativos, situação frequente nos casos dos territórios com menor peso da população jovem na sua estrutura. A percentagem de população ativa é de 43,1%, dividindo-se em 43,1% para os homens e 36,6% para as mulheres. Assim, para cada 100 ativos existem

sensivelmente 173 não ativos, tratando-se de um valor superior ao registado na sede de distrito (117,1) e à média nacional (114,7), refletindo, mais uma vez, o nível do envelhecimento da população deste território.

3.2.2. A evolução e distribuição da população residente.

Analisando e avaliando agora o município de Armamar, no que diz respeito às dinâmicas demográficas, a primeira conclusão que se retira é que o crescimento demográfico é positivo, caso único entre os 19 municípios que constituem a sub-região Douro.

As alterações demográficas e socioeconómicas devem ser entendidas num quadro mais vasto, considerando as dinâmicas de relacionamento entre Armamar e os municípios que integram a sub-região do Norte, em especial aqueles que constituem a região do Douro Sul, bem como com a sede de distrito, ainda que saibamos que o território em análise não tem uma posição geográfica privilegiada na região do Douro Sul e muito menos a possui em relação à cidade de Viseu ou Lamego, o segundo núcleo urbano mais próximo.

Procedendo à análise mais detalhada da evolução da população percebe-se que, desde os inícios do século XX, a tendência do crescimento populacional do concelho de Armamar foi negativa até à última década (Censos 2021). Os indicadores não deixam de suscitar preocupação pelo número total de população residente, mas sobretudo pela rapidez que a diminuição da população têm sofrido. E todos os dados apontam para a manutenção de um cenário de tendência negativa no futuro.

O saldo natural mostra-se negativo, tendo-se agravado entre 2011-2021, passando de -60 (2011) para -68 pontos (2021). Considerando os dados da natalidade e da mortalidade, em 2011 os nascimentos eram suplantados em 193% pelos óbitos (31 nascimentos por 91 óbitos) e, em 2021, essa relação alcançou os 242% (28 nascimentos por 96 óbitos).

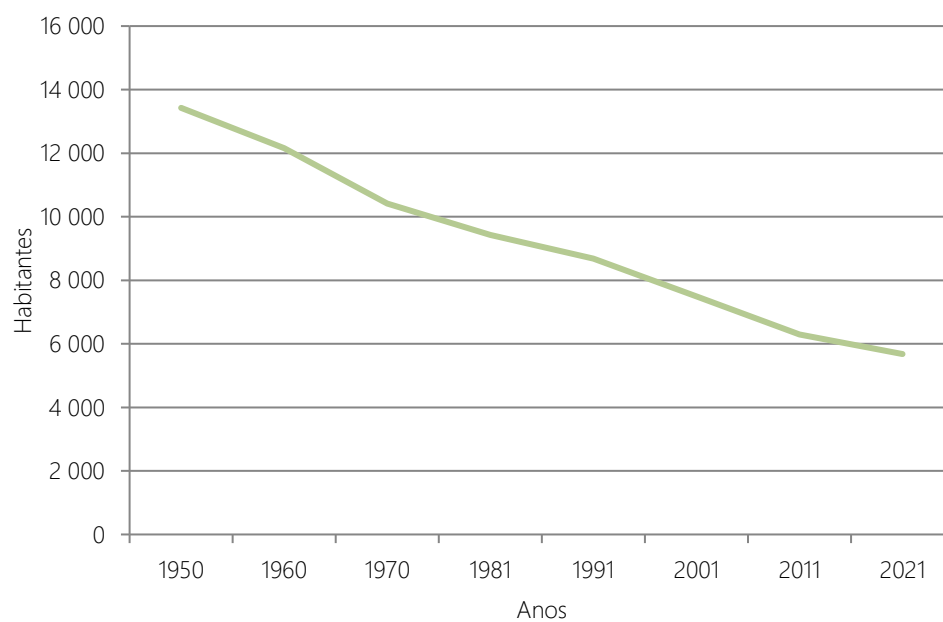
A partir de 1960, a diminuição da população residente no concelho de Armamar tornou-se mais significativa com taxas de variabilidade muito maiores e cujos reflexos se fizeram sentir nas dinâmicas socioeconómicas do território. Os motivos dessa diminuição são bem conhecidos e relacionam-se com o imobilismo político, com a estagnação do mundo rural que continuava sobrepovoado e pobre, com índices inferiores à média europeia e, quando o país na década de 1960 enveredou pela via industrializadora fez com que muita da população procurasse novos destinos. A tudo isto não foi alheio o fenómeno de emigração que foi reduzido nas décadas de 1930-1940, devido à Grande Depressão e à Guerra Mundial.

QUADRO 5 – TOTAL DA POPULAÇÃO RESIDENTE NAS FREGUESIAS EM 2021 E SUA VARIAÇÃO (N.º E %).

Anos	População residente	Variação populacional (%)
1950	13 426	+9.7%
1960	12 159	-9.4%
1970	10 415	-14.3%
1981	9 426	-9.5%
1991	8 677	-7.9%
2001	7 492	-13.7%
2011	6 297	-16.0%
2021	5 678	-9.8%

(INE, I.P., Censos 2021)

FIGURA 1 – EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO RESIDENTE ENTRE 1950 E 2021.



(INE, I.P., Censos 2021; Recenseamento da População e Habitação 1981, Censos 1991, Censos 2001 e Censos 2011)

QUADRO 6 – TOTAL DA POPULAÇÃO RESIDENTE NAS FREGUESIAS EM 2021(N.º).

Unidade Territorial (Freguesias)	População Residente (n.º hab., 2021)
Aldeias	307
Armamar	1 510
Cimbres	270
Folgosa	334
Fontelo	602
Queimada	291
Queimadela	208
Santa Cruz	173
São Cosmado	514
São Martinho das Chãs	478
UF Aricera e Goujoim	185
UF São Romão e Santiago	224
UF Vila Seca e Santo Adrião	410
Vacalar	172

(INE, I.P., Censos 2021)

QUADRO 7 – TOTAL DA POPULAÇÃO RESIDENTE NAS FREGUESIAS POR SEXO (N.º).

Unidade Territorial (Freguesias)	População Residente (n.º hab.) (2021)	
	H	M
Aldeias	140	167
Armamar	719	791
Cimbres	129	141
Folgosa	162	172
Fontelo	271	331
Queimada	139	152
Queimadela	108	100
Santa Cruz	83	90
São Cosmado	235	279
São Martinho das Chãs	218	260
UF Aricera e Goujoim	92	93
UF São Romão e Santiago	101	123
UF Vila Seca e Santo Adrião	189	221
Vacalar	84	88

(INE, I.P., Censos 2021)

QUADRO 8 – ÁREA E DENSIDADE POPULACIONAL DAS FREGUESIAS (HAB./KM²).

Unidade Territorial (Freguesias)	Área (km ²)	Densidade Populacional
Aldeias	5,19	59,15
Armamar	16,76	90,15
Cimbres	6,07	44,48
Folgosa	4,8	69,58
Fontelo	7,52	80,05
Queimada	4,26	68,31
Queimadela	2,48	83,87
Santa Cruz	7,88	21,95
São Cosmado	13,95	36,85
São Martinho das Chãs	9,67	49,43
UF Aricera e Goujoim	17,4	17,37
UF São Romão e Santiago	6,93	32,32
UF Vila Seca e Santo Adrião	15,03	27,28
Vacalar	6,04	28,48

(INE, I.P., Censos 2021)

QUADRO 9 – TOTAL DA POPULAÇÃO RESIDENTE NAS FREGUESIAS EM 2011 E EM 2021(N.º).

Unidade Territorial (Freguesias)	População Residente (n.º hab.)	
	2011	2012
Aldeias	337	307
Armamar	1 464	1 510
Cimbres	308	270
Folgosa	428	334
Fontelo	641	602
Queimada	285	291
Queimadela	248	208
Santa Cruz	206	173
São Cosmado	598	514
São Martinho das Chãs	549	478
UF Aricera e Goujoim	215	185
UF São Romão e Santiago	306	224
UF Vila Seca e Santo Adrião	507	410
Vacalar	205	172

(INE, I.P., Censos 2021)

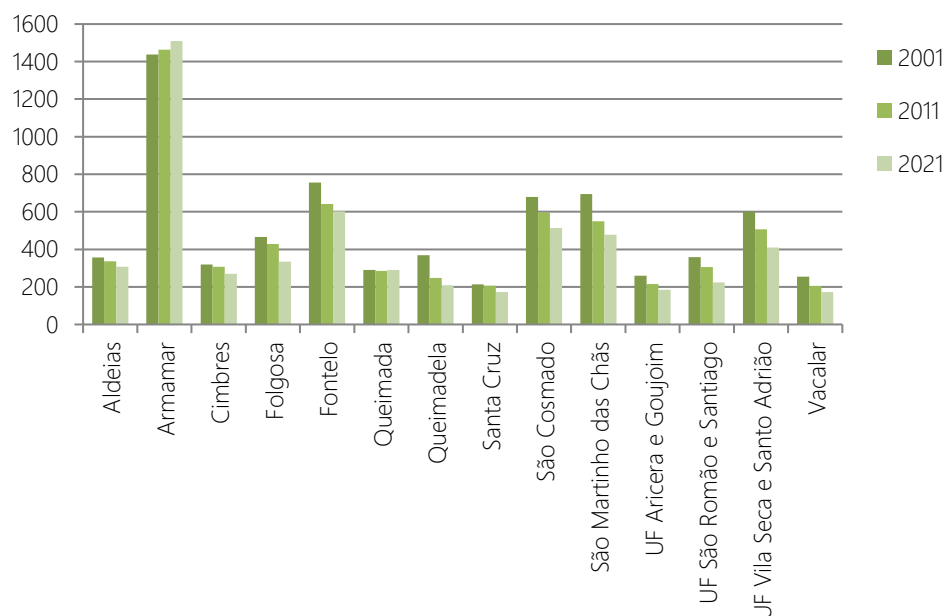
No contingente migratório contavam-se muitos naturais e habitantes do concelho de Armamar que, legalmente ou de forma clandestina, rumaram em direção a outros países da Europa, como a França e, mais tarde a Suíça. Entre 1950 e 1960, o município de Armamar perdeu 1267 habitantes e, na década seguinte 1744 habitantes, o que correspondeu a uma quebra de -14,3%, a maior no intervalo temporal em exame. A partir de 1971 a fuga massiva registada na década anterior diminuiu, ainda que os espaços rurais continuassem a viver uma sangria de população ativa, recrudescendo com perdas superior a -10% nos anos 2001 e 2011. Portanto, a situação não se alterou na transição dos séculos XX-XXI, continuando a acentuarem-se os desequilíbrios da evolução populacional.

Partindo para o cotejamento da distribuição dos valores da população residente nas 14 freguesias, que integram presentemente o município de Armamar, descobrem-se grupos de freguesias que manifestam comportamentos ou dinâmicas demográficas semelhantes na última década. Para melhor identificarmos as tendências, entendemos agrupar as freguesias por três níveis de população residente total: 0-200 hab.; 201- 400 hab., 401-600 hab., 601-800 hab., >801 hab.

QUADRO 10 – TOTAL DA POPULAÇÃO RESIDENTE NAS FREGUESIAS EM 2001 E EM 2021.

Unidade Territorial (Freguesias)	População Residente (n.º hab.)		
	2001	2011	2021
Aldeias	357	337	307
Armamar	1438	1 464	1 510
Cimbres	319	308	270
Folgosa	466	428	334
Fontelo	755	641	602
Queimada	291	285	291
Queimadela	369	248	208
Santa Cruz	214	206	173
São Cosmado	679	598	514
São Martinho das Chãs	694	549	478
UF Aricera e Goujoim	260	215	185
UF São Romão e Santiago	358	306	224
UF Vila Seca e Santo Adrião	600	507	410
Vacalar	255	205	172

(INE, I.P., Censos 2021)

FIGURA 2 – EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO RESIDENTE ENTRE 2001 E 2021 (N.º).

(INE, I.P., Censos 2021)

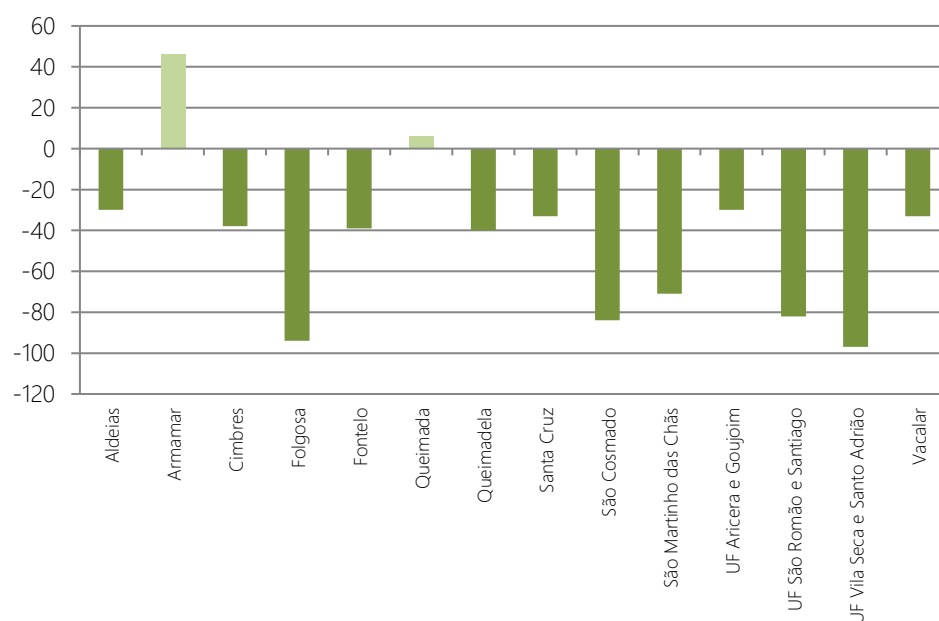
Segundo esse critério, apenas uma freguesia ultrapassa os 800 habitantes – a freguesia de Armamar – que regista uma população total de 1510 habitantes. E, no mesmo sentido, a freguesia do Fontelo é a única com 602 habitantes, correspondendo à segunda freguesia mais populosa. E nos grupos intermédios de 401-600 hab. assinalam-se três freguesias (São Cosmado, São Martinho das Chãs e a UF de Vila Seca e Santo Adrião) e com seis freguesias o grupo 201-400 (Folgosa, Aldeias, Queimada, UF de São Romão e Santiago, Queimadela e Cimbres). Por fim, com menos de 200 habitantes restam três freguesias (Santa Cruz, UF de Aricera e Goujoim e Vacalar). A freguesia de Armamar é notoriamente a mais populosa, no período em análise (2021), representando 26,59% da população total do concelho de Armamar, correspondendo a 1510 habitantes.

Por fim, a questão da densidade populacional do território do município de Armamar. No contexto nacional, as freguesias do concelho de Armamar apresentam densidades populacionais baixas, com valores inferiores à média regional e nacional (112,77hab./km²). As freguesias com índices de densidade populacional mais elevadas são: Armamar com 90,15 hab./km², Queimadela com 83,87 hab./km² e a do Fontelo com 80,05 hab./km². Em posição inferior, com valores que não ultrapassam os 25 habitantes por km², destaca-se a UF Aricera e Goujoim (17,37 hab./km²) e a freguesia de Santa Cruz (21,95 hab./km²).

O exame detalhado das densidades populacionais e a sua comparação com os valores totais da população residente são, à primeira vista, contraditórios. Veja-se, por exemplo, o caso da freguesia da Queimadela que apresenta a segunda maior densidade populacional e é simultaneamente uma das menos populosas e a que mais população perdeu na última década (2011-2021). Portanto, a análise e sobretudo a interpretação destes dados deverão ser feitas com especial cuidado, quer em termos temporais, quer em termos espaciais, pois permitem refletir sobre as características do território.

Uma reflexão que, desde já, podemos retirar, decorre do facto do município de Armamar possuir uma posição e corografia difícil, uma realidade socioeconómica desigual, patente na dificuldade de fomentar um mercado de trabalho mais coeso, fatores que em muito concorrem para a distribuição da população no concelho (que leva a uma maior concentração populacional na freguesia onde se posiciona a vila sede de concelho e nas freguesias mais próximas do concelho de Lamego, como a freguesia da Queimadela e do Fontelo, cujo comportamento se justifica pelo processo de migrações internas para os centros urbanos mais próximos, particularmente Lamego, mas também Peso da Régua, Vila Real e até Viseu, por razões que se ligam ao mercado de trabalho e à oferta educativa.

FIGURA 3 – VARIAÇÃO DA POPULAÇÃO POR NÚMERO DE HABITANTES RESIDENTES ENTRE 2011 E 2021.



(INE, I.P., Censos 2021)

3.2.3. Dinâmica demográfica: crescimento natural e saldo migratório.

As variações observadas nas dinâmicas demográficas do município de Armamar e das suas freguesias relacionam-se de uma forma em que ressaltam, de imediato, dois fatores: o crescimento natural e o saldo migratório. O primeiro deverá ser obrigatoriamente entendido no planeamento dos equipamentos educativos e o segundo deverá ser interpretado de forma conjuntural, ação difícil por ser especialmente complexo prever a sua evolução.

A atual estrutura demográfica da população de Armamar é o resultado evolutivo da melhoria das condições de vida e do desenvolvimento socioeconómico, do aumento da esperança de vida e da diminuição da mortalidade e, concomitantemente, das alterações da natalidade, o desenvolvimento da autonomia da mulher, a progressão nas carreiras, a emigração, a dificuldade em conciliar a vida familiar e profissional, o prolongamento da escolaridade obrigatória e o retardar na entrada dos jovens no mercado de trabalho, a sazonalidade dos trabalhos agrícolas, o desemprego em particular entre os mais jovens e a maior acessibilidade a métodos contraceptivos assumem-se como os principais fatores que precedem a reflexão e a decisão sobre o número de filhos a ter.

A análise dos valores da natalidade registados entre 2016 e 2021 para o município de Armamar revela um comportamento muito irregular visível nas oscilações das perdas e dos acréscimos, o que permite afirmar que o número dos nados-vivos é pouco revelador. Ou melhor, os dados geram uma impressão de que a irregularidade dos nascimentos não garantem uma tendência de crescimento positivo ou negativo da população, porque, como veremos, a mortalidade sobrepõe-se à natalidade condicionando de sobremaneira o futuro. No entanto, não se consegue definir uma tendência com segurança. O maior número de nados-vivos encontra-se concentrado nas freguesias mais populosas, em especial na freguesia de Armamar onde vivem, naturalmente, mais casais jovens.

Considerando o período estabelecido (2016-2021) destacam-se as freguesias com maiores descidas relativamente ao número de nascimentos: Queimadela (2 indivíduos), UF de Aricera e Goujoim (3 indivíduos) e Vacalar (4 indivíduos), que não alcançaram a meia dezena de nascimentos. E, as freguesias de Queimada, Cimbres, Aldeias, Cimbres e São Cosmado superando a meia dezena não chegaram à dezena. O terceiro grupo de freguesias situa-se no grupo das que apresentam até duas dezenas de nascimentos, nomeadamente, Santa Cruz (12 indivíduos), UF de Vila Seca e Santo Adrião (11 indivíduos), e UF de São Romão e Santiago (10 indivíduos). Superando as duas centenas temos São Martinho das Chãs (22 indivíduos) e, finalmente, apenas a freguesia de Armamar (91 indivíduos) revelou um número de nascimentos perto da centena, alcançados num período de oito anos.

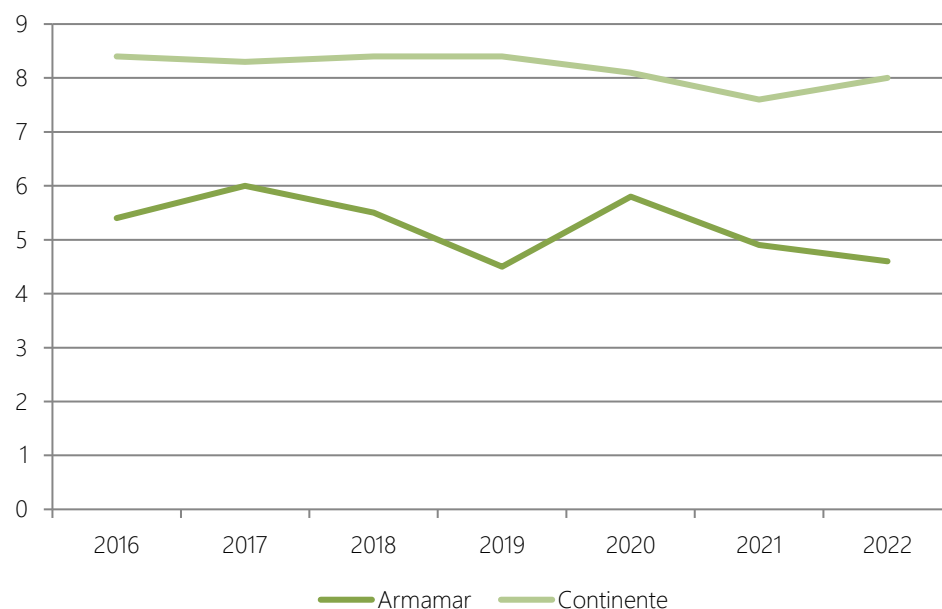
QUADRO 11 – NADOS-VIVOS POR FREGUESIAS ENTRE 2016 E EM 2021 (N.º).

Unidade Territorial (Freguesias)	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022
Aldeias	2	0	3	1	1	2	0
Armamar	15	11	11	15	15	10	14
Cimbres	2	2	1	1	1	1	0
Folgosa	1	1	4	0	0	3	0
Fontelo	5	5	5	3	3	2	0
Queimada	0	1	1	1	1	1	1
Queimadela	0	2	0	0	0	0	0
Santa Cruz	0	2	0	5	5	0	0
São Cosmado	1	2	1	1	1	1	2
São Martinho das Chãs	0	4	4	2	2	4	6
UF Aricera e Goujoim	1	0	0	0	0	1	1
UF São Romão e Santiago	2	2	1	2	2	1	0
UF Vila Seca e Santo Adrião	1	3	0	2	2	2	1
Vacalar	2	0	1	0	0	0	1

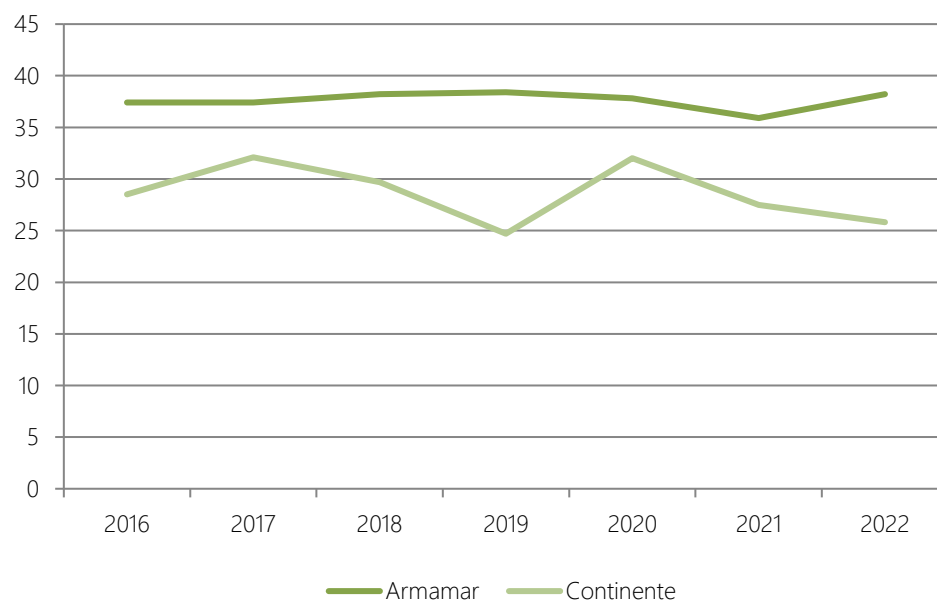
(INE, I.P., Censos 2021)

FIGURA 4 – EVOLUÇÃO DO NÚMERO DOS NADOS-VIVOS ENTRE 2016-2021 (N.º).

(INE, I.P., Censos 2021)

FIGURA 5 – EVOLUÇÃO DA TAXA BRUTA DA NATALIDADE 2016-2021 (%).

(INE, I.P., Censos 2021)

FIGURA 6 – EVOLUÇÃO DA TAXA DE FECUNDIDADE 2016-2021 (%).

(INE, I.P., Censos 2021)

Os valores da taxa de fecundidade mostram que a população do concelho de Armamar revela um quantitativo ligeiramente inferior à média regional (1,46% Douro). O número de casamentos diminuiu substancialmente; entre 1981-1995 registavam-se mais de seis dezenas de casamentos por ano e em 2021 apenas foram celebrados quinze. Considerando a sequência de dados a partir do ano 2001, o número total dos casamentos revelou uma tendência decrescente, que se acentuou a partir de 2011 e que se mantém em declínio.

A taxa bruta de nupcialidade revela a mesma realidade; em 1995 o valor era de 5,7 ‰ (n.º de casamentos por 1000 habitantes) e, desde então, foi diminuindo para 3,0‰ em 2011, alcançando 2,6‰ em 2021. Paralelamente, a idade média dos nubentes aumentou, passando de 27 anos em 1981 para 33 em 2021. Na generalidade, estes valores encontram consonância nos resultados do território nacional (Portugal Continental) tendo, evidentemente, consequências na idade média do nascimento do primeiro filho que, em 1981, era de 24 anos e, em 2021, passou a ser de 32 anos. E, quanto à mortalidade infantil, enquanto em 1981 o valor era de 44,4‰, em 2021 o valor era de 0‰.

Os valores que se colhem para a natalidade encontram paralelismo no comportamento da taxa de fecundidade geral. No que respeita aos valores da mortalidade, o município de Armamar espelha, à semelhança do que sucede na generalidade do território nacional, a redução de mortes por doenças infecciosas e uma prevalência de doenças degenerativas, quadro que caracteriza a transição epidemiológica o que traduz novos padrões etários na mortalidade com o prolongamento da esperança de vida. Assim, com apoio na análise dos óbitos entre 2014 e 2021 destaca-se um comportamento irregular em que apesar das oscilações, os valores se apresentam mais elevados que os da natalidade.

A população de Armamar deixou de estar em crescimento natural significativo há mais de seis décadas, tendo entrado num processo de abrandamento, visível em todas as freguesias o mesmo decréscimo, à exceção da sede de concelho. Este comportamento demográfico deverá ser considerado e contextualizado no âmbito dos valores absolutos da população residente e na perspetiva histórica do município e do território. Assim, o ligeiro crescimento registado nas últimas duas décadas não deverá ser interpretado como uma evolução positiva segura, na medida em que o valor positivo relaciona-se em grande parte com o aumento da oferta do mercado de trabalho que tem provocado um ligeiro aumento nas migrações.

Examinando a dinâmica das migrações totais para o município de Armamar, para o período 2011-2021, conclui-se no incremento de uma maior atratividade do território em termos absolutos que se traduziu num aumento de indivíduos. No ano de 2021, e em comparação com os resultados de 2011, assinalou-se um aumento em mais de metade das freguesias do concelho de Armamar.

QUADRO 12 – ÓBITOS E TAXA DE MORTALIDADE NO CONCELHO DE ARMAMAR ENTRE 2016 E 2021 (‰).

Anos	Óbitos	Taxa de mortalidade (‰)
2016	77	13,1
2017	78	13,4
2018	93	16,1
2019	80	13,9
2020	105	18,3
2021	96	16,7
2022	111	19,4

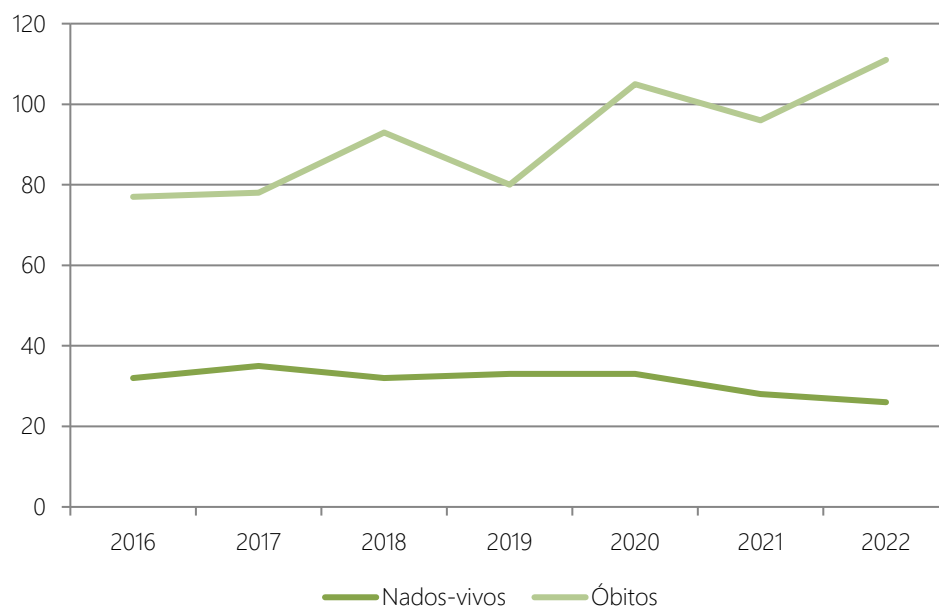
(INE, I.P., Censos 2021)

QUADRO 13 – ÓBITOS POR FREGUESIAS ENTRE 2016 E 2021 (N.º).

Unidade Territorial (Freguesias)	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022
Aldeias	5	2	5	3	6	7	6
Armamar	14	22	19	15	18	25	21
Cimbres	3	4	4	3	2	2	3
Folgosa	4	4	5	1	8	6	5
Fontelo	6	7	12	6	4	8	7
Queimada	7	6	6	6	4	5	11
Queimadela	4	4	2	1	8	2	7
Santa Cruz	2	2	2	1	2	1	3
São Cosmado	11	8	13	14	19	13	11
São Martinho das Chãs	2	8	8	13	6	8	9
UF Aricera e Goujoim	3	0	3	4	4	2	7
UF São Romão e Santiago	7	4	2	1	6	6	3
UF Vila Seca e Santo Adrião	8	0	9	9	15	9	16
Vacalar	1	0	3	3	3	2	2

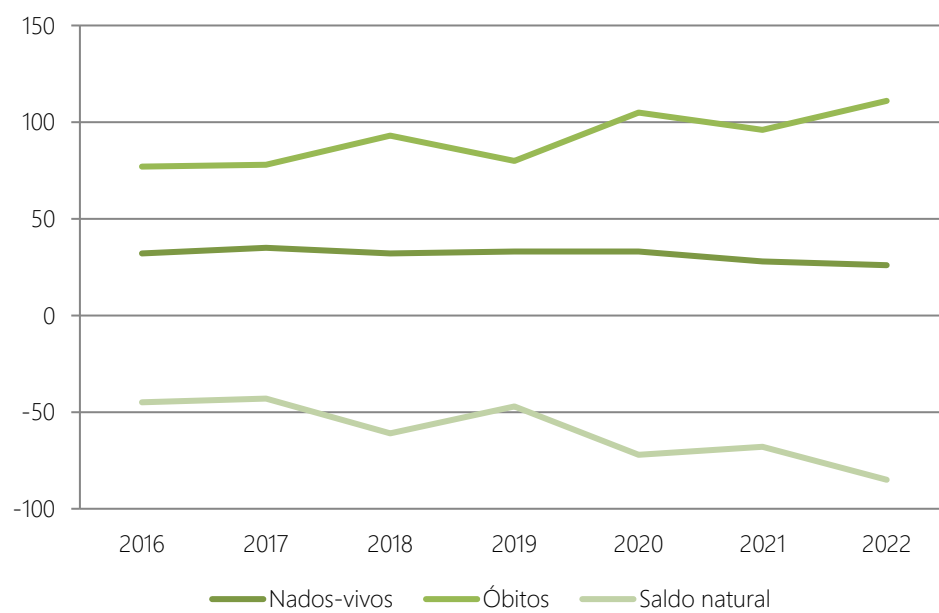
(INE, I.P., Censos 2021)

FIGURA 7 – EVOLUÇÃO DOS NADOS-VIVOS E DOS ÓBITOS ENTRE 2016-2022 (N.º).



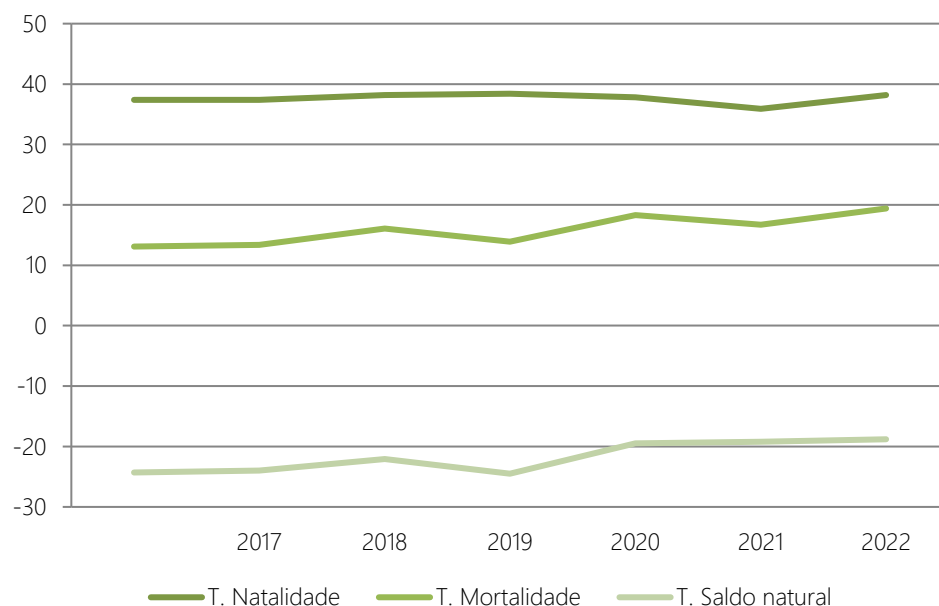
(INE, I.P., Censos 2021)

FIGURA 8 – A NATALIDADE, A MORTALIDADE E O SALDO NATURAL (N.º).



(INE, I.P., Censos 2021)

FIGURA 9 – A TAXA DE NATALIDADE, A TAXA DE MORTALIDADE E A TAXA DE CRESCIMENTO NATURAL ENTRE 2016-2021 (%).



(INE, I.P., Censos 2021)

QUADRO 14 – DINÂMICA NATURAL DO CONCELHO DE ARMAMAR ENTRE 2016 E 2021.

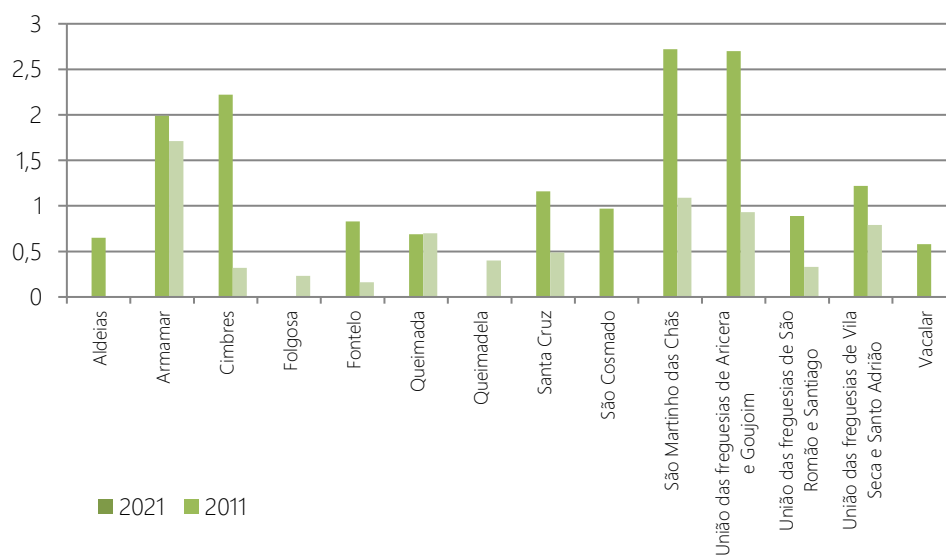
Anos	Natalidade	Taxa de Natalidade	Mortalidade	Taxa de Mortalidade	Creascimento Natural	Taxa de creascimento natural
	n.º	‰	n.º	‰	n.º	‰
2016	32	37,4	77	13,1	-45	-24,3
2017	35	37,4	78	13,4	-43	-24
2018	32	38,2	93	16,1	-61	-22,1
2019	33	38,4	80	13,9	-47	-24,5
2020	33	37,8	105	18,3	-72	-19,5
2021	28	35,9	96	16,7	-68	-19,2

(INE, I.P., Censos 2021)

QUADRO 15 – DINÂMICA NATURAL POR FREGUESIA EM 2021 (N.º).

Unidade Territorial (Freguesia)	Nados-vivos	Óbitos	Crescimento Natural	Saldo Migratório	Crescimento Efetivo
Aldeias	2	7	-5	0,65	-4,35
Armamar	10	25	-15	1,99	-13,01
Cimbres	1	2	-1	2,22	1,22
Folgosa	3	6	-3	0,00	-3
Fontelo	2	8	-6	0,83	-5,17
Queimada	1	5	-4	0,69	-3,31
Queimadela	0	2	-2	0,00	-2
Santa Cruz	0	1	-1	1,16	0,16
São Cosmado	1	13	-12	0,97	-11,03
São Martinho das Chãs	4	8	-4	2,72	-1,28
UF Aricera e Goujoim	1	2	-1	2,70	1,7
UF São Romão e Santiago	1	6	-5	0,89	-4,11
UF Vila Seca e Santo Adrião	2	9	-7	1,22	-5,78
Vacalar	0	2	-2	0,58	-1,42

(INE, I.P., Censos 2021)

FIGURA 10 – PROPORÇÃO DA POPULAÇÃO (EM %) RESIDENTE DE NACIONALIDADE ESTRANGEIRA POR FREGUESIA EM 2011 E 2021.

(INE, I.P., Censos 2021)

No ano de 2021, e em comparação com os resultados de 2011, assinalou-se um crescimento efetivo negativo em praticamente todas das freguesias do concelho de Armamar, tendo-se excetuado as freguesias de Cimbres, a UF de Aricera e Goujoim e Santa Cruz. Nos casos onde ocorreram os maiores crescimentos, a proporção da população migratória poderá corresponder a um episódio migratório individualizado. Em conclusão, segundo os dados recolhidos sobre a dinâmica natural por freguesias do concelho de Armamar, é notório que o crescimento demográfico, ao longo da última década, tem sido diminuto ainda que alimentado por algum fluxo migratório, o que deverá ser levado em consideração aquando do planeamento da rede educativa do município.

3.2.4. Estrutura etária da população: envelhecimento e dependência.

O estudo da evolução da população deve obrigatoriamente considerar o estudo das pirâmides etárias. Estas representações gráficas permitem uma leitura histórica dos acontecimentos que marcaram a população representada ao longo de décadas de vida das gerações mais antigas e traduzem a imagem da população num dado momento. Partindo para esta análise refletindo sobre os valores recolhidos para a década 2011-2021, e atendendo aos perfis populacionais, bem como os indícios que sintetizam o comportamento da estrutura etária da população, a primeira conclusão a retirar é o aumento das classes mais idosas contra a diminuição muito acentuada das classes mais jovens, o que espelha a tendência para um envelhecimento da população. Fruto de diferentes vicissitudes como a procura de emprego nos centros urbanos de grande e média dimensão, quer por motivos de qualificação, quer por motivos de remuneração, a população mais jovem regista uma tendência idêntica para as últimas décadas (1981-2021). E tal evolução levou a uma diminuição do peso da população jovem.

Em 2021, o grande grupo etário com maior expressão no território situa-se entre os grupos etários dos 35-64 anos e >65 anos, e o que menos peso tem é o que se enquadra entre os 0 e os 14 anos. Nos últimos trinta anos, a população adulta sofreu um aumento, realidade patente na forma das pirâmides etárias. Em suma, a melhoria das condições de vida, de saúde e de assistência social tiveram importantes reflexos no processo de redução da mortalidade e no progressivo aumento da esperança de vida, traduzindo-se num prolongamento no topo da pirâmide. Paralelamente, a diminuição observada nos grupos da base da pirâmide acaba por refletir os efeitos da diminuição da fecundidade, natalidade e no adiamento da idade de casamento e nascimento dos primeiros filhos, num quadro de incerteza perante a crise económica, desemprego e precariedade das relações laborais.

QUADRO 16 – ÍNDICE DE ENVELHECIMENTO, DEPENDÊNCIA E ESTRUTURA ETÁRIA, POR FREGUESIA, EM 2021.

Unidade Territorial (Freguesia)	Índice de Envelhecimento (total %)	Índice de Dependência (total %)	Estrutura Etária (%)		
			0-14	15-64	+ 65
Aldeias	284,85	70,56	0,58	3,17	1,66
Armamar	169,65	55,99	3,54	17,05	6,01
Cimbres	211,43	67,70	0,62	2,84	1,30
Folgosa	491,67	73,96	0,42	3,38	2,08
Fontelo	274,60	64,48	1,11	6,45	3,05
Queimada	545,45	95,30	0,39	2,62	2,11
Queimadela	478,57	63,78	0,25	2,24	1,18
Santa Cruz	311,76	67,96	0,30	1,81	0,93
São Cosmado	874,07	104,78	0,48	4,42	4,16
São Martinho das Chãs	322,50	54,69	0,70	5,44	2,27
UF Aricera e Goujoim	446,15	62,28	0,23	2,01	1,02
UF São Romão e Santiago	388,89	64,71	0,32	2,40	1,23
UF Vila Seca e Santo Adrião	611,54	82,22	0,46	3,96	2,80
Vacalar	392,86	66,99	0,25	1,81	0,97

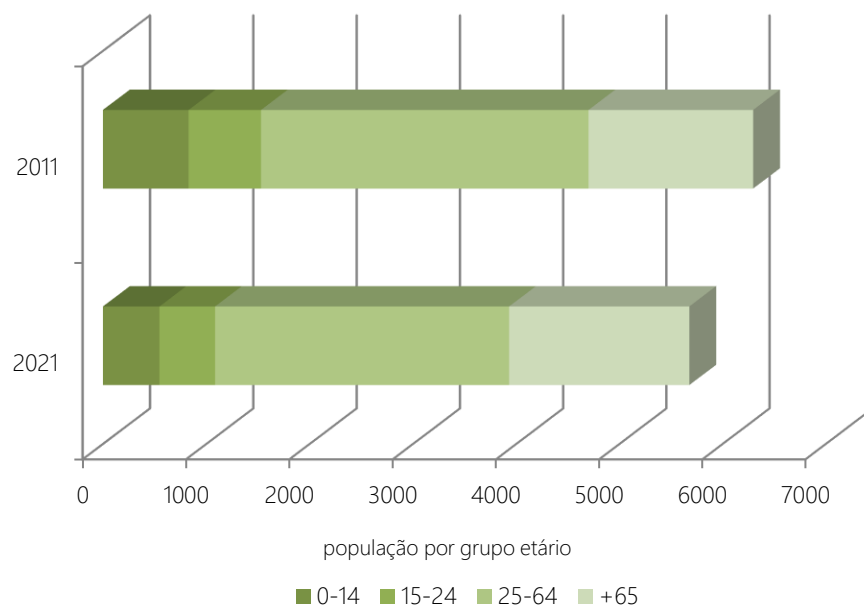
(INE, I.P., Censos 2011-2021)

QUADRO 17 – ÍNDICE DE DEPENDÊNCIA, POR FREGUESIA, EM 2021.

Unidade Territorial (Freguesia)	Índice de dependência (%)		
	Jovens	Idosos	Total
Aldeias	18,33	52,22	70,56
Armamar	20,76	35,23	55,99
Cimbres	21,74	45,96	67,70
Folgosa	12,50	61,46	73,96
Fontelo	17,21	47,27	64,48
Queimada	14,77	80,54	95,30
Queimadela	11,02	52,76	63,78
Santa Cruz	16,50	51,46	67,96
São Cosmado	10,76	94,02	104,78
São Martinho das Chãs	12,94	41,75	54,69
UF Aricera e Goujoim	11,40	50,88	62,28
UF São Romão e Santiago	13,24	51,47	64,71
UF Vila Seca e Santo Adrião	11,56	70,67	82,22
Vacalar	13,59	53,40	66,99

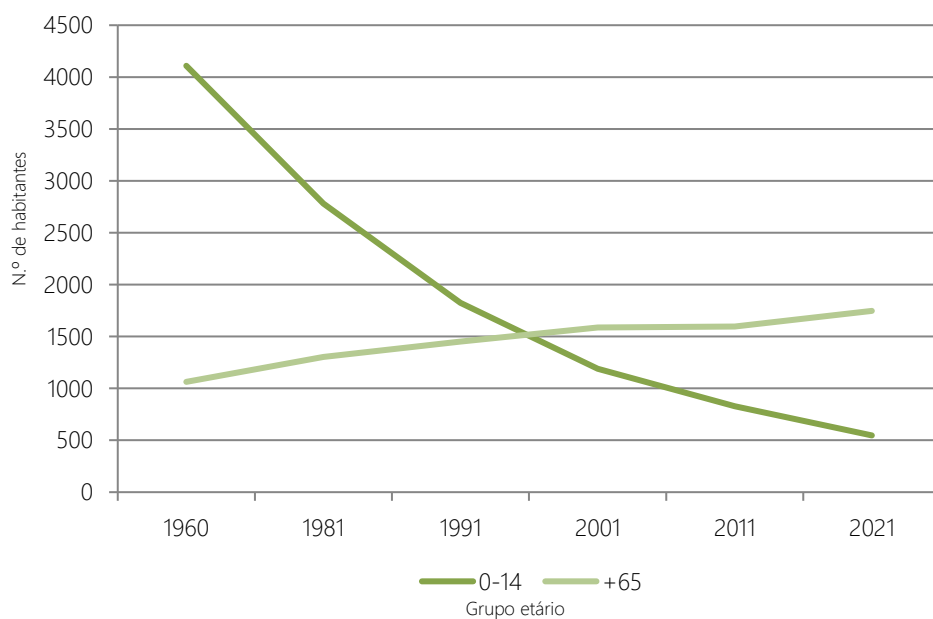
(INE, I.P., Censos 2011-2021)

FIGURA 11 – POPULAÇÃO RESIDENTE SEGUNDO OS GRUPOS ETÁRIOS ENTRE 2001 E 2021.



(INE, I.P., Censos 2011-2021)

FIGURA 12 – EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO RESIDENTE SEGUNDO OS GRUPOS ETÁRIOS 0A 14 ANOS E 65 ANOS OU MAIS ANOS ENTRE 2001 E 2021.



(INE, I.P., Censos 2011-2021)

FIGURA 13 – PIRÂMIDE ETÁRIA DA POPULAÇÃO RESIDENTE NO CONCELHO DE ARMAMAR, POR N.º DE INDIVÍDUOS EM 2021.

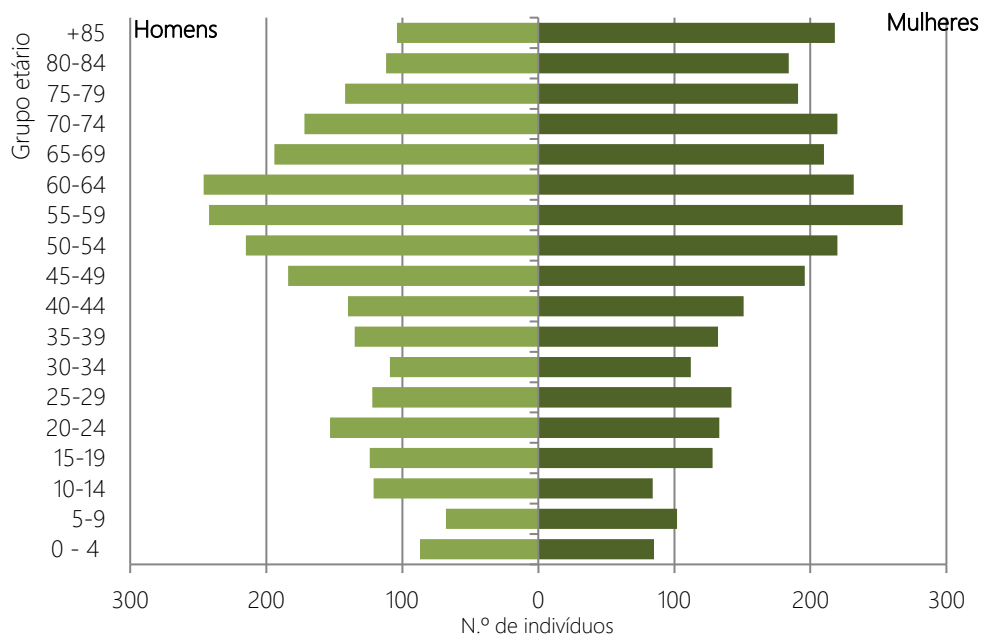
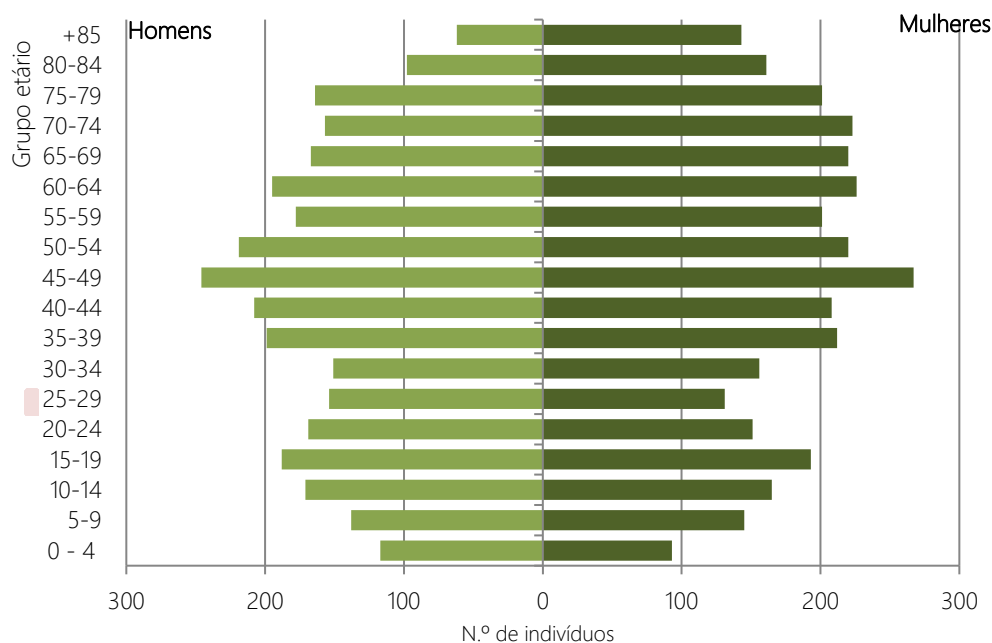
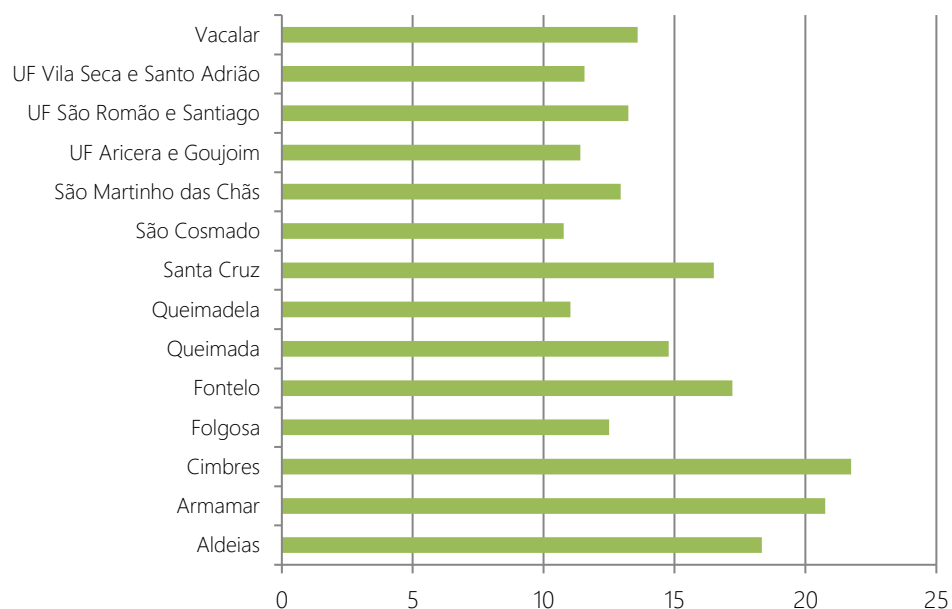


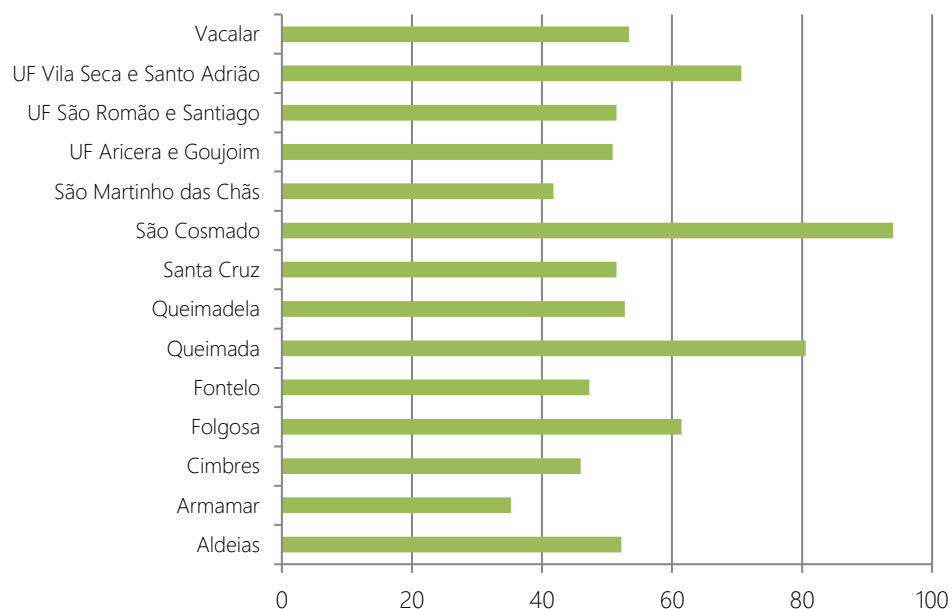
FIGURA 14 – PIRÂMIDE ETÁRIA DA POPULAÇÃO RESIDENTE NO CONCELHO DE ARMAMAR, POR N.º DE INDIVÍDUOS EM 2011.



(INE, I.P., Censos 2011-2021)

FIGURA 15 – ÍNDICE DE DEPENDÊNCIA DE JOVENS (%), POR FREGUESIAS, 2021.

(INE, I.P., Censos 2011-2021)

FIGURA 16 – ÍNDICE DE DEPENDÊNCIA DE IDOSOS (%), POR FREGUESIAS, 2021.

(INE, I.P., Censos 2011-2021)

3.2.5. Previsões das tendências (2021-2031)

3.2.5.1. População residente.

No que concerne às dinâmicas populacionais descritas e às principais implicações, sob o ponto de vista da organização das infraestruturas e das atividades no território, importa, no quadro dos objetivos desta análise, tentar enquadrar as tendências de evolução no horizonte temporal das três primeiras décadas do século XXI. Para tal, utilizou-se o método das componentes por coortes como metodologia de base para uma análise mais detalhada (por grupos de idades).

Os resultados da aplicação deste método a populações específicas dão informações sobre o volume e a composição (segundo o sexo e as idades) da população em momentos futuros, não tendo em atenção acontecimentos de natureza excecional (catástrofes, guerras, epidemias, etc.). Os resultados previstos traduzem não só a composição da população no presente, como têm que ser interpretados a partir das hipóteses assumidas sobre a evolução, ao longo do período prospetivo, dos comportamentos demográficos (mortalidade, fecundidade e movimentos migratórios). O momento de partida utilizado foi a data do último recenseamento (21 de Março de 2011), projetando-se sucessivamente para períodos de 5 anos até 2031.

Entre 1950 e 2011, o município de Armamar revelou um crescimento negativo, passando a população residente de 13 426 habitantes, em 1950, para 6 297 habitantes, em 2011, e para 5 678, em 2021. Durante esse período, a análise realizada sobre a evolução da estrutura populacional demonstrou uma tendência significativa para o envelhecimento, em larga medida impulsionado pelo aumento da longevidade e pela quebra sistemática da fecundidade e natalidade. E, se excetuarmos o contributo trazido pelos movimentos migratórios, a tendência da população residente natural do concelho de Armamar, entre 2011 e 2021, é de diminuição, tendo passado de 6 297 (2011) para 5 678 (2021), portanto, revelou um decréscimo de -619 indivíduos. Numa perspetiva mais conservadora e segundo as projeções desenhadas a partir dos dados existentes espera-se uma continuidade no decréscimo populacional ou, muito menos provável, a ocorrência de um crescimento nulo, situação difícil de estimar. Espera-se que, a partir de 2021, ocorra um decréscimo de -7,3% a -7,9%, correspondendo, em 2031, ao número de 5223 habitantes (cenário médio). Este resultado deverá ser entendido no quadro da metodologia de projeção da população que considera apenas a dinâmica natural (nascimentos e óbitos). Em termos de cenários, o valor do cenário baixo estima-se em 5043 e o cenário alto em 5448 habitantes. Partindo para a análise do crescimento da população residente das freguesias do concelho de Armamar, estima-se que só a freguesia de Armamar e a da Queimada possam registar um

tímido acréscimo populacional nesse período, enquanto a maioria das freguesias acusará um decréscimo populacional, como tem sido tendência nos períodos 2001-2011 e 2011-2021. No âmbito da dinâmica migratória e encarando como cenário que na próxima década se manterá o saldo migratório registado nas últimas duas, significa que na maioria das freguesias não se registarão alterações significativas em virtude do saldo migratório se apresentar praticamente nulo.

QUADRO 18 – PROVÁVEL EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO RESIDENTE, POR FREGUESIA, ENTRE 2001 E 2031.

Unidade Territorial (Freguesia)	2001	2011	2021	2031	2001 2011		2011 2021		2021 2031		Tendência
					n.º	%	n.º	%	n.º	%	
Aldeias	357	337	307	288	-20	-5,6	-30	-8,9	-19	-4,5	↓
Armamar	1438	1 464	1 510	1527	26	1,8	46,0	3,1	17	1,6	↑
Cimbres	319	308	270	231	-11	-3,4	-38	-12,3	-39	-6,2	↓
Folgosa	466	428	334	282	-38	-8,2	-94	-22,0	-52	-11,0	↓
Fontelo	755	641	602	574	-114	-15,1	-39	-6,1	-28	-3,1	↓
Queimada	291	285	291	295	-6	-2,1	6	2,1	4	1,1	↑
Queimadela	369	248	208	182	-121	-32,8	-40	-16,1	-26	-8,1	↓
Santa Cruz	214	206	173	149	-8	-3,7	-33	-16,0	-24	-8,0	↓
São Cosmado	679	598	514	454	-81	-11,9	-84	-14,0	-60	-7,0	↓
São Martinho das Chãs	694	549	478	412	-145	-20,9	-71	-12,9	-66	-6,5	↓
UF Aricera e Goujoim	260	215	185	160	-45	-17,3	-30	-14,0	-25	-7,0	↓
UF São Romão e Santiago	358	306	224	172	-52	-14,5	-82	-26,8	-52	-13,4	↓
UF Vila Seca e Santo Adrião	600	507	410	342	-93	-15,5	-97	-19,1	-68	-9,6	↓
Vacalar	255	205	172	155	-50	-19,6	-33	-16,1	-17	-8,1	↓
Armamar (concelho)	7492	6297	5678	5223	-1195	-16,0	-619	-9,8	-448	-7,9	↓

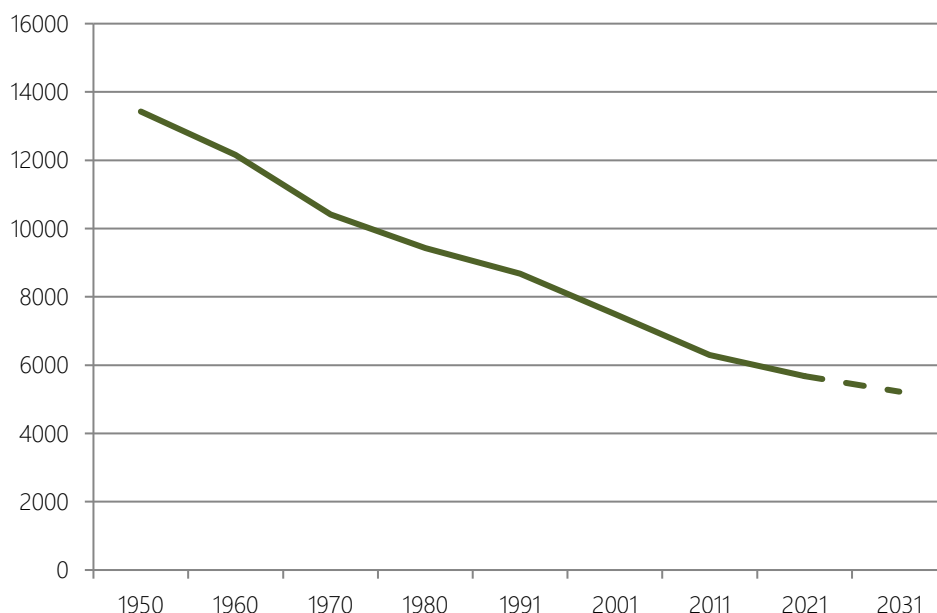
(INE, I.P., Censos 2011-2021, cálculos próprios)

QUADRO 19 – PROVÁVEL EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO RESIDENTE, POR GRANDES GRUPOS ETÁRIOS, ENTRE 2001 E 2031 (CENÁRIO MÉDIO).

Grupo etário	2001	2011	2021	2031	2001-2011		2011-2021		2021-2031		Tendência
					n.º	%	n.º	%	n.º	%	
0-14	1138	829	547	379	-309	-27,2	-282	-34,0	-168	-30,6	↓
15-64	4717	3872	3384	2866	-845	-17,9	-488	-12,6	-518	-15,3	↓
+ 65	1587	1596	1747	1912	9	0,6	151	9,5	165	14,8	↑

(INE, I.P., Censos 2011-2021, cálculos próprios)

FIGURA 17 – PROVÁVEL EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO RESIDENTE ENTRE 1950 E 2031 (N.º).



(INE, I.P., Censos 2011-2021, Recenseamento Geral da População, 1950, 1960 e 1970; Recenseamento da População e Habitação 1981, Censos 2001 e Censos 2011 e cálculos próprios).

Em algumas das freguesias registou-se para a última década 2011-2021, mas em especial mais recentemente um breve crescimento populacional que se ficou a dever ao desenvolvimento socioeconómico e ao ligeiro aumento da oferta de emprego, particularmente na agricultura. Pois, em sentido inverso, a falta de recursos humanos é uma realidade que concorre para as dificuldades dos sectores primário e secundário, e os indivíduos que se enquadram na dinâmica migratória nem sempre acabam por fixar a sua residência no concelho dada a sazonalidade dos trabalhos que caracterizam, em particular, o sector primário.

Atendendo as implicações que a dinâmica do mercado de trabalho exerce sobre as migrações, o crescimento populacional para a década de 2021-2031 prevê-se que se registarão valores e tendências muito semelhantes aos verificados para os últimos anos da década de 2011-2021, correspondendo previsivelmente a um acréscimo que poderá rondar cerca de 1% do total da população residente (podendo alcançar 1,1% numa perspetiva mais otimista; e 0,2% numa estimativa mais conservadora). No caso de surgir um incremento extraordinário da população imigrante, a freguesia de Armamar e as que se encontram mais próximas do limite do concelho de Lamego e do concelho de Moimenta apresentam-se como a parte do território onde esse cenário será mais provável, mas evidentemente não conseguimos estabelecer uma

projeção rigorosa para esse cenário. As restantes freguesias do concelho de Armamar, dada a sua ruralidade e acentuado despovoamento, continuarão a revelar uma fraca capacidade de atração que, de resto, têm conhecido nas últimas décadas.

3.2.5.2 Natalidade.

No contexto da reorganização da rede de equipamentos educativos é importante analisar a projeção dos nascimentos para 2031. A apreciação do comportamento desta variável é fundamental para que se possa perspetivar quais serão os volumes de população para os diferentes escalões de idades, mesmo não se considerando o efeito resultante da presença de populações imigrantes e a diferente taxa de fecundidade. A evolução do número de nascimentos sobreviventes por ano, nas diferentes freguesias, mostra, desde logo, uma quebra nos nascimentos, situação que se justifica com a baixa taxa de fecundidade e a projeção da sua diminuição em virtude do reduzido número de indivíduos residentes em todas as freguesias, à exceção da freguesia de Armamar.

QUADRO 20 – PROVÁVEL EVOLUÇÃO DA NATALIDADE, POR FREGUESIA, ENTRE 2011 E 2031.

Unidade Territorial (Freguesia)	2011	2021	2026	2031	2011 2021		2021 2031		Tendência
					n.º	%	n.º	%	
Aldeias	4	2	2	2	-2	-50,0	0	00,0	↓
Armamar	10	10	8	8	0	00,0	0	00,0	↓
Cimbres	2	1	1	2	-1	-50,0	1	50,0	↑
Folgosa	0	3	2	2	3	00,0	0	00,0	↓
Fontelo	6	2	3	2	-4	-66,7	-1	-50,0	↓
Queimada	0	1	1	1	1	00,0	0	00,0	↓
Queimadela	1	0	0	0	-1	-100,0	0	00,0	↓
Santa Cruz	1	0	1	1	-1	-100,0	0	00,0	↓
São Cosmado	0	1	1	1	1	00,0	0	00,0	↓
São Martinho das Chãs	3	4	2	2	1	33,3	0	00,0	↓
UF Aricera e Goujoim	0	1	1	1	1	00,0	0	00,0	↓
UF São Romão e Santiago	2	1	1	1	-1	-50,0	0	00,0	↓
UF Vila Seca e Santo Adrião	2	2	1	1	0	00,0	0	00,0	↓
Vacalar	0	0	0	1	0	00,0	0	00,0	↓
Armamar (concelho)	31	28	24	25	-6	-19,4	-3	-12,5	↓

(INE, I.P., Censos 2011-2021, cálculos próprios)

Além disso, o contexto de atratividade desta freguesia possui por corresponder à sede de concelho, e as que com ela se situam mais próximas da concentração do mercado de trabalho, bem como pela adjacência às instituições, em especial as que integram a oferta escolar, constitui em relação às restantes um fator de atração que se traduz na fixação de casais mais jovens na referida localidade. As projeções realizadas para o município de Armamar estimam uma diminuição no número total de nascimentos para o intervalo 2021-2031 cerca de -12,5%. Em suma, ao nível das freguesias espera-se que, entre 2021 e 2031, ocorra um decréscimo generalizado dos valores da natalidade, excetuando as freguesias de Armamar, de Cimbres e possivelmente a freguesia da Queimada, onde se deverá registar um ligeiríssimo crescimento em relação ao período decenal anterior de 2021. O declínio projeta-se também para a taxa de natalidade, em todas as freguesias, estimando-se que passará de 6,0‰ para 1,8‰. E, no caso das freguesias mais periféricas prevê-se que a diminuição seja mais acentuada considerando os valores totais dos nascimentos.

3.2.6. Estrutura etária.

Os dados relativos à evolução do número de nascimentos contribuem para explicar o agravamento do envelhecimento populacional, cujo agravamento se perspetiva, ainda que seja inferior ao estimado para a generalidade dos municípios da região Douro. A relação entre esses indicadores ajuda a compreender que a tendência geral será de perda de população, mais acentuada no grupo etário dos mais jovens (0-14 e 15-24 anos) e dos adultos (25-49 anos), e de um aumento até meados da década de trinta do atual século nas classes etárias dos indivíduos com 50 ou mais anos, sendo que para os idosos os acréscimos tenderão a assumir uma maior expressividade.

Se no ano de 2021 a proporção de jovens (<14 anos) correspondia a 9,6% da população residente, para o ano de 2031 espera-se que venha a corresponder a 9,0%. Prevê-se para a década de 2021-2031 uma ligeira descida no grupo etário dos 15 aos 24 anos (de -0,4%, correspondendo a uma diminuição de 69 jovens adultos (em 2031) sobre o valor de 553 indivíduos (em 2021), e no grupo etário dos 25 aos 64 anos (de -0,9%, correspondendo a -216 indivíduos). No entanto, nos grupos etários 54-64 e +65, estima-se que os valores serão superiores, fruto do envelhecimento da população e de acordo com a tendência de crescimento que vem sendo notada desde 2001. Uma subida acentuada será registada no grupo etário dos mais idosos (+65), que passará a representar mais de 35% da população residente total no ano de 2031, quando em 2021 representava 30,8%, com um aumento expectável de 93-100 idosos.

O envelhecimento da população representa um dos fenómenos demográficos mais preocupantes da atualidade nas sociedades dos países desenvolvidos. Este revela reflexos de âmbito socioeconómico com impacto no desenho das políticas sociais e de sustentabilidade, bem como alterações de índole individual através da adoção de novos estilos de vida. Não obstante o município de Armamar apresentar um altos índices de envelhecimento, ocupando a 76ª posição entre 306, as projeções, com base na diminuição do número de nascimentos, abrandamento do crescimento populacional e provável aumento da esperança média de vida, traduzem um aumento generalizado do índice de envelhecimento.

QUADRO 21 – PROVÁVEL EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO RESIDENTE, POR GRANDES GRUPOS ETÁRIOS, ENTRE 2011 E 2031 (N.º).

Grupo etário	2011	2021	2022	2031	2011-2021		2021-2022		2021-2031		Tendência
					n.º	%	n.º	%	n.º	%	
0-14	829	547	548	471	-282	-34,0	1	0,2	-76	-13,9	↓
15-24	701	538	553	484	-163	-23,3	15	2,8	-54	-10,0	↓
25-54	2371	1858	1873	1657	-513	-21,6	15	0,8	-201	-10,8	↓
55-64	800	988	1003	1102	188	23,5	15	1,5	114	11,5	↑
+ 65	1596	1747	1738	1831	151	9,5	-9	-0,5	84	4,8	↑

(INE, I.P., Censos 2011-2021, cálculos próprios)

QUADRO 22 – PROPORÇÃO DA POPULAÇÃO POR GRUPO ETÁRIO FACE À TOTALIDADE DA POPULAÇÃO RESIDENTE (N.º).

Grupo etário	2021	2022	2031	2021	2022	2031	Tendência
				%	%	%	
0-14	547	548	471	9,6	9,6	9,0	↓
15-24	538	553	484	9,5	9,7	9,3	↓
25-54	1858	1873	1657	32,7	32,8	31,7	↓
55-64	988	1003	1102	17,4	17,6	21,1	↑
+ 65	1747	1738	1831	30,8	30,4	35,1	↑

(INE, I.P., Censos 2011-2021, cálculos próprios)

3.2.7. Evolução da população em idade escolar.

As projeções da população escolar constituem um elemento essencial e de especial importância para a previsão das necessidades associadas ao ensino, nomeadamente as infraestruturas de apoio, salas de aula e recursos humanos (docentes e não docentes).

Uma vez projetados os valores da população residente para o município e freguesias, importa estimar qual será a evolução provável da população em idade escolar, tendo em vista o dimensionamento dos estabelecimentos de ensino, desde o pré-escolar até ao ensino secundário. Os resultados obtidos permitem concluir que até 2021 os grupos etários dos 0 a 4 anos, 5 a 9 anos, 10 a 14 anos, 15 a 19 anos tendem a diminuir em relação à década anterior. No entanto, os indicadores mostram que o ano 2022 se encontra em crescimento nos grupos etários dos 5 a 9 anos, 10 a 14 anos e dos 15 a 19 anos. Note-se que a utilização do grupo etário para esta análise deriva do fornecimento dos dados pelo INE, e que não nos foi possível, por agora, obter dados com outro intervalo etário, dado que ainda não foram disponibilizados os resultados definitivos. Os valores estimados que se apresentam nos indicadores são os que se enquadram nos valores médios.

Analisando os dados apresentados fornecidos pelo INE, confrontando-os com os fornecidos pelo AE de Armamar e atendendo às projeções em função dos diferentes níveis etários e de escolaridade, a primeira conclusão que se pode retirar é a última década registou uma diminuição em todos os grupos etários em idade escolar e que, recentemente, em 2022, os grupos etários dos 5 a 9 anos, 10 a 14 anos, 15 a 19 anos registaram um acréscimo de jovens, situação que se explica com o surto migratório que se registou para o território de Armamar. No entanto, a sua fragilidade não nos permite considerar com segurança esse crescimento. Isso mesmo mostra o indicador do grupo de crianças em idade de frequentar o Ensino Pré-Escolar (3 a 5 anos) em que é perceptível que continuará a tendência de decréscimo/ou de crescimento nulo já identificada na última década. Por isso, a ausência de indivíduos oriundos ou resultantes de um episódio de imigração será ainda mais evidente quando os alunos quantificados no primeiro grupo etário prosseguirem para o 1.º CEB, em que se deixará de se registar um incremento idêntico e a tendência, com grande probabilidade, será decrescente e próxima do número médio de alunos matriculados 2020/21. No entanto, constata-se que os dados provenientes do INE acabam por espelhar esses quantitativos. Em relação ao número de crianças em idade de frequentar o 1.º CEB (6 a 9 anos), ao longo da década de 2021-2031 espera-se uma perda que rondará de perto dos -10%, entre 2021 e 2026, e que a partir de 2028 se agravará. De uma forma geral, os valores serão relativamente constantes.

O número de crianças em idade de frequentar o 2.º CEB (10 a 11 anos) e o número de jovens em idade de frequentar o 3.º CEB (12 e 14 anos) projetam-se em decréscimo cerca de -30% entre 2021 e 2031, com menos 65-70 crianças que hoje, no ano letivo de 2021-2022. Para o ensino secundário, atendendo à evolução do grupo e não das opções de ensino que os jovens tomarão, quer seja o ensino profissional, quer seja o ensino regular, as estimativas seguem a tendência de decréscimo, menor que a registada na década 2011-2021 (-85 alunos), mas que se situará pelos valores de -75 alunos, cujos termos percentuais se exprimem num decréscimo de -33,9% para -31,12%.

De uma forma global, as projeções para a população estudantil revelam uma tendência decrescente nos estabelecimentos de ensino. Assim, a relação entre o número dos alunos existentes em (2021) e os que se estimam existir em 2031, projeta-se numa perda de superior à dezena, ou seja, o concelho de Armamar perderá quase metade dos jovens em idade escolar existentes em 2021, passando de 1210 (2021) para 558 (2031) futuros alunos.

QUADRO 23 – PROVÁVEL EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO EM IDADE ESCOLAR, POR GRUPOS ETÁRIOS, ENTRE 2011 E 2031 (N.º).

Grupo etário	2011	2021	2022	2031	2011-2021		2021-2031		Tendência
					n.º	%	n.º	%	
0-4	210	172	153	145	-38	-18,1	-27	-7,05	↓
5-9	283	170	183	114	-113	-39,9	-56	-32,30	↓
10-14	336	205	212	132	-131	-39,0	-73	-35,60	↓
15-19	381	252	259	167	-129	-33,9	-85	-31,12	↓

(INE, I.P., Censos 2011-2021)

QUADRO 24 – PROPORÇÃO E EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO EM IDADE ESCOLAR, POR GRUPOS ETÁRIOS, ENTRE 2011 E 2031 (N.º).

Grupo etário	2011	2021	2022	2031	2011	2021	2022	2031	Tendência
					%	%	%	%	
0-4	210	172	153	145	3,3	3,0	2,7	2,8	↓
5-9	283	170	183	114	4,5	3,0	3,2	2,2	↓
10-14	336	205	212	132	5,3	3,6	3,7	2,5	↓
15-19	381	252	259	167	6,1	4,4	4,5	3,2	↓
Total	1210	799	807	558	19,2	14,1	14,1	10,7	↓

(INE, I.P., Censos 2011-2021)

3.3. Caraterização Socioeconómica.

3.3.1. Nacionalidade e multiculturalidade.

Portugal tem registado um aumento rápido de imigrantes, num curto espaço de tempo nos últimos anos. As evidências empíricas confirmam um importante incremento de estrangeiros nos países desenvolvidos a partir da segunda metade dos anos 80. Foram os países do sul (Portugal, Espanha, Itália e Grécia) que emergiram como recetores de imigrantes, realizando-se, uma transição da emigração para a imigração ou, em muitos casos, um modelo misto que resulta da coexistência dos dois processos. Parte desta imigração fez-se sobretudo para as grandes cidades, uma vez que estas possuem mercados de trabalho mais amplos e diversificados, oferecendo maiores oportunidades para aqueles que efetivamente procuram e anseiam por uma vida melhor. Assim, as Áreas Metropolitanas de Lisboa e Porto concentravam, em 2021, mais de metade dos estrangeiros que residiam em Portugal Continental (só Lisboa representava 51%, correspondendo a 343.995 indivíduos). O movimento migratório maciço verificado na sequência da Revolução de Abril e do consequente processo de descolonização dos PALOP contribuiu para aumentar o número de estrangeiros que chegavam à área metropolitana de Lisboa, assim como para reconfigurar os seus padrões de localização residencial. Contudo, esse processo não teve especial repercussão nos territórios do interior, apelidados de territórios de baixa densidade, onde se insere o concelho de Armamar.

Nas últimas décadas, o concelho de Armamar tem registado uma diminuição do crescimento populacional (2011-2021), mas os dados preliminares recolhidos para 2022 parecem indicar que o crescimento negativo parece ter sido estancado e o ligeiríssimo crescimento assinalado ficou a dever-se em parte à fixação de população imigrante. Isso mesmo revela a informação demográfica sobre a população residente de nacionalidade estrangeira em Armamar que, em 2011, era de 0,76% (45 indivíduos) e, em 2021, passou a ser de 1,39% (78 indivíduos). Mas esses indicadores quando comparados com o contexto nacional e regional, revelam que Armamar concentra um reduzido número de imigrantes cujo impacto se poderá diluir ao longo da década. Em 2011, os estrangeiros em Armamar correspondiam a 2,11% do total de imigrantes residentes na região DOURO e, em 2021, representavam 3,46% face ao mesmo indicador regional. Desses valores refira-se que homens e mulheres se repartem, igualmente, em cerca de 0,7%.

A grande maioria dos imigrantes do concelho (78 indivíduos em 2021) estavam maioritariamente inseridos numa faixa etária entre os 25-64 anos, encontrando-se, por isso, em idade ativa. Deduz-se, assim, que os fatores de ordem económica continuam a prevalecer na decisão de imigração.

O número de crianças e jovens residentes em Armamar apresenta, para já, valores pouco significativos. Em termos das habilitações, cerca de metade dos

residentes estrangeiros tinham apenas o ensino básico concluído, seguindo-se os detentores do ensino secundário e, por fim, os que não apresentavam qualquer nível de escolaridade completo. Os resultados de 2021 não revelam a residência de imigrantes com o ensino superior completo, e cremos que a existirem resumir-se-ão a um valor praticamente nulo. Em termos relativos, os indivíduos provenientes dos continentes africano e asiático são os detentores das piores habilitações, ao passo que os europeus e americanos apresentam um perfil de habilitações mais favorável.

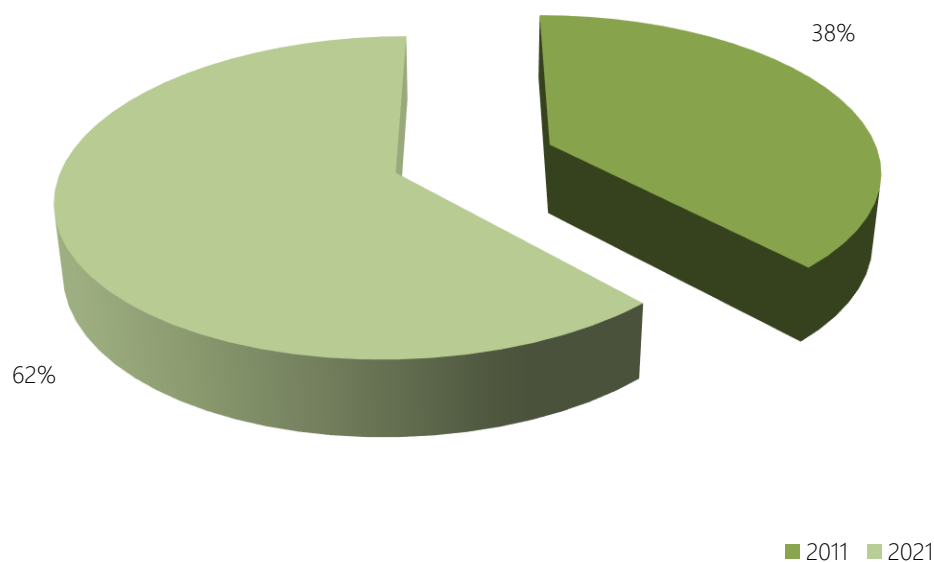
Continuando o exame aos indicadores de 2021 para Armamar (os únicos validados e disponibilizados oficialmente), os imigrantes europeus eram quem dominavam a imigração local representando 47,43% da totalidade, seguidos pelos imigrantes oriundos do continente americano, com 33,33% dos imigrantes, depois surgem os asiáticos com 15,38% e no fim os africanos com 3,84%. Por outro lado, enquanto nacionalidade, é ao Brasil que corresponde o maior número de imigrantes, constituindo 33,33% do total da população estrangeira. Sobressaem ainda os oriundos da França e da Itália, ambos com 7,69%.

O fenómeno migratório observado no caso de Armamar assume contornos ainda pouco relevantes, mas deverá ser enquadrado no âmbito das razões que estiveram na base da escolha deste território para viver. Desde logo, a proximidade de familiares e amigos, mostrando que a existência de redes sociais é muito importante, tanto para a decisão de migrar, como para a escolha do território de fixação. Devem ainda ser sublinhados os preços mais baixos da habitação (em comparação com as zonas urbanas) e a existência de trabalho, especialmente no setor primário. Neste contexto, é reconhecida também a importância da manutenção dos laços com o país de origem, traduzindo-se na reprodução de tradições e práticas culturais de carácter simbólico e material no país de acolhimento. Exemplo disso é a conservação de hábitos gastronómicos tradicionais, a compra de bens do país de origem ou o interesse pela música da comunidade étnica.

A multiculturalidade étnica de Armamar poderá vir a ser considerada como uma valiosa potencialidade deste território, contribuindo para isso a presença, em 2021, de mais de uma dezena de nacionalidades diferentes. Esta diversidade concorre para a multi/interculturalidade das sociedades e das escolas, para a partilha e coabitação de tradições culturais, de competências e de saberes, também acarreta uma complexidade social e uma miscigenação de culturas, trazendo por vezes problemas de comunicação, novos conflitos e novas formas de discriminação e de exclusão. Como salienta a UNESCO (2001) na Declaração Universal sobre a Diversidade Cultural *“a diversidade cultural é uma das fontes de desenvolvimento, entendido não só como crescimento económico, mas, também, como meio de acesso a uma existência intelectual, afetiva, moral e espiritual satisfatória”*.

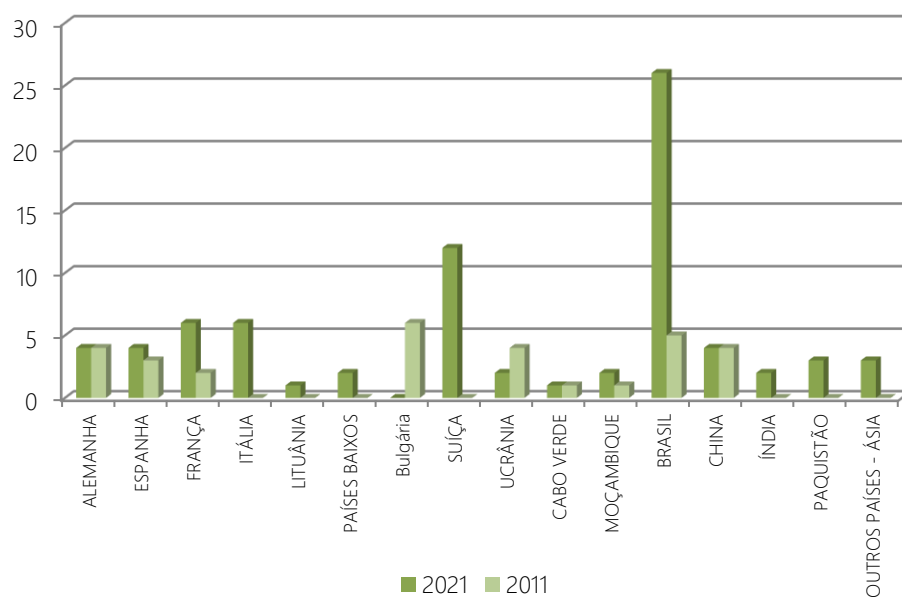
Constituindo a escola um importante elo de ligação à sociedade de acolhimento, devem promover-se os meios que possibilitem a adequação da instituição escolar à

FIGURA 18 – POPULAÇÃO RESIDENTE DE NACIONALIDADE ESTRANGEIRA EM ARMAMAR, EM 2011 E 2021.



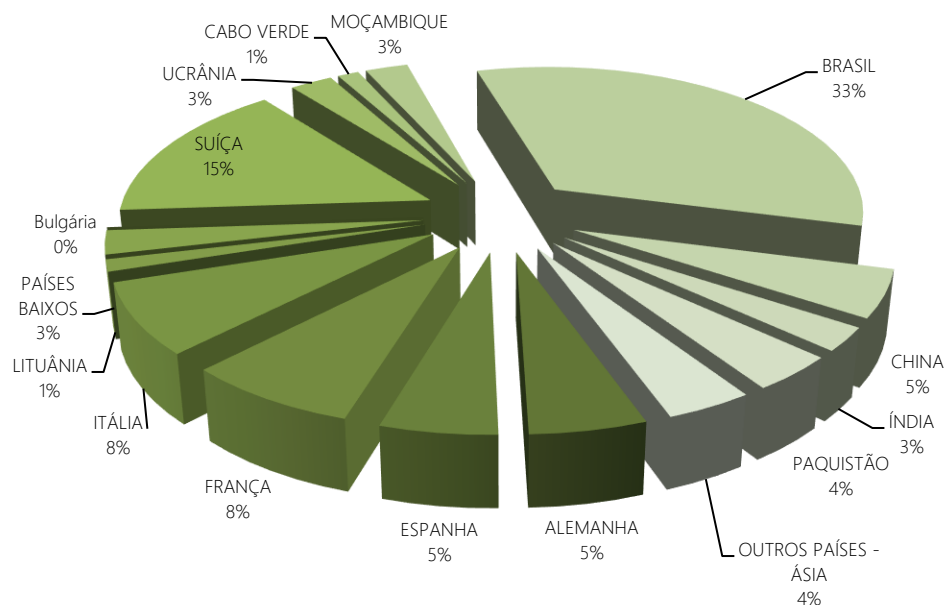
(INE, I.P., Censos 2011-2021)

FIGURA 19 – EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO RESIDENTE EM ARMAMAR, DE NACIONALIDADE ESTRANGEIRA, POR PAÍS DE ORIGEM.



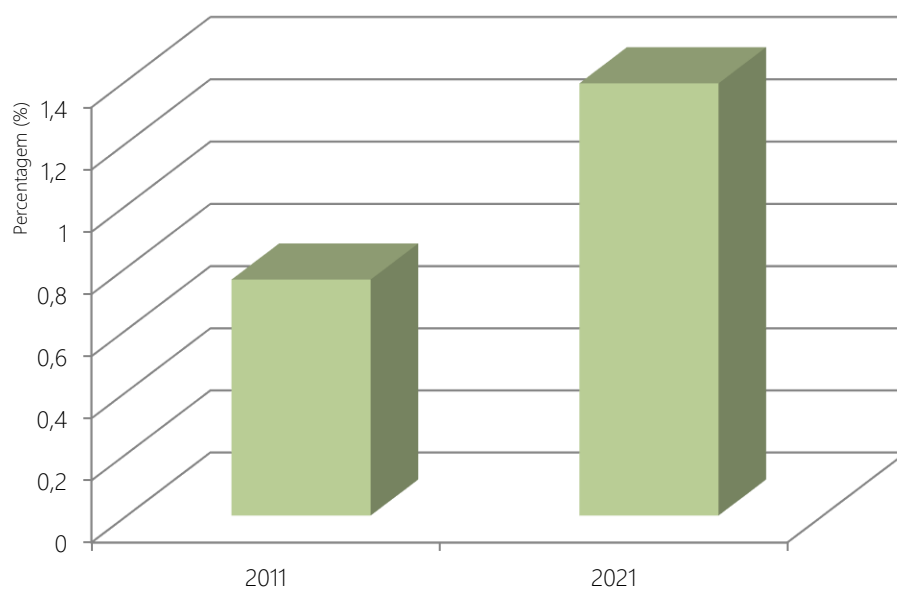
(INE, I.P., Censos 2011-2021)

FIGURA 20 – POPULAÇÃO RESIDENTE EM ARMAMAR, DE NACIONALIDADE ESTRANGEIRA, POR PAÍS DE ORIGEM NO ANO DE 2021.



(INE, I.P., Censos 2011-2021)

FIGURA 21 – POPULAÇÃO DE NATURALIDADE ESTRANGEIRA, RESIDENTE EM ARMAMAR, NOS ANOS DE 2011 E 2021.



(INE, I.P., Censos 2011-2021)

realidade social e multicultural e a sua articulação com as famílias e a comunidade em que está inserida (Ramos, 2007). Com efeito, a escola também deve ser vista como espaço de encontro das diferenças, de convivência entre diferentes culturas e aprendizagem, de educação e desenvolvimento integral de todas as crianças e jovens, quer sejam migrantes ou autóctones. Neste contexto, compete aos Estados e aos órgãos de poder local o desenvolvimento de eficazes políticas educativas, sociais e multiculturais, com o objetivo de evitar a exclusão e a discriminação nos domínios social, económico, cultural, religioso, educativo e linguístico e para integrar a diversidade cultural, o diálogo intercultural e promover a igualdade de oportunidades nos diferentes setores da sociedade (Ramos, 2007).

A Comissão Europeia, em articulação com os estados membros, tem vindo a promover iniciativas ao nível legislativo e dos sistemas e políticas educativas, tendo em vista a formação dos agentes educativos, particularmente professores, para lidarem com a complexidade e a interculturalidade no ensino, a aprendizagem da pedagogia intercultural, o reconhecimento da diversidade nas relações internacionais e globais e a solidificação de uma identidade europeia, para além, da diversidade nacional (Eurydice, 2004).

Armamar ainda não apresentou o seu Plano Concelhio para a Integração dos Imigrantes (PCIIS), dada a baixa percentagem de imigrantes no território. No entanto, possui um regulamento concelhio para a atribuição de apoios a agregados familiares carenciados e a deslocados, onde se enquadram os imigrantes. Enquanto documento prioritário, o plano concelhio ajuda na procura de níveis superiores de integração e na melhoria qualitativa e da eficácia nas políticas de acolhimento e integração dos imigrantes. Caso se registem aumentos da população imigrante recomenda-se que será essencial a elaboração desse plano concelhio, articulando e trabalhando em rede com os diferentes atores criando estratégias que garantam uma atuação concertada das diferentes entidades que atuam nesta área a nível local (alguns têm uma visão e intervenção com resultados a nível nacional de que são exemplo os Planos Nacionais para a Integração dos Imigrantes [2007-2009 e 2010-2013] e, mais recentemente, o Plano Estratégico para as Migrações (PEM) 2015-2020).

Os Planos Municipais para a Integração dos Imigrantes visam o aprofundamento das políticas locais, numa lógica de sustentabilidade e de governação integrada que conta com a participação de todos – entidades públicas e privadas – que em cada concelho trabalham em prol do acolhimento e integração dos imigrantes na sociedade portuguesa. Deste modo, em virtude de um eventual incremento da população migrante, Armamar deverá ponderar em desenvolver o seu regulamento ou até mesmo comprometer-se em potenciar uma estratégia global na área da imigração, participada e integradora das ações que as diferentes entidades e

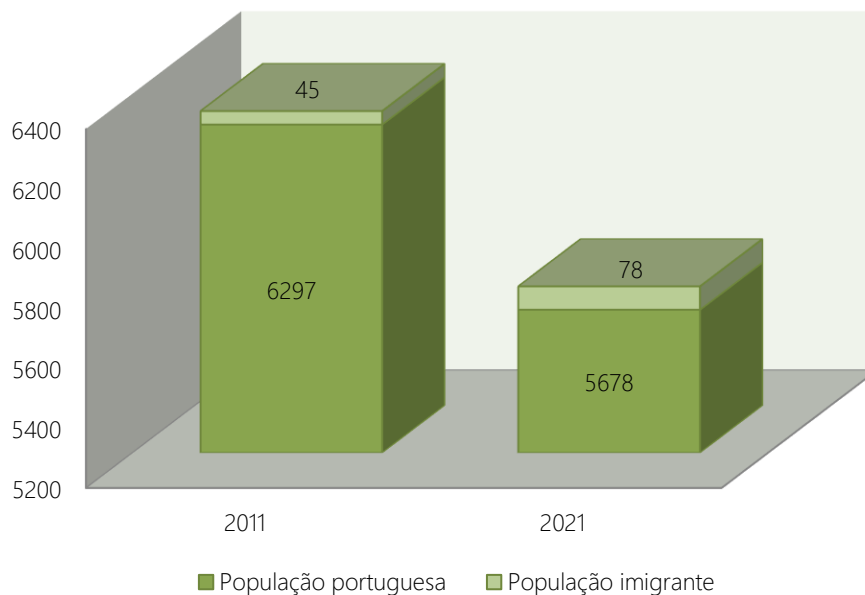
organismos públicos já hoje desenvolvem e outras consideradas importantes com base nas necessidades identificadas junto dos cidadãos – nacionais e estrangeiros – e das entidades coletivas (incluindo as diversas unidades orgânicas da CMS), num horizonte a curto ou médio-prazo. Os objetivos desta estratégia poderiam passar por:

- Reforçar e facilitar o acesso às estruturas de informação e apoio existentes no concelho;
- Facilitar o acesso dos imigrantes ao trabalho remunerado com enquadramento legal e às atividades económicas;
- Minorar as dificuldades dos cidadãos face às questões da habitação;
- Criar condição para a manutenção das crianças e jovens nos percursos escolares regulares;
- Aumentar as competências interculturais dos agentes da sociedade de acolhimento e dos imigrantes;
- Aumentar a visibilidade da diversidade cultural nas manifestações culturais do concelho;
- Fomentar o acesso aos cuidados de Saúde através da disseminação da informação sobre as questões da Saúde;
- Contribuir para a diminuição das desigualdades socioeconómicas;

Assumindo-se como um território multicultural, diverso e integrador, Armamar regista uma evolução quantitativa e eficaz nas políticas de acolhimento e integração, quer pela responsabilidade que lhe é cometida de gestão quotidiana e planificação do rumo do concelho, quer pelo papel fundamental que está a desempenhar na implementação de medidas de integração.

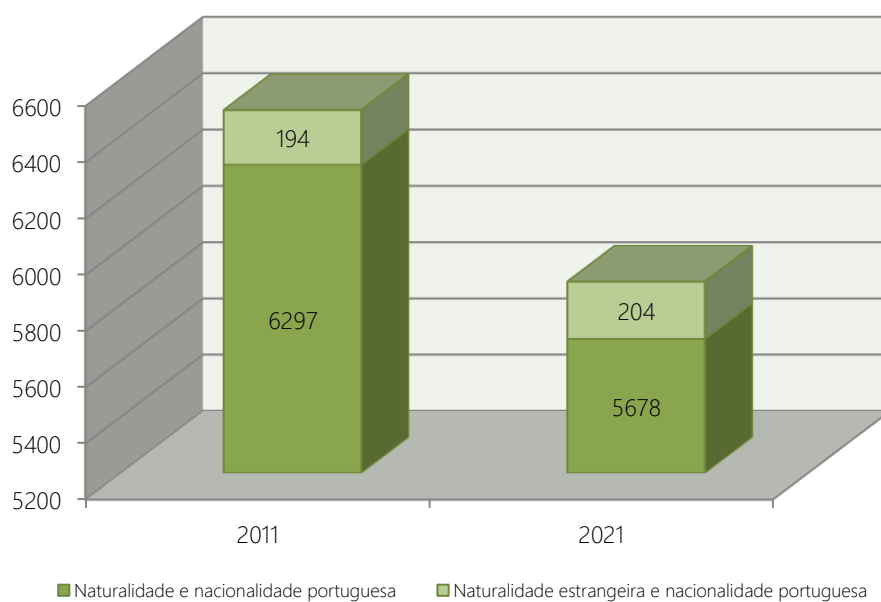
Para além dos residentes de nacionalidade e naturalidade estrangeira, há ainda a considerar a população portuguesa de naturalidade estrangeira que em Armamar, em 2021, representa 4,86% da população residente (5678 indivíduos). Entre 2011 e 2021 observou-se um acréscimo da população de naturalidade estrangeira residente em Armamar, registando-se um aumento de 1,78%, passando de 3,08% para 4,86%. Note-se que neste indicador incluem-se indivíduos que sendo filhos de portugueses possuem naturalidade estrangeira.

FIGURA 22 – PROPORÇÃO DE POPULAÇÃO IMIGRANTE RESIDENTE, FACE À POPULAÇÃO PORTUGUESA ENTRE OS ANOS DE 2011 E 2021 (N.º).



(INE, I.P., Censos 2011-2021)

FIGURA 23 – POPULAÇÃO PORTUGUESA DE NATURALIDADE ESTRANGEIRA, RESIDENTE EM ARMAMAR, NOS ANOS DE 2011 E 2021.



(INE, I.P., Censos 2011-2021)

Em 2011, contavam-se entre estes 194 indivíduos (6297 indivíduos da população residente total) e, em 2021, esse valor subiu para os 204 indivíduos (5678 indivíduos da população residente total). A diferença apurada de um acréscimo de 10 indivíduos na década de 2011-2021, não foi, evidentemente, (nem tão pouco o acréscimo de imigrantes) suficiente para inverter a perda de população e os indicadores comprovam o declínio e o envelhecimento da população. Do número total de 204 indivíduos de nacionalidade portuguesa mas que possuem naturalidade estrangeira, há a considerar que uma parte – ainda que pequena – poderá ter regressado à sua terra natal na condição de aposentados, durante a referida década. Finalmente, em comparação com os resultados da região Douro, a percentagem de população de nacionalidade estrangeira residente em Armamar, em 2011, correspondia a 2% da totalidade dos indivíduos de nacionalidade estrangeira residente e, em 2021, o valor duplicou, situando-se em 4%.

Em suma, sendo Armamar um concelho mais conhecido por ser de emigrantes do que imigrantes apresenta uma certa homogeneidade na sua população estrangeira residente; a comunidade imigrante é formada por classes sociais menos privilegiadas, onde se encontram trabalhadores pouco qualificados. A maioria dos indivíduos concentra-se na sede de concelho, freguesia de Armamar, seguida pela freguesia de São Martinho das Chãs e pela freguesia do Fontelo. Quanto ao conhecimento sobre os baixos níveis de qualificação e de rendimentos nada de relevante há a destacar. O grupo de imigrantes no território de Armamar tem, recentemente, sofrido transformações, nomeadamente com o aparecimento de novos imigrantes, sobretudo de nacionalidade brasileira que, em termos globais, apresenta maior número de residentes de naturalidade e nacionalidade estrangeira em termos absolutos.

A população imigrante caracteriza-se por ser uma comunidade jovem, com níveis de qualificação reduzidos e que labora em atividades pouco qualificadas de setores como a agricultura, a construção civil, serviços domésticos ou restauração. Como o nível de rendimentos per capita do concelho de Armamar é baixo e a comunidade imigrante é reduzida, não se verifica a mesma realidade que sucede nas zonas urbanas como em Viseu (sede de distrito) onde estas comunidades, em larga medida por consequência dos seus baixos recursos económicos, estão sub-representadas em territórios marginalizados. Aqui, em Armamar, a exceção apenas ocorre no caso da minoria étnica cigana.

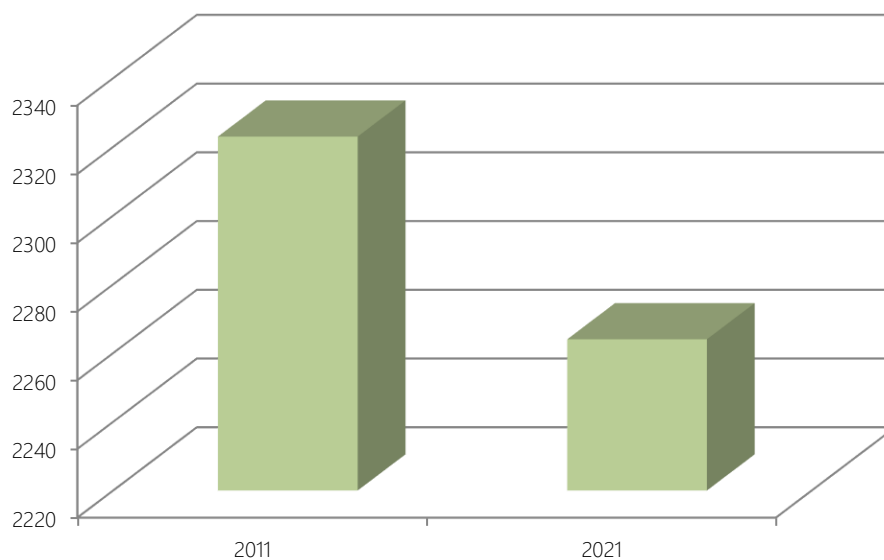
3.3.2. Famílias.

As famílias apresentam um papel central e estruturante na vida da sociedade, funcionando como um veículo de transmissão dos modelos sociais e um instrumento de socialização pelo qual os indivíduos se inserem no meio que os rodeia. Em virtude das mudanças sociais, culturais e económicas que se impõem na atualidade, os conceitos de família têm vindo a sofrer profundas alterações no que diz respeito aos seus valores, modelos e funções. O aparecimento de novos cenários e contextos familiares mais flexíveis, justifica-se pelo crescente aumento das uniões de facto, o aumento do número de crianças nascidas fora do casamento, o aumento das famílias monoparentais, recompostas e unipessoais, a diminuição da taxa de nupcialidade, o aumento dos divórcios e a redução da taxa de natalidade. Neste contexto, importa conhecer o perfil das famílias do município de Armamar, em termos do seu volume, composição e transformação nas últimas décadas.

Relativamente ao tipo de famílias existentes no município de Armamar, assumem predominância as famílias clássicas, ou seja, o conjunto de pessoas que residem no mesmo alojamento, que têm relações de parentesco entre si e que ocupam a totalidade ou parte do alojamento. Em 2011 existiam 2323 famílias clássicas no concelho, correspondendo a 99,9% do total de famílias, sendo que no mesmo ano existiam apenas 6 famílias institucionais (0,27%), ou seja, residentes num alojamento coletivo governados por uma entidade interior ou exterior ao grupo. Sem dados validados para o ano de 2021 (estima-se no momento 2264 famílias segundo o Censos, em 22.04.2024), a situação é idêntica à observada no ano de 2011, e estará em linha com o registado para os municípios limítrofes. A leitura do valor apurado do número de famílias permite concluir que Armamar registou uma diminuição do número de famílias clássicas (-2,53%, correspondendo a -59 novas famílias).

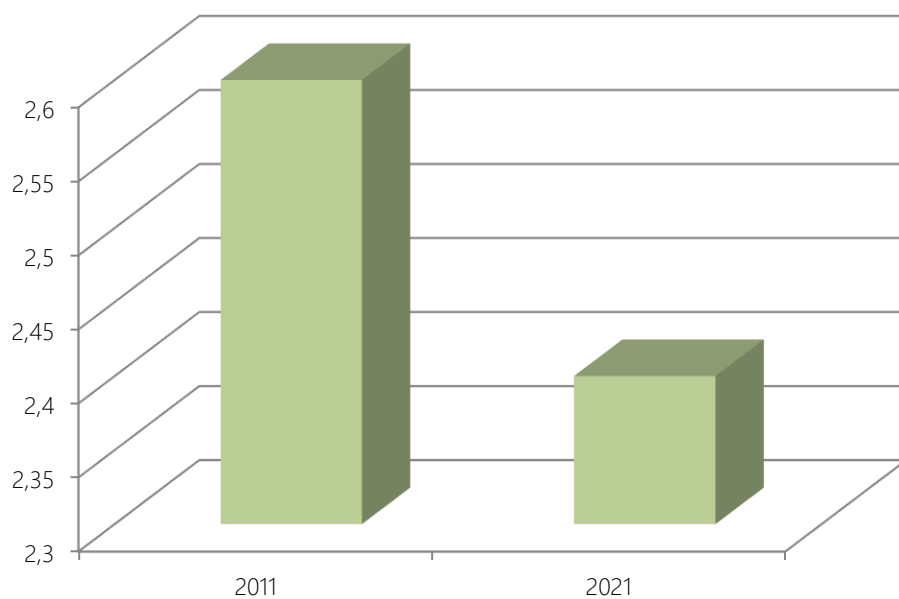
A avaliação conjunta da evolução da população, por um lado, e do número de famílias, por outro, permitiu também concluir uma tendência para a redução da dimensão média das famílias, que assume menor intensidade nas freguesias mais rurais, em virtude das questões relacionadas com o estilo de vida e com as características habitacionais. Como resultado das transformações sociais e dinâmicas demográficas atrás referenciadas, verifica-se uma diminuição da dimensão média das famílias que, no município de Armamar, passou de 2,6 em 2011, para 2,4 em 2021. Note-se que se trata de um valor próximo à média do Continente (2,57). Os efeitos do decréscimo populacional refletem-se ainda na estrutura familiar, que é, como referimos, cada vez mais reduzida. Finalmente, uma nota sobre as famílias de casais com pelo menos um filho até aos 15 anos que mostram uma tendência de diminuição progressiva, (-6,77%, em 2021), apresentando um valor semelhante à média dos municípios que lhe são limítrofes.

FIGURA 24 – EVOLUÇÃO DAS FAMÍLIAS CLÁSSICAS ENTRE OS ANOS DE 2011 E 2021 (N.º DE FAMÍLIAS).



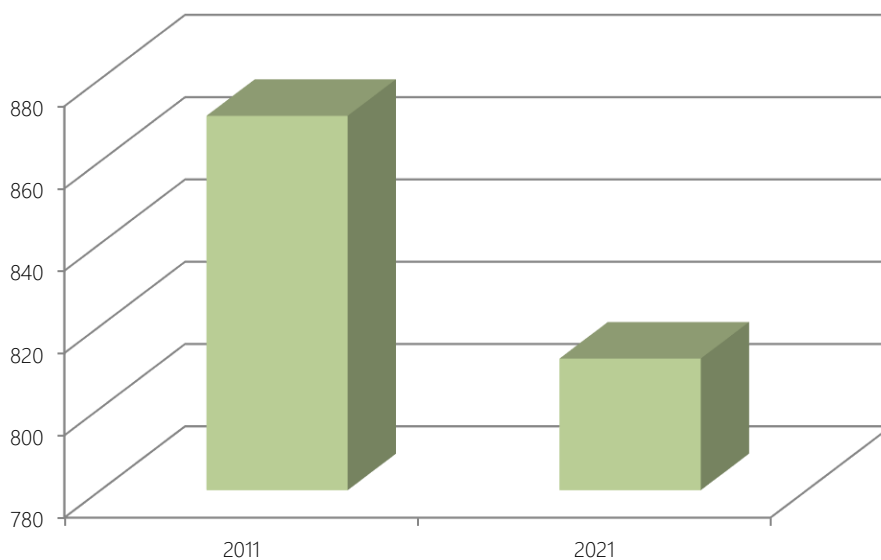
(INE, I.P., Censos 2011-2021)

FIGURA 25 – EVOLUÇÃO DA DIMENSÃO MÉDIA DAS FAMÍLIAS ENTRE OS ANOS DE 2011 E 2021 NO CONCELHO DE ARMAMAR (MÉDIA DE INDIVÍDUOS).



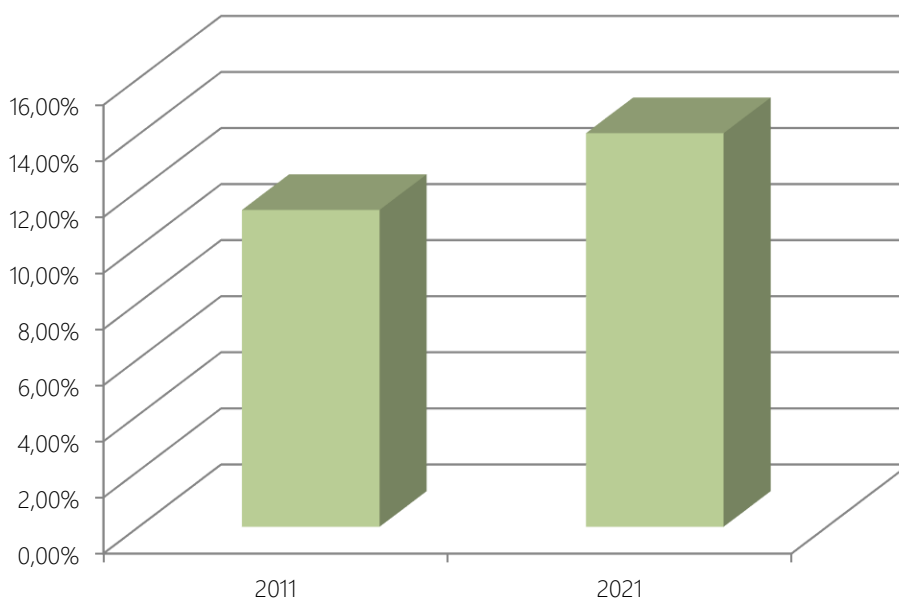
(INE, I.P., Censos 2011-2021)

FIGURA 26 – EVOLUÇÃO DAS FAMÍLIAS, COM PELO MENOS UM FILHO ATÉ AOS 15 ANOS, ENTRE OS ANOS DE 2011 E 2021 (N.º DE FAMÍLIAS).



(INE, I.P., Censos 2011-2021)

FIGURA 27 – EVOLUÇÃO DAS FAMÍLIAS MONOPARENTAIS ENTRE OS ANOS DE 2011 E 2021 NO CONCELHO DE ARMAMAR (%).



(INE, I.P., Censos 2011-2021)

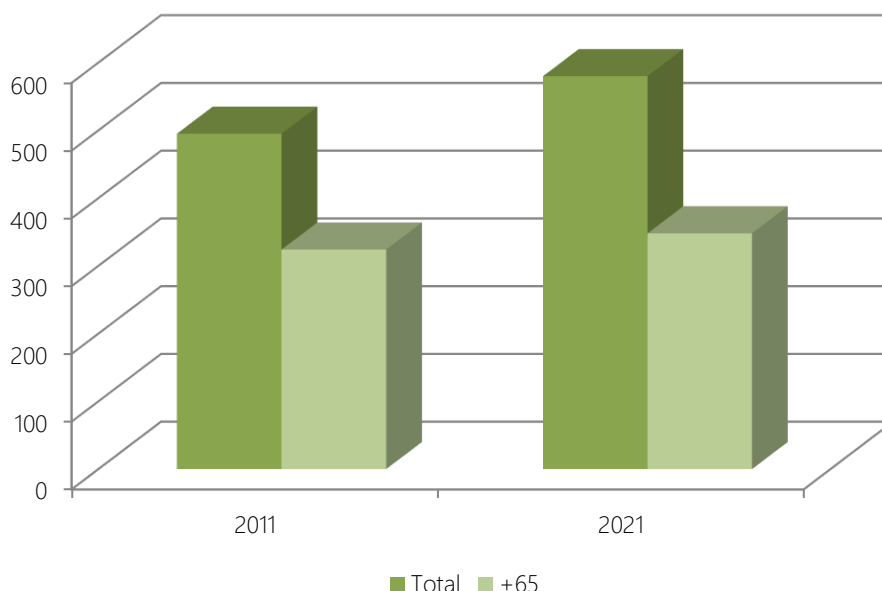
Em 2021, registaram-se 1451 famílias com filhos, independentemente do seu número. Por outro lado, aumentou a proporção de núcleos familiares monoparentais em Armamar correspondiam a 11,30%, em 2011, para 14,04%, em 2021, acabando por traduzir uma tendência para o aumento de situações de vulnerabilidade residencial, social e económica.

A família portuguesa, apesar de manter traços tradicionais, tem mudado a sua configuração ao nível da sua estrutura e da forma como estabelece as relações, assumindo-se atualmente como uma família diferente. O aumento acentuado dos divórcios nas últimas décadas torna comum a formação de uma nova família, através de um novo casamento ou de uma coabitação com um novo companheiro, onde existem, frequentemente, filhos de uniões anteriores, de ambos os cônjuges/companheiros, ou de apenas de um deles, juntando-se os filhos da atual relação conjugal. São as denominadas famílias reconstituídas ou recompostas que em Armamar correspondem a cerca de 3,73% (2011) e 4,63% (2021) dos núcleos familiares, um valor bem abaixo da média do Continente (6,55%).

Uma das transformações na estrutura das famílias está relacionada com o crescimento da autonomia residencial dos indivíduos, com mais pessoas a viver sós, em todas as idades e em diferentes fases da vida (solteiros, separados, divorciados e viúvos). A evolução temporal das pessoas a viver sozinhas configura uma tendência para o crescimento deste tipo de famílias, dado que, entre 2011 e 2021, aumentou a proporção de famílias clássicas unipessoais a residir em Armamar (de 12,7% passou para 25,6%). Esta evolução tem vindo a ser atribuída ao progressivo envelhecimento da população e ao isolamento dos idosos, mas também a mudanças na vida dos indivíduos mais jovens, sobretudo solteiros e divorciados que procuram uma maior autonomia e individualidade. Ao nível das famílias unipessoais compostas por pessoas com 65 e mais anos, a evolução em Armamar passou por um aumento de 7,41% (passando de 495, em 2011, para 580, em 2021). São valores expressivos, tendo por referência o observado no Continente (de 8,87% passou para 10,17% no mesmo período), o que reflete o elevado grau de envelhecimento verificado neste município.

As alterações sociodemográficas verificadas ao longo das últimas décadas, relacionadas com o aumento da esperança média de vida e das alterações ocorridas nos padrões de fecundidade e de nupcialidade, têm-se refletido num decréscimo de cerca de uma pessoa por família clássica. Esta redução da dimensão média das famílias clássicas resulta não apenas do aumento do número das famílias unipessoais, mas também da redução do número de famílias numerosas. Se em 2011 as famílias clássicas constituídas por uma só pessoa representavam 21,33% do total, na década seguinte assistiu-se a um aumento de 3,67% (25%, 2021). Já a proporção de famílias clássicas com 5 ou mais pessoas decresceu, ainda que pouco,

FIGURA 28 – EVOLUÇÃO DAS FAMÍLIAS UNIPESSOAIS ENTRE OS ANOS DE 2011 E 2021 NO CONCELHO DE ARMAMAR (N.º DE FAMÍLIAS).



(INE, I.P., Censos 2011-2021)

aproximadamente 0,6 pontos percentuais, passando de 5,81% do total de famílias clássicas (2011) para 4,19% (2021).

Numa referência ao número de pessoas existentes nas famílias clássicas no ano de 2021, verifica-se uma predominância de famílias constituídas por duas pessoas (793 famílias, correspondendo a 35,02%). A este propósito Alves-Pinto (2003) refere que *“a família alargada, vivendo debaixo de um mesmo teto, quase desapareceu; a família nuclear em muitos casos deu lugar a famílias monoparentais ou famílias reorganizadas”*. Por sua vez, (2021) as famílias clássicas constituídas por três elementos apresentam resultados a ter em conta (466 famílias, correspondendo a 20,58%). As famílias compostas por 1 e 4 pessoas apresentam uma menor representatividade no contexto do município de 25,0% e 12,98%, respetivamente. As famílias constituídas por cinco e mais elementos correspondem a apenas 5,78%.

A freguesia de Armamar concentra o maior número total de famílias, bem como a que reúne a maior percentagem de famílias nos diferentes indicadores. Destaca-se como a freguesia que apresenta a maior percentagem de famílias com apenas uma pessoa (124 famílias, 5,47%), como resultado da presença de um grande número de idosos que residem sozinhos, verificando-se um maior número de situações relacionadas com o isolamento social, e também é a freguesia que regista a maior expressão de famílias numerosas, com cinco ou mais elementos (1,36%).

QUADRO 25 – EVOLUÇÃO DAS FAMÍLIAS NAS FREGUESIAS DE ARMAMAR, COM PELO MENOS UM FILHO ATÉ AOS 15 ANOS, ENTRE OS ANOS DE 2011 E 2021 (N.º).

Unidade Territorial (Freguesia)	2011					2021				
	Casal de Direito			Casal de Facto		Casal de Direito			Casal de Facto	
	Total	com, pelo menos, um filho/enteado com menos de 15 anos	Sem filhos	com, pelo menos, um filho/enteado com menos de 15 anos	Sem filhos	Total	com, pelo menos, um filho/enteado com menos de 15 anos	Sem filhos	com, pelo menos, um filho/enteado com menos de 15 anos	Sem filhos
Aldeias	45	9	33	0	3	46	6	35	1	4
Armamar	166	43	116	1	6	182	25	136	1	20
Cimbres	58	11	43	0	4	43	6	36	0	1
Folgosa	79	11	63	3	2	61	3	55	0	3
Fontelo	83	20	62	0	1	74	6	62	2	4
Queimada	37	6	26	1	4	34	5	25	0	4
Queimadela	33	9	22	0	2	25	2	23	0	0
Santa Cruz	29	4	24	0	1	26	3	23	0	0
São Cosmado	86	11	75	0	0	85	5	75	0	5
São Martinho das Chãs	82	21	56	1	4	70	9	51	0	10
UF Aricera e Goujoim	33	3	26	0	4	40	5	29	0	6
UF São Romão e Santiago	45	6	35	1	3	27	2	25	0	0
UF Vila Seca e Santo Adrião	70	10	53	3	4	68	5	59	2	2
Vacalar	25	4	19	0	2	31	3	26	1	1

(INE, I.P., Censos 2011-2021)

Do outro lado, as freguesias da Queimadela, a UF de Aricera e Goujoim e Vacalar registam a menor expressão no número total de famílias, com 1, 2, 3, 4 e mais de 5 pessoas correspondendo as famílias com dois elementos a 1,19%, 1,54% e 1,23% e a famílias com cinco ou mais elementos a 0,18%, 0,09% e 0,18%.

Do ponto de vista da evolução das estruturas familiares e da sua composição, é possível observar-se uma tendência de diminuição do número de elementos das estruturas familiares no município de Armamar. Predominam as famílias clássicas com um núcleo (75%), seguindo-se as famílias sem núcleos (25%), ou seja, pessoas a viver sozinhas ou outros tipo de família. Esta tendência é comum à observada no Continente e nos municípios limítrofes. No que diz respeito às famílias com um núcleo, o casal de direito continua a ser a forma predominante de família em Armamar e em todos os municípios limítrofes.

QUADRO 26 – FAMÍLIAS NAS FREGUESIAS DE ARMAMAR, POR DIMENSÃO, EM 2021 (N.º DE FAMÍLIAS).

Unidade Territorial (Freguesia)	Dimensão das famílias (núcleo familiar, por pessoas)					
	1	2	3	4	5	Total
Aldeias	41	45	23	18	7	134
Armamar	124	180	142	92	31	569
Cimbres	29	36	18	21	6	110
Folgosa	31	61	24	18	7	141
Fontelo	63	79	64	26	12	244
Queimada	38	34	21	13	4	110
Queimadela	15	27	15	9	10	76
Santa Cruz	19	23	12	8	7	69
São Cosmado	44	92	31	19	10	196
São Martinho das Chãs	51	56	38	29	15	189
UF Aricera e Goujoim	17	35	16	10	2	80
UF São Romão e Santiago	33	34	22	8	4	101
UF Vila Seca e Santo Adrião	55	63	27	14	12	171
Vacalar	20	28	13	9	4	74

(INE, I.P., Censos 2021)

QUADRO 27 – FAMÍLIAS NAS FREGUESIAS DE ARMAMAR, POR DIMENSÃO, EM 2021 (%).

Unidade Territorial (Freguesia)	Dimensão das famílias (núcleo familiar, por pessoas)					
	1	2	3	4	5 +	Total
Aldeias	1,81	1,99	1,02	0,80	0,31	5,92
Armamar	5,48	7,95	6,27	4,06	1,37	25,13
Cimbres	1,28	1,59	0,80	0,93	0,27	4,86
Folgosa	1,37	2,69	1,06	0,80	0,31	6,23
Fontelo	2,78	3,49	2,83	1,15	0,53	10,78
Queimada	1,68	1,50	0,93	0,57	0,18	4,86
Queimadela	0,66	1,19	0,66	0,40	0,44	3,36
Santa Cruz	0,84	1,02	0,53	0,35	0,31	3,05
São Cosmado	1,94	4,06	1,37	0,84	0,44	8,66
São Martinho das Chãs	2,25	2,47	1,68	1,28	0,66	8,35
UF Aricera e Goujoim	0,75	1,55	0,71	0,44	0,09	3,53
UF São Romão e Santiago	1,46	1,50	0,97	0,35	0,18	4,46
UF Vila Seca e Santo Adrião	2,43	2,78	1,19	0,62	0,53	7,55
Vacalar	0,88	1,24	0,57	0,40	0,18	3,27

(INE, I.P., Censos 2021)

QUADRO 28 – FILHOS NOS NÚCLEOS FAMILIARES POR LOCAL DE RESIDÊNCIA E TIPO DE NÚCLEO FAMILIAR, EM 2021 (N.º).

Unidade Territorial (Freguesia)	Filhos nos núcleos familiares por local de residência	
	Casal de direito com filhos	Casal de facto com filhos
Aldeias	37	7
Armamar	195	34
Cimbres	35	3
Folgosa	31	5
Fontelo	70	13
Queimada	23	4
Queimadela	30	3
Santa Cruz	19	3
São Cosmado	50	7
São Martinho das Chãs	64	5
UF Aricera e Goujoim	18	5
UF São Romão e Santiago	24	6
UF Vila Seca e Santo Adrião	36	7
Vacalar	20	2

(INE, I.P., Censos 2021)

QUADRO 29 – ESTRUTURAS FAMILIARES E SUA COMPOSIÇÃO, POR FREGUESIA, EM 2021 (N.º).

Unidade Territorial (Freguesia)	2021						
	Total	Casal de Direito		Casal de Facto		Pai com filhos	Mãe com filhos
		Sem filhos	Com filhos	Sem filhos	Com filhos		
Aldeias	97	35	37	4	7	2	12
Armamar	446	136	195	20	34	9	52
Cimbres	82	36	35	1	3	2	5
Folgosa	113	55	31	3	5	3	16
Fontelo	183	62	70	4	13	3	31
Queimada	71	25	23	4	4	0	15
Queimadela	63	23	30	0	3	0	7
Santa Cruz	51	23	19	0	3	2	4
São Cosmado	156	75	50	5	7	5	14
São Martinho das Chãs	145	51	64	10	5	2	13
UF Aricera e Goujoim	64	29	18	6	5	1	5
UF São Romão e Santiago	70	25	24	0	6	0	15
UF Vila Seca e Santo Adrião	122	59	36	2	7	0	18
Vacalar	54	26	20	1	2	0	5

(INE, I.P., Censos 2021)

Quanto ao número de casais com filhos no município (100,00%), os resultados validados e fornecidos pelo INE dividem-se em 68,22% para os casais de direito com filhos (990 famílias) e 10,75% para os casais de facto (156 famílias). Os núcleos familiares monoparentais (pai ou mãe só a viver com filhos de todas as idades) têm vindo a aumentar, especialmente em resultado do aumento das ruturas conjugais (divórcios e separações). Em 2021, no município de Armamar existiam 272 famílias compostas por mãe e filhos (18,74%) e apenas 33 famílias constituídas por um pai e filhos (2,27%). A análise por freguesia segue de perto o observado anteriormente, sendo de destacar uma grande expressividade de casais de direito e casais de facto sem filhos.

3.3.3. Condições de vida.

A descrição do território e da população pressupõe uma avaliação dos elementos presentes na sua componente social. Nas últimas décadas, as condições de vida da população portuguesa alteraram-se profundamente, assistindo-se ao aumento gradual do rendimento das famílias. A partir da década de oitenta verificou-se, de uma forma geral, um aumento das capacidades aquisitivas da população, não só ao nível dos equipamentos, mas também das infraestruturas, nomeadamente na introdução de melhorias ao nível das condições básicas das suas habitações.

As mudanças observadas na sociedade consideram aspetos relativos às variáveis que caracterizam quantitativamente e qualitativamente o local de habitação dos residentes, a utilização de meios de transporte, as dificuldades dos residentes, a inserção no mercado de trabalho, e as situações de exclusão social, quer por via do desemprego, quer por via de outros subsídios de sobrevivência. Assim, é aqui feita uma análise mais detalhada dos principais aspetos dos meios de vida, destacando-se as situações mais problemáticas, o ponto de vista social e da política de suporte que é necessário desenvolver. A dinâmica económica e social descrita tem tradução no posicionamento que o território de Armamar revela em termos de nível de vida (poder de compra).

Em termos dos encargos para a aquisição de habitação, em 2021, Armamar (valor médio dos encargos situam-se entre 200,00€ - 299,00€) apresenta um valor abaixo da média do Continente (392,56€). No que se refere aos territórios limítrofes, apenas Penedono evidencia menores encargos com a aquisição de habitação.

As deslocações pendulares fazem-se sobretudo através do transporte individual. Quando se analisa a proporção de população residente que utiliza o automóvel nas suas deslocações, cerca de 61,6% serve-se deste meio de transporte, valor considerado elevado, superior à média do Continente (61,61%). Deste indicador é

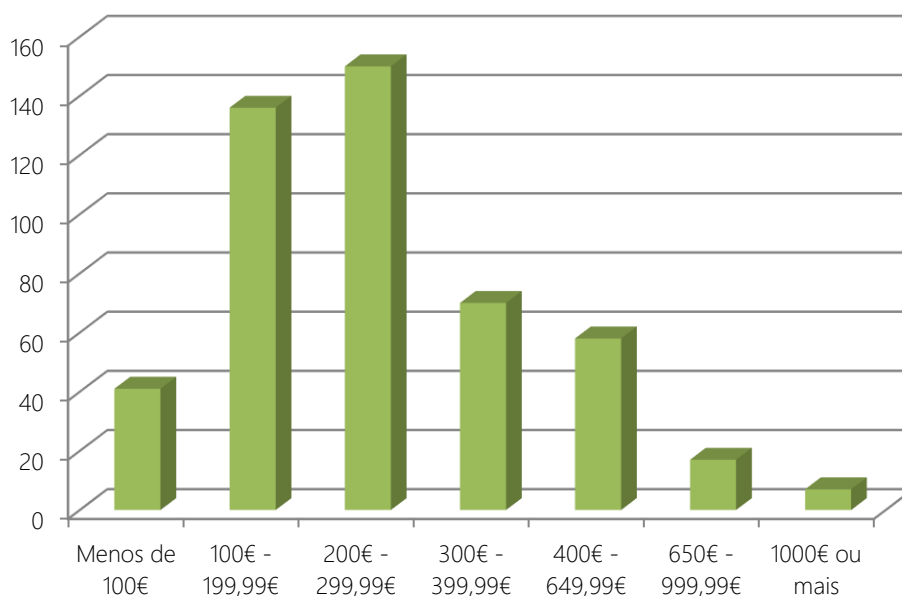
importante extrair que a maioria se trata do próprio condutor. A duração média mínima dos movimentos pendulares da população residente, empregada ou estudante, é de 15'05" em transporte individual (automóvel) e 21'83" em transporte coletivo. A maior parte dessa população possui o seu local de trabalho ou estudo na mesma freguesia, tendo aumentado a população que de outro município se desloca para Armamar por motivos de trabalho e/ou estudo, passando de 364 indivíduos, em 2011, para 516 indivíduos, em 2021.

Embora o desemprego não conduza necessariamente a situações de pobreza e exclusão social, devido ao seu caráter temporário, os dados estatísticos têm vindo a confirmar que o período de desemprego tende a atingir horizontes temporais mais alargados, sendo nesses casos os desempregados mais suscetíveis de entrar em situações de maior desfavorecimento económico e social.

A taxa de desemprego no concelho de Armamar diminuiu entre 2011 e 2021 e revela uma tendência para continuar a diminuir. Os indivíduos do sexo feminino em situação de desemprego superam os do sexo masculino e, em termos totais, os valores mostram um decréscimo em mais do dobro. No que diz respeito às freguesias, os valores referentes aos indivíduos em situação de desemprego são mais elevados nas freguesias mais rurais e situadas em locais de mais difícil acesso, facto que contribui para a explicação dos valores, se considerarmos as dificuldades de mobilidade no concelho de forma a aceder às freguesias que concentram e oferecem mais oportunidades de trabalho. No ano de 2021 contabilizava-se um total de 55 beneficiários do subsídio de desemprego por o número total de habitantes, tratando-se de um valor pouco elevado, sobretudo quando comparado com os municípios limítrofes. Dentro do grupo dos beneficiários deste subsídio, uma percentagem de 27,3% apresentavam idade inferior a 29 anos, salientando-se a ideia do desemprego jovem ser expressivo neste território. No ano de 2021 existiam 172 beneficiários do rendimento social de inserção no município de Armamar, contabilizando-se um total de 33 beneficiários por 1000 habitantes. Destes, cerca de 29,1% possuíam menos de 25 anos, quantitativo que deve motivar uma séria reflexão, na medida em que se trata de um valor elevado, não só pela percentagem de jovens que a receber o RSI que representa, bem como a receber o subsídio de desemprego.

Por fim, o indicador *per capita* do poder de compra pretende traduzir o poder de compra manifestado quotidianamente, por habitante, nos diferentes municípios ou regiões, tendo por referência o valor nacional. De acordo com os dados para 2019, os mais recentes e validados, Armamar apresenta um valor *per capita* de 71,2, encontrando-se abaixo da média registada para o Continente (100,6), mas, comparativamente aos municípios limítrofes, Armamar classifica-se na quarta posição com melhores resultados na região Douro.

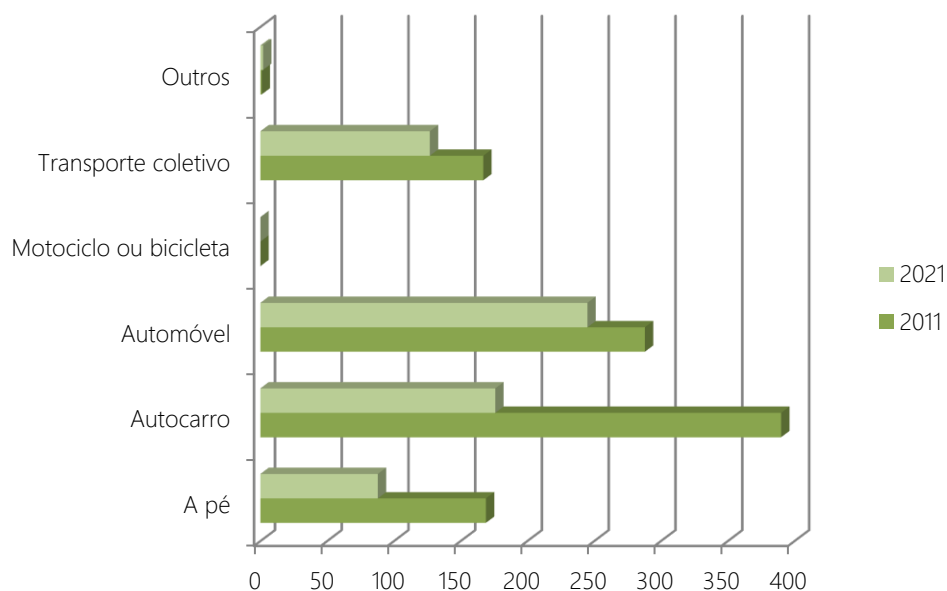
FIGURA 29 – ALOJAMENTOS OCUPADOS PELOS PROPRIETÁRIOS POR ESCALÃO DE ENCARGOS COM COMPRA EM ARMAMAR, 2021 (N.º).



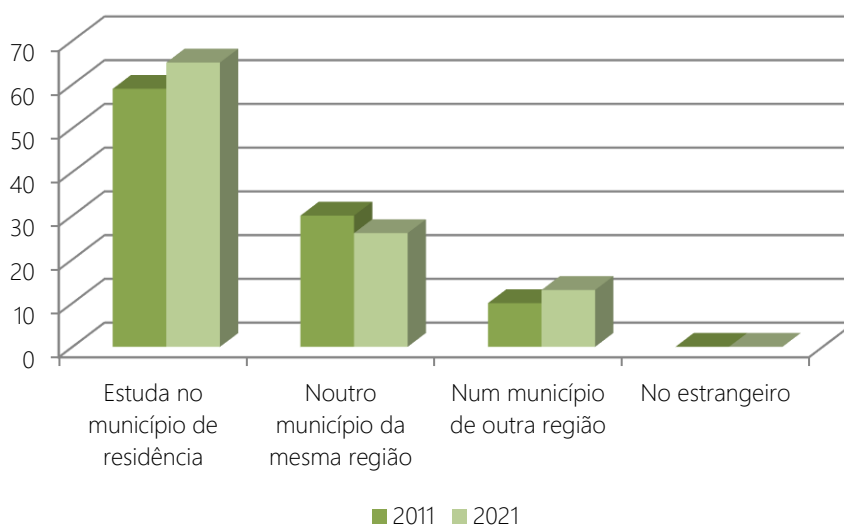
(INE, I.P., Censos 2011-2021)

QUADRO 30 – ALOJAMENTOS POR ESCALÃO DE ENCARGOS COM COMPRA EM ARMAMAR FACE AOS CONCELHOS LIMÍTROFES (N.º).

Unidade Territorial (Concelho)	Valor do encargo							Total
	Menos de 100€	100€ - 199,99€	200€ - 299,99€	300€ - 399,99€	400€ - 649,99€	650€ - 999,99€	1000€ ou mais	
Douro	719	3086	4702	3110	2382	596	300	14895
Armamar	41	136	150	70	58	17	7	479
Moimenta da Beira	26	144	234	137	95	22	17	675
Penedono	11	39	50	34	20	2	3	159
S. João da Pesqueira	64	173	152	95	75	18	9	586
Sernancelhe	14	61	83	57	41	5	5	266
Tabuaço	18	77	100	70	38	10	7	320
Aguiar da Beira	9	55	69	42	40	5	4	224
Sátão	31	212	243	144	104	23	11	768
Mêda	17	74	89	61	38	9	6	294
Trancoso	20	132	180	104	66	14	6	522

FIGURA 30 – MEIO DE TRANSPORTE UTILIZADO EM ARMAMAR (N.º).

(INE, I.P., Censos 2011-2021)

FIGURA 31 – POPULAÇÃO RESIDENTE EMPREGADA OU ESTUDANTE POR LOCAL DE TRABALHO OU ESTUDO (N.º).

(INE, I.P., Censos 2011-2021)

QUADRO 31 – DURAÇÃO MÉDIA DOS MOVIMENTOS PENDULARES DA POPULAÇÃO RESIDENTE OU ESTUDANTE POR LOCAL DE RESIDÊNCIA (2021) (MINUTOS (')).

Unidade Territorial (Freguesia)	Duração média dos movimentos pendulares da população residente ou estudante por local de residência (2021)
Aldeias	17' 08"
Armamar	13' 83"
Cimbres	17' 33"
Folgosa	16' 93"
Fontelo	16' 18"
Queimada	14' 54"
Queimadela	16' 85"
Santa Cruz	16' 48"
São Cosmado	15' 58"
São Martinho das Chãs	12' 23"
UF Aricera e Goujoim	18' 1"
UF São Romão e Santiago	12' 17"
UF Vila Seca e Santo Adrião	15' 5"
Vacalar	18' 02"

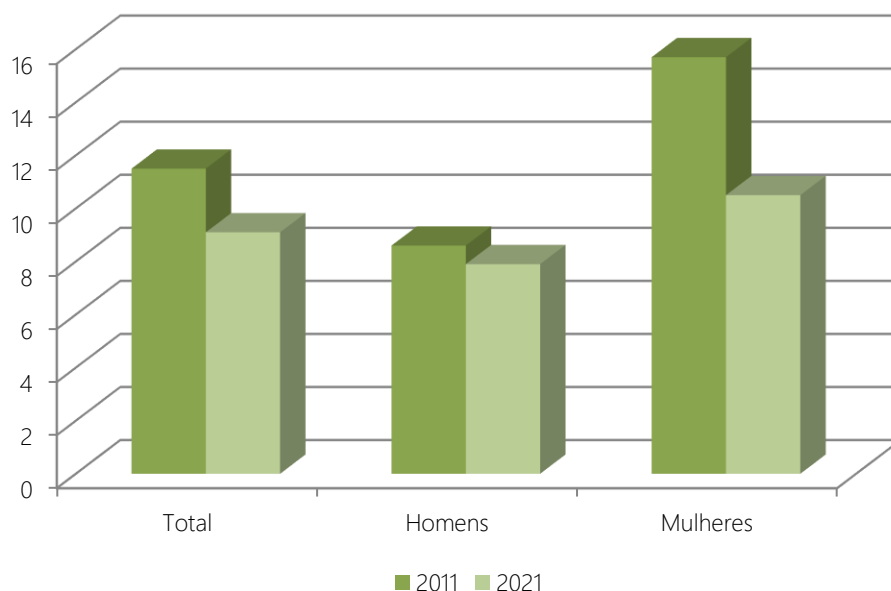
(INE, I.P., Censos 2011-2021)

QUADRO 32 – PROPORÇÃO DA POPULAÇÃO RESIDENTE QUE SAI E ENTRA NO CONCELHO POR LOCAL DE RESIDÊNCIA, EM 2021 (%).

Unidade Territorial (Concelho)	Proporção da população residente que entra no concelho por local de residência (2021)	Proporção da população residente que sai do concelho por local de residência (2021)
Armamar	606	521

(INE, I.P., Censos 2011-2021)

FIGURA 32 – TAXA DE DESEMPREGO, POR HOMENS E MULHERES, EM ARMAMAR, ENTRE 2011 E 2021 (%).



(INE, I.P., Censos 2011-2021)

QUADRO 33 – TAXA DE DESEMPREGO, POR FREGUESIA DO CONCELHO DE ARMAMAR, EM 2021 E 2011 (%).

Unidade Territorial (Freguesia)	2021		2011		Total 2021
	H	F	H	F	
Aldeias	47,24	36,05	42,55	34,67	41,24
Armamar	55,95	44,83	56,87	36,32	50,11
Cimbres	43,1	23,53	39,68	21,23	33,19
Folgosa	34,9	23,6	47,49	24,21	29,03
Fontelo	47,03	27,72	53,47	25,5	36,18
Queimada	34,15	22,6	40,32	17,16	27,88
Queimadela	53,54	31,58	53,7	36,94	42,78
Santa Cruz	28,57	24,05	54,12	25,27	26,28
São Cosmado	41,55	25	49,39	35,81	32,44
São Martinho das Chãs	49,49	37,92	55,45	26,72	43,15
UF Aricera e Goujoim	48,24	31,03	33,67	19,19	39,53
UF São Romão e Santiago	49,44	36,75	50,76	21,92	42,23
UF Vila Seca e Santo Adrião	41,14	27,27	52,2	26,89	33,59
Vacalar	39,24	25,32	55,56	24,75	32,28

(INE, I.P., Censos 2011-2021)

QUADRO 34 – RELAÇÃO DE BENEFICIÁRIOS DO RMG, RSI E SD NO CONCELHO DE ARMAMAR, EM 2021 E 2011 (%).

	2011	2021
Beneficiários do RMG e RSI no total da população residente com 15 e mais anos (%)	4,68% (295)	3,02% (172)
Beneficiários das prestações de desemprego no total da população residente com 15 e mais anos (%)	Subsídio de Desemprego 1,15% (73)	Subsídio Social de Desemprego 0,44% (28)
	Subsídio de Desemprego 0,96%(55)	Subsídio Social de Desemprego 0,10%(6)
Beneficiários do subsídio de desemprego em % dos beneficiários ativos (%)	31,1%	36,3%

(INE, I.P., Censos 2011-2021)

3.3.4. Sistema urbano e equipamentos.

Nos concelhos situados em territórios de baixa densidade, mesmo antes da implementação dos processos de transferência de competências, sempre foi frequente registarem-se parcerias e protocolos de cooperação para o desenvolvimento de atividades, quer promovidas pela oferta escolar concelhia, quer promovidas pela autarquia. Assim, o recurso e a utilização de certos equipamentos municipais pela comunidade escolar, sobretudo do âmbito da cultura e do desporto, constituem a garantia do sucesso dessas atividades. No concelho de Armamar, os principais equipamentos que habitualmente estão adstritos às atividades escolares são os de carácter desportivo, como o complexo das piscinas municipais e o pavilhão municipal. Mas a autarquia identifica outros equipamentos que entende deverem ser integrados nas atividades escolares, como as piscinas, o auditório municipal e a biblioteca municipal. Alguns destes equipamentos já são utilizados por determinados níveis de ensino, como sucede com os pavilhões gimnodesportivos na Escola Básica e Secundária Gomes Teixeira, Armamar, e na Freguesia de Aldeias.

3.3.5. Saúde.

No que diz respeito à assistência e cuidados de saúde, presentemente, o concelho de Armamar possui a UCSP ARMAMAR, que conta com 16 anos de

existência e que serve a totalidade da população (conta com 5540 inscritos). Não possui hospital, a população do concelho é servida pelo SUB de Moimenta da Beira, pela Unidade Hospitalar de Lamego (Centro Hospitalar de Trás-os-Montes e Alto Douro, EPE) e pelo Hospital de São Teotónio – Centro Hospitalar Tondela-Viseu. Possui um Serviço de Atendimento Prolongado.

Observando alguns indicadores relacionados com a Saúde, salienta-se a posição desfavorável de Armamar em termos de disponibilidade de serviços, da relação distância-tempo na assistência e do rácio do número de habitantes por pessoal da Saúde, do qual se registam os quantitativos de 183,2 hab./enfermeiro e de 951,7 hab./médico. Segundo os dados publicados pela SNS, a UCSP ARMAMAR possui 4 médicos e 4 enfermeiros. Ainda há a referir a existência de 1142 hab./farmacêutico e a existência de apenas 2 farmácias no concelho.

No que respeita a alguns indicadores relacionados com as diferentes taxas de mortalidade, o concelho de Armamar apresenta ao nível da mortalidade infantil o valor nulo de 0,0‰ (2021), bem como da mortalidade neonatal de 0,0‰ (2021). No que respeita à taxa de mortalidade e sua distribuição por alguns tipos de doenças, em 2021, merece destaque a mortalidade por doenças do aparelho circulatório com 24%, por tumores malignos com o valor de 19,8%, por doenças do foro respiratório com 10,4%, por aparelho circulatório com 9,4%.

Em comparação com os valores regionais do Douro, Armamar excede a percentagem na mortalidade por doenças do aparelho respiratório em 2,3%. Para as mortes por doenças de diabetes, suicídios e por lesões ou envenenamentos não existem valores. Quanto ao número de consultas médicas na UCSP ARMAMAR, observa-se a predominância das consultas de medicina geral e familiar, seguindo-se as consultas de saúde do recém-nascido, da criança e do adolescente. Esta distribuição é semelhante aos municípios limítrofes, sendo que as consultas de medicina geral e familiar assumem uma clara dominância.

3.3.6. Ambiente.

Os indicadores relacionados com o Ambiente, tais como aqueles que revelam a existência e a capacidade das infraestruturas básicas, dão conta do bom posicionamento de Armamar, uma vez que no ano de 2020 praticamente a totalidade da população estava abrangida por sistemas de abastecimento de água (100%) e por sistemas de drenagem de águas residuais (80%). Os valores de água segura para consumo humano, em 2021, dão novamente conta de uma posição favorável do município que atinge o valor de 99,6%.

A quantidade de resíduos urbanos por habitante corresponde a 470,3kg/hab. (2021), o terceiro valor mais elevado de toda a região Douro cujo valor médio se situam nos 464,0kg/hab. No que diz respeito à recolha, cerca de 113kg/hab. são recolhidos seletivamente, o valor mais elevado da região Douro com o valor médio de 53,4kg/hab., situando-se o concelho de Armamar numa posição muito favorável neste domínio.

Em termos das despesas realizadas pelos municípios em matéria de gestão e proteção do ambiente, em 2021, Armamar apresentava o valor de 71,6 euros *per capita*, valor inferior à região Douro (85,3 euros per capita). No que concerne às despesas com proteção da biodiversidade, encontram-se valores inferiores feitos pela autarquia de Armamar (25,9€/hab.) comparativamente a alguns territórios limítrofes. Por último, para 2021, o consumo de energia elétrica por habitante é ligeiramente superior em Armamar (4469,6kWh), comparativamente à região Douro (3068,9 kWh) e inferior ao Continente (4721,9 kWh).

3.3.7. Dinâmica económica e emprego.

O conhecimento detalhado das dinâmicas económicas revela-se essencial no processo de planeamento territorial nos domínios da Educação, de nível estratégico, não só por constituir a base económica real do município, mas porque irá permitir detetar as principais vocações territoriais, contribuindo para a compreensão do posicionamento e do desenvolvimento económico do município de Armamar. Este domínio pretende contribuir para um melhor conhecimento do tecido empresarial deste território, em especial da sua indústria face aos desafios atuais em termos de qualificação e competitividade territorial. Para além de uma caracterização detalhada das dinâmicas empresariais recentes do município, deseja-se contribuir para a identificação de uma oferta formativa adequada às necessidades das empresas que se localizam neste território, aspeto que se assume relevante para todos os agentes de ensino e formação que atuam na região.

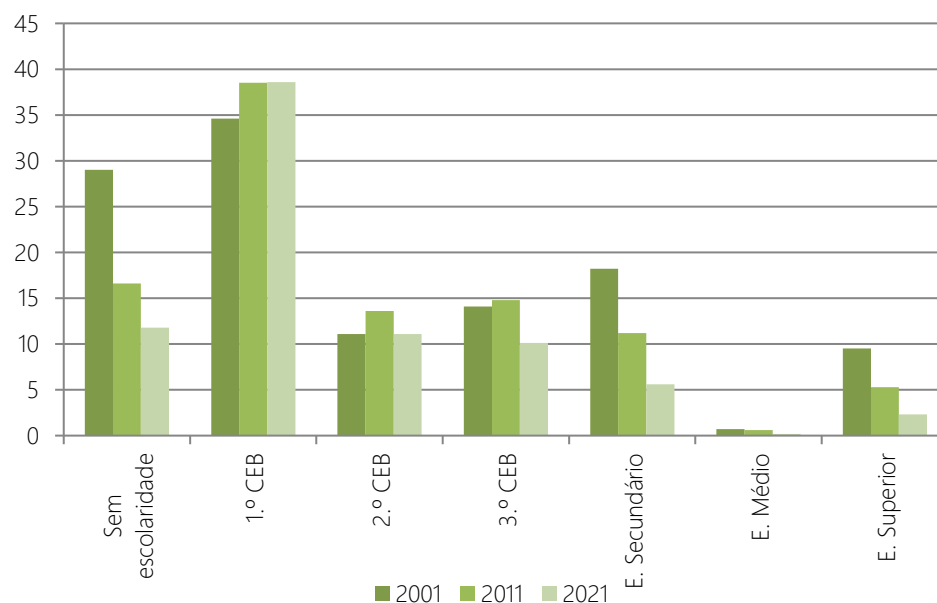
3.3.7.1. Educação e qualificação.

A população residente em Armamar com 15 e mais anos é relativamente menos escolarizada do que a globalidade da população da região Douro. Para esta afirmação concorre a análise da população em dois níveis. Por um lado porque a proporção da população residente com 15 e mais anos de idade sem nenhum nível

de escolaridade completo em Armamar representa 11,77% contra os 9,02% da região Douro. Por outro, considerou-se a população residente em Armamar com apenas o ensino básico concluído (42,55 %), cujo resultado revela ser inferior à média da região do Douro (50,48%), por outro lado, atendeu-se à população que atingiu níveis de escolaridade superiores (ensino superior) que também se apresenta inferior (10,05%) à proporção existente com o mesmo indicador na região Douro (15,73%) que, aliás, é semelhante à proporção no Continente (21,41%). Numa análise mais detalhada e relativamente aos níveis de escolaridade superiores, verifica-se que todos os municípios limítrofes apresentam uma situação mais favorável que Armamar, destacando-se nesse âmbito os municípios de Penedono, Tarouca e Moimenta da Beira com percentagens mais elevadas referentes à população que possui um diploma de ensino superior (9,2%, 10,4% e 12,2%, respetivamente).

Traçando o perfil de habilitações da população residente, a maioria possui o 1.º CEB (34,6%), seguindo-se o ensino secundário (18,2%) e, depois, a população com o 3.º CEB (14,1%).

FIGURA 33 – PERFIL DAS HABILITAÇÕES DA POPULAÇÃO RESIDENTE, POR NÍVEIS DE ESCOLARIDADE COMPLETOS, ENTRE 2001-2021 (%)



(INE, I.P., Censos 2011-2021)

QUADRO 35 – PROPORÇÃO DA POPULAÇÃO RESIDENTE COM 15 E MAIS ANOS DE IDADE SEM NENHUM NÍVEL DE ESCOLARIDADE COMPLETO, POR FREGUESIA (N.º).

Unidade Territorial (Freguesia)	2021		Total
	H	F	
Aldeias	8,66	17,01	13,14
Armamar	7,40	10,33	8,94
Cimbres	7,76	5,04	6,38
Folgosa	8,05	12,42	10,32
Fontelo	12,29	17,82	15,40
Queimada	9,76	13,70	11,90
Queimadela	9,09	20,00	14,43
Santa Cruz	3,90	10,13	7,05
São Cosmado	9,59	22,76	16,84
São Martinho das Chãs	8,08	5,83	6,85
UF Aricera e Goujoim	8,24	11,49	9,88
UF São Romão e Santiago	10,11	15,38	13,11
UF Vila Seca e Santo Adrião	13,71	23,92	19,27
Vacalar	10,13	15,19	12,66

(INE, I.P., Censos 2011-2021)

QUADRO 36 – TAXA DE ANALFABETISMO POR FREGUESIA E SEXO EM 2021 (%).

Unidade Territorial (Freguesia)	2021		Total
	H	F	
Aldeias	6	13	19
Armamar	27	46	73
Cimbres	7	3	10
Folgosa	9	13	22
Fontelo	22	32	54
Queimada	12	19	31
Queimadela	6	12	18
Santa Cruz	0	5	5
São Cosmado	17	57	74
São Martinho das Chãs	7	4	11
UF Aricera e Goujoim	7	7	14
UF São Romão e Santiago	5	10	15
UF Vila Seca e Santo Adrião	19	33	52
Vacalar	3	5	8

(INE, I.P., Censos 2021)

QUADRO 37 – PROPORÇÃO DA POPULAÇÃO RESIDENTE COM PELO MENOS O 3.º CICLO DE ENSINO BÁSICO COMPLETO, POR FREGUESIA E SEXO (%).

Unidade Territorial (Freguesia)	2021		Total
	H	F	
Aldeias	39,37	41,50	40,51
Armamar	56,11	56,62	56,38
Cimbres	35,34	33,61	34,47
Folgosa	43,62	36,65	40,00
Fontelo	37,71	39,60	38,78
Queimada	38,21	30,14	33,83
Queimadela	44,44	37,89	41,24
Santa Cruz	40,26	43,04	41,67
São Cosmado	34,70	31,34	32,85
São Martinho das Chãs	42,93	46,67	44,98
UF Aricera e Goujoim	36,47	42,53	39,53
UF São Romão e Santiago	32,58	32,48	32,52
UF Vila Seca e Santo Adrião	36,00	33,97	34,90
Vacalar	32,91	40,51	36,71

(INE, I.P., Censos 2011-2021)

QUADRO 38 – PROPORÇÃO DA POPULAÇÃO RESIDENTE COM PELO MENOS O ENSINO SECUNDÁRIO COMPLETO, POR FREGUESIA, EM 2021 (%).

Unidade Territorial (Freguesia)	2021		Total
	H	F	
Aldeias	31,45	32,17	31,84
Armamar	38,14	41,77	40,05
Cimbres	18,75	19,13	18,94
Folgosa	28,08	25,00	26,49
Fontelo	22,08	27,27	25,00
Queimada	23,73	15,38	19,16
Queimadela	31,25	26,32	28,80
Santa Cruz	23,68	22,37	23,03
São Cosmado	21,40	18,87	20,00
São Martinho das Chãs	27,60	34,63	31,44
UF Aricera e Goujoim	25,61	28,57	27,11
UF São Romão e Santiago	20,69	25,44	23,38
UF Vila Seca e Santo Adrião	21,89	27,18	24,80
Vacalar	19,23	25,97	22,58

(INE, I.P., Censos 2011-2021)

QUADRO 39 – PROPORÇÃO DA POPULAÇÃO RESIDENTE COM ENSINO SUPERIOR COMPLETO, POR FREGUESIA E SEXO (%).

Unidade Territorial (Freguesia)	2021		Total
	H	F	
Aldeias	17,80	16,43	17,05
Armamar	10,12	16,07	13,26
Cimbres	1,83	9,57	5,80
Folgosa	10,64	10,53	10,58
Fontelo	7,76	10,68	9,40
Queimada	8,77	6,47	7,51
Queimadela	11,58	14,29	12,90
Santa Cruz	2,90	2,78	2,84
São Cosmado	6,16	8,11	7,23
São Martinho das Chãs	8,74	13,24	11,19
UF Aricera e Goujoim	10,00	9,76	9,88
UF São Romão e Santiago	4,82	7,14	6,15
UF Vila Seca e Santo Adrião	3,66	8,46	6,30
Vacalar	7,04	6,85	6,94

(INE, I.P., Censos 2011-2021)

No que diz respeito à proporção de população com o ensino secundário, esta é inferior em Armamar (18,2%), comparativamente à região do Douro (19,9%) e ao Continente (23,6%). Aprofundando a análise às freguesias do município de Armamar, destacam-se a UF de Vila Seca e Santo Adrião, Fontelo e Queimadela com maiores percentagens de população sem nenhum nível de ensino (19,27%, 15,40% e 14,43%, respetivamente) e, no sentido contrário, as freguesias de Aldeias, Armamar e Queimadela apresentam maiores proporções de população com níveis de escolaridade superiores (17,05%, 13,26% e 12,90%, respetivamente).

Armamar tem vindo a registar melhorias significativas nas componentes relacionadas com a qualificação da sua população residente. Desde 2011, o território assistiu a um decréscimo do número de indivíduos com 15 e mais anos sem qualquer nível de ensino e simultaneamente viu aumentar a população com o ensino superior, mostrando um quadro de melhoria dos níveis de alfabetização da população residente.

Uma variável que permite analisar o grau de escolarização é a taxa de analfabetismo. Em 2011, Armamar registava 569 indivíduos como analfabetos e, em 2021, o número reduziu para 406. Em termos de taxa de analfabetismo, e salientando a sua evolução, em 2011 o valor situava-se em 9,80% e em 2021 era de 7,61%, mantendo-se superior à região Douro, com 5,4%, e ao Continente com 3,0%. No que diz respeito à comparação dos valores do analfabetismo entre os sexos é

visível o desequilíbrio: a taxa de analfabetismo no sexo feminino é de 9,18%, enquanto no sexo masculino esse valor se limita aos 5,84% no ano de 2021.

Prosseguindo com a análise sobre o domínio e indicadores de baixa escolaridade, para além do analfabetismo, encontra-se um conjunto de indivíduos que, embora saibam ler e escrever, não completaram qualquer nível de ensino, tendo em muitos casos assumido contornos do habitualmente designado “analfabetismo funcional”. Neste indicador, todas as freguesias apresentam valores abaixo da média nacional, mas, no entanto, as freguesias de Cimbres e de São Martinho das Chãs assumem uma posição mais favorável.

A baixa escolaridade da população é um dos aspetos mais visíveis do abandono escolar e as suas causas impedem que se cumpra o direito universal à Educação, em particular no cumprimento da escolaridade obrigatória, entendida como a base da formação necessária para a população. Muitas são as causas do abandono escolar, sendo que a Estratégia Portugal 2020 procurou nos seus compromissos recuperar jovens que já tinham abandonado o sistema de ensino, sem terem concluído os ciclos de estudos obrigatórios. Para tal, foi dada prioridade à diversificação das vias de ensino, nomeadamente através do reforço das vias vocacionais e profissionalizantes, com um forte pendor da formação em contexto de trabalho. Estas formações propuseram-se a uma tripla função de recuperação de jovens com percursos de insucesso, acolher jovens com percursos escolares regulares e aumentar o volume de ativos jovens com competências reconhecidas pelas entidades empregadoras, visto que o contributo dessas formações para a redução registada em Portugal, nas taxas de abandono escolar precoce, foi reconhecido pelas avaliações realizadas às intervenções cofinanciadas no âmbito do QREN 2007-2013.

Em 2021, 11,77% da população residente em Armamar com 15 ou mais anos de idade não tinha completado qualquer nível de ensino, valor superior à média da região Douro (9,2%). No contexto das freguesias apenas a freguesia de Cimbres e São Martinho das Chãs apresentam valores inferiores (6,38% e 6,85%). A União das freguesias de Vila Seca e Santo Adrião (19,27%), São Cosmado (16,84%) e Fontelo (15,40%) revelam as maiores percentagens de população nesta situação.

Quando se analisa a população do grupo etário entre os 18 e 24 anos com pelo menos o ensino básico completo, a principal ideia a destacar consiste no valor médio percentual de indivíduos concluído em Armamar, com 46,80%, em que os homens constituem 51,42% e as mulheres 41,75%, valores superiores ao Continente (44,07%) e à região Douro (42,66%). Ao nível das freguesias destacam-se UF São Romão e Santiago com 70% e a freguesia de Cimbres com 60,00% de sucesso neste indicador. Passando ao indicador da proporção da população residente com idade entre 20 e 24 anos com pelo menos o ensino secundário completo, os resultados mostram que o concelho de Armamar, com 87,76% se posiciona acima da região

Douro, com 85,41%, e do Continente, com 83,66%. As freguesias da Queimadela e da UF Arícera e Goujoim revelam o pleno sucesso e apenas Santa Cruz, com 81,82%, se situam na última posição.

Para a proporção da população residente com idade entre 30 e 34 anos com pelo menos o ensino superior completo, a análise dos indicadores mostram que o concelho de Armamar alcançou 27,60%, abaixo dos 32,53% da região Douro e dos 37,47% do Continente. Neste contexto, Armamar ficou um pouco aquém dos objetivos da Estratégia 2020, que consubstancia um aumento para, pelo menos, 40% a percentagem de população na faixa etária dos 30 aos 34 anos com um diploma de ensino superior. Deste modo, as políticas públicas em matéria de educação deverão ser orientadas para a elevação dos níveis de escolaridade superiores, mas, a realidade socioeconómica concelhia apresenta-se um desafio a ultrapassar.

Realizando agora a análise sobre a população residente com 15 e mais anos por nível de escolaridade completo, a ideia que decorre perante os quantitativos é a de existir uma elevada proporção de população com pelo menos o 1.º CEB em Armamar, uma vez que é um valor superior ao observado no Continente. As mulheres mostram um valor superior aos homens neste nível de ensino. Em seguida, é o Ensino Secundário que reúne mais indivíduos, sendo igualmente as mulheres a revelarem um valor superior. Finalmente, é o 3.º CEB que reúne mais indivíduos, superando os homens em 3,78% as mulheres.

QUADRO 40 – PROPORÇÃO DA POPULAÇÃO RESIDENTE COM IDADE ENTRE 18 E 24 ANOS COM PELO MENOS O ENSINO BÁSICO COMPLETO (%) POR FREGUESIA, EM 2021.

Unidade Territorial (Freguesia)	2021		Total
	H	F	
Aldeias	41,67	22,22	33,33
Armamar	50,88	50,91	50,89
Cimbres	66,67	33,33	60,00
Folgosa	54,55	60,00	57,14
Fontelo	45,45	14,81	28,57
Queimada	28,57	28,57	28,57
Queimadela	44,44	0,00	26,67
Santa Cruz	53,85	28,57	45,00
São Cosmado	53,85	50,00	51,85
São Martinho das Chãs	56,00	57,69	56,86
UF Arícera e Goujoim	60,00	50,00	54,55
UF São Romão e Santiago	85,71	33,33	70,00
UF Vila Seca e Santo Adrião	54,55	57,14	56,00
Vacalar	25,00	28,57	26,67

(INE, I.P., Censos 2011-2021)

QUADRO 41 – PROPORÇÃO DA POPULAÇÃO RESIDENTE COM IDADE ENTRE 20 E 24 ANOS COM PELO MENOS O ENSINO SECUNDÁRIO COMPLETO (%) POR FREGUESIA, EM 2021.

Unidade Territorial (Freguesia)	2021		Total
	H	F	
Aldeias	87,50	100,00	94,12
Armamar	84,44	90,48	87,36
Cimbres	77,78	100,00	83,33
Folgosa	100,00	85,71	92,86
Fontelo	84,62	92,31	88,46
Queimada	25,00	75,00	50,00
Queimadela	100,00	100,00	100,00
Santa Cruz	71,43	100,00	81,82
São Cosmado	91,67	100,00	95,45
São Martinho das Chãs	89,47	89,47	89,47
UF Aricera e Goujoim	100,00	100,00	100,00
UF São Romão e Santiago	75,00	100,00	83,33
UF Vila Seca e Santo Adrião	66,67	100,00	84,21
Vacalar	66,67	75,00	71,43

(INE, I.P., Censos 2021)

QUADRO 42 – PROPORÇÃO DA POPULAÇÃO RESIDENTE COM IDADE ENTRE 30 E 34 ANOS COM PELO MENOS O ENSINO SUPERIOR COMPLETO (%) POR FREGUESIA, EM 2021.

Unidade Territorial (Freguesia)	2021		Total
	H	F	
Aldeias	33,33	50,00	42,86
Armamar	26,32	44,19	35,80
Cimbres	0,00	22,22	13,33
Folgosa	0,00	33,33	14,29
Fontelo	9,09	38,46	25,00
Queimada	0,00	25,00	10,00
Queimadela	33,33	100,00	60,00
Santa Cruz	0,00	20,00	14,29
São Cosmado	0,00	36,36	23,53
São Martinho das Chãs	9,09	60,00	25,00
UF Aricera e Goujoim	-	-	-
UF São Romão e Santiago	0,00	0,00	0,00
UF Vila Seca e Santo Adrião	12,50	40,00	23,08
Vacalar	33,33	40,00	36,36

(INE, I.P., Censos 2021)

QUADRO 43 – POPULAÇÃO RESIDENTE DO SEXO FEMININO COM 15 E MAIS ANOS, TOTAL E POR NÍVEL DE ESCOLARIDADE COMPLETO MAIS ELEVADO (%).

Unidade Territorial (Concelho)	Sem nível	1.º EB	2.º EB	3.ºEB	Secundário	Médio	Ensino Superior
Armamar	14,2	33,9	9,7	13,0	17,9	0,4	10,9

(INE, I.P., Censos 2011-2021)

QUADRO 44 – POPULAÇÃO RESIDENTE DO SEXO FEMININO COM 15 E MAIS ANOS, TOTAL E POR NÍVEL DE ESCOLARIDADE COMPLETO MAIS ELEVADO (N.º DE INDIVÍDUOS).

Unidade Territorial (Concelho)	Sem nível	1.º EB	2.º EB	3.ºEB	Secundário	Médio	Ensino Superior
Armamar	388	927	265	356	490	12	299

(INE, I.P., Censos 2011-2021)

QUADRO 45 – POPULAÇÃO RESIDENTE DO SEXO MASCULINO COM 15 E MAIS ANOS, TOTAL E POR NÍVEL DE ESCOLARIDADE COMPLETO MAIS ELEVADO (%).

Unidade Territorial (Concelho)	Sem nível	1.º EB	2.º EB	3.ºEB	Secundário	Médio	Ensino Superior
Armamar	9,0	35,9	12,8	15,5	18,6	1,0	7,9

(INE, I.P., Censos 2011-2021)

QUADRO 46 – POPULAÇÃO RESIDENTE DO SEXO MASCULINO COM 15 E MAIS ANOS, TOTAL E POR NÍVEL DE ESCOLARIDADE COMPLETO MAIS ELEVADO (N.º DE INDIVÍDUOS).

Unidade Territorial (Concelho)	Sem nível	1.º EB	2.º EB	3.ºEB	Secundário	Médio	Ensino Superior
Armamar	216	846	306	370	445	23	188

(INE, I.P., Censos 2011-2021)

Quanto ao Ensino Superior, os menores resultados, ainda que as mulheres detentoras de um grau superior sejam em maior número das que possuem apenas o 2.ºCEB e superam os homens em 37,12% (299 mulheres; 188 homens). Sem oferta de ensino superior no território, e distante dos centros urbanos, a proporção da população com ensino superior em Armamar, em 2021, era de 10,05%, valor inferior à ao observado no Continente (15,25%). No rol das freguesias, a melhor posicionada em 2021 era a de Aldeias, com 17,05%, secundada pela de Queimadela, com 12,90%. Quanto à distribuição dos alunos e diplomados do Ensino Superior, por área de formação, não existem dados disponíveis.

No território de Armamar, a taxa bruta de pré-escolarização era, no ano letivo de 2021/2022, de 100,0%. Para o Ensino Básico, ou seja, a relação entre o número de alunos matriculados no 1.º, 2.º e 3.º CEB e a população residente em idade de frequentar esses níveis de ensino é de 100,3% no município de Armamar, o que significa que alguns jovens de outros concelhos frequentam a sua oferta escolar. Observa-se ainda uma taxa de escolarização do ensino secundário de 69,1% no território, valor que não deixar de ser considerado baixo.

As políticas públicas em matéria de educação têm tido consequências nos sistemas de educação e formação, incorporando uma aposta crescente em estratégias de aprendizagem ao longo da vida. A aposta na qualificação dos adultos pode ser lida pela participação de indivíduos com 18 e mais anos de idade em cursos de educação e formação para adultos. No caso do território de Armamar, desde 2016, que não se realizam ações ou cursos EFA.

QUADRO 47 – TAXA BRUTA DE ESCOLARIZAÇÃO (%).

Anos Letivos	Pré-escolar	EB	1.º CEB	2.º CEB	3.º CEB	Secundário
2013-2014	94	105.7	109.5	101.6	104.4	31.6
2014-2015	93.7	102.5	104	102.7	101	62.4
2015-2016	91.9	107.3	103.1	105.9	111.6	64.6
2016-2017	93.8	102.1	98.3	109.5	102.2	78
2017-2018	93	103.2	101.3	109.1	101.9	68.2
2018-2019	91.8	100.5	98.1	94.7	107.4	79.4
2019-2020	97.2	98.4	97.3	104.8	95.6	68.3
2020-2021	91.6	100.3	101.4	98.8	100	71.1
2021-2022	100	100.3	98.6	109	97.1	69.1

(DGEEC, INFOESCOLAS)

QUADRO 48 – TAXA REAL DE ESCOLARIZAÇÃO (%).

Anos Letivos	Pré-escolar	EB	1.º CEB	2.º CEB	3.º CEB	Secundário
2013-2014	94	99	98.4	90.3	87.2	31.1
2014-2015	92.8	96.9	96	88.4	87.2	52.7
2015-2016	91.9	96.5	98.2	85.3	85.7	56.2
2016-2017	92.7	95.7	92.5	95.2	87.3	64.4
2017-2018	93	98.3	98.1	94.3	89.4	62.1
2018-2019	91.8	93.8	97.4	83.2	88.2	66.7
2019-2020	96.3	94.2	95.2	89.2	85.3	57.9
2020-2021	91.6	96	97.1	94	88.5	63.5
2021-2022	97.4	97.5	97.1	100	90	63.2

(DGEEC, INFOESCOLAS)

3.3.7.2. Atividade, emprego e mercado de trabalho.

O planeamento da rede educativa, desde o primeiro nível de formação, mas sobretudo nas modalidades de ensino profissional, tecnológico e nas ofertas formativas ao longo da vida, deverá considerar as atividades económicas que assumem mais preponderância no município de Armamar, dado que estas são potenciadoras de criação de emprego para as qualificações saídas do sistema de ensino.

O mercado de trabalho em Armamar tem sofrido grandes transformações decorrentes do despovoamento que se tem registado no território, acentuado pela grave crise económica que se iniciou em 2008 e que afetou negativamente a economia nacional. Apesar da economia local ter beneficiado das políticas municipais de desenvolvimento económico-social começou a evidenciar, a partir de 2014, os primeiros sinais de recuperação económica e os indicadores de um clima económico mais favoráveis começaram a revelar valores positivos; o indicador de confiança aumentou na indústria transformadora e nos serviços, diminuiu na construção e obras públicas e estabilizou no comércio.

Quanto à caracterização da população ativa no município de Armamar, por local de residência e sexo, é possível observar que, tal como esperado, a freguesia com maiores quantitativos populacionais e que apresenta valores destacados em ambos os sexos, face às restantes freguesias que integram este território concelhio, é a que corresponde à sede de concelho.

QUADRO 49 – POPULAÇÃO ATIVA EM 2021 (N.º).

Unidade Territorial (Concelho)	2021		Total
	H	F	
Armamar	1 211	1 003	2 214

(INE, I.P., Censos 2011-2021)

QUADRO 50 – TAXA DE ATIVIDADE DA POPULAÇÃO RESIDENTE EM 2021 (%).

Unidade Territorial (Freguesia)	%
Aldeias	38,11
Armamar	47,15
Cimbres	33,70
Folgosa	32,34
Fontelo	36,88
Queimada	28,18
Queimadela	44,23
Santa Cruz	27,17
São Cosmado	32,88
São Martinho das Chãs	44,35
UF Aricera e Goujoim	38,38
UF São Romão e Santiago	40,63
UF Vila Seca e Santo Adrião	34,63
Vacalar	33,72

Em termos globais, no município de Armamar contabilizavam-se, em 2021, um total de 2214 indivíduos, sendo 1211 homens (54,69 %) e 1003 mulheres (45,30%) em atividade. Refira-se também o facto de todas as freguesias apresentarem valores mais elevados de ativos no sexo masculino comparativamente ao sexo feminino. A taxa da população residente revela um ligeiro aumento, tendo passado de 38,43% para 38,99%.

Sobre a distribuição da população ativa por grupo etário, em 2021, era evidente, a nível concelhio, um predomínio de ativos no grupo etário dos 45 aos 54 anos (27,1%), seguido pelo grupo dos 55 aos 64 anos (23,9%) e pelo grupo 25 aos 34 com (21,0%). Esta tendência é comum à generalidade das freguesias do município e revela a tendência para o envelhecimento e para as carências de mão-de-obra que se acentuarão no futuro.

QUADRO 51 – DISTRIBUIÇÃO DA POPULAÇÃO EMPREGADA EM 2021 (%).

Unidade Territorial (Concelho)	2021		Total (ind.)
	H	F	
Armamar	1115	898	2013

(INE, I.P., Censos 2011-2021)

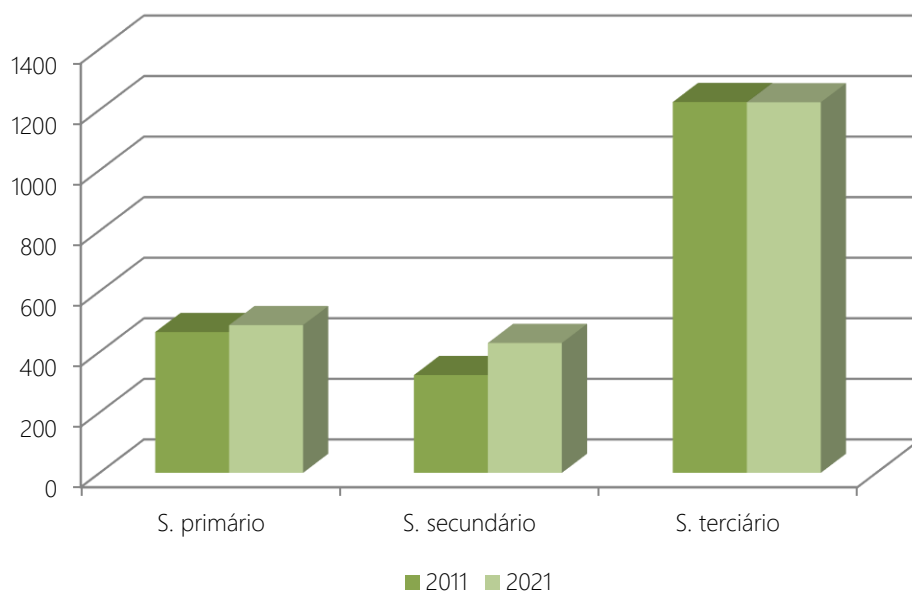
QUADRO 52 – DISTRIBUIÇÃO DA POPULAÇÃO EMPREGADA POR GRUPO ETÁRIO EM 2021.

Grupo etário	População Empregada			
	2011		2021	
	n.º	%	n.º	%
0-14	-	-	-	-
15-24	172	8,0	123	6,1
25-34	425	19,9	365	18,1
35-44	585	27,3	422	21,0
45-54	592	27,7	546	27,1
55-64	334	15,6	481	23,9
+65	33	1,5	76	3,8

(INE, I.P., Censos 2011-2021)

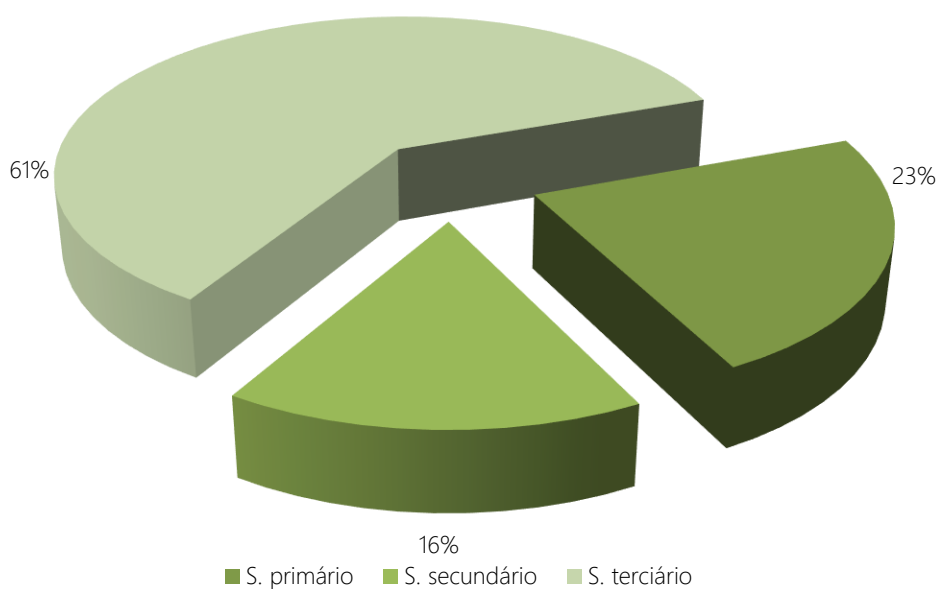
A taxa de atividade pode ser analisada em maior profundidade, procurando-se a relação entre a população ativa e a população residente com 15 e mais anos, que no município era de 43,1% no ano de 2021, sendo inferior à média da região Douro (45,9%) e à do Continente (53,4%), e o sexo masculino apresentava uma taxa de atividade superior (50,6%), comparativamente ao sexo feminino (36,6%). Devido à evolução demográfica, a população ativa tem vindo a diminuir. Entre 2011 e 2021 o município de Armamar registou um decréscimo nos valores da taxa de atividade, passando de 44,3% para 43,1%. Estes resultados refletem a trajetória de desenvolvimento económico-social local e trazem consequências quer na competitividade das empresas e do território, quer na capacidade de criação de emprego e de riqueza, essenciais na qualidade de vida das populações. Tendo em consideração o contexto geral dos municípios cujos limites se confrontam com os de Armamar verifica-se que se destaca como sendo um dos municípios com menores números de empregados, apenas à frente dos concelhos de Sabrosa e Tabuaço.

FIGURA 34 – POPULAÇÃO EMPREGADA POR SETOR DE ATIVIDADE ECONÓMICA ENTRE 2011 E 2021 (N.º).



(INE, I.P., Censos 2011-2021)

FIGURA 35 – POPULAÇÃO EMPREGADA POR SETOR DE ATIVIDADE ECONÓMICA EM 2011.

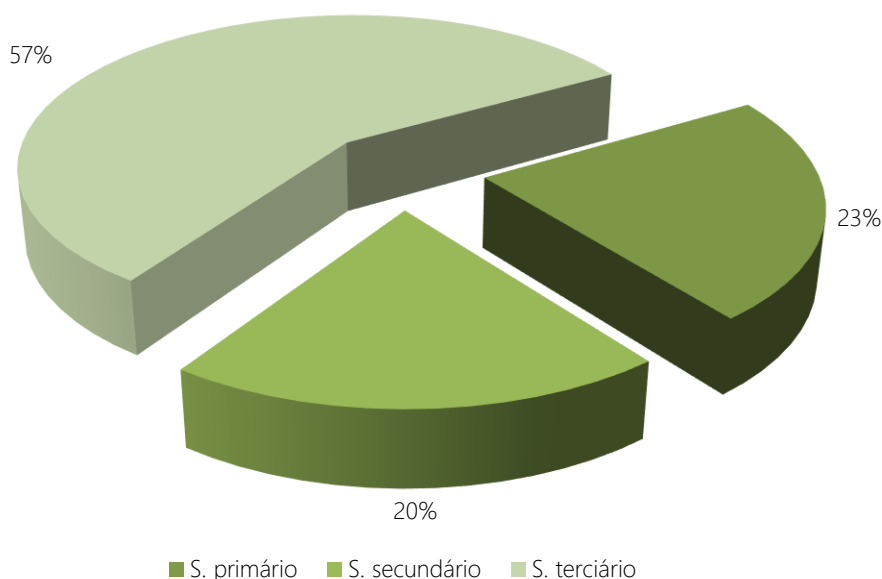


(INE, I.P., Censos 2011-2021)

Da análise da distribuição dos empregados, cuja totalidade, em 2021, no concelho de Armamar era de 2013 indivíduos, verifica-se que a percentagem referente ao género masculino era de 55,4% (valor ligeiramente superior ao do Continental (51,0%)) e que no sexo feminino, tal como seria expectável, o valor percentual era mais reduzido, tanto nos valores municipais 44,6%, como nacionais (49,0%). À semelhança da população ativa, também o maior número de empregados correspondia à faixa etária dos 25 aos 44 anos (787 indivíduos, correspondendo a 39,1% dos empregados), seguindo-se o grupo etário dos 45 aos 54 anos (546 indivíduos, correspondendo a 27,1%), sendo que em ambos os grupos etários, o sexo feminino assumia a menor expressividade.

Relativamente ao grupo etário dos 15 aos 24 anos, em 2021, estavam empregados cerca de 123 indivíduos no município de Armamar, o que correspondia a 6,1% da população com essas idades e no grupo etário de indivíduos com idades superiores a 55 anos estavam empregados 557 indivíduos, correspondendo a 27,7%. Na última década, a taxa de emprego no município de Armamar manteve a tendência de descida, passando de 2141 indivíduos (2011) para 2013 (2021).

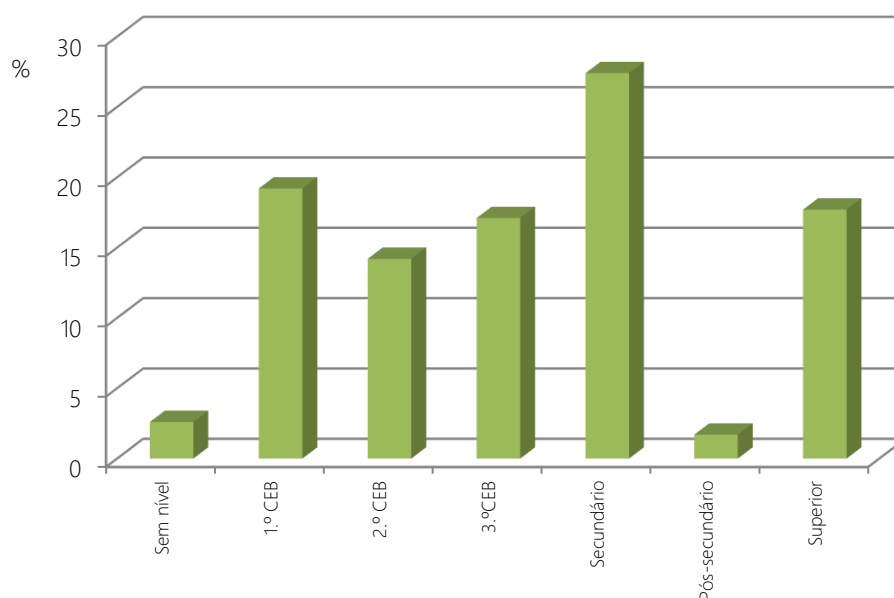
FIGURA 36 – POPULAÇÃO EMPREGADA POR SETOR DE ATIVIDADE ECONÓMICA EM 2021.



(INE, I.P., Censos 2011-2021)

Um dos principais objetivos estabelecidos na Estratégia Europa 2020 diz respeito ao aumento do emprego, pretendendo-se que até 2020 a taxa de emprego tivesse aumentado para 75% na faixa etária dos 20 aos 64 anos. Nesta matéria, em 2021, a situação do município de Armamar apesar de não alcançar em pleno o objetivo, podem-se considerar os resultados como satisfatórios com uma taxa de emprego para os indivíduos com idades entre os 25-34 anos a rondar os 75,3%, para os indivíduos com idades entre os 35-44 anos com resultados em 75,6% e apenas nos grupos etários de 45-54 e 55-64 anos se registavam valores inferiores, designadamente com 67,1% e 48,7%. O exame dos resultados para os municípios limítrofes revelam que se encontram próximos, ainda que ligeiramente superiores, dos valores apresentados por Armamar deste valor, pelo que as estratégias futuras e em matéria de emprego deverão ser orientadas para o atingir deste objetivo.

FIGURA 37 – POPULAÇÃO EMPREGADA POR NÍVEL DE ESCOLARIDADE MAIS ELEVADA COMPLETO EM 2021 (N.º).



(INE, I.P., Censos 2011-2021)

QUADRO 53 – POPULAÇÃO EMPREGADA POR NÍVEL DE ESCOLARIDADE MAIS ELEVADA COMPLETO, MUNICÍPIOS LIMÍTROFES, EM 2021 (%).

Unidade Territorial (Concelhos)	Sem nível	1.º CEB	2.º CEB	3.º CEB	Secundário	Médio	Superior
Aguiar da Beira	1,1	20,8	14,5	18,1	27,0	1,4	17,1
Armamar	2,6	19,2	14,2	17,1	27,4	1,7	17,7
Moimenta da Beira	1,7	15,3	13,6	16,4	28,7	1,8	22,6
Penedono	1,8	20,0	15,0	17,4	29,8	1,4	14,6
Sernancelhe	1,2	17,6	14,5	16,0	32,6	1,7	16,4
Tabuaço	1,8	18,8	14,3	19,0	27,3	1,3	17,6
Tarouca	1,8	16,0	15,1	19,2	28,4	1,5	18,0
Trancoso	1,1	13,1	16,9	18,2	28,1	1,5	21,3
Sátão	0,9	13,6	16,1	20,5	25,4	1,9	21,1
Vila Nova de Paiva	1,3	17,3	9,9	20,4	27,4	1,9	22,0
Continente	0,9	8,6	10,6	18,1	29,0	2,3	30,6
Região Douro	1,6	14,6	11,7	16,9	27,6	1,6	25,9

(INE, I.P., Censos 2011-2021)

De entre os municípios circunvizinhos, Penedono apresentava um valor próximo do referencial para 2020.

A análise da repartição da população ativa empregada por setor de atividade económica sublinha a importância que as atividades relacionadas com o setor terciário têm no município, uma vez que este setor representava no ano de 2021 cerca de 57% (trata-se de um valor inferior ao observado em 2011, quando se registou 61%). No que diz respeito ao setor secundário, a proporção era de 20%, estando este valor abaixo da média do Continente (24,8%). Por último, os indivíduos empregados no setor primário representavam apenas 23% dos empregados totais, valor bastante superior à média do Continente (2,9%). Referindo-se agora quanto ao perfil de escolaridade dos empregados em Armamar, cerca de 40,5% apresentavam apenas o ensino básico (1.º, 2.º e 3.º CEB) como nível de escolaridade mais elevado completo, sendo que 2,6% não possuía qualquer escolaridade e 19,2% apenas possuía o 1.º CEB. No contexto do território da região Douro, o resultado cifra-se em 14,6%, sendo que a maioria dos concelhos limítrofes se encontram em linha das percentagens de população empregada com o ensino básico do que Armamar, o que se refletia naturalmente em piores níveis habilitacionais.

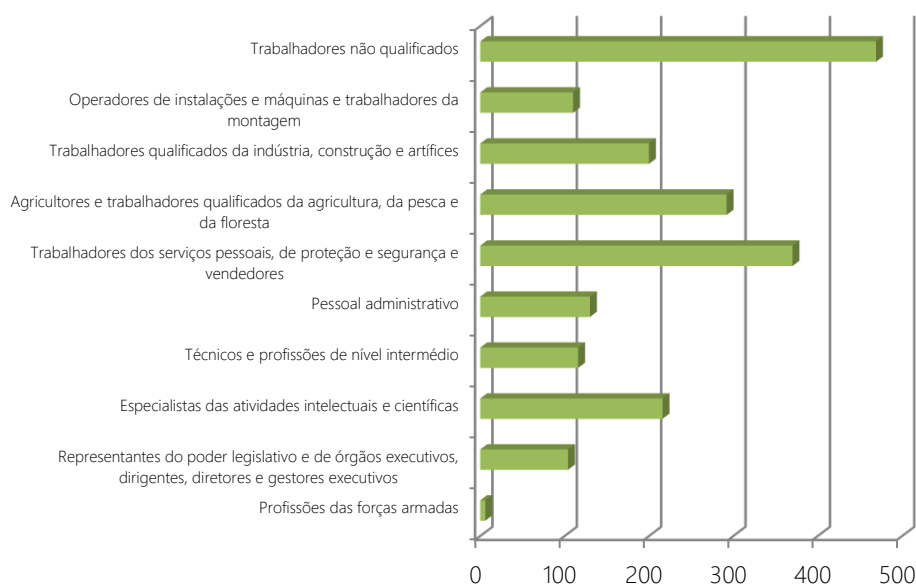
A percentagem de 27,4% da população empregada detém habilitações ao nível do Ensino Secundário, um valor superior à média do Continente (29,0%) e idêntico à região Douro (27,6%) e, no que diz respeito às habilitações de nível superior,

Armamar apresenta o valor de 17,7%, o que se entende como insatisfatório, pois o indicador em observação é inferior em relação a certos indicadores, como perante o Continente (30,6%) e região Douro (25,9%), constatando-se alguma desqualificação escolar no conjunto dos trabalhadores no concelho.

A proporção de população empregada com ensino superior assume valores ainda muito insatisfatórios. Uma leitura aos dados desse indicador, por grupo etário, deixa perceber que são os mais jovens, entre os 25 e 34 anos, que constituem uma maior percentagem de indivíduos com ensino superior. Atendendo a que um dos objetivos da Estratégia Europa 2020 se relaciona com o aumento em pelo menos 40% da percentagem de população entre os 30 a 34 anos com um diploma do ensino superior, os resultados para Armamar deixam antever um longo caminho a percorrer em matéria de aumento das habilitações da população residente.

A evolução da estrutura da população residente empregada, segundo a situação na profissão e os grupos de profissões, permite ampliar o conhecimento socioeconómico do território. Relativamente à situação dos indivíduos na profissão, predomina o conjunto de trabalhadores por conta de outrem (71,6%), seguindo-se os trabalhadores por conta própria (14%) e os empregadores (10,7%). Tratam-se de valores semelhantes ao observado nos territórios limítrofes e nas unidades territoriais de referência.

FIGURA 38 – POPULAÇÃO EMPREGADA POR PROFISSÃO, EM 2021, (N.º, TOTAL).

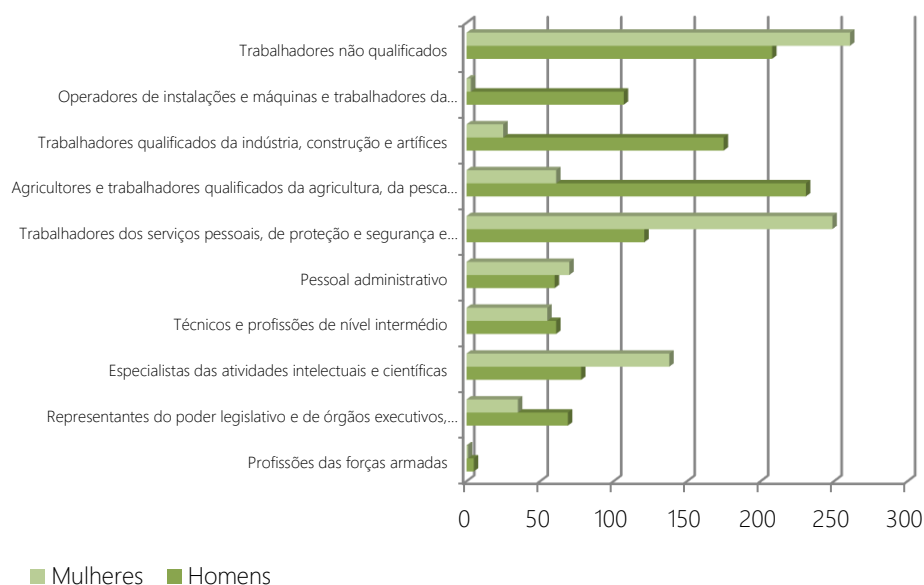


(INE, I.P., Censos 2011-2021)

No que diz respeito aos níveis de qualificação e profissões, predomina o grupo dos trabalhadores não manuais qualificados, como pertencem os profissionais das forças armadas, técnicos e profissões de nível intermédio e pessoal administrativo e os trabalhadores dos serviços pessoais, de proteção e segurança e vendedores, com 622 indivíduos (30,9%). Em seguida, surge o grupo dos trabalhadores nas profissões manuais qualificadas, como os agricultores e trabalhadores qualificados da agricultura, da pesca e da floresta, trabalhadores qualificados da indústria, construção e artífices e os operadores de instalações e máquinas e trabalhadores da montagem que correspondem ao total de 602 indivíduos (29,9%) de ambos os sexos. Finalmente, encontram-se os trabalhadores manuais não especializados, com 469 indivíduos (23,29%).

As profissões que apresentam uma menor representatividade no município de Armamar correspondem às mais qualificadas, pois o território não oferece um mercado de trabalho que possa absorver uma grande percentagem de trabalhadores altamente qualificados, quer por inexistência de unidades industriais ou empresas de serviços, quer por falta de investimento e ações de empreendedorismo. Assim, os especialistas das atividades intelectuais e científicas e os Representantes do poder legislativo e de órgãos executivos, dirigentes, diretores e gestores executivos constituem 320 trabalhadores (15,89%).

FIGURA 39 – POPULAÇÃO EMPREGADA POR PROFISSÃO, EM 2021, (N.º, SEXO).



(INE, I.P., Censos 2011-2021)

A educação, estando na base das escolhas pessoais e individuais, é aquela que tem maior impacto nos fatores relacionados com a produtividade do trabalho e nos ganhos salariais auferidos pelos trabalhadores. E, como se sabe, as diferenças salariais também variam segundo as atividades económicas, em relação aos níveis de qualificação e das habilitações literárias. No que diz respeito ao género, verifica-se que a diferença salarial entre homens e mulheres mantém-se desfavorável às mulheres. Com efeito, o ganho médio mensal dos trabalhadores por conta de outrem em Armamar era em termos médios de 970,92€, sendo superior nos homens (1 033,36€) e inferior nas mulheres (888,5€). O município apresenta uma posição desfavorável, uma vez que o salário médio é inferior à média do Continente (1093,21€) e, no contexto regional e de proximidade aos principais centros urbanos de Lamego e Viseu regista-se uma diferença perante os salários médios que aí são superiores, bem como a média da região do Douro (1031,52€). O setor da indústria e construção é aquele em cujos trabalhadores auferem um ganho médio mensal superior no município de Armamar (1095,97€), mas inferior em 50,21€ relativamente à média na região do Douro. Em segundo lugar, surge o setor dos serviços com uma média de remunerações a rondar os 961,77€, menos 74,15€ que na área do Douro, e, por último, os trabalhadores do setor primário que se posicionam num nível de rendimentos inferior, auferindo em média 843,93€ mensais, menos 76,55€, quando comparado com o valor médio do Douro. Tal como o que acontece na generalidade dos territórios portugueses, Armamar também apresenta grandes desfasamentos nas remunerações dos trabalhadores detentores de níveis habilitacionais mais elevados (secundário e superior), cujos diferenciais explicam em grande medida os baixos níveis de atratividade na fixação de mão-de-obra qualificada.

O nível salarial praticado em Armamar é, de uma forma geral, inferior à média do Douro e do Continente, não acompanhando em 24.97% e 5,87%, respetivamente, a média das remunerações. Por norma, quanto maior o nível de habilitação, maior é a discrepância do ganho médio auferido neste município e nos territórios de referência. Em Armamar as pessoas que possuem uma licenciatura (1330,34€) recebem -126,7€ do que a média dos licenciados da área Douro e os que detêm habilitações ao nível do ensino secundário (940,17€) recebem -15,02€ do que a média da mesma região. Para os indivíduos com doutoramento não possuímos dados para Armamar. As pessoas que trabalham em Armamar com um grau de escolaridade do 1º CEB (808,05€) têm uma diferença de ganho de -7,14€ e as que detêm o 2º ciclo auferem mais 94,66€, ambos resultados em menor valor no concelho de Armamar.

Numa última referência sobre os valores para este território, observa-se que os licenciados ganham, em média, mais 522,29€ do que as pessoas que têm uma escolaridade igual ao 1º ciclo do ensino básico, mais 508,09€ do que as que

possuem o 9º ano de escolaridade e mais 425,78€ do que as que detêm o Ensino Secundário. Assim, concluir-se-á que muito embora se verifiquem cada vez maiores dificuldades ao ingresso dos licenciados no mercado de trabalho, a frequência do Ensino Superior influencia, decisiva e positivamente, a retribuição salarial dos diferentes profissionais. Mas, a quantidade de indivíduos licenciados no território de Armamar, por diversos motivos de origem socioeconómicos, revela-se muito baixa e as projeções sugerem uma tendência de decréscimo.

3.3.7.3. Desemprego.

A pobreza e a exclusão social constituem fatores estruturantes numa sociedade cada vez mais seletiva, concentrando-se em especial nos contextos urbanos e em territórios concretos que, por isso, se vão constituído como multiplicadores da privação, entrando-se num ciclo de pobreza. O aumento da taxa de desemprego constitui um problema, fundamentalmente pela diminuição dos rendimentos familiares, que contribuem para o decréscimo do nível e qualidade de vida e que tem consequências efetivas na comunidade escolar e nos processos de ensino-aprendizagem. Em Armamar, entre os grupos populacionais mais vulneráveis destaca-se o grupo das mulheres, com salários mais baixos e uma taxa de desemprego superior. No entanto, os casos mais graves são aqueles em que mais do que um elemento do agregado familiar se encontra desempregado, devendo ser para estes casos canalizadas as prioridades na intervenção.

Assim, a caracterização da problemática do desemprego tem uma importância fulcral para a compreensão das dificuldades económicas e financeiras com que o país, em geral, e os municípios, em particular, se debatem na atualidade. Esse conhecimento permitirá a definição de estratégias para minorar os impactos que a crise financeira e social tem tido ao nível do mercado de trabalho e permitirá desenvolver igualmente estratégias que visam o incremento da qualificação da população, em termos globais, e na adequação das estratégias de educação e formação à realidade do mercado laboral dos diferentes territórios. Por isso, é importante considerar a caracterização de um conjunto de indicadores associados ao desemprego, quer a nível municipal, quer a nível regional para que as estratégias e propostas em termos da carta educativa e do projeto educativo local, se coadunem com as necessidades identificadas nesta fase de diagnóstico.

Entre 2011 e 2021, verificou-se uma diminuição significativa da taxa de desemprego no município de Armamar (de 11,5% para 9,1%), acompanhando a tendência generalizada observada nos restantes municípios limítrofes. Em 2021, a taxa de desemprego em Armamar apresentava-se ligeiramente superior à média do

Continente (13,2%, em 2011, 8,1%, em 2021) e da região do Douro (12,1%, em 2011, 7,8%, em 2021). Entre os municípios limítrofes, Armamar situa-se entre aqueles que possuem as taxas de desemprego mais elevadas no ano de 2021. Estes valores, nomeadamente os que refletem a evolução para os anos mais recentes, devem ser lidos no quadro de uma ligeira recuperação económica do país, devendo-se, no entanto, ter presente o crescente aumento da emigração, principalmente dos indivíduos mais jovens e mais qualificados. Deste modo, entre 2011 e 2021, ocorreu um decréscimo de 78 desempregados no município, correspondendo a - 27,95%, passando dos 279 desempregados em 2011 para os 201 desempregados em 2021. Este decréscimo está em linha com os resultados registados para a região Douro que registou uma diferença de -42,21%. Tendo em consideração o ano de 2021, o mais recente no que aos dados diz respeito, importa referir que a faixa etária dos 15 aos 24 é aquela que assumia maior representatividade no número de desempregados em Armamar, correspondendo a 43 indivíduos, seguindo-se o grupo dos 55-64 e mais anos correspondendo a 42 indivíduos). Em todos os grupos etários, durante a década em análise (2011-2021), registou-se uma descida considerável, mas o desemprego entre os mais jovens é o que continua a revelar um peso mais elevado, de resto, como sucede na região Douro.

No mesmo quadro temporal, o nível de Ensino Secundário era o mais representativo na estrutura de habilitações dos desempregados de Armamar inscritos nos centros de emprego (33,8%), valor superior ao observado no Continente (35,9%). Em relação à distribuição da população desempregada segundo as habilitações literárias, importa referir os elevados valores da população que apenas concluiu o 3.º CEB, com 18,4%, seguindo-se os que apresentam apenas o 1º CEB, com 17,9%, os que concluíram o 2º CEB, com 14,4%. Importa ainda acrescentar a percentagem de 12,9% de desempregados com um diploma de ensino superior.

Por fim, outro aspeto de grande relevância para o planeamento e desenvolvimento de estratégias de educação e qualificação profissional está relacionado com a caracterização dos desempregados em função da duração da procura de emprego. Cerca de 47,4% dos desempregados em Armamar estão inscritos nos centros de emprego há menos de um ano, enquanto que 52,6% estão inscritos há mais de um ano, demonstrando a escassez nas ofertas de emprego e, em certa medida, a existência de um desvio entre a educação e a qualificação profissional e o mercado de trabalho. Os valores mais significativos de desempregados estão associados aos que se encontram à procura de novo emprego, sendo que aqueles que se encontram numa situação de procura do 1º emprego apresentam valores claramente inferiores. No que diz respeito à comparação entre os novos desempregados inscritos no mês de dezembro 2021 e as ofertas recebidas é possível observar que estas são em número reduzido face

às necessidades, mas, por outro lado, verifica-se que as ofertas são ocupadas e até se contabilizam algumas colocações acima das ofertas recebidas, o que indicia que a totalidade das vagas ficam preenchidas e alguns dos indivíduos procuraram emprego nos municípios limítrofes ou na região. Relativamente aos motivos de inscrição do centro de emprego dos novos desempregados, a grande maioria fez a inscrição em virtude do término do trabalho não permanente (final de contrato).

QUADRO 54 – DISTRIBUIÇÃO DA POPULAÇÃO DESEMPREGADA POR GRUPO ETÁRIO, EM 2021.

Grupo etário	População Empregada			
	2011		2021	
	n.º	%	n.º	%
0-14	-	-	-	-
15-24	78	28,0	43	21,4
25-34	63	22,6	37	18,4
35-44	55	19,7	37	18,4
45-54	54	19,4	39	19,4
55-64	29	10,4	42	20,9
+65	0	0,0	3	1,5

(INE, I.P., Censos 2011-2021)

4. A REALIDADE EDUCATIVA DO TERRITÓRIO.

4.1. Oferta Educativa da rede pública.

4.1.1. Rede escolar pública.

Armamar, enquanto território de baixa densidade, apresenta-se como um município de pequena dimensão e, por isso, aquando do exame prévio não parecia apresentar especial complexidade no domínio da organização do território educativo e da formação. No ano letivo 2022-2023, a rede escolar do município de Armamar abrange os cinco primeiros níveis da escolaridade obrigatória (Educação Pré-Escolar, Ensino Básico 1.º Ciclo, Ensino Básico 2.º e 3.º Ciclo e Ensino Secundário) garantidos por um total de três escolas (Jardim de Infância de Armamar, Escola Básica José Manuel Durão Barroso, Armamar, e a Escola Básica e Secundária Gomes

Teixeira, Armamar). Estas escolas concentram-se na vila de Armamar, fruto dos diversos ajustamentos realizados em função da realidade da população estudantil.

Nos anos letivos 2022-2023 e 2023-2024, a oferta de ensino da rede escolar pública é constituída pelo AE Gomes Teixeira, formado por um Jardim de Infância (a funcionar num edifício exterior ao recinto sede do Agrupamento, denominado como Jardim de Infância de Armamar), uma Escola Básica José Manuel Durão Barroso, Armamar e por uma Escola Básica e Secundária Gomes Teixeira, Armamar (estas duas últimas a funcionarem em dois edifícios e as três situadas no mesmo recinto).

No âmbito dos estabelecimentos de ensino de base local e de proximidade, como são os Jardins de Infância e das Escolas Básicas, estes representam 100% do total da oferta escolar pública e 75% do total da oferta escolar (pública+privada) do território do concelho de Armamar. Estes valores exprimem ainda, dentro do conjunto da oferta pública, que 75% dessa oferta surge reunida apenas num único local que corresponde à sede do AE Gomes Teixeira – Armamar. Em termos de distribuição territorial, a rede escolar pública do município de Armamar reflete as necessidades de funcionalidade, a procura de eficiência do sistema e, em larga medida, as determinações superiores das direções governamentais.

Não obstante, se considerarmos o atual padrão de distribuição populacional, podemos concluir que essa disposição, organização e funcionamento visa assegurar uma cobertura que satisfaça a procura escolar e possibilitar a sua utilização, de um processo de ensino-aprendizagem com qualidade, por parte de todos os seus atuais e potenciais utilizadores. A localização e a concentração dos edifícios integrantes da rede escolar pública na vila de Armamar permite ainda responder de forma mais eficaz a todos quantos se deslocam diariamente por motivos profissionais.

A oferta educativa do Agrupamento apresenta-se diversificada, dimensionada e abrangendo todos os níveis de ensino, desde o Ensino Pré-Escolar ao Ensino Secundário. Na atual oferta educativa elenca-se o Ensino Pré-Escolar, o 1.ºCEB, o 2.ºCEB, o 3.ºCEB e o Ensino Secundário com os cursos Científico-humanísticos (Ciências e Tecnologias; Línguas e Humanidades).

Como único AE no concelho de Armamar no âmbito da oferta da rede pública de ensino, este defende que o trabalho científico e pedagógico que tem sido desenvolvido, e a sua continuidade, dentro de parâmetros de elevada exigência deverá sempre constituir o principal argumento que garanta aos Pais e Encarregados de Educação dos atuais alunos que a tomada da decisão na sua frequência foi a mais acertada e que afiance aos futuros alunos como sendo uma decisão segura.

A esse argumento e preocupação acresce um clima relacional positivo, uma cultura organizacional estável e a disponibilidade de recursos materiais e humanos que asseguram a qualidade do ensino. Para isso, mas também para o estímulo e desenvolvimento integral das diferentes competências e dos seus níveis, o AE Gomes Teixeira, Armamar, procura desenvolver projetos de desenvolvimento

educativo, pensados e articulados de forma transversal, privilegiando quatro dimensões, designadamente a aquisição de aprendizagens significativas, a comunicação, a colaboração e a resolução de problemas.

QUADRO 55 – OFERTA EDUCATIVA PÚBLICA POR TIPOLOGIA NO ANO LETIVO 2022/23.

Concelho	JI	EB1	EB 2,3	ES	Total
Armamar	1	1	1	1	4

((CMA; AEGT))

QUADRO 56 – OFERTA EDUCATIVA PÚBLICA (ENSINO PRÉ-ESCOLAR) NO ANO LETIVO 2022/23.

Escolas/Grupos	Total
JI de Armamar	1

((CMA; AEGT))

QUADRO 57 – OFERTA EDUCATIVA PÚBLICA (1.º CEB) NO ANO LETIVO 2022/23.

Escolas/Grupos	Total
Escola Básica José Manuel Durão Barroso, Armamar	1

((CMA; AEGT))

QUADRO 58 – OFERTA EDUCATIVA PÚBLICA (2.º E 3.ºCEB) NO ANO LETIVO 2022/23.

Escolas/Grupos	Total
Escola Básica e Secundária Gomes Teixeira, Armamar	1

((CMA; AEGT))

QUADRO 59 – OFERTA EDUCATIVA PÚBLICA (ENSINO SECUNDÁRIO, REGIME GERAL) NO ANO LETIVO 2022/23.

Escolas/Grupos	Total
Escola Básica e Secundária Gomes Teixeira, Armamar	1

((CMA; AEGT))

QUADRO 60 – OFERTA EDUCATIVA E COMPLEMENTAR NO ANO LETIVO 2022/23.

Nível de Ensino	Oferta Educativa e complementar
Ensino Pré-escolar	Educação Pré-Escolar. Atividades de Animação e de Apoio à Família.
1.º CEB	Básico regular. Atividades Extra Curriculares de: Língua Inglesa; Atividade Física e Desportiva; Expressão Musical; Educação Artística (Artes Visuais, Expressão Dramática/Teatro, Dança e Música); Apoio ao Estudo; Oferta Complementar – TIC (Programação e Robótica)
2.º CEB	Básico regular. Oferta complementar (Património e História Local e Oficina das Ciências); Apoio ao Estudo (Matemática, Línguas e Estudos Sociais); Complemento à Educação Artística (e) Teatro e Artes);
3.º CEB	Básico regular. Oferta complementar (Património e História Local e Oficina das Ciências); Atividades de enriquecimento curricular (Clube de Ciências, Clube de Teatro, Clube das Artes, Desporto Escolar, Clube de Alimentação Saudável, Rádio-escola, Eco-Escola);
Ensino Secundário	Científico-humanísticos: Ciências e Tecnologias; Línguas e Humanidades; Apoio ao Estudo; Desporto Escolar; Goma (Academia de Ciências Gomes Teixeira);

(CMA; AEGT)

No seu conjunto descobrem-se projetos muito diversos que abrangem a Cultura, o Diálogo Intercultural, a Ciência, o Ambiente, o Desporto, a Saúde, a Comunicação, a Música, a Leitura e a Escrita.

Como se extrai da pena de Artur Mergulhão e do Projeto Educativo do AE Gomes Teixeira (2023-2026), *“foi somente em 1966 que o ensino deu um salto qualitativo e quantitativo no nosso concelho. Um grupo de sacerdotes, tendo à frente o então Arcipreste, Padre António dos Santos, meteu mãos à obra no sentido de dotar a vila de um posto de telescola, o que veio a acontecer no ano letivo de 1966/67, tendo como local de trabalho o salão paroquial e as anexas salas de catequese. Expandiu-se rapidamente a população estudantil, tendo sido necessário usar também as quatro salas da escola primária da vila, para se lecionar o então chamado Ciclo Preparatório TV, assim como abrir outros postos de telescola noutras povoações, como em S. Cosmado, Queimada e Folgosa. Em 13 de maio de 1976, iniciou-se o Ciclo Preparatório Direto, sendo então extinta a Telescola. Ficou instalado num primeiro pavilhão pré-fabricado de madeira, situado nos terrenos dos atuais campos de jogos*

da escola. Como a população estudantil não parava de aumentar devido à escolaridade mínima obrigatória, foi necessário construir mais dois pavilhões do mesmo material, que, com o pavilhão gimnodesportivo, formaram o complexo que se chamou Escola Preparatória D. João II, em homenagem à passagem deste rei pelo templo de S. Domingos, em Fontelo, em 1481, implorando um filho varão, que tardava, para a sucessão ao trono. Mais tarde, em 1990/91, com a escolaridade obrigatória de 9 anos, passou a chamar-se Escola C+S de Armamar, frequentada, nesse mesmo ano por 575 alunos.” No ano letivo de 1996/97 foi inaugurada a Escola Básica 2,3 de Armamar que, no ano letivo de 1998/99, sob proposta do Conselho Pedagógico, passou a chamar-se Escola Básica dos Segundo e Terceiro Ciclos Gomes Teixeira – Armamar.

O AE de Armamar foi homologado em 26 de junho de 2003, tendo a partir dessa data agregado todos os estabelecimentos de ensino público do concelho de Armamar. Em 26 de agosto de 2011, o AE de Armamar passou a denominar-se “AE Gomes Teixeira, Armamar”, com sede na Escola Básica Gomes Teixeira, Armamar. Em 5 de dezembro de 2012, foi alterada a tipologia da Escola Básica Gomes Teixeira, Armamar para Escola Básica e Secundária Gomes Teixeira, Armamar, com a introdução do Ensino Secundário no concelho. No ano letivo de 2012-13 foi inaugurado o centro escolar, Escola Básica José Manuel Durão Barroso, Armamar, , frequentado por todos os alunos do primeiro ciclo do ensino básico, marcando o encerramento de todos os estabelecimentos do primeiro ciclo, dispersos pelas freguesias do concelho.

O nome do seu patrono advém da figura do professor e matemático Francisco Gomes Teixeira, natural da freguesia de São Cosmado, Armamar, onde nasceu a 26 de janeiro de 1851 e veio a falecer no Porto, a 8 de fevereiro de 1933, com 82 anos de idade. Considerado como uma personalidade científica eminente e prestigiosa, fez a instrução primária na vila de S. Cosmado e os estudos liceais em Lamego, sendo desejo dos seus pais que seguisse a carreira eclesiástica. Porém, o seu tio, Dr. Francisco Maria de Carvalho, reconhecendo nele aptidões para a matemática, aconselhou os pais para que o seu sobrinho seguisse o estudo das Ciências. Em 1869 matriculou-se em Matemática, na Universidade de Coimbra, concluindo a formatura com a classificação de 20 valores em 1874. Mais tarde, doutorou-se em Matemática, com a classificação de “muito bom, por unanimidade, com vinte valores”, classificação que nunca antes havia sido concedida, tendo então, apenas 24 anos de idade. Em 1876, foi nomeado professor substituto da Universidade de Coimbra; em 1878 é nomeado 3º astrónomo da 1ª classe do Observatório Astronómico de Lisboa; em 1880 é promovido a Professor Catedrático da disciplina de Cálculo Infinitesimal e Integral da Faculdade de Matemática da Universidade de Coimbra. Em 1883, requereu a sua transferência para a Academia Politécnica do Porto e foi nomeado Lente da cadeira de Geometria Descritiva em 1884. Já aos vinte

anos, ainda estudante, tinha publicado notáveis trabalhos de investigação matemática original. Em 1887, fundou o categorizado “Jornal das Ciências Matemáticas e Astronómicas” que se publicou em Coimbra durante 28 anos, sob a sua direção, com o objetivo de quebrar o isolamento dos matemáticos portugueses, a que se seguiu, com os mesmos propósitos, ao “Anais Científicos da Academia Politécnica do Porto”. Em 23 de Agosto de 1911, foi nomeado reitor da Universidade do Porto e, em 1919, Reitor Honorário da mesma Universidade. Foi sócio da maior parte das Academias de Ciências da Europa e de algumas do continente americano. Foi membro honorário da Faculdade de Ciências de Lima, no Peru. Foi Doutor Honoris Causa pelas Universidades Central de Madrid, Toulouse e Santiago do Chile. Em 1902, por portaria de 8 de Fevereiro, o Governo determinou que a sua obra, dispersa por inúmeros jornais e revistas, fosse publicada em volume. Na última fase da sua vida, já com 75 anos, Gomes Teixeira, derivou a sua pujante atividade para conferências em Portugal e no estrangeiro, sobre a Matemática, e para a produção literária de carácter místico, de que são frutos os livros “Panegíricos e Conferências”, “Santuário da Montanha”, “Apoteoso de S. Francisco de Assis e Santo António de Lisboa” entre outros.

O AE Gomes Teixeira entende que, enquanto unidade orgânica de ensino público, contribui para estimular um modelo pedagógico ajustado às necessidades e interesses dos seus alunos, alicerçado numa educação e formação de qualidade para o exercício de uma cidadania inclusiva ativa e consciente. A missão do seu Projeto Educativo (PE) reforça o papel do Agrupamento como espaço privilegiado de ensino e formação que promove conhecimentos, capacidades e competências, através da realização de aprendizagens significativas capazes de conduzir ao sucesso pessoal e social dos alunos, bem como ao exercício de uma cidadania responsável; promover a educação integral de crianças e jovens; assegurar a igualdade de oportunidades e a qualidade do serviço educativo; fomentar a criatividade e a inovação, bem como o exercício de uma cidadania mais responsável.

Prestar à comunidade um serviço educativo de excelência, contribuindo para a formação de cidadãos críticos e conscientes dos seus deveres e direitos, capazes de atuar como agentes de mudança, num ambiente participativo, aberto e integrador, numa Escola reconhecida pelo seu humanismo e por elevados padrões de exigência e responsabilidade, que valoriza o conhecimento, como condição de acesso ao mundo do trabalho e ao prosseguimento de estudos, é a missão do Agrupamento. Assegurar um ensino-aprendizagem de qualidade, inclusivo, adaptado às necessidades específicas dos seus alunos, alicerçado numa atualização permanente dos seus profissionais, bem como numa cooperação dinâmica com agentes e entidades da comunidade envolvente, foi assumido como propósito do mesmo AE.

A missão do AE Gomes Teixeira, de Armamar consiste em responder às necessidades do seu território educativo, oferecendo respostas educativas

diferenciadas, desde a educação pré-escolar ao ensino secundário, que valorizem a dimensões humanista, científica, artística, desportiva, tecnológica, a educação inclusiva, a educação para a cidadania, a educação para a saúde bem-estar e ambiente e a inovação pedagógica. É ainda missão do AE criar condições para o sucesso escolar e educativo da sua população escolar, promover o desenvolvimento profissional dos docentes e dos não docentes, bem como contribuir para o desenvolvimento da comunidade em que se insere. Assim sendo, a missão do presente PE assume:

- Promover uma nova conceção de Escola: inclusiva, participada, interventora e promotora de sucesso.
- Promover aprendizagens cooperativas e relacionais através de práticas de ensino inovadoras e opções curriculares mais eficazes e adequadas ao contexto.
- Promover uma maior articulação entre os três ciclos do ensino básico e o ensino secundário.
- Valorizar a gestão e lecionação interdisciplinar e articulada do currículo.
- Promover a natureza transdisciplinar das aprendizagens.
- Valorizar o trabalho colaborativo e interdisciplinar no planeamento, na realização e na avaliação do ensino e das aprendizagens;
- Promover o sucesso educativo, no sentido de alcançar um elevado desempenho académico.
- Promover a formação integral do jovem, numa perspetiva universalista, nacional e regional.
- Transformar a escola num espaço atrativo e facilitador das aprendizagens.
- Transformar a escola num polo de dinamização cultural e desportiva.
- Fomentar a defesa de valores culturais, artísticos e naturais.
- Promover a educação para a saúde, através da adoção de comportamentos saudáveis promotores de bem-estar físico, emocional e social.

- Intervir preventivamente no combate às situações-problema e de indisciplina.
- Potenciar o desenvolvimento de um conhecimento direcionado para o uso de linguagem e cultura/literacia científica.



Em suma, o AE Gomes Teixeira pretende ser uma verdadeira escola do século XXI, um espaço educativo de excelência e de abertura, que contribua significativamente para o desenvolvimento de todos: crianças, alunos, docentes, não docentes, técnicos, famílias, no sentido da transformação individual, da comunidade local, do país e do mundo. Uma escola onde se constroem oportunidades de valorização de cada um, assentes na autonomia, na solidariedade, no desafio, na alegria de conviver e aprender.

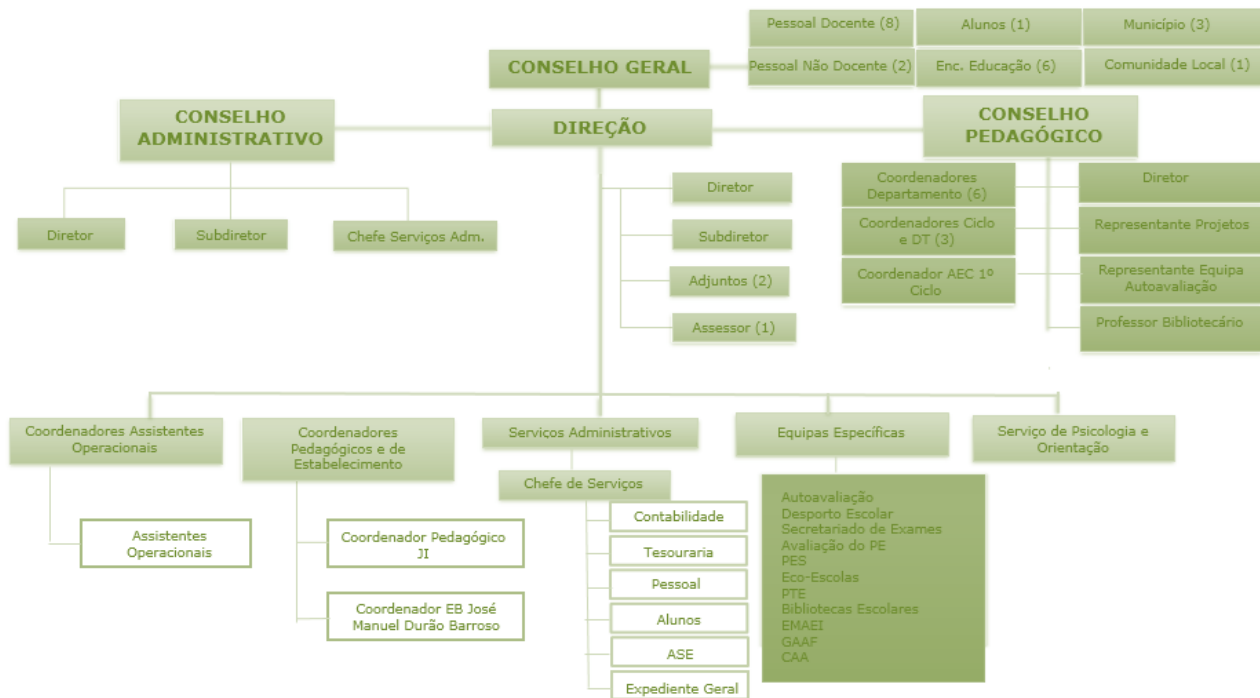
Em termos de visão, a Direção procura desenvolver um projeto que vise um AE exigente, rigoroso, ambicioso e competitivo, com funcionamento sempre enquadrado na transparência, seriedade, justiça, lealdade e boa-fé; que busque se regular por um sistema de valores pelo qual pauta o seu funcionamento e o dever de zelo no cumprimento da lei e do seu documento regulador, o Regulamento Interno; que promova a disciplina, a ordem, o respeito e a responsabilidade; que

garanta a igualdade de oportunidades aos alunos; que vise uma comunidade humana, afetiva e que cultive as transações pessoais e que estimule a liberdade, a democracia e a cidadania; que cultive a criatividade e a preocupação ambiental; uma comunidade com coesão e conexão interna. Finalmente, que seja assegurado um forte sentido de equipa e de preocupação mútua do corpo docente e não docente, que motive e convença os alunos a aprender, diferenciando-se porque não desiste de cada um dos seus alunos, intervindo como agente educativo e cultural na vida da comunidade.

Considerando a realidade decorrente do reordenamento da oferta escolar em 2006-2007, o AE Gomes Teixeira ajustou a sua organização administrativa e pedagógica. Atualmente, a organização do Agrupamento assenta em três domínios principais: o domínio executivo, o domínio pedagógico e o domínio administrativo. Em termos de constituição do organigrama executivo, o mesmo é presidido pelo Conselho Geral, que delega na Direção Executiva as tarefas e responsabilidades que garantem a funcionalidade do Agrupamento, na gestão do Pessoal Docente e do Pessoal Não Docente, sendo este último um campo mais diversificado (Técnicos Superiores, Técnicos Especializados, Coordenadores e Encarregados).

Ainda há a contemplar na organização do AE de Armamar, em termos de funcionalidade, a superintendência do Conselho Geral e a participação da Direção, do Conselho Pedagógico, a Associação de Pais, a SADD e o Conselho Administrativo na aprovação e regulação das linhas orientadoras do projeto-orçamento (aprovação das contas de gerência aprovação do regulamento interno; proposta de reordenamento escolar) e das linhas orientadoras das propostas de formação (medidas e procedimentos pedagógicos a adotar; proposta de atuação disciplinar e normativa; metodologia e aprovação, avaliações de desempenho; aprovação de investimentos, contas e mapas). Da participação destas linhas orientadoras, a Direção do Agrupamento deverá implementar as orientações atrás referidas, resolver situações e problemas, gerir e orientar os seus recursos humanos, assegurar o normal funcionamento do agrupamento e zelar pelo bem-estar e segurança dos alunos e pela boa conservação dos equipamentos.

Aos diversos coordenadores cabem implementar medidas pedagógicas e didáticas, assegurar uma eficiente rede de oferta formativa, desenvolver políticas centrais e locais de educação, implementar os projetos aprovados e desenvolver atividades lúdicas e pedagógicas. Finalmente, há ainda a considerar os domínios da Coordenação dos Serviços da Administração Escolar, que se dividem em cinco áreas: Financeira e Contabilística, Alunos, Apoio Social e Económico, Recursos Humanos, Área de Logística.

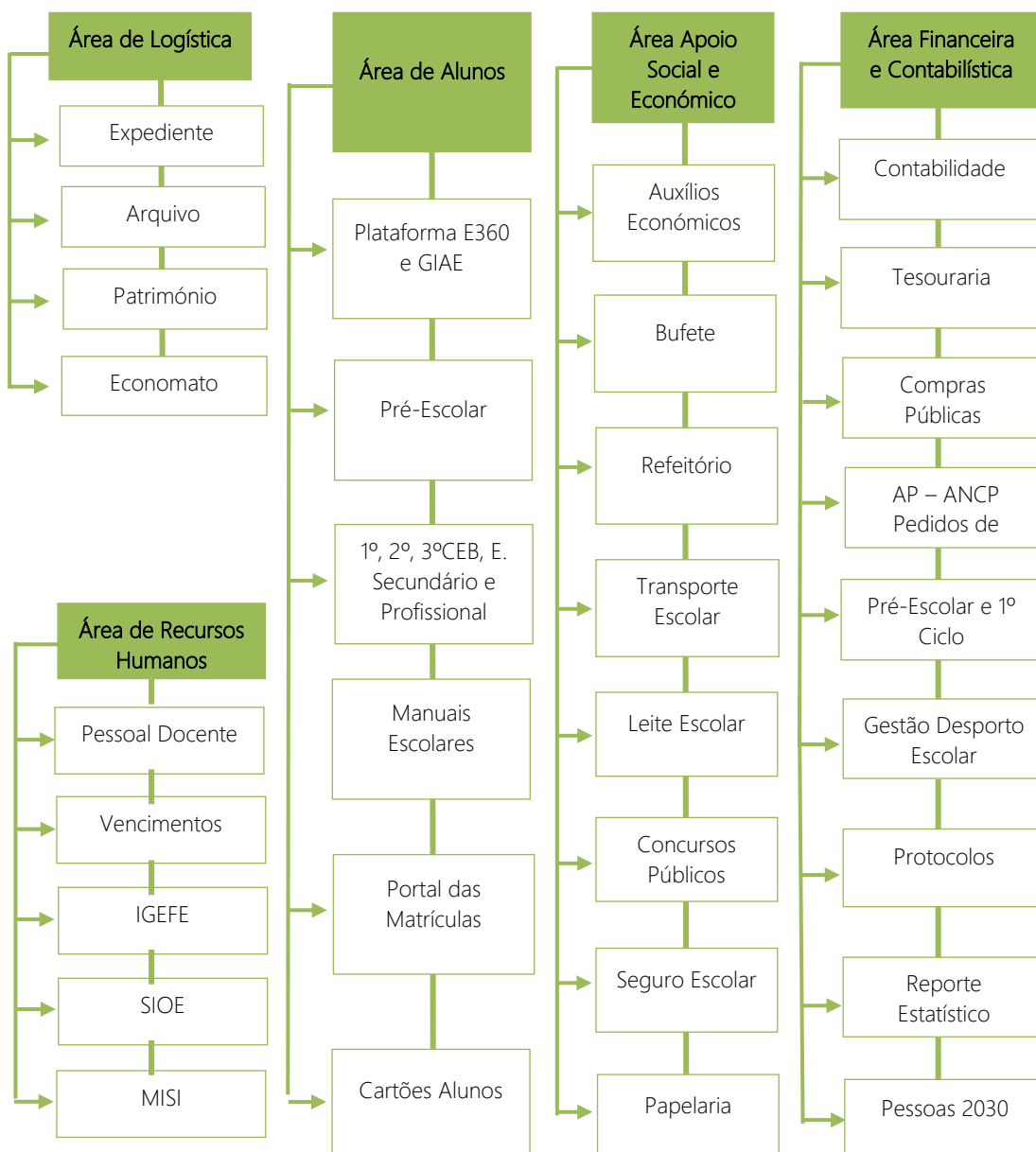
ESQUEMA 1 – ORGANIZAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO DO AE GOMES TEIXEIRA, ARMAMAR.

(AEGT)

QUADRO 61 – COMPOSIÇÃO DOS SERVIÇOS NO ANO LETIVO 2022/23.

Direção Executiva	Pessoal Docente	Pessoal Não Docente	Técnicos Superiores	Técnicos Especializados	Coordenação Técnico	Encarregada Operacional	Assistentes Técnicos	Assistentes Operacionais
1 Diretor Subdiretor 3 Adjuntos 1 Assessor	66	71	1 Psicóloga	6	1	0	4	41

(CMA; AEGT)

ESQUEMA 2 – ORGANIZAÇÃO DE SERVIÇOS DO AE GOMES TEIXEIRA, ARMAMAR.

ESQUEMA 3 – ORGANIZAÇÃO DE SERVIÇOS DO AE GOMES TEIXEIRA, ARMAMAR.

Organização	Direção	Coordenação
Conselho Geral	Diretor	Coordenador de Projetos
Conselho Pedagógico	Subdiretor	Responsável pelo Plano de Segurança Interno
Associação de Pais	Adjuntos(as) de Direção	Coordenador Secretariado de Exames e Provas de Aferição
SADD		Coordenador dos Diretores de Turma
Conselho Administrativo		Coordenador do Gabinete do SPO
		Coordenador Plano Tecnológico
		Coordenador da Biblioteca
		Coordenadores de Departamentos

(CMA; AEGT)

O AE Gomes Teixeira tem estabelecido parcerias e protocolos com diversas entidades, públicas e privadas, visando uma maior aproximação e colaboração entre a escola e o meio. Muito importantes para a execução do Plano Anual de Atividades, têm sido estabelecidas relações de cooperação com a Câmara Municipal, Juntas de Freguesia, Administração Regional de Saúde do Norte, ACES Douro Sul - Unidade de Saúde de Armamar, Bombeiros Voluntários de Armamar, Escola Segura, Comissão de Proteção de Crianças e Jovens (CPCJ), empresas e associações que reforçam e rentabilizam os recursos existentes do Agrupamento.

QUADRO 62 – ELENCO DAS PRINCIPAIS ENTIDADES PROTOCOLADAS COM O AE GOMES TEIXEIRA, ARMAMAR, EM 2022/23.

Entidades	Âmbito e forma de concretização
▪ Câmara Municipal Armamar; ▪ Juntas de Freguesia; ▪ Consórcio Municipal Projeto OPTA	Recursos, apoios aos alunos; cantinas; componente de apoio à família; transportes e participação no PAA; atividades de enriquecimento curricular; atividades de apoio à família.
▪ CPCJ	Acompanhamento dos alunos/famílias sinalizadas; visitas domiciliárias; monitorização trimestral do desempenho escolar.

Entidades	Âmbito e forma de concretização
▪ Centro de saúde	Saúde escolar; alimentação e ambiente; avaliação psicológica; educação para os afetos e segurança; visitas do pessoal médico e de enfermagem; palestras abertas à comunidade; consultas de psicologia; sessões informativas e esclarecimentos sobre temáticas da saúde; apoio da enfermeira da saúde escolar.
▪ IPSS ▪ Bagos d'Ouro	Apoio à comunidade; apoio a crianças e jovens/ à família/ à integração social e comunitária; proteção dos cidadãos na velhice e invalidez e em todas as situações de falta ou diminuição de meios de subsistência ou de capacidade para o trabalho; resolução dos problemas habitacionais das populações; educação e formação profissional dos cidadãos; promoção e proteção da saúde (prestação de cuidados de medicina preventiva, curativa e de reabilitação).
▪ Associações Culturais e Recreativas	Atividades culturais, desportivas, recreativas e de apoio social; colaboração e/ou participação na concretização do plano anual de atividades do agrupamento;
▪ Associações Empresariais (locais e dos concelhos limítrofes)	Ações de orientação vocacional; inserção profissional; estágios em contexto de trabalho; acolhimento/realização de estágios em contexto de trabalho dos alunos dos cursos de educação e formação e outros cursos vocacionais; ações com os alunos.
▪ GNR	Escola segura; GIPS; vigilância da entrada e saída dos alunos da escola; ações de sensibilização sobre escola segura, internet segura, prevenção rodoviária, igualdade de género, prevenção da violência doméstica, ambiente
▪ Farmácias locais ▪ Bombeiros Voluntários de Armamar ▪ Liga Portuguesa contra o Cancro	PAA / Projeto Mais Saúde; colaboração na dinamização de ações que visem a promoção integral da comunidade educativa colaboração na dinamização de ações que visem a promoção integral da comunidade educativa;
▪ Papelaria local e editoras	PAA; Colaboração nas Feiras do Livro
▪ Centro de Formação CEFOP LART ▪ Teatro Viriato	Formação contínua de professores e educadores; organização de ações de formação; PAA Desenvolvimento de ateliers e oficinas; projetos comunitários; visitas multilaterais; E-Twinning; acolhimento dos países parceiros; outros projetos

Entidades	Âmbito e forma de concretização
▪ Universidade do Porto ▪ Sociedade Portuguesa de Matemática ▪ Associações ambientais ▪ Fundação de Serralves	Desenvolvimento curricular; visitas de estudo; PAA; Workshops temáticos; Concursos científicos; Projeto com Escolas Frequencies; CCV Goma;

(CMA; AEGT)

No ano letivo 2023-2024, o AE Gomes Teixeira, com base nos documentos de avaliação, identificou alguns problemas ou áreas que merecem uma intervenção prioritária de forma a melhorar o serviço prestado e que constam do seu Projeto Educativo. Da análise interna efetuada foi realizado um Diagnóstico Estratégico, cuja síntese (pontos fortes e áreas passíveis de melhoria) resulta da avaliação interna e externa.

QUADRO 63 – DIAGNÓSTICO ESTRATÉGICO.

Pontos fortes	Áreas passíveis de melhoria
A participação dos alunos em projetos locais e nacionais, por forma a desenvolverem as suas competências sociais; O envolvimento do Agrupamento em iniciativas locais, em articulação com as forças vivas da região, de modo a elevar o reconhecimento da missão da escola, Câmara Municipal, Associação de Pais e Encarregados de Educação de Armamar e demais entidades; A planificação articulada entre os ciclos e níveis educativos, das atividades do plano anual, por forma a contribuir para a contextualização do currículo às especificidades do meio envolvente; O acompanhamento continuado dos alunos na transição entre ciclos, rentabilizando a informação acerca do seu percurso escolar, visando a melhoria das aprendizagens.	• A diversificação de iniciativas destinadas à auscultação dos alunos, por forma a envolvê-los na procura de soluções e a coresponsabilizá-los nas tomadas de decisão, com vista ao seu desenvolvimento integral; • A implementação de medidas de promoção do sucesso escolar diversificadas, com vista à melhoria das aprendizagens dos alunos; • O acompanhamento e a supervisão da prática letiva, em sala de aula, enquanto estratégias de desenvolvimento profissional dos docentes; • O estabelecimento de mais parcerias com instituições próximas, por forma a permitir a rentabilização de recursos locais e o desenvolvimento de soluções inovadoras. Neste sentido foi delineado e aprovado pelas estruturas de orientação educativa e órgãos de gestão e administração um Plano de Melhoria, que consta de documento formal autónomo.

(CMA; AEGT)

		Ambiente interno	
		Pontos Fracos	Pontos Fortes
Ambiente Externo	Ameaças	(SOBREVIVÊNCIA) - Resultados académicos nas disciplinas de Matemática no 3º ciclo; - Disparidade entre a avaliação interna e externa no ensino secundário; - Inexistência de espaços exteriores cobertos para convívio; - Inexistência de um espaço multiusos (seminários, palestras, dramatizações, festas-convívio); - Condicionalismo da rede de transportes que funciona como constrangimento para existência de clubes e atividades fora do horário letivo; - Existência de coberturas de amianto na escola; - Qualidade de refeições no refeitório; - Fraca adesão dos encarregados de educação; - Inexistência de equipamento informático portátil; - Desconforto térmico nas salas de aulas.	(MANUTENÇÃO) - Inclusão e valorização de alunos com dificuldades de aprendizagem, na prossecução do seu sucesso educativo, social e pessoal; - Participação dos alunos em atividades de cariz cultural, ambiental e desportiva; - Valorização da dimensão artística e da articulação curricular ao nível das atividades do plano anual e da biblioteca/centro de recursos; - Difusão institucionalizada dos critérios de avaliação e seus efeitos; - Ação assertiva da Direção, assegurando o bom funcionamento do Agrupamento; - Processo de autoavaliação instituído, aprofundado e concertado; - Existência de um bom ambiente educativo nas diversas escolas do Agrupamento; - Reflexão constante no sentido de diagnosticar e resolver problemas, por parte dos docentes, bem como a sua competência e dedicação globais; - Adaptação adequada, a nível do Agrupamento, à legislação que enquadra todo o processo de ensino/aprendizagem; - Equipamentos audiovisuais e informáticos da escola sede e de algumas escolas do Agrupamento; - Existência de duas Bibliotecas Escolares, bem equipadas em termos de documentos e novas tecnologias; - Serviços de bufete, reprografia e serviços administrativos eficientes; - Promoção de atividades com repercussão na comunidade; - Boa cooperação com a Câmara Municipal; - Monitorização dos processos de avaliação dos alunos e do cumprimento do currículo e a diminuição da diferença entre avaliação interna e externa no ensino secundário; - Articulação entre os diversos ciclos de ensino; - A escola é considerada segura por todos;
	Oportunidades	(DESENVOLVIMENTO) Equipamento informático disponibilizado a alunos e professores; - Existência do Ensino Secundário com oferta dos cursos Científico-Humanísticos; - Parcerias estabelecidas com várias entidades; - Projetos de interação com o meio envolvente e a União Europeia; - Existência de laboratórios de ciências experimentais para a promoção da literacia científica; - Existência de laboratórios de línguas para promoção das línguas estrangeiras; - Existência do Clube de Ciência Viva GOMA	(CRESCIMENTO) Reflexão constante no sentido de diagnosticar e resolver problemas por perda de população residente; - Baixa taxa de natalidade; - Aumento de fenómenos de emigração; - Falta de oportunidades profissionais.

Tendo como principal objetivo a inovação pedagógica e a construção de uma escola centrada na melhoria das aprendizagens para todos os discentes, o Projeto de Intervenção pretende responder aos seguintes campos de ação, como a Promoção do Sucesso Educativo, da Educação para a Cidadania, da Educação Inclusiva, da Flexibilidade Curricular e das medidas de apoio socioeducativo; a utilização das Tecnologias da Informação e Comunicação; incentivar o desenvolvimento profissional do pessoal docente e não docente; procurar o estabelecimento de parcerias; incentivar o envolvimento dos pais e encarregados de educação e de outros agentes educativos; e desenvolver processos de avaliação interna. Como estratégia de trabalho definiram-se os principais eixos de ação que visam guiar a Direção do AE Gomes Teixeira e principais prioridades a observar:

Eixo 1 - Promoção da educação Inclusiva Identificar necessidades específicas dos discentes.

Criar ambientes de aprendizagem acessíveis e desafiantes para todos os discentes.
Garantir o sucesso educativo a todos os discentes.
Os alunos e as famílias são totalmente envolvidos em todo o processo educativo .

Eixo 2 - Promover a formação do aluno, entendendo-a numa perspetiva global e integral.

Promover atitudes e comportamentos de respeito pelo outro, de responsabilidade e de participação.
Promover a educação para a saúde e educação sexual.

Eixo 3 - Fomentar as relações inter e intrapessoais na comunidade educativa.

Melhorar a articulação entre órgãos e estruturas do Agrupamento, assim como a sequencialidade entre os diversos ciclos e níveis de ensino.
Melhorar as atitudes e os comportamentos de respeito pelo outro, pela escola e pela comunidade educativa.

E, para além dos eixos de ação e das suas prioridades, foram definidas quatro áreas de intervenção, delineados os objetivos gerais e estratégicos e as metas que serviram de base para a construção do plano estratégico do AE Gomes Teixeira que sinteticamente se apresenta:

EIXO DE AÇÃO I - Prestação do Serviço Educativo.

1. Inovação, Currículo e Inclusão			
OBJETIVOS	1.1. Promover a inovação curricular e pedagógica em educação		
	Meta 1	1.1.1. Envolvimento dos professores em projetos de investigação-ação.	
		Indicadores	Pelo menos, 1 por turma;
		Evidências	Nº de projetos; Percentagem de alunos/turmas;
	Meta 2	1.1.2. Desenvolvimento de projetos assentes na operacionalização de diferentes perspetivas de integração curricular, que superem visões fragmentadas e favoreçam a construção de uma visão mais compreensiva e holística, suporte da mobilização de saberes para a ação, incluindo a resolução de problemas e tomada de decisão informada.	
		Indicadores	Pelo menos, 1 por turma;
		Evidências	Nº de projetos; Percentagem de alunos/turmas;
	Meta 3	1.1.3. Consolidação do uso das plataformas digitais	
		Indicadores	100% das turmas no Teams
		Evidências	Nº de turmas criadas; Taxas de utilização.
	1.2. Promover a igualdade de oportunidades de acesso ao currículo		
	Meta 1	1.2.1. Operacionalização de medidas universais, seletivas e adicionais, em contexto de aprendizagem formal, numa lógica de abordagem multinível	
		Indicadores	95% de sucesso dos alunos com medidas de apoio à aprendizagem e à inclusão
		Evidências	Nº de alunos abrangidos pelas diferentes medidas; Taxa de sucesso da aplicação das medidas.
	Meta 2	1.2.2. Consolidação do Centro de Apoio à Aprendizagem (CAA) como estrutura promotora da otimização dos recursos existentes	
		Indicadores	95% de sucesso dos alunos apoiados no CAA com RTP
		Evidências	Nº de alunos apoiados em CAA.
	1.3. Fomentar o exercício de uma cidadania responsável e ativa, promovendo a formação integral.		
	Meta 1	1.3.1. Dinamização de ações e projetos	
		Indicadores	100% das turmas envolvidas em projetos de cidadania
		Evidências	Congruência entre o plano da estratégia de educação para a cidadania do AEGT e o relatório final.

OBJETIVOS	1.4.Consolidar a implementação e operacionalização do referencial “avaliação para e das aprendizagens”, construído em coerência com orientações legais e curriculares		
	Meta 1		1.4.1. Desenvolvimento do processo de ensino e de aprendizagem, integrando a avaliação com enfoque na dimensão formativa ancorada: - no uso de múltiplas técnicas, instrumentos e atividades de avaliação; - no dar feedback de qualidade aos alunos, de forma contínua e sistemática; - no envolvimento dos alunos na regulação contínua da aprendizagem.
		Indicadores	Envolvimento dos docentes e alunos num percurso progressivo
		Evidências	Congruência entre as linhas orientadoras do referencial da avaliação para e das aprendizagens e as práticas.
	1.5. Alargar ambientes de inclusão.		
	Meta 1		1.5.1. Escola a tempo inteiro.
		Indicadores	Envolvimento dos docentes e alunos num percurso progressivo
		Evidências	Congruência entre as linhas orientadoras do referencial da avaliação para e das aprendizagens e as práticas.
	Meta 1		1.5.2. Plano de atividades de enriquecimento do currículo.
		Indicadores	Frequência de 100% dos inscritos.
		Evidências	Protocolos com a CMA; Projetos de AAAF Projeto das AEC; Nº de alunos inscritos a AEC;
	Meta 1		1.5.3. Desporto Escolar
		Indicadores	50% dos alunos no Desporto Escolar
		Evidências	Nº de alunos inscritos; Percentagem de alunos no Desporto Escolar;
	Meta 1		1.5.4. Bibliotecas Escolares
		Indicadores	95% do cumprimento do plano das BE.
		Evidências	Plano anual das BE; Registos das atividades realizadas.
	1.6. Promover a equidade e a inclusão		
	Meta 1		1.6.1. EMAEI (Equipa Multidisciplinar de Apoio à Educação Inclusiva)
		Indicadores	95% de sucesso dos alunos apoiados no CAA com RTP; 95% de sucesso dos alunos que integram o projeto tutorias do AEGT; 95% de sucesso dos alunos com PLNEM;
		Evidências	Plano anual da EMAEI; Nº de crianças/alunos encaminhados para avaliação da necessidade de implementação de medidas de apoio à aprendizagem e à inclusão; Projeto tutorias; Relatórios finais.

1.6. Promover a equidade e a inclusão		
Meta 1	1.6.2. SPO (Serviços de Psicologia e Orientação)	
	Indicadores	95% de cumprimento do Plano anual do SPO; 100% de resposta às sinalizações efetuadas classificadas como muito prioritárias.
	Evidências	Plano anual dos Serviços de Psicologia; N° de alunos sinalizados; Relatório Final.

2. Articulação e Planeamento

OBJETIVOS

2.1. Consolidar a cooperação (intra/inter) departamental.

Meta 1

2.1.1. Reuniões interciclos (pré-escolar e 1º ciclo; 1º ciclo e o 2º ciclo)

Indicadores

Duas reuniões

Evidências

Atas e relatórios; Relatórios interciclos.

Meta 2

2.1.2. Reuniões de Conselhos de Ano/Turma

Indicadores

Pelo menos, as definidas por lei

Evidências

Atas; Plano curricular de turma; Nº de reuniões.

Meta 3

2.1.3. Reuniões de área disciplinar e de departamento

Indicadores

Envolvimento dos professores na reflexão sobre as práticas; construção partilhada de recursos articulação de atividades; construção de ambientes educativos inovadores; articulação entre ciclos

Evidências

Atas; N.º de reuniões;

Meta 4

2.1.4.Trabalho de pares entre docentes

Indicadores

Envolvimento dos professores na reflexão sobre as práticas; construção partilhada de recursos articulação de atividades; construção de ambientes educativos inovadores; articulação entre ciclos

Evidências

Sugestões/Reflexões; apresentadas no relatório de coordenação.

2.2. Desenvolver a autonomia e flexibilidade curricular.

Meta 1

2.2.1. Projetos DAC

Indicadores

100% das turmas envolvidas em projetos de DAC.

Evidências

Nº de alunos abrangidos pelas diferentes medidas; Taxa de sucesso da aplicação das medidas.

2.2. Desenvolver a autonomia e flexibilidade curricular.		
Meta 2	2.2.2. Opções curriculares próprias: ofertas complementares; desdobramento de turmas; reforços educativos;	
	Indicadores	100% do definido no plano estratégico anual
	Evidências	Plano estratégico anual.
2.3. Desenvolver estratégias tendentes à melhoria e inovação das práticas.		
Meta 1	2.3.1. Pares pedagógicos ou coadjuvações	
	Indicadores	100% das turmas com alunos que beneficiam de medidas adicionais com pares pedagógicos ou coadjuvação, consoante o perfil dos alunos
	Evidências	Plano curricular de turma; RTP; Taxa de sucesso

3. Resultados Académicos e Sociais.		
OBJETIVOS	3.1. Aumentar as taxas de sucesso	
	Meta 1	3.1.1. Implementação das medidas de apoio à aprendizagem e à inclusão Aposta numa avaliação formativa
		Indicadores 90,8% dos alunos
		Evidências Percentagem de conclusão do 1º ciclo em 4 anos.
	Meta 1	3.1.2. Aposta numa avaliação formativa
		Indicadores 95,4% dos alunos
		Evidências Percentagem de conclusão do 2º ciclo em 2 anos.
	Meta 1	3.1.3. Consolidação da aplicação dos critérios de avaliação
		Indicadores 86,6% dos alunos
		Evidências Percentagem de conclusão do 3º ciclo em 3 anos
	3.2. Monitorizar os resultados trimestrais e finais	
	Meta 1	3.1.1. Implementação das medidas de apoio à aprendizagem e à inclusão Aposta numa avaliação formativa
		Indicadores 90,8% dos alunos
		Evidências Percentagem de conclusão do 1º ciclo em 4 anos.

3.3. Promover hábitos de participação ativa dos alunos na vivência pública e democrática

3.3.1. Realização de assembleias de turma, de ano, de ciclo e de escola

Meta 1

Indicadores

Melhoria da participação e da atitude cívica dos alunos, na promoção de uma escola democrática, aumento do poder de decisão dos alunos na escola. Aumento do poder de decisão dos alunos na escola.

Evidências

Nº de assembleias de turma, de ano, de ciclo e de escola; Nº de reuniões do Conselho de Delegados de Turma; Participação dos delegados nos CT intercalares; Nº de alunos envolvidos em Mentorias; Nº de projetos que promovam a democracia na escola;

3.3.2. Promoção da "Voz dos alunos".

Meta 1

Indicadores

Melhoria da participação e da atitude cívica dos alunos, na promoção de uma escola democrática, aumento do poder de decisão dos alunos na escola. Aumento do poder de decisão dos alunos na escola.

Evidências

Nº de assembleias de turma, de ano, de ciclo e de escola; Nº de reuniões do Conselho de Delegados de Turma; Participação dos delegados nos CT intercalares; Nº de alunos envolvidos em Mentorias; Nº de projetos que promovam a democracia na escola;

3.3.3. Criação do Conselho de Delegados de Turma Mentoria entre pares.

Meta 1

Indicadores

Melhoria da participação e da atitude cívica dos alunos, na promoção de uma escola democrática, Aumento do poder de decisão dos alunos na escola. Aumento do poder de decisão dos alunos na escola.

Evidências

Nº de assembleias de turma, de ano, de ciclo e de escola; Nº de reuniões do Conselho de Delegados de Turma; Participação dos delegados nos CT intercalares; Nº de alunos envolvidos em Mentorias; Nº de projetos que promovam a democracia na escola;

3.3.4. Participação em projetos que promovam a democracia na escola.

Meta 1

Indicadores

Melhoria da participação e da atitude cívica dos alunos, na promoção de uma escola democrática, Aumento do poder de decisão dos alunos na escola.

Evidências

Nº de assembleias de turma, de ano, de ciclo e de escola; Nº de reuniões do Conselho de Delegados de Turma; Participação dos delegados nos CT intercalares; Nº de alunos envolvidos em Mentorias; Nº de projetos que promovam a democracia na escola;

EIXO DE AÇÃO II – Cultura e Liderança.

1. Visão Estratégica			
1.1. Construir uma visão estratégica orientada para a qualidade e para os valores			
OBJ ETIVOS	Meta 1	1.1.1. (Re)Visão partilhada e articulada dos documentos orientadores.	
		Indicadores	Reformulação do regulamento interno; Reformulação dos regimentos internos.
		Evidências	Nº de reuniões de trabalho dos órgãos e estruturas de orientação educativa; Nº de formulários Online preenchidos: contributos da comunidade educativa Documentos Orientadores do AEGT; Avaliação SWOT intercalar do PE, conforme critérios definidos: relevância, coerência, eficácia, impacto e eficiência.
	Meta 2	1.1.2. GIC (“Gabinete de Imagem e Comunicação”) – identidade do AEGT	
		Indicadores	95% de cumprimento do Plano do GIC.
		Evidências	Elementos/símbolos de Identidade visual do Agrupamento: o logótipo Personalização do material escolar com a marca AEGT; Personalização de documentos com imagem do AEGT.
	Meta 3	1.1.3. GIC (“Gabinete de Imagem e Comunicação”) – estratégia geral	
		Indicadores	95% de cumprimento do Plano do GIC.
		Evidências	Página, Website Newsletter do AEGT; Página Facebook AEGT; Canal Youtube AEGT; Vídeo institucional do AEGT; Folhetos e desdobráveis; Outdoors e posters; Comunicações nos media; Publicações na internet; Nº de visitas e de consultas da página; Relatório de avaliação GIC.

2. Lideranças e Gestão			
2.1. Melhorar a autoavaliação interna.			
	Meta 1	2.1.1. Secção de autoavaliação	
		Indicadores	Consolidação de uma cultura de monitorização e de autoavaliação para melhoria do serviço.
		Evidências	Planos anuais das diferentes estruturas; Plano anual de atividades; Relatórios de monitorização, por ciclos, dos resultados escolares; Relatórios dos coordenadores de departamento, área disciplinar e curso; Relatórios dos coordenadores dos DT; Relatórios de monitorização / finais de outras estruturas; Relatório final de execução do PAA; Inquéritos de satisfação.

2.2. Aumentar/ intensificar a desmaterialização de processos internos		
Meta 1	2.2.1. "100% online" Área Reservada Teams GIAE Online Gestão documental eletrónica	
	Indicadores	100% dos formulários em vigor no AEGT disponíveis na área reservada; 100% das estruturas com equipas no Teams.
	Evidências	Nº de acessos à área reservada, ao GIAE Online e ao Teams pelos diferentes utilizadores.
2.3. Promover um ambiente escolar desafiador, acolhedor, seguro saudável e ecológico		
Meta 1	2.3.1. Plano Anual de Atividades Planos curriculares de turma Projetos e clubes	
	Indicadores	95% de cumprimento do PAA Apreciação positiva de 80% de alunos relativamente às atividades do PAA.
	Evidências	Nº de atividades realizadas; Taxa de execução; Grau de satisfação; Nº de projetos e clubes.
2.4. Promover o desenvolvimento pessoal e profissional dos recursos humanos do AEGT		
Meta 1	2.4.1. Plano de formação docente e não docente	
	Indicadores	Cumprimento de 90% do plano de formação docente e não docente do AEGT
	Evidências	Taxa de participação dos docentes/ não docentes; Instituições parceiras; Grau de satisfação dos formandos, relativamente a: utilidade, interesse e adequação.

EIXO DE AÇÃO III – Parcerias e Comunidade.

1. REDES, PROTOCOLOS E PARCERIAS		
OBJ ETIVOS	1.1. Estabelecer um plano de parcerias e redes de âmbito internacional que incentivem a criatividade, a inovação e o espírito empreendedor, promovendo a igualdade, a coesão social e a cidadania ativa.	
	Meta 1	1.1.1. ERASMUS + Cooperação para a inovação e o intercâmbio de boas práticas Mobilidades individuais Parcerias estratégicas com organização de atividades de formação, ensino ou aprendizagem Projetos de cooperação Parcerias de intercâmbio escolar
		Indicadores
		Evidências
		Reconhecimento dos resultados das aprendizagens; Envolvimento dos alunos com necessidades especiais ou com menos oportunidades; Melhoria das competências básicas dos participantes; 100% de cumprimento das atividades contratualizadas e dos compromissos assumidos; 100% de adesão dos participantes Melhoria da qualidade dos projetos e respetivos resultados.
		Protocolos; Plano de atividades; Certificados de participação; Inquéritos; Mobility Tool; Relatórios intercalares e finais; Produtos finais; Avaliação da Agência Nacional Erasmus+.

2. RECONHECIMENTO DA COMUNIDADE

2.1. Contribuir para o desenvolvimento da comunidade envolvente.

OBJETIVOS	Meta 1	1.1.1. Da escola para a comunidade.	
		Indicadores	Reconhecimento dos resultados das aprendizagens; Envolvimento dos alunos com necessidades especiais ou com menos oportunidades; Melhoria das competências básicas dos participantes; 100% de cumprimento das atividades contratualizadas e dos compromissos assumidos; 100% de adesão dos participantes Melhoria da qualidade dos projetos e respetivos resultados.
		Evidências	Protocolos; Plano de atividades; Certificados de participação; Inquéritos; Mobility Tool; Relatórios intercalares e finais; Produtos finais; Avaliação da Agência Nacional Erasmus+.
		2.1.1. Relação Escola-Família.	
	Meta 1	Indicadores	Aumento progressivo do envolvimento dos encarregados de educação na vida escolar dos seus educandos.
		Evidências	Associação de Pais; Representação em órgãos Iniciativas propostas pelos EE; Participação dos EE em ações promovidas pela escola; Taxa de participação em ações promovidas pela escola; Nº de iniciativas propostas pelos EE; Atas de CT de final de trimestre; Relatórios de DT.

O plano de ação estratégico é o documento - e o conjunto de procedimentos - através do qual se procura desenvolver processos e atividades que consigam desenvolver, incrementar e aperfeiçoar o processo de ensino-aprendizagem visando o sucesso dos alunos e que contribua de forma eficaz para a construção da sua identidade, enquanto cidadão e profissional, em concordância com os seus interesses e expectativas.

O plano é norteado por quatro princípios basilares (o princípio da qualidade pedagógica, o princípio da transparência, o princípio da participação e o princípio da igualdade). Na sua globalidade, estes princípios propõem-se a orientar as iniciativas e atividades que se dispõem a alcançar e assegurar a qualidade da ação e da dimensão pedagógica, fomentando a participação ativa da comunidade escolar num plano onde se partilham responsabilidades e delegam competências em total transparência. Ainda no cumprimento deste plano, o AE definiu um conjunto de referenciais que se elencam e que se propõem a:

- Aproximação dos instrumentos de avaliação e critérios de correção internos aos da avaliação externa;

- Implementação de estratégias que obriguem os alunos a estudo regular das matérias – com especial ênfase no 3º ciclo e secundário;
- Intensificação de estratégias propostas nos planos de melhoria das disciplinas sujeitas a exame nacional;
- Introdução de mecanismos mais objetivos de acompanhamento na implementação destes planos;
- A continuidade de desenvolvimento de atividades de apoio através da criação de salas de estudo, coadjuvação de professores, plano de atividades de SPO e de equipa multidisciplinar;
- Continuidade da participação em atividades centradas na Matemática – “Canguru Matemático”, “Jogos Matemáticos”;
- Desenvolvimento de atividades em parceria com a Biblioteca Escolar nos domínios “Apoio ao Desenvolvimento Curricular”, “Leituras e Literacias” e Literacia 3D;
- Ações de sensibilização/orientação para os pais, no sentido de promoverem o estudo regular em casa.

Em suma, o plano educativo e o plano de ação estratégica visam tornar o AE Gomes Teixeira reconhecido como uma instituição pública de referência pela qualidade do ensino e da formação que as suas escolas proporcionam, e que pela sua oferta educativa, visão, missão e valores se torne atrativo para os alunos, atuais e futuros, quer do concelho que serve, quer dos concelhos limítrofes.

Como único AE no concelho de Armamar no âmbito da oferta da rede pública de ensino, este defende que o trabalho científico e pedagógico que tem sido desenvolvido e a sua continuidade dentro de parâmetros de elevada exigência deverá constituir o principal argumento que garante aos Pais e Encarregados de Educação dos atuais alunos que a tomada da decisão na sua frequência foi a mais acertada e que afiança aos futuros alunos como sendo uma decisão segura. A esse argumento e preocupação acresce um clima relacional positivo, uma cultura organizacional estável e a disponibilidade de recursos materiais e humanos que asseguram a qualidade do ensino. Para o desenvolvimento dessa cultura institucional, o AE estabeleceu critérios rigorosos como para a constituição de turmas nos diferentes níveis de ensino tendo sempre por base a legislação em vigor,

e podendo o Conselho Pedagógico ou outras estruturas de Coordenação Educativa propor aspetos relevantes para essa constituição.

No que diz respeito à Educação Inclusiva, o AE obriga-se de forma rigorosa a observação do Decreto-Lei n.º 54/2018, de 6 de julho (alterado pela Lei n.º 116/2019 de 13 de setembro e pela Lei e pelo Decreto-Lei n.º 62/2023 de 25 de julho) que “estabelece os princípios e as normas que garantem a inclusão, enquanto processo que visa responder à diversidade das necessidades e potencialidades de todos e de cada um dos alunos, através do aumento da participação nos processos de aprendizagem e na vida da comunidade educativa” (n.º 1 do Art.º 1.º). Assumindo uma perspetiva claramente inclusiva, este decreto-lei, assim como os normativos relativos ao currículo do ensino básico e secundário e o Perfil dos alunos à saída da escolaridade obrigatória, constitui-se, simultaneamente, como impulsionador e como suporte de implementação de mudanças a nível organizacional, bem como do próprio processo educativo. De forma a adequar as necessidades e potencialidades de cada aluno e a garantir as condições da sua realização plena, promovendo a equidade e a igualdade de oportunidades no acesso ao currículo, na frequência e na progressão ao longo da escolaridade obrigatória, a educação inclusiva integra um conjunto de medidas organizadas em três níveis de intervenção: universais, seletivas e adicionais, tendo em conta os recursos e os serviços de apoio ao funcionamento do Agrupamento, nomeadamente: docentes das várias disciplinas, os docentes de educação especial, os técnicos especializados, os assistentes operacionais, a equipa multidisciplinar de apoio à educação Inclusiva (EMAEI), o centro de apoio à aprendizagem (CAA), o centro de recursos de tecnologias de informação e comunicação para a educação especial (CRTIC), centro de recursos para a inclusão (CRI), equipa local de intervenção precoce (ELI), equipa de saúde escolar dos ACES/ULS, comissão de proteção de crianças e jovens (CPCJ) e instituições da comunidade local. A equipa multidisciplinar tem um papel crucial na sensibilização para a educação inclusiva assegurando que a escola adota uma visão estratégica, missão, princípios e valores orientados para a inclusão. Assegurar uma escola verdadeiramente inclusiva não é apenas aceitar toda a diversidade de alunos. Implica planeamento, envolvimento, trabalho colaborativo entre profissionais e entre estes e as famílias, desenvolvendo nos alunos em concreto e na comunidade educativa em geral, um verdadeiro sentido de pertença.

Há a destacar na oferta escolar os programas do Projeto Mais Saúde, Planos de Melhoria de Português e Matemática, o Plano de Ação Estratégico no âmbito do Plano Nacional de Promoção do Sucesso Escolar, a Iniciação à Programação/Robótica no 1ºCiclo, a Oficina de Teatro, o Clube “Chefe às terças”, o EcoEscolas, o projeto Rádio-escola e o GOMA – Academia de Ciências Gomes Teixeira.

Com o projeto *Mais Saúde* pretende-se promover a educação para a saúde em meio escolar, de forma a capacitar os alunos e demais comunidade educativa para gerirem o seu potencial saúde e assim viverem situações de bem-estar físico, psíquico e social. O projeto Mais Saúde operacionaliza muitas das áreas prioritárias através da dinamização de um Gabinete de Informação e Apoio ao aluno que funciona com a parceria com a Unidade de saúde, bem como através de parecerias com organismos locais e nacionais em modalidades diversas. No contexto da intervenção de Educação e Saúde Escolar, as áreas prioritárias para a promoção de estilos de vida saudáveis são:

- Alimentação saudável e atividade física;
- Educação para o consumo;
- Saúde sexual e reprodutiva, sexualidades e prevenção das IST;
- Prevenção do consumo de substâncias psicoativas;
- Promoção da segurança e prevenção de acidentes;
- Prevenção da violência escolar e do *Bullying*;
- Ambiente e saúde.

A prática desportiva nas escolas, para além de um dever decorrente do quadro normativo vigente no sistema de ensino, constitui um instrumento de grande relevo e utilidade no combate ao insucesso escolar e de melhoria da qualidade do ensino e da aprendizagem. Complementarmente, o Desporto Escolar promove estilos de vida saudáveis que contribuem para a formação equilibrada dos alunos e permitem o desenvolvimento da prática desportiva em Portugal. Assim, o Projeto de Desporto Escolar integra-se, de forma articulada e continuada, no conjunto dos objetivos gerais e específicos do Plano de Atividades das Escolas, fazendo parte do seu Projeto Educativo. As atividades dinamizadas envolvem as equipas de Futsal Iniciado Feminino, Futsal Iniciado Masculino, Atividades Rítmicas e Expressivas, Natação Adaptada, Badminton, Andebol Infantil B Masculino, decorrendo, paralelamente, a “atividade interna” com a realização de torneios inter e intra turmas, entre outros. Portanto, o Desporto Escolar que se assume como uma componente essencial do desenvolvimento integral dos cidadãos. Nesse sentido, no âmbito da educação, ganha especial relevância a dinamização do Desporto Escolar enquanto estratégia de promoção do sucesso educativo e de estilos de vida saudáveis. O Programa de

Desporto Escolar, refletindo os propósitos enunciados, visa criar condições para o alargamento gradual da oferta de atividades físicas e desportivas, de caráter formal e não formal a todos os alunos abrangidos pela escolaridade obrigatória e, ainda, para o estímulo aos alunos e modalidades com elevado potencial desportivo, presentes nos quadros competitivos nacionais e internacionais. Como objetivos gerais do projeto listam-se os seguintes:

- Respeitar as normas de espírito desportivo promovendo um clima de boas relações interpessoais e de uma competição leal e saudável;
- Observar e cumprir rigorosamente as regras de higiene e de segurança nas atividades físicas; Orientar as equipas desportivas escolares para que tenham sempre presente a importância através da análise dos fatores de risco, de prevenção e de combate ao consumo de substâncias dopantes;
- Oferecer aos alunos atividades que deem respostas às suas motivações intrínsecas, proporcionando-lhes atividades individuais e coletivas que sejam adequadas aos diferentes níveis da prestação motora e estrutura corporal;
- Dar a conhecer aos alunos as implicações e benefícios de uma participação regular nas atividades físicas e desportivas escolares, valorizá-las do ponto de vista cultural e compreender a sua contribuição para um estilo de vida ativa e saudável;
- Proporcionar a todos os alunos dentro da escola, atividades desportivas de caráter recreativo/lúdico de formação ou de orientação desportiva;
- Proporcionar atividades de formação e/ou orientação desportiva, tendo em vista a aquisição de competências físicas, técnicas e táticas, na via de uma evolução desportiva e da formação integral do aluno;
- Incentivar a participação dos alunos no planeamento e gestão das atividades desportivas escolares, nomeadamente, no seu papel como dirigentes, árbitros, juízes e cronometristas.

Com vista ao sucesso e à melhoria dos resultados nas provas nacionais de Português e Matemática, o AE de Armamar implementou um Plano de Melhoria de Português e Matemática que teve por base os estudos dos resultados das provas nacionais atingidos nessas disciplinas, promovendo e desenvolvendo estratégias em

sala de aula, apoios educativos, salas de estudo e atividades (Concursos de Leitura, Jogos Matemáticos e Canguru Matemático Sem Fronteiras, entre outros).

Também têm implementado um projeto muito inovador de iniciação à Programação/Robótica, destinado ao 1ºCiclo. O AE Gomes Teixeira aderiu ao projeto piloto lançado pela Direção-Geral da Educação, promovendo a “Iniciação à Programação no 1.º Ciclo do Ensino Básico”, a dinamizar na disciplina de TIC, que se constitui como oferta complementar, nas quatro turmas do 3º e 4º anos de escolaridade, com os objetivos seguintes:

- Entender e aplicar princípios e conceitos fundamentais das Ciências da Computação;
- Identificar um problema a resolver ou conceber um projeto desenvolvendo perspetivas interdisciplinares e contribuindo para a aplicação do conhecimento e pensamento computacional;
- Resolver problemas, criar histórias animadas e construir jogos com recurso ao desenvolvimento de programas informáticos;
- Efetuar a integração de conteúdos (texto, imagem, som e vídeo) com base nos objetivos estabelecidos no projeto, estimulando a criatividade dos alunos na criação dos produtos (jogos, animações, histórias interativas, simulações, etc.);
- Explorar componentes estruturais de programação (variáveis, estruturas de decisão e de repetição, ou outros que respondam às necessidades do projeto) disponíveis no ambiente de programação;
- Respeitar os direitos de autor e a propriedade intelectual da informação utilizada;
- Usar as Tecnologias da Informação e Comunicação de forma responsável, competente, segura e criativa;

Dentro da oferta artística e como oferta nas atividades de enriquecimento, o Agrupamento promove a Oficina de Teatro, que desenvolve com alunos do 2º, 3º ciclo e ensino secundário, com o objetivo de:

- Desenvolver a consciência e o sentido estético.
- Aprender estruturas dramáticas e códigos teatrais.

- Desenvolver estratégias de comunicação, relações interpessoais, trabalho de equipa, resolução de problemas e tomadas de decisão.
- Adquirir e desenvolver capacidades nos domínios da expressão e comunicação vocal e corporal.
- Desenvolver uma prática reflexiva tendente a romper com estereótipos culturais e preconceitos.
- Evidenciar aprendizagens significativas do conhecimento de si, do outro e do mundo, através de processos dramáticos.

Uma outra atividade de enriquecimento consiste no projeto do Clube “Chefe às terças”, que visa desenvolver com os alunos do 2,3 e Ensino Secundário, com o adquirir e desenvolver conhecimentos e capacidades fundamentais para as decisões que, no futuro, os jovens terão que tomar sobre as suas finanças pessoais, habilitando-os como consumidores, e concretamente como consumidores de produtos. Também são seus objetivos dotar os jovens de conhecimentos, atitudes e valores que os ajudem a fazer opções e a tomar decisões adequadas à sua saúde e ao seu bem-estar físico, social e mental, nomeadamente ao nível do comportamento alimentar e dos acidentes em contexto doméstico; disponibilizar informação que sustente opções individuais de escolha mais criteriosas, contribuindo para comportamentos solidários e responsáveis do aluno enquanto consumidor, no contexto do sistema socioeconómico e cultural onde se articulam os direitos do indivíduo e as suas responsabilidades face ao desenvolvimento sustentável e ao bem comum.

Outro projeto direcionado para a formação integral dos nossos alunos e o desenvolvimento de competências para o exercício da cidadania e para uma vida mais sustentável é o EcoEscolas. Este programa considera, promove a divulgação e encoraja o desenvolvimento de atividades, visando a melhoria do desempenho ambiental das escolas, contribuindo para a alteração de comportamentos e do impacto das preocupações ambientais nas diferentes gerações, reconhecendo e premiando o trabalho por elas desenvolvido. É tido como um dos instrumentos mais eficazes e privilegiados para implementação da educação para a cidadania na escola.

Orientado para a aplicação de conceitos e ideias de educação e gestão ambiental à vida quotidiana da escola, tem como finalidade promover ações concretas, desenvolvidas pelos alunos e por toda a comunidade educativa, proporcionando-lhes a tomada de consciência de que simples atitudes individuais podem, no seu conjunto, melhorar o Ambiente global, como:

- Ter na Escola um espaço privilegiado da educação para a cidadania;
- Transformar a Escola num lugar de formação que permita responder às necessidades do meio social e económico local;
- Reforçar o trabalho colaborativo entre os professores de forma a promover práticas educativas inovadoras;
- Fomentar um ambiente de trabalho estimulante, quer ao nível dos recursos físicos (equipamentos, instalações...) quer ao nível das relações humanas;
- Estimular as aprendizagens experimentais nas diferentes áreas curriculares e não curriculares;
- Integrar, com carácter transversal, a educação para a cidadania em todas as áreas curriculares;
- Articular os três ciclos do ensino básico e o ensino Secundário numa perspectiva de sequencialidade;
- Diversificar as: metodologias, estratégias de ensino e atividades de aprendizagem;
- Incentivar o interesse pela temática ambiental;
- Motivar para a necessidade de mudança de atitudes e adoção de comportamentos sustentáveis no quotidiano, ao nível pessoal, familiar e comunitário;
- Estimular o hábito de participação, envolvendo activamente os alunos na tomada de decisões e implementação das ações;
- Divulgar boas práticas e fortalecer o trabalho em equipa;
- Familiarizar os alunos com a fauna e flora da região;
- Desenvolver o espírito e a curiosidade científica;
- Promover a dinâmica de grupo e o espírito de equipa, assim como a cooperação;

- Estimular o espírito de autoinvestigação na construção do saber.

Tal como os restantes projetos, o da Rádio-escola vem dar a unidade e consistência ao conjunto de ações desenvolvidas no Agrupamento contribuindo para o reforço da interligação com a comunidade, nomeadamente:

- Conceder às crianças/jovens recursos diversificados, oportunidades para a exercitação da dicção e linguagem, edição de áudio e utilização das novas tecnologias;
- Contribuir para a diversificação de interesses e identificação das aptidões vocacionais dos alunos;
- Combater a indisciplina e o insucesso escolar;
- Divulgar trabalhos e atividades desenvolvidas no AE, promovidos pelos alunos nas diferentes áreas disciplinares;
- Divulgar informação local e nacional; Tornar o espaço escola mais alegre e participativo;
- Envolver os pais, encarregados de educação e a comunidade local com a Escola;
- Transformar a escola num espaço atrativo e facilitador das aprendizagens;
- Transformar a escola num polo de dinamização cultural e desportiva;

O AE Gomes Teixeira de Armamar quis apostar na na literacia científica e tecnológica tendo vindo a constituir uma prioridade estratégica, que se reflete nas ações do GOMA – Academia de Ciências Gomes Teixeira, enquanto Clube Ciência Viva integrado na rede nacional de Clubes Ciência Viva na Escola. O GOMA, que está fisicamente sediado na Escola Básica e Secundária Gomes Teixeira de Armamar, tem vindo a tornar-se uma referência para os alunos e membros da comunidade educativa, enquanto espaço aberto e dinâmico de promoção do conhecimento, de estímulo da curiosidade e de contributo para o sucesso escolar. Ao serviço de alunos, professores e famílias, o GOMA tem assumido um espaço de aprendizagem formal e não formal.

Este projeto assume uma importância particular, enquanto polo agregador e multiplicador do conhecimento, aberto a toda a comunidade educativa - desde o

ensino pré-escolar ao secundário, mas também às suas famílias e restante comunidade local; enquanto espaço de diálogo, de empoderamento e de enriquecimento curricular, que fomenta o acesso a práticas experimentais e científicas inovadoras; mas também que promove a educação e a cultura científica e tecnológica, para o exercício de uma cidadania plena. Os objetivos deste Clube Ciência Viva são:

- Promover o conhecimento científico, a literacia científica e tecnológica, o pensamento crítico, a democratização do conhecimento, dos alunos, da comunidade educativa, e da comunidade em geral, como complemento ao trabalho desenvolvido pela comunidade escolar;
- Estimular o entusiasmo pelas STEAM (Ciência, Tecnologia, Engenharia, Artes e Matemática) e pela aprendizagem ao longo da vida; • Estimular os alunos a formular questões científicas baseadas nos conteúdos integrados no currículo escolar, mas também na realidade que experienciam;
- Melhorar as aprendizagens ao nível das STEAM, através da utilização de métodos inovadores que fomentem: a interdisciplinaridade, a aquisição de múltiplas competências, o trabalho prático e experimental, o desenvolvimento de competências científicas relevantes (conforme enunciado nos princípios do Decreto-Lei n.º 55/2018); mas também que apoiem os projetos de carácter científico implementados no Agrupamento, estimulando a criação de práticas pedagógicas integrada com o currículo escolar;
- Criar um círculo de mobilização e de oportunidades para melhorar o acesso à aprendizagem dos alunos, através do desenvolvimento de projetos trans e interdisciplinares;
- Estimular a participação dos alunos em dias da ciência, concursos escolares, entre outros, explorando de uma forma transversal diferentes temáticas e com níveis de complexidade crescente;
- Promover a articulação entre o ensino formal e o ensino não formal das ciências, entre ciclos de escolaridade, entre disciplinas e entre escolas, gerando lógicas organizativas mais flexíveis;
- Sustentar e assegurar os princípios para a promoção da igualdade de género, de oportunidades, não discriminação, e a coesão social;

- Reforçar o desenvolvimento futuro independente, académico, pessoal e socio-emocional dos alunos;
- Fomentar a aquisição e o desenvolvimento de (novas) competências transversais e.g. literacia digital, literacia para saúde, desenvolvimento sustentável, cidadania, comunicação, entre outras;
- Promover e valorizar o mosaico territorial de Armamar, estabelecendo pontes de aprendizagem entre o seu património natural e cultural (desenvolvimento sustentável e conservação) e o conhecimento (educação científica);
- Fomentar a acessibilidade de práticas científicas e do conhecimento científico à comunidade local, através do incentivo ao estabelecimento de parcerias com diferentes instituições (e.g. instituições científicas e de ensino superior, instituições culturais, autarquias, Centros Ciência Viva, empresas, museus, entre outras), mas também incentivando e promovendo a aproximação entre o cidadão e o cientista, e com o seu trabalho.

Finalmente, há a referir a importância do Plano de Desenvolvimento Europeu ERASMUS para a operacionalização de estratégias. O AE Gomes Teixeira, Armamar, pretende que este plano seja um ponto de partida para a criação de condições que fomentem e desenvolvam um verdadeiro espírito europeu de cidadania ativa, dando lugar a atividades promotoras de uma cultura de partilha, intercâmbio e comunhão de projetos que contribuam para o sucesso de todos enquanto cidadão europeus. O objetivo primordial é o de criar em todos os seus membros (docentes, discentes e não docentes) o sentimento de que todos contribuem para uma dimensão europeia da Educação. O Plano de Desenvolvimento Europeu tem como Metas e objetivos:

- Combater o insucesso e o abandono escolar e melhorar os resultados;
- Assegurar formação diversificada ao pessoal docente;
- Implementar novas metodologias de gestão de sala de aula;
- Promover o trabalho colaborativo entre docentes;
- Desenvolver nos alunos competências que lhes permitam, no âmbito do perfil dos alunos à saída da escolaridade obrigatória, questionar os saberes estabelecidos, integrar conhecimentos emergentes, comunicar eficientemente e resolver problemas complexos;

- Incrementar o uso das tecnologias e aumentar as competências digitais nos processos de ensino;
- Apoiar o desenvolvimento de pedagogias inovadoras;
- Desenvolver competências linguísticas;
- Desenvolver competências de gestão e liderança;
- Contribuir para a criação de um ambiente e de uma escola mais inclusiva, uma escola que esteja organizada de forma a favorecer cada aluno, independentemente de etnia, sexo, idade, deficiência, condição social ou qualquer outra situação;
- Promover a aquisição de capacidades, competências e saberes que favoreçam a construção da autonomia do Agrupamento, a implementação do respetivo Projeto Educativo e uma participação/intervenção efetiva dos pais e encarregados de educação na vida escolar dos seus educandos e na vida da escola.

Ao longo do desenvolvimento do Projeto de Desenvolvimento Europeu, e tendo em vista atingir os objetivos e metas propostas, serão implementadas algumas estratégias tais como:

- Promover o ensino das línguas estrangeiras, em especial a inglesa, salientando a importância das mesmas no contexto global em que nos situamos;
- Apresentar candidaturas no âmbito do Programa Erasmus+ e desenvolver protocolos ou outros programas europeus;
- Promover a formação dos docentes nos países europeus através da frequência de cursos estruturados permitindo a aquisição de novas metodologias e pedagogias para o processo de ensino aprendizagem;
- Promover a aquisição de metodologias relacionadas com plataformas online e de trabalho colaborativo com recurso à web;

- O desenvolvimento de Job Shadowing/Períodos de observação que permitam a análise das realidades educativas em escolas diferentes e de outros países, observação que deve abranger várias áreas como a lecionação de línguas estrangeiras, as práticas de integração de alunos com ou sem Necessidade Educativas Especiais, as práticas de organização e gestão escolar e as práticas de utilização das TIC em sala de aula;
- Contribuir para erradicar situações de intolerância relativamente à diferença de género, raça, religião, deficiência, idade, orientação sexual e outros preconceitos;

Para a operacionalização do Plano de Desenvolvimento Europeu foi criada uma Equipa de Projetos Erasmus que deverá assegurar as candidaturas ao Programa Erasmus, tendo por base o levantamento das necessidades da organização e do staff que a integra. Promover a realização de projetos Europeus *eTwinning* como metodologia de trabalho na sala de aula e promovendo a colaboração europeia com os 44 países que aderiram a este projeto. Posteriormente, após aprovação das candidaturas, terá que dinamizar reuniões preparatórias de acompanhamento e monitorização junto dos diversos intervenientes, assim como planificar atividades de preparação, acompanhamento e disseminação. Nas suas funções insere-se também toda a logística inerente aos projetos, não descurando a aplicação clara e criteriosa dos critérios de seleção dos participantes nas diferentes mobilidades. Um dos aspetos mais relevantes será a monitorização da disseminação dos projetos e a avaliação do impacto a nível pessoal e coletivo.

4.1.2. Salas de aula/atividade e estado de conservação.

Os dados que se recolhem sobre este aspeto consistem essencialmente na perceção dos diretores e da avaliação dos serviços técnicos competentes municipais. O estado de conservação exterior dos edifícios dos estabelecimentos de ensino é, na generalidade insatisfatório. Em alguns casos, em particular nas fachadas mais expostas à ação dos agentes erosivos verifica-se a sua degradação e no interior também é facilmente observável a deterioração das instalações e equipamentos.

No âmbito da oferta escolar do Ensino Pré-Escolar, o funcionamento do Jardim de Infância decorre num edifício requalificado, (antiga EB1), cuja gestão se encontra a cargo da autarquia, e que possui instalações, com 4 salas de aula/atividades, 3 salas de apoio, 1 espaço social e de recreio, 1 refeitório e instalações sanitárias. O exterior é pobre, com um pavimento cimentado.

A Escola Básica José Manuel Durão Barroso, Armamar, é um edifício, bem equipado, construído no recinto escolar da sede de Agrupamento e que está em funcionamento desde o ano letivo 2012-2013. O espaço interior é confortável, embora as salas de aula se tornem pequenas para as turmas de grandes dimensões (ex.: 26 alunos). Todas as salas dispõem de quadro interativo ligado a um computador portátil e de um pequeno quadro branco de suporte. Possui aquecimento central. A área exterior coberta é exígua para o número de alunos, que nos dias de frio ou de chuva brincam no corredor, gerando-se muito barulho e um ambiente propício à existência de pequenos conflitos. Possui 8 salas de aula/atividade, 1 sala TIC, 1 Biblioteca escolar e 3 espaços de convívio, um que corresponde à sala dos professores, outro à sala dos auxiliares de ação educativa e outro que consiste na sala polivalente e no refeitório, espaços de direção, administração e gestão, 1 espaço de apoio geral, instalações sanitárias e um polidesportivo (28m² x 14m², descoberto, piso sintético). Com a entrada em funcionamento deste equipamento, nele foram concentrados os alunos do 1.º Ciclo o que trouxe um forte incremento na qualidade do processo de ensino-aprendizagem, bem como um impacto muito positivo na matriz social dos alunos.

Constituída por monobloco, com dois pisos, tem 27 anos de uso apresenta algumas deficiências de construção, sobretudo no que respeita ao isolamento térmico, condicionando a eficácia do aquecimento central. As salas normais e específicas têm boas condições de espaço e claridade.

Com uma população escolar que permanece todo o dia na escola, em dias de chuva, as áreas sociais interiores são manifestamente inadequadas ao número de alunos, criando constrangimentos de muito barulho, pelas fracas condições acústicas do átrio. A sala de convívio dos alunos dispõe de jogos de tabuleiro e TV e a biblioteca está em funcionamento ininterrupto todo o dia. A quase totalidade dos alunos almoça na escola, sendo o refeitório também usado por parte dos alunos do primeiro ciclo, uma vez que o refeitório do centro escolar não comporta a totalidade dos alunos deste ciclo. O antigo pavilhão gimnodesportivo, demasiado afastado do edifício central e sem cobertura de ligação, apresentava as marcas do tempo. Apresentava ainda uma cobertura de fibrocimento sob a cobertura exterior de chapa metálica. O novo pavilhão gimnodesportivo encontra-se na fase final de construção, substituindo o antigo pavilhão. Continua demasiado afastado do edifício central e sem cobertura de ligação. Tem balneários com água quente. O campo de jogos exterior é desadequado pela falta de qualidade do piso.

É neste equipamento que se detetaram as maiores dificuldades e pontos críticos a necessitarem de uma intervenção prioritária. Em termos infraestruturais, as salas de aula revelam um estado de conservação muito insatisfatório, do qual se destacam os revestimentos e pavimentos muito deteriorados, constantes quebras da rede elétrica que afetam especialmente a iluminação, derivadas dos quadros elétricos estarem

muito deteriorados, a aparelhagem elétrica muito desgastada pelo uso e cuja potência é fraca (mas que dado o estado de conservação e funcionamento também se torna muito difícil, senão mesmo impossível proceder a um aumento de potência) e a ineficiência (quase inexistência) do isolamento térmico e energético.

Os equipamentos educativos, para além de insuficientes, encontram-se muito degradados. Em março do ano letivo 2022/23, o AE Gomes Teixeira, Armamar, identificou a necessidade de videoprojectores a serem instalados em salas de aula, incluindo sala de música e laboratório, 2 para a biblioteca e centro de recursos, 2 no auditório e 1 no ginásio. De uma forma geral, é bem evidente a falta de equipamento pedagógico e ergonómico. As aulas de Educação Física decorrem com dificuldade, por os equipamentos não reunirem as melhores condições para a prática desportiva. E quando os alunos, frequentemente, têm que se deslocar ao pavilhão desportivo municipal, a deslocação não está isenta de dificuldades, pois os acessos carecem de melhoramento. Como referimos, a construção do novo pavilhão suprirá estas carências.

No que diz respeito a outras áreas do Agrupamento, bem como no espaço exterior há ainda a registar as dificuldades provocadas pelo deficiente sistema de canalização, onde são frequentes os entupimentos de cauleiras (que posteriormente originam infiltrações), valetas descobertas, infiltrações que causam dano e contribuem para o mau funcionamento da rede elétrica, em especial a iluminação, a inexistência de um sistema de deteção de fogo e a rede de bombeiros é muito deficitária, onde apenas funcionam duas bocas de incêndio, a inexistência de portas corta-fogo, o estado muito degradado dos muros de vedação exteriores e a inexistência de espaços verdes e a possibilidade da sua reorganização/reconversão para espaços onde se podem desenvolver atividades pedagógicas.

QUADRO 64 – REPARTIÇÃO DAS SALAS DE AULA/ATIVIDADE DA OFERTA PÚBLICA.

Estabelecimento de Ensino	Salas de aula	Laboratórios	Sala TIC	Salas de Música	Sala de EV/ET	Sala de Desenho	Salas SPO GAP CAA PDPSC
Jardim de Infância de Armamar	4	0	0	0	0	0	3
Escola Básica José Manuel Durão Barroso, Armamar	8	0	1	0	0	1	0
Escola Básica e Secundária Gomes Teixeira, Armamar	20	4	2	1	1	1	3

QUADRO 65 – REPARTIÇÃO DOS ESPAÇOS NO JARDIM DE INFÂNCIA DE ARMAMAR, 2023/24

Tipo de Espaço	Descrição	Total
Ensino geral	Sala de aula	4
Sala de apoio	Sala do prolongamento de horário	3
Social e de convívio	Sala polivalente / Refeitório	1
Social e de convívio	Sala de professores	1
Instalações sanitárias	WC adultos (M/F)	2
Instalações sanitárias	WC alunos (M/F)	4
Instalações sanitárias	WC acessibilidade reduzida (M/F)	1

(CMA; AEGT)

QUADRO 66 – REPARTIÇÃO DOS ESPAÇOS NA ESCOLA BÁSICA JOSÉ MANUEL DURÃO BARROSO, ARMAMAR, 2023/24

Tipo de Espaço	Descrição	Total
Ensino geral	Sala de aula	8
Sala de TIC	Sala TIC	1
Biblioteca Escolar	Biblioteca Escolar	1
Social e de convívio	Sala polivalente / Refeitório	1
Social e de convívio	Sala de funcionários	1
Social e de convívio	Sala de professores	1
Direção e administração	Gabinete de atendimento / informação e apoio	1
Direção e administração	Gabinete de direção / coordenação	1
Espaços de apoio geral	Arrecadação de material didático	1
Instalações sanitárias	WC adultos (M/F)	1
Instalações sanitárias	WC alunos (M/F)	3
Instalações sanitárias	WC acessibilidade reduzida (M/F)	1
Polidesportivo	28m2 x 14m2, descoberto, piso sintético	1

QUADRO 67 – REPARTIÇÃO DOS ESPAÇOS NA ESCOLA BÁSICA E SECUNDÁRIA GOMES TEIXEIRA, ARMAMAR, 2023/24

Tipo de Espaço	Descrição	Total
Ensino geral	Sala de aula de pequenos grupos	1
Ensino geral	Sala de aula normal (ref. ^a cerca de 50m ²)	11
Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC)	Sala TIC	2
Educação Musical	Sala de Educação Musical	1
Laboratório	Física e Química	1
Laboratório	Línguas	1
Laboratório	Sala de Ciências Experimentais/ Lab. CN	1
Salas de desenho e espaços para artes visuais e plásticas	Sala de Educação Tecnológica	1
Salas de desenho e espaços para artes visuais e plásticas	Sala de Educação Visual	1
Salas de desenho e espaços para artes visuais e plásticas	Sala de Educação Visual e Tecnológica	1
Social e de convívio	Refeitório/cozinha	1
Social e de convívio	Sala de convívio de alunos	1
Social e de convívio	Sala de funcionários	1
Social e de convívio	Sala de professores	1
Social e de convívio	Bufete	1
Social e de convívio	Átrio	1
Social e de convívio	Sala da Associação de Estudantes	1
Espaços de trabalho	Gabinets de trabalho/DT	1
Espaços de trabalho	Reprografia/Papelaria	1
Espaços de trabalho	GIAA	1
Espaços de trabalho	SPO/Equipa multidisciplinar	1
Biblioteca	Biblioteca	1
Espaços de apoio à aprendizagem	Centro de Apoio à Aprendizagem e à Educação Inclusiva	1
Espaços de direção, administração e gestão	Gabinete de atendimento / informação e apoio	1
Espaços de direção, administração e gestão	Gabinete de direção / coordenação	1
Espaços de apoio geral	Arrecadação de material didático	1
Instalações sanitárias	WC adultos (M/F)	1
Instalações sanitárias	WC alunos (M/F)	3
Instalações sanitárias	WC acessibilidade reduzida (M/F)	1

(CMA; AEGT)

QUADRO 68 – REPARTIÇÃO DOS ESPAÇOS NA ESCOLA BÁSICA E SECUNDÁRIA GOMES TEIXEIRA, ARMAMAR, 2023/24.

Tipo de Espaço	Descrição				
	Comprimento	Largura	Alt./Prof.	Cobertura	Pavimento
Pavilhão Gimnodesportivo	44	26	30	Sim	Madeira
Campos de Jogos	40	20	-	Não	Betuminoso
Pista de Atletismo	150	3	-	não	Betuminoso

(CMA; AEGT)

4.1.3. Barreiras arquitetónicas.

Os dados apresentados neste ponto resultam da perceção dos diretores (ou quem delegado pelos mesmos), carecendo de avaliação e validação por parte dos serviços técnicos competentes municipais. No que diz respeito às barreiras arquitetónicas exteriores é possível observar que os estabelecimentos educativos que integram o território de Armamar apresentam certas barreiras, sobretudo escadas, ainda que as dificuldades por elas causadas tenham sido minimizadas pela construção de rampas. No entanto, o projeto de requalificação do AE prevê a redução de quaisquer barreiras arquitetónicas, quer no exterior, quer no interior, estando previstas adaptações dos constrangimentos à mobilidade e acessibilidade, ainda existentes em virtude de se tratarem de infraestruturas antigas, de um tempo em que não se colocavam essas preocupações.

De uma forma geral, para já, é possível verificar que as infraestruturas apresentam um nível de acesso condicionado a pessoas com mobilidade reduzida, registando-se alguns constrangimentos. E por dificuldades ligadas à manutenção e conservação dos edifícios, alguns locais acabaram por se constituir como pontos mais críticos, como o estado das valetas.

4.1.4. Bibliotecas escolares.

O município de Armamar tem em funcionamento duas bibliotecas escolares pública, e o AE Gomes Teixeira outra. A Biblioteca Escolar possui uma coleção com mais de cinco mil volumes bem como equipamento informático e audiovisual. Encontra-se organizada por diversas zonas, designadamente pela zona de

atendimento/acolhimento, zona de leitura informal, zona de multimédia, zona de leitura audiovisual e pela zona de leitura de bibliografia e documentação impressa.

O Plano Anual de Atividades da Biblioteca Escolar, articulado com os objetivos e metas do Plano Educativo, tem funcionado como polo integrador e de articulação entre atividades curriculares e extracurriculares e as diferentes áreas do saber. Nos domínios *"Apoio ao desenvolvimento curricular"*, *"Leituras e Literacias"*, *"Projetos, Parcerias e Atividades livres e de Abertura à Comunidade"*, a equipa da Biblioteca Escolar concretiza atividades em todos os níveis de ensino, dinamiza atividades em trabalho articulado com os docentes titulares das disciplinas, constrói e divulga guiões e documentos de apoio ao estudo e orientações para pais e encarregados de educação, dinamiza projetos em articulação com as famílias, coordena a página da escola e da biblioteca, faz regularmente formação de utilizadores e divulga trabalhos e atividades na sua página web e nas redes sociais. Esta dinâmica tem atraído progressivamente cada vez mais alunos à Biblioteca, onde permanecem a estudar ou ler, procurando apoio para a realização de trabalhos e pesquisas.

A Biblioteca Escolar assume por missão adquirir, disponibilizar e difundir recursos de natureza diversa para promover a cultura, a pesquisa e os hábitos e métodos de estudo, contribuindo assim para a autonomia, para a literacia informacional e para a aprendizagem ao longo da vida dos seus utilizadores. Tendo por base esta missão, tem por objetivos:

- apoiar e promover os objetivos educativos definidos de acordo com as finalidades e currículo do agrupamento;
- criar e manter, nas crianças e jovens, o hábito e o prazer da leitura, da aprendizagem e da utilização das bibliotecas ao longo da vida;
- proporcionar oportunidades de utilização e produção de informação que possibilitem a aquisição de conhecimentos, a compreensão, o desenvolvimento da imaginação e o lazer;
- apoiar os alunos na aprendizagem e na prática de competências de avaliação e utilização da informação, independentemente da natureza e do suporte, tendo em conta as formas de comunicação no seio da comunidade;
- organizar atividades que favoreçam a consciência e a sensibilização para questões de ordem diversa, nomeadamente cultural e social;
- trabalhar com alunos, professores, órgão de gestão, encarregados de educação e outros, de modo a cumprir a missão do Agrupamento;

- promover a leitura, os recursos e serviços da BE junto da comunidade escolar e fora dela; cooperar com outras instituições oficiais e particulares, em áreas como o trabalho técnico e a animação pedagógica e fomentar parcerias de índole diversa com a biblioteca municipal e com outras entidades.

A Biblioteca do Agrupamento integra a Rede de Bibliotecas Escolares desde 2005, e beneficia de um acordo de cooperação com a Biblioteca Municipal. Em 2018, passou a integrar o Programa Escolas a Ler+ 2027.

A Câmara Municipal de Armamar tem garantido um apoio importante quer para a qualificação do espaço, quer para a política da Biblioteca Escolar, contribuindo no âmbito das suas competências e das estabelecidas pelos protocolos assinados. A estratégia seguida pelo AE tem permitido e facilitado que a Biblioteca Escolar se tenha articulado com a Biblioteca Municipal, contribuindo de forma indelével para o combate às iliteracias.

4.1.5. Financiamento e recursos.

O funcionamento do AE de Armamar e toda a ação educativa é financiada por dois orçamentos: o do Estado e o orçamento privativo, sendo este constituído pelas receitas geradas pela própria escola e comunidade escolar (lucros do bufete, aluguer de instalações, donativos, etc.).

Não tendo ao Agrupamento especial autonomia neste âmbito, as verbas provenientes do orçamento do Estado são requisitadas em duodécimos, que pagam o funcionamento e manutenção da escola e materiais de cultura. Tem sido regra, não serem sido atribuídas verbas para material básico (informático, cadeiras, mesas, audiovisuais, fotocopiadoras, loiças e materiais da cozinha, etc.) pelo que, todo o material deste tipo, tem de ser adquirido pelo orçamento privativo. No orçamento do Estado vêm inscritas as verbas a atribuir ao ensino Pré-escolar, definidas por despacho anual. Não são inscritas verbas para o 1º ciclo, uma vez que por lei, este grau de ensino é financiado pela Autarquia.

A autarquia mostra-se sensível e recetiva às necessidades educativas da comunidade escolar, financiando na totalidade os transportes necessários à realização de atividades no exterior do Pré-escolar e do 1ºCiclo, do Desporto Escolar, e comparticipa também atividades e projetos dos vários graus de ensino. Financia na totalidade os transportes escolares de todos os alunos de todos os níveis de ensino a frequentar o AE Gomes Teixeira. Atribui ainda uma verba para material didático e de desgaste para o Ensino Pré-Escolar e 1ºCEB, bem como assegura as

necessidades de papel e mantém uma fotocopiadora na reprografia da escola-sede ao serviço destes níveis de ensino.

Os recursos materiais e pedagógicos de cada um dos estabelecimentos de ensino que constituem o Agrupamento encontram-se devidamente inventariados.

No âmbito das AEC, a Câmara Municipal tem vindo a adquirir materiais que viabilizam a prática destas atividades. O programa do Ministério da Educação no âmbito das ciências Experimentais e os programas no âmbito do apoio à literacia e desenvolvimento da leitura (RBE e PNL) enriqueceram também o espólio material nestes sectores. A escola-sede dispõe do material em quantidade e qualidade suficiente para uma prática pedagógica de qualidade e o centro de recursos/biblioteca está ao dispor de todos os estabelecimentos.

4.1.6. Rede escolar privada.

No ano letivo 2022-2023, a rede escolar privada solidária (onde se incluem as instituições particulares de solidariedade social (IPSS) ou outras sem fins lucrativos) e a privada lucrativa (onde se incluem instituições com fins lucrativos) abrangia no município de Armamar apenas a Educação Pré-Escolar, cuja oferta de creche e jardim-de-infância são garantidos pela Fundação Gaspar e Manuel Cardoso. Esta oferta escolar possui um parque que se distribui no território de forma distinta da oferta pública, localizando-se os edifícios na freguesia de Armamar. A Instituição tem por objetivo contribuir para a promoção da população do concelho de Armamar e para a realização deste objetivo presta assistência a menores colaborando com as famílias na respetiva educação, assegurando a sua formação no sentido de os tornar cidadãos úteis à sociedade nomeadamente o apoio a crianças e jovens através de Creche, Educação Pré-Escolar entre outros mais.

O Pré-Escolar da Fundação Gaspar e Manuel Cardoso está sedado na R. São Lázaro, s/nº, na Vila de Armamar, onde funciona também a Creche, instalações identificadas como Creche e Jardim de Infância da Fundação Gaspar e Manuel Cardoso e as suas instalações são compostas pelos seguintes espaços físicos:

QUADRO 69 – REPARTIÇÃO DOS ESPAÇOS NO JARDIM DE INFÂNCIA, 2023/24

Tipo de Espaço	Descrição	Total
Ensino geral	sala dos 3/4 anos com despesa incluída	1
Ensino geral	sala dos 4/5 anos com despesa incluída	1

Tipo de Espaço	Descrição	Total
Espaço de receção	hall de entrada com cabides para a sala dos 3/4 anos, um cabide por criança	1
Espaço de receção	Mais um hall de entrada com cabides para a sala dos 4/5 anos, um cabide por criança.	1
Espaço de apoio	Refeitório (comum à Creche, apenas crianças de 1 e 2 anos)	1
Espaço de apoio	despensa de géneros alimentares (acesso apenas ao pessoal)	1
Espaço de apoio	cozinha (comum à Creche)	1
Espaço de apoio	despensa de produtos de higiene e limpeza (acesso apenas ao pessoal)	1
Espaço de apoio	espaços para arquivo (arquivo de toda a documentação da Instituição)	1
Espaço de apoio	Lavandaria	1
Espaço de apoio	Secretaria da Instituição	1
Espaço de apoio	sala de reuniões	1
Espaço de apoio	Arrumos com 42,11m2. Este espaço é utilizado para as ações de movimento.	1
Instalações sanitárias	Vestiário dos funcionários	1
Instalações sanitárias	casa de banho para as crianças para as duas salas	1
Instalações sanitárias	casa de banho para adultos (comum à Creche)	1
Instalações sanitárias	Casa de banho para adultos (Secretaria e cozinha)	1
Instalações sanitárias	Nos arrumos tem uma casa de banho e espaço para repouso das crianças da sala dos 3/4 anos.	1

(CMA; AEGT)

A Direção Técnica desta estrutura prestadora de serviços compete a uma Educadora de Infância nomeada pela Administração, cujo nome, formação e conteúdo funcional se encontra afixado em lugar visível. Do pessoal afeto às salas elenca-se o seguinte:

QUADRO 70 – PESSOAL AFETO AO JARDIM DE INFÂNCIA, 2023/24

Espaços/Domínios	Pessoal afeto
Sala dos 3/4 anos	1 Educadora de Infância 1 Ajudante de Acção Educativa
Sala dos 4/5 anos	1 Educadora de Infância 1 Ajudante de Acção Educativa

Espaços/Domínios	Pessoal afeto
Monitores de atividades extracurriculares	Professor da área do desporto
	Professora de Inglês
	Monitor de expressão corporal/teatro
	Natação
Pessoal de Apoio	1 Trabalhadora Auxiliar com afetação à Creche
	1 Cozinheira com afetação à Creche
	1 Ajudante de Cozinha com afetação à Creche
Secretaria	1 Chefe de Serviços/Representante da Administração
	1 Administrativa

(CMA; AEGT)

4.2. Procura Educativa.

4.2.1. Situação atual da Educação e Formação de jovens da Rede Pública.

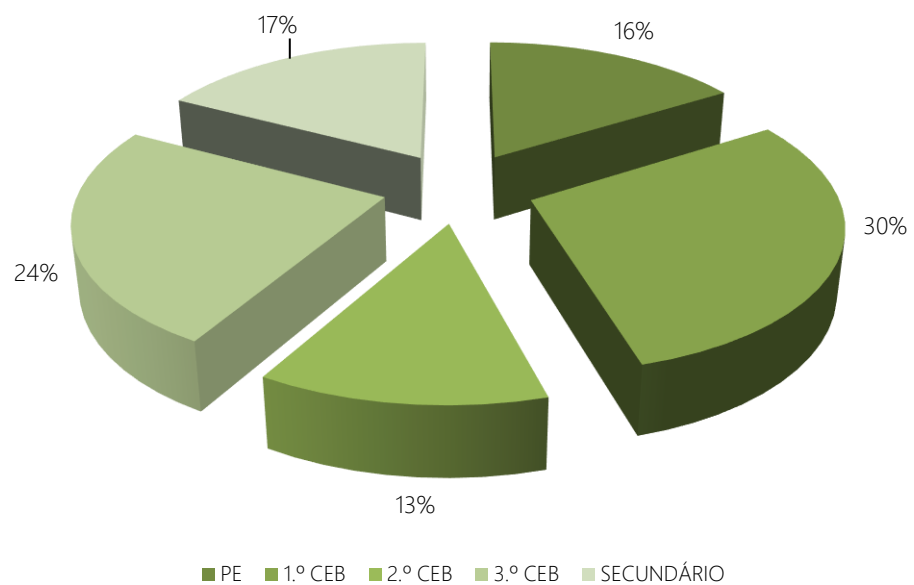
Na generalidade e considerando todos os níveis e modalidades de ensino, a rede escolar pública do município de Armamar apresenta, no ano letivo de 2023-2024, um total de 526 de alunos, distribuídos pela Educação Pré-Escolar, com 85 alunos, pelo 1.º CEB, com 155 alunos, pelos 2.º e 3.º CEB com 195 alunos e pelo Ensino Secundário, com 91. Analisando a distribuição dos quantitativos totais dos alunos pelas turmas, de imediato se compreende que é no 1.ºCEB e no 3.ºCEB que existem mais turmas, número que está ligado às características dos diferentes níveis de ensino. Assim, o Pré-Escolar possui 4 turmas atribuídas, o 1.º CEB tem duas turmas por ano (8 turmas no total), o 2.ºCEB tem 4 turmas, (duas por cada nível), o 3.ºCEB distribui-se por 6 turmas (correspondendo duas por cada ano) e o Ensino Secundário conta com 3 turmas por ano (6 turmas no total). Em termos percentuais, os alunos que se distribuem pelo Ensino Pré-Escolar correspondem a 16,15% da totalidade dos alunos matriculados na rede pública, os do 1.º CEB a 29,46%, os do 2.ºCEB a 12,73 %, os do 3.º CEB a 24,33% e os do Ensino Secundário a 17,30%.

QUADRO 71 – NÚMERO DE ALUNOS INSCRITOS E MATRICULADOS NA OFERTA ESCOLAR PÚBLICA, NO ANO LETIVO 2023/24.

Ano letivo	PE	1.º CEB	2.º CEB	3.º CEB	Secundário	Total
2023/2024	85	155	66	129	93	528

QUADRO 72 – NÚMERO DE TURMAS EXISTENTES POR NÍVEL NO ANO LETIVO 2023/24.

Agrupamento	PE	1.ºCEB	2.ºCEB	3.ºCEB	Secundário	Total
AE Gomes Teixeira	4	8	4	6	6	28

FIGURA 40 – PORCENTAGEM DE ALUNOS INSCRITOS E MATRICULADOS NA OFERTA ESCOLAR PÚBLICA, POR NÍVEIS, NO ANO LETIVO 2023/24.

(CMA; AEGT)

QUADRO 73 – NÚMERO DE ALUNOS, DISTRIBUÍDOS POR TURMA, NO NÍVEL PRÉ-ESCOLAR, NO ANO 2023/24.

Escola	N.º de alunos por turma				Total
	Turma 1	Turma 2	Turma 3	Turma 4	
Jardim de Infância de Armamar	23	20	22	20	85

(CMA; AEGT)

QUADRO 74 – NÚMERO DE ALUNOS, DISTRIBUÍDOS POR TURMA, NO NÍVEL 1.ºCEB, NO ANO LETIVO 2023/24.

Escola	N.º de alunos por turma								Total
	Turma 1.ºA	Turma 1.ºB	Turma 2.ºA	Turma 2.ºB	Turma 3.ºA	Turma 3.ºB	Turma 4.ºA	Turma 4.ºB	
EB J. Durão Barroso, Armamar	20	24	17	20	18	18	20	18	155

(CMA; AEGT)

QUADRO 75 – NÚMERO DE ALUNOS, DISTRIBUÍDOS POR TURMA E POR SEXO, NO NÍVEL 1.ºCEB, NO ANO LETIVO 2023/24.

Escola	N.º de alunos por turma																Total
	Turma 1.ºA		Turma 1.ºB		Turma 2.ºA		Turma 2.ºB		Turma 3.ºA		Turma 3.ºB		Turma 4.ºA		Turma 4.ºB		
	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	
EB J. Durão Barroso, Armamar	7	13	9	15	8	9	6	14	8	10	8	10	10	10	13	5	155

(CMA; AEGT)

QUADRO 76 – NÚMERO DE ALUNOS, DISTRIBUÍDOS POR TURMA, NO NÍVEL 2.ºCEB, NO ANO 2023/24.

Escola	N.º de alunos por turma				Total
	Turma 5.ºA	Turma 5.ºB	Turma 6.ºB	Turma 6.ºB	
Escola Básica e Secundária Gomes Teixeira, Armamar	16	14	20	16	66

(CMA; AEGT)

QUADRO 77 – NÚMERO DE ALUNOS, DISTRIBUÍDOS POR TURMA E POR SEXO, NO NÍVEL 2.ºCEB, NO ANO 2023/24.

Escola	N.º de alunos por turma								Total
	Turma 5.ªA		Turma 5.ªB		Turma 6.ªB		Turma 6.ªB		
	F	M	F	M	F	M	F	M	
Escola Básica e Secundária Gomes Teixeira, Armamar	14	2	9	10	10	11	7	8	66

(CMA; AEGT)

QUADRO 78 – NÚMERO DE ALUNOS, DISTRIBUÍDOS POR TURMA, NO NÍVEL 3.ºCEB NO ANO 2023/24.

Escola	N.º de alunos por turma						Total
	Turma 7.ºA	Turma 7.ºB	Turma 8.ºA	Turma 8.ºB	Turma 9.ºA	Turma 9.ºB	
Escola Básica e Secundária Gomes Teixeira, Armamar	23	17	20	24	22	23	129

(CMA; AEGT)

QUADRO 79 – NÚMERO DE ALUNOS, DISTRIBUÍDOS POR TURMA E POR SEXO, NO NÍVEL 3.ºCEB NO ANO 2023/24.

Escola	N.º de alunos por turma												Total
	Turma 7.ºA		Turma 7.ºB		Turma 8.ºA		Turma 8.ºB		Turma 9.ºA		Turma 9.ºB		
	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	
Escola Básica e Secundária Gomes Teixeira, Armamar	13	10	9	8	10	10	11	13	8	14	9	14	129

(CMA; AEGT)

QUADRO 80 – NÚMERO DE ALUNOS, DISTRIBUÍDOS POR TURMA, NO NÍVEL 3.ºCEB NO ANO 2023/24.

Escola	N.º de alunos por turma						Total
	Turma 10.ºA	Turma 10.ºB	Turma 11.ºA	Turma 11.ºB	Turma 12.ºA	Turma 12.ºB	
Escola Básica e Secundária Gomes Teixeira, Armamar	17	20	18	11	11	16	93

(CMA; AEGT)

QUADRO 81 – NÚMERO DE ALUNOS, DISTRIBUÍDOS POR TURMA E POR SEXO, NO NÍVEL 3.ºCEB NO ANO 2022/23.

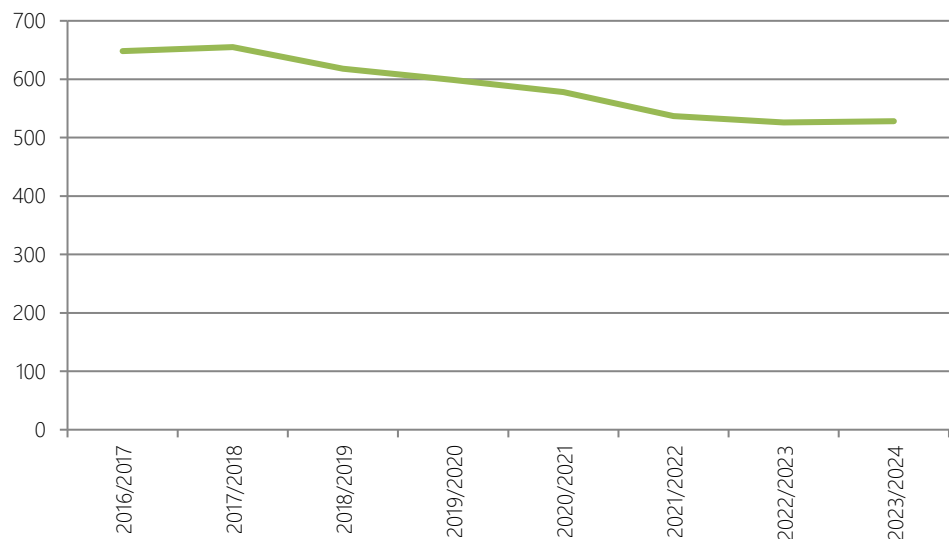
Escola	N.º de alunos por turma												Total
	Turma 10.ºA		Turma 10.ºB		Turma 11.ºA		Turma 11.ºB		Turma 12.ºA		Turma 12.ºB		
	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	
Escola Básica e Secundária Gomes Teixeira, Armamar	7	10	7	13	11	7	3	8	3	8	7	9	93

(CMA; AEGT)

4.2.2. Evolução da população escolar.

Considerando a evolução escolar total, ou seja, todos os níveis e modalidades de ensino da rede pública de Armamar, verifica-se que entre os anos 2015 e 2023 registou-se um crescimento tendencialmente negativo. As variações observadas mostram-se muito ténues pelo que revelam uma tendência de perda de população estudantil.

FIGURA 41 – EVOLUÇÃO DOS ALUNOS INSCRITOS E MATRICULADOS NA OFERTA ESCOLAR PÚBLICA, ENTRE OS ANOS LETIVOS 2015/16 A 2023/24 (N.º).



(CMA; AEGT)

QUADRO 82 – NÚMERO DE ALUNOS INSCRITOS E MATRICULADOS NA OFERTA ESCOLAR PÚBLICA, ENTRE 2016 E 2024.

Ano letivo	PE	1.º CEB	2.º CEB	3.º CEB	Secundário	Total
2016/2017	90	168	92	171	127	648
2017/2018	93	170	96	163	133	655
2018/2019	89	156	90	146	137	618
2019/2020	106	151	87	130	125	599
2020/2021	109	142	83	131	113	578
2021/2022	83	138	85	136	95	537
2022/2023	88	137	78	134	89	526
2023/2024	85	155	66	129	93	528

(CMA; AEGT; DGEE; Infoescolas)

4.2.2.1. Educação Pré-Escolar.

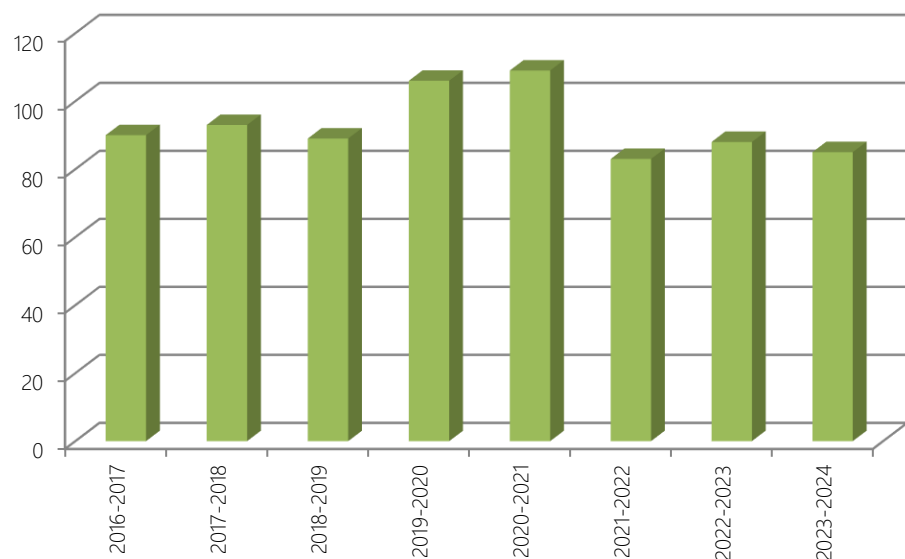
A evolução dos efetivos escolares na Educação Pré-Escolar da rede pública e privada no município de Armamar, apesar da sua tendência para diminuir, foi marcada por um ligeiro aumento no período compreendido entre os anos letivos 2018/2019 e 2020/2021, com a passagem das 89 às 109 crianças, o que traduz um crescimento de 22,47%.

QUADRO 83 – EVOLUÇÃO DOS ALUNOS INSCRITOS E MATRICULADOS NO PRÉ-ESCOLAR, ENTRE OS ANOS LETIVOS 2016/17A 2023/24 (NÚMERO).

Nível de Ensino	2016-2017	2017-2018	2018-2019	2019-2020	2020-2021	2021-2022	2022-2023	2023-2024
Ensino Pré-Escolar	90	93	89	106	109	83	88	85

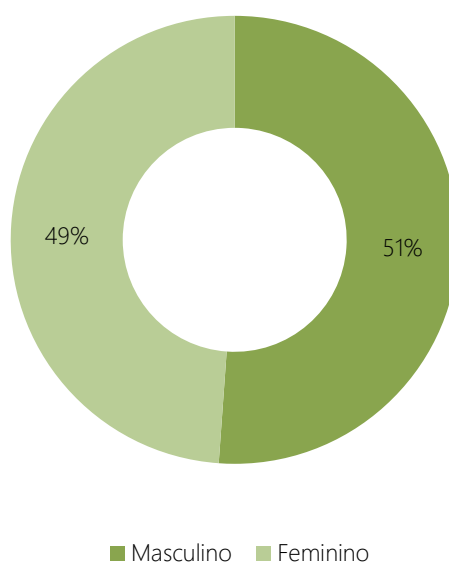
(CMA; DGEE; Infoescolas)

FIGURA 42 – EVOLUÇÃO DOS ALUNOS MATRICULADOS NO PRÉ-ESCOLAR ENTRE OS ANOS LETIVOS 2016/17A 2023/24 (NÚMERO).



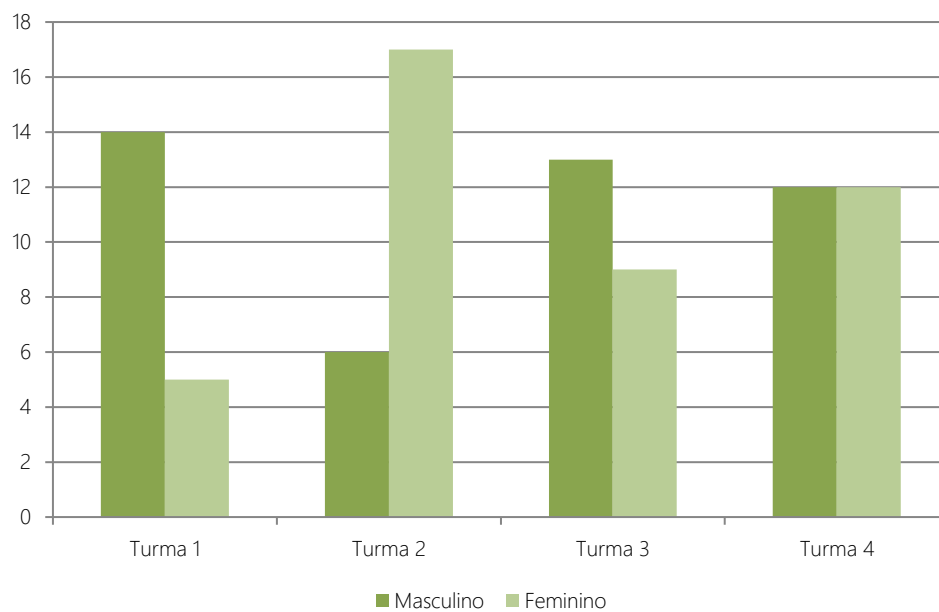
(CMA; AEGT)

FIGURA 43 – TOTAL DOS ALUNOS MATRICULADOS NO PRÉ-ESCOLAR, POR SEXO (%).



(CMA; AEGT)

FIGURA 44 – DISTRIBUIÇÃO DOS ALUNOS MATRICULADOS NO PRÉ-ESCOLAR, POR SEXO E TURMA, EM 2023/24 (NÚMERO).



(CMA; AEGT)

4.2.2.2. A Educação 1.ºCEB.

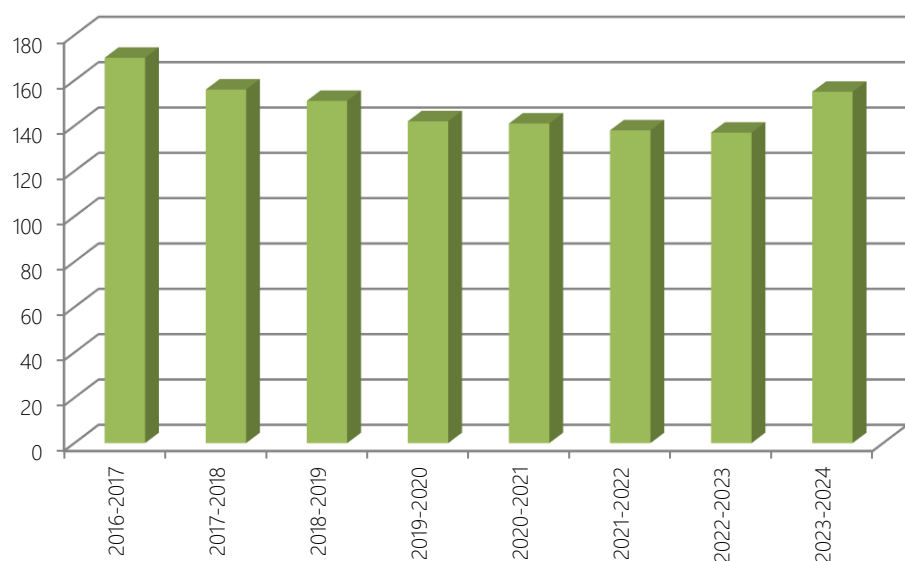
Relativamente ao 1.º CEB, talvez o nível de ensino que melhor retrata a evolução da procura escolar ao longo dos últimos anos letivos, verifica-se uma tendência de evolução contrária à identificada na Educação Pré-Escolar, na medida em que entre os anos letivos 2016/17 e 2023/2024 a população escolar dos estabelecimentos públicos passou de 170 para os 155 alunos, o que representou uma redução de - 18,45%. O ano letivo com o valor mais baixo foi o de 2022/2023 e o mais elevado, nesta análise, foi em 2016/2017.

QUADRO 84 – EVOLUÇÃO DOS ALUNOS INSCRITOS E MATRICULADOS NO 1.º CEB, ENTRE OS ANOS LETIVOS 2016/17A 2023/24 (NÚMERO).

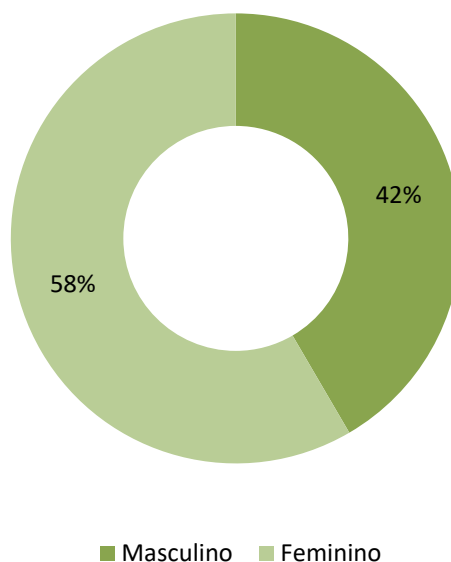
Nível de Ensino		2016-2017	2017-2018	2018-2019	2019-2020	2020-2021	2021-2022	2022-2023	2023-2024
2	1.ºCEB	170	156	151	142	141	138	137	155

(CMA; AEGT)

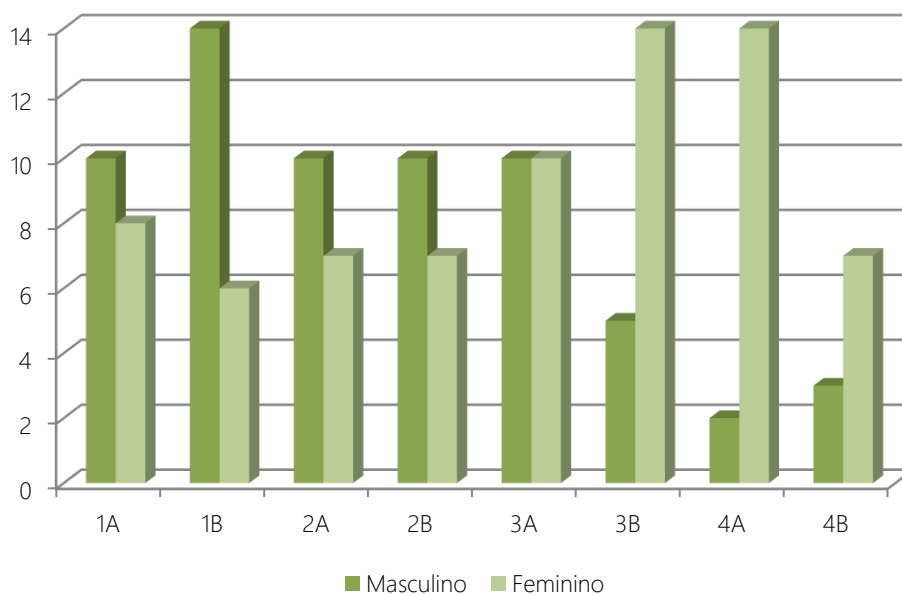
FIGURA 45 – EVOLUÇÃO DOS ALUNOS INSCRITOS E MATRICULADOS NO 1.ºCEB, ENTRE OS ANOS LETIVOS 2016/17A 2023/24 (NÚMERO).



(CMA; AEGT)

FIGURA 46 – TOTAL DOS ALUNOS MATRICULADOS NO 1.ºCEB POR SEXO (%).

(CMA; AEGT)

FIGURA 47 – DISTRIBUIÇÃO DOS ALUNOS MATRICULADOS NO 1.ºCEB, POR SEXO E TURMA (NÚMERO).

(CMA; AEGT)

4.2.2.3. A Educação 2.º CEB.

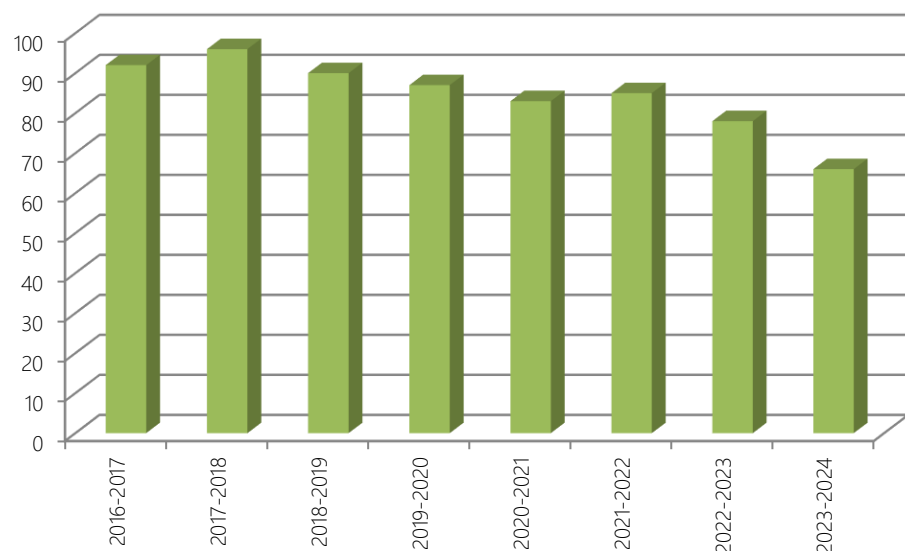
No que diz respeito à evolução do número de alunos matriculados no 2.º CEB verifica-se uma diminuição dos efetivos escolares para o período compreendido entre os anos letivos 2016/2017 e 2023/2024, com a passagem dos 92 para os 66 alunos, o que traduz um decréscimo de -28%. No período em observação, é possível identificar a tendência de evolução negativa. O valor mais baixo registado para o citado período, com 66 alunos, ocorreu em 2023-2024 e o mais alto em 2017-2018. Será ainda de referir que esta oscilação acompanha a tendência de redução dos quantitativos escolares que teve o seu início no ano letivo 2011/2012, ainda que os indicadores para esse ano não figurem no quadro.

QUADRO 85 – EVOLUÇÃO DOS ALUNOS INSCRITOS E MATRICULADOS NO 2.º CEB, ENTRE OS ANOS LETIVOS 2016/17A 2023/24 (NÚMERO).

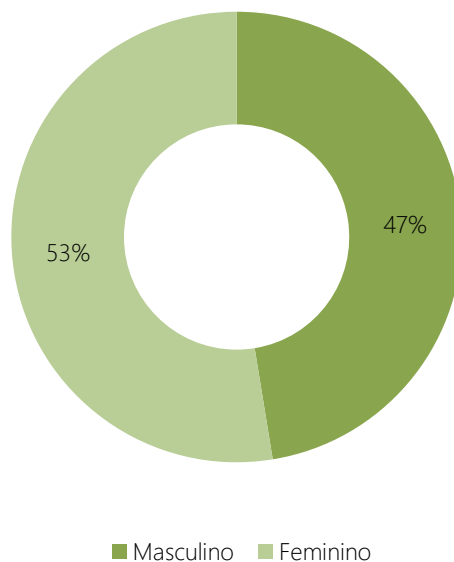
Nível de Ensino	2016-2017	2017-2018	2018-2019	2019-2020	2020-2021	2021-2022	2022-2023	2023-2024
2.º CEB	92	96	90	87	83	85	78	66

(CMA; AEGT)

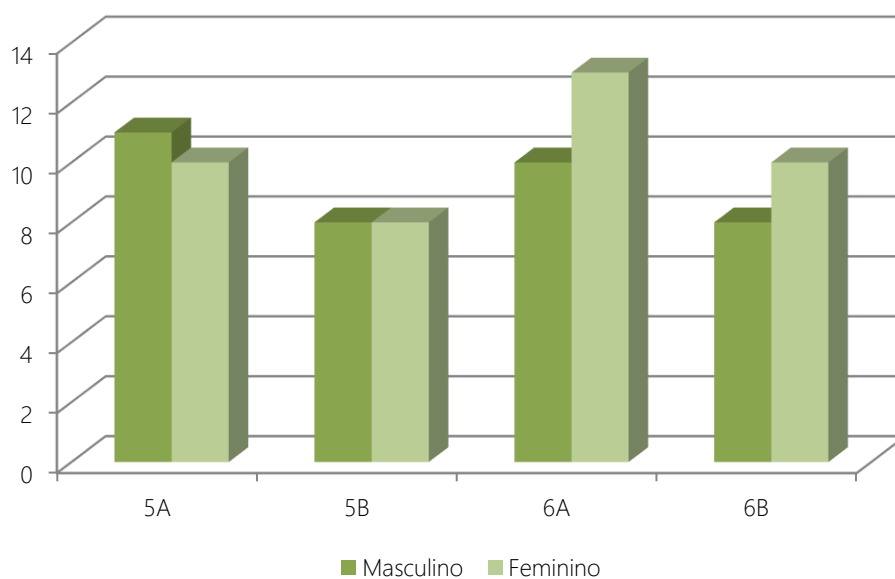
FIGURA 48 – EVOLUÇÃO DOS ALUNOS INSCRITOS E MATRICULADOS NO 2.ºCEB, ENTRE OS ANOS LETIVOS 2016/17A 2023/24 (NÚMERO).



(CMA; AEGT)

FIGURA 49 – TOTAL DOS ALUNOS MATRICULADOS NO 2.ºCEB, POR SEXO (%).

(CMA; AEGT)

FIGURA 50 – DISTRIBUIÇÃO DOS ALUNOS MATRICULADOS NO 2.ºCEB, POR SEXO E TURMA (NÚMERO).

(CMA; AEGT)

4.2.2.4. A Educação 3.º CEB.

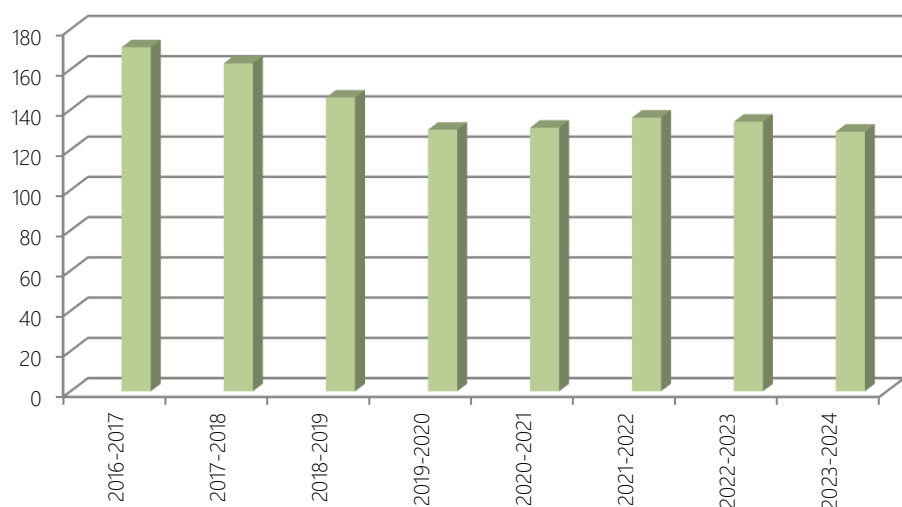
Quanto à evolução do número de alunos matriculados no 3.º CEB descobre-se um novo decréscimo dos efetivos escolares entre o período compreendido entre os anos letivos 2016/2017 e 2023/2024, com a passagem dos 171 aos 129 alunos, o que traduz um decréscimo de 24,56%. Ao longo do período em análise, não se registaram variações tendenciais, ou seja, é bem visível a inclinação de descida do número de alunos matriculados no 3.ºCEB. O valor mais alto pertence ao ano letivo 2016-2017, quando se verificaram 171 alunos. E, considerando os quantitativos dos alunos matriculados no 2.ºCEB, não se prevê qualquer incremento, aliás, muito pelo contrário, a descida de inscrições provavelmente será pronunciada. A média de alunos no 3.ºCEB, durante o período 2016/2017 e 2023/2024 foi de 142,5 alunos.

QUADRO 86 – EVOLUÇÃO DOS ALUNOS INSCRITOS E MATRICULADOS NO 3.º CEB, ENTRE OS ANOS LETIVOS 2016/17A 2023/24 (NÚMERO).

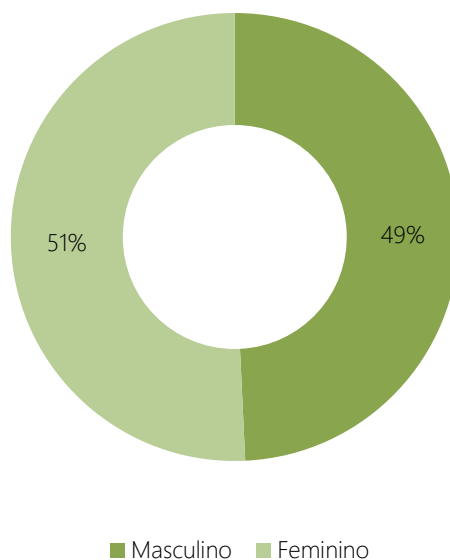
Nível de Ensino 3.º CEB	2016-2017	2017-2018	2018-2019	2019-2020	2020-2021	2021-2022	2022-2023	2023-2024
3.º CEB	171	163	146	130	131	136	134	129

(CMA; AEGT)

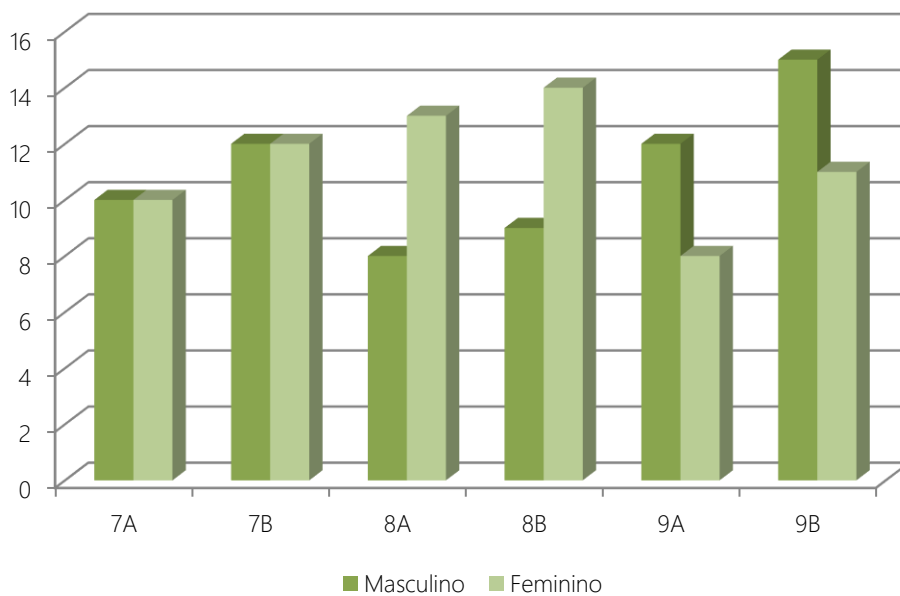
FIGURA 51 – EVOLUÇÃO DOS ALUNOS INSCRITOS E MATRICULADOS NO 3.ºCEB, ENTRE OS ANOS LETIVOS 2016/17A 2023/24 (NÚMERO).



(CMA; AEGT)

FIGURA 52 – TOTAL DOS ALUNOS MATRICULADOS NO 3.ºCEB, POR SEXO (%).

(CMA; AEGT)

FIGURA 53 – DISTRIBUIÇÃO DOS ALUNOS MATRICULADOS NO 3.ºCEB, POR SEXO E TURMA (NÚMERO).

(CMA; AEGT)

4.2.2.5. Ensino Secundário.

O indicador da evolução do número de alunos matriculados no Ensino Secundário mostra uma evolução decrescente pouco acentuada dos efetivos escolares para o período compreendido entre os anos letivos 2016/17 e 2023/24, com a passagem dos 127 aos 93, registando uma diminuição de -26,77% para a globalidade do período.

Em virtude do número de alunos, as turmas do Ensino Secundário, possuem hoje um número mais reduzido de alunos que têm implicações na organização das turmas de forma a maximizar os recursos disponíveis. A média de alunos durante o período em análise foi de 114 alunos.

QUADRO 87 – EVOLUÇÃO DOS ALUNOS INSCRITOS E MATRICULADOS NO ENSINO SECUNDÁRIO, ENTRE OS ANOS LETIVOS 2016/17A 2023/24 (NÚMERO).

Nível de Ensino	2016-2017	2017-2018	2018-2019	2019-2020	2020-2021	2021-2022	2022-2023	2023-2024
Ensino Secundário	127	133	137	125	113	94	89	93

(CMA; AEGTA)

FIGURA 54 – EVOLUÇÃO DOS ALUNOS MATRICULADOS NO ENSINO SECUNDÁRIO, ENTRE OS ANOS LETIVOS 2016/17A 2023/24 (NÚMERO).

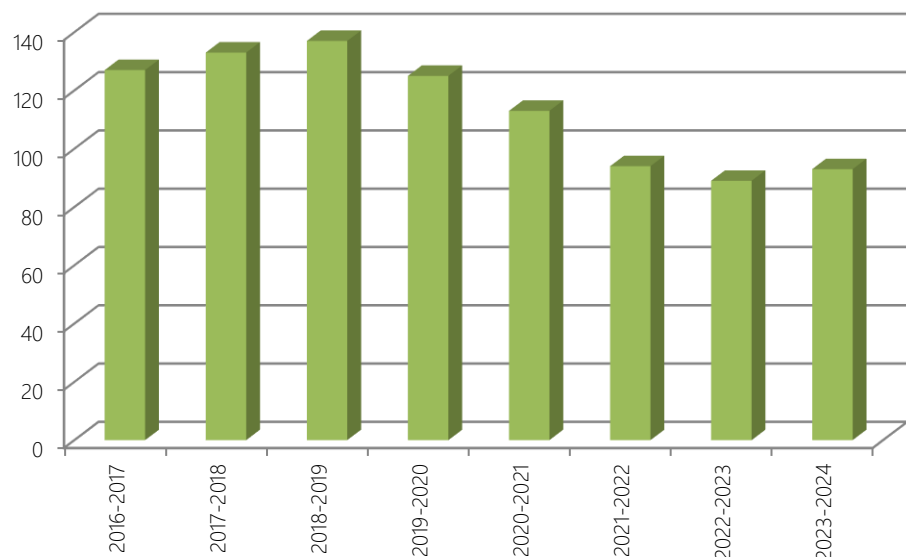
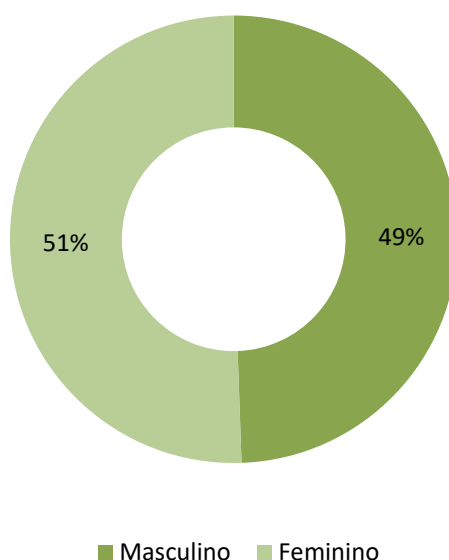
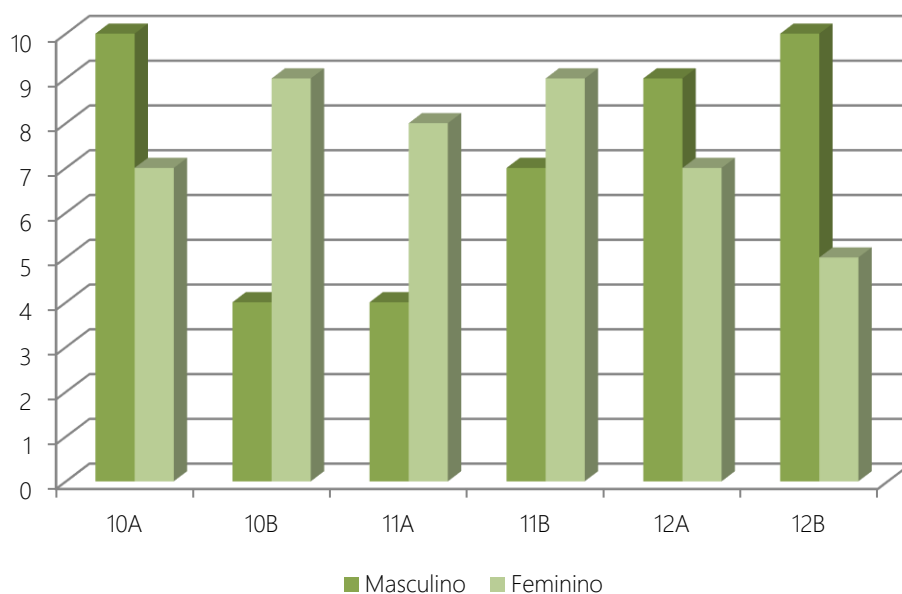


FIGURA 55 – TOTAL DOS ALUNOS MATRICULADOS NO ENSINO SECUNDÁRIO, ENTRE 2020-2023, POR SEXO (%).



(CMA; AEGTA)

FIGURA 56 – DISTRIBUIÇÃO DOS ALUNOS MATRICULADOS NO ENSINO SECUNDÁRIO, POR SEXO E TURMA (NÚMERO).



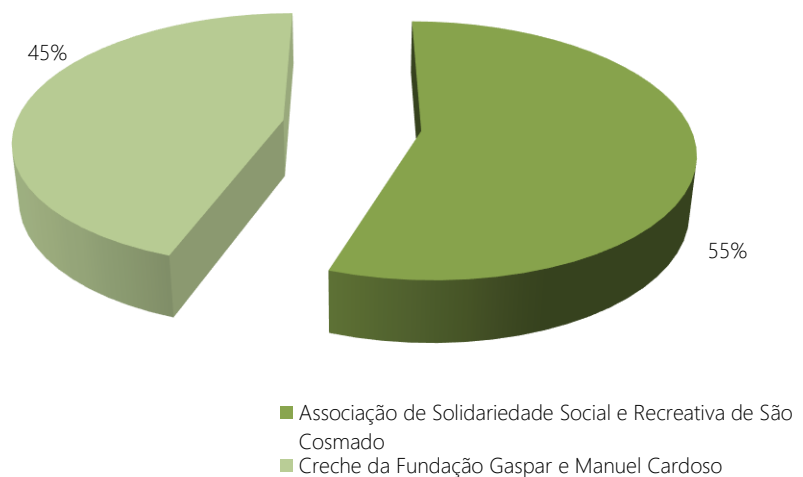
4.2.2.5. A oferta privada

No que diz respeito à procura educativa na oferta privada, há apenas a registar os indicadores referentes ao serviço de creche. No concelho existem apenas duas instituições que prestam esse serviço às famílias, designadamente a creche da IPSS Fundação Gaspar e Manuel Cardoso e a creche da Associação de Solidariedade Social e Recreativa de São Cosmado. Atualmente, em ambos os casos, o número de crianças a frequentar esta oferta não alcança as quatro dezenas de crianças, sendo que se encontram inscritas 34 crianças na creche da IPSS Fundação Gaspar e Manuel Cardoso e 25 na Associação de Solidariedade Social e Recreativa de São Cosmado. Portanto, a totalidade das crianças supera, ligeiramente, a meia centena. Ainda é importante perspetivar que esta oferta poderá, eventualmente, ficar inativa a curto prazo pelo que será necessário considerar uma solução na oferta pública.

QUADRO 88 – ALUNOS INSCRITOS E MATRICULADOS NOS SERVIÇOS DE CRECHE, NO ANO LETIVO 2023/24.

Serviços de Creche	2023-2024
Creche da Fundação Gaspar e Manuel Cardoso	34
Associação de Solidariedade Social e Recreativa de São Cosmado	25
Total	56

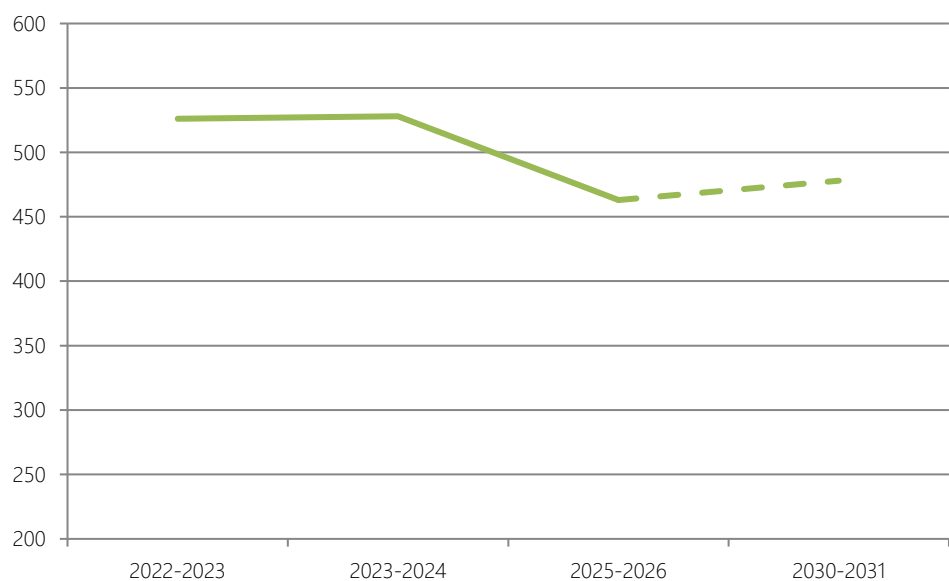
FIGURA 57 – DISTRIBUIÇÃO DOS INSCRITOS NO SERVIÇO DE CRECHE (%).



4.3. Projeção da população escolar.

Globalmente, considerando os nascimentos registados no período correspondente à frequência (aqui sem se enquadrar o peso dos fluxos intermunicipais), para o município de Armamar no período de 2021-2031 é possível esperar uma diminuição de alunos em alguns níveis de ensino. Estima-se que as descidas mais expressivas ocorram no Ensino Básico, cerca de -12,40% no 1.ºCEB, e 29,0% no 3.ºCEB entre as balizas definidas. Em termos totais, entre 2016/17 e 2025/26 alunos estima-se uma quebra de cerca de -12,31% e um crescimento de 3,23% pelo ano letivo de 2030/31, face a 2025/26, que corresponderá a 478 alunos inscritos na oferta educativa pública de Armamar. (veja-se também o ponto 3.2.8. *Evolução da população em idade escolar*, do presente documento).

FIGURA 58 – PROJEÇÃO DA EVOLUÇÃO DOS ALUNOS, TOTAL DA OFERTA PÚBLICA, ENTRE 2022/23 E 2030/31 (N.º).



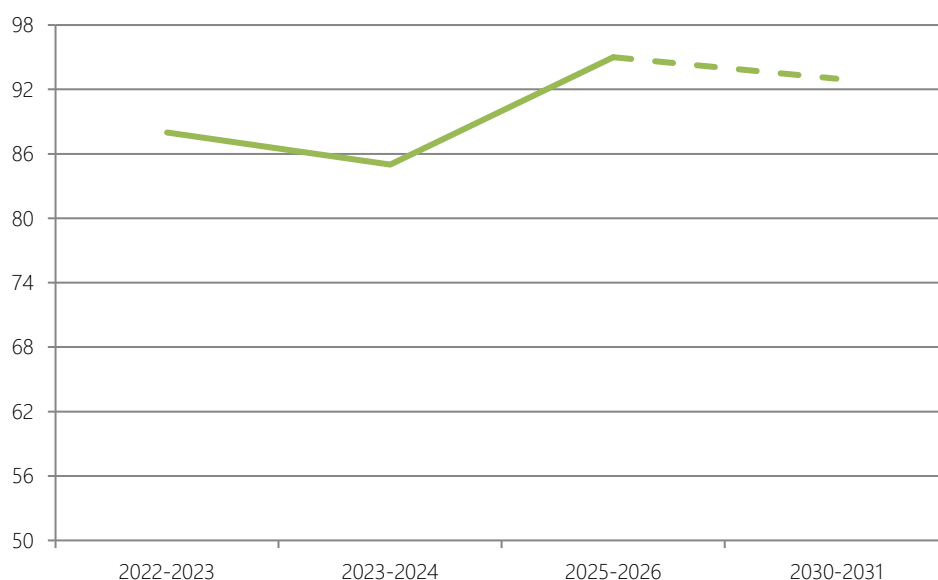
(CMA; AEGTA; cálculos próprios)

QUADRO 89 – PROJEÇÃO DA EVOLUÇÃO DOS ALUNOS, TOTAL DA OFERTA PÚBLICA, ENTRE 2022/23 E 2030/31 (N.º).

Níveis de Ensino	2022-2023	2023-2024	2025-2026	2030-2031	Tendência
Pré-Escolar	88	85	95	93	↑
1.ºCEB	137	155	132	120	↓
2.ºCEB	78	66	55	80	↑
3.ºCEB	134	129	101	95	↓
E. Secundário	89	93	80	90	↑
Total	526	528	463	478	↓

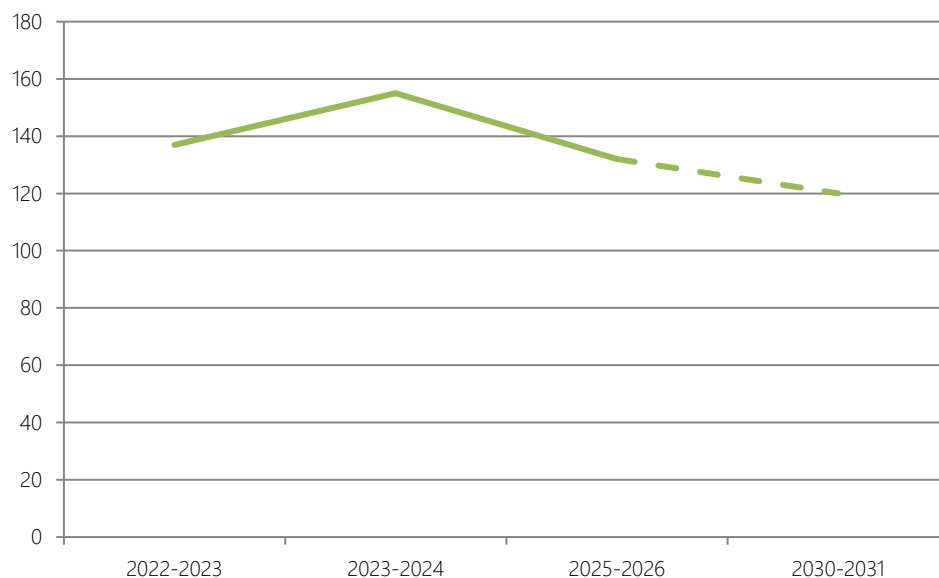
(CMA; AEGTA; cálculos próprios)

4.3.1. Educação Pré-Escolar e o 1.ºCEB.

FIGURA 59 – PROJEÇÃO DA EVOLUÇÃO DOS ALUNOS, NO PRÉ-ESCOLAR, ENTRE 2022/23 E 2030/31 (N.º).

(CMA; AEGTA; cálculos próprios)

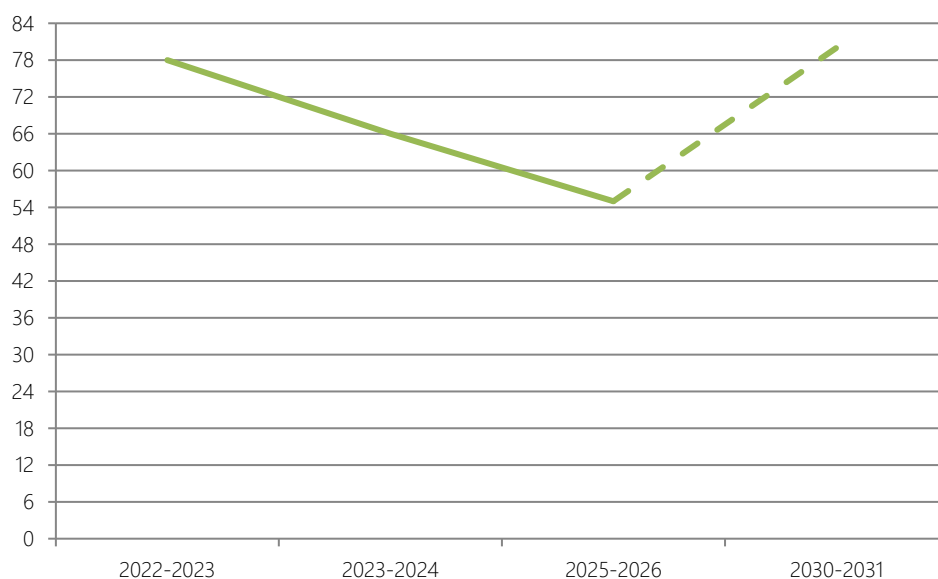
FIGURA 60 – PROJEÇÃO DA EVOLUÇÃO DOS ALUNOS, NO 1.º CEB, ENTRE 2022/23 E 2030/31 (N.º).



(CMA; AEGTA; cálculos próprios)

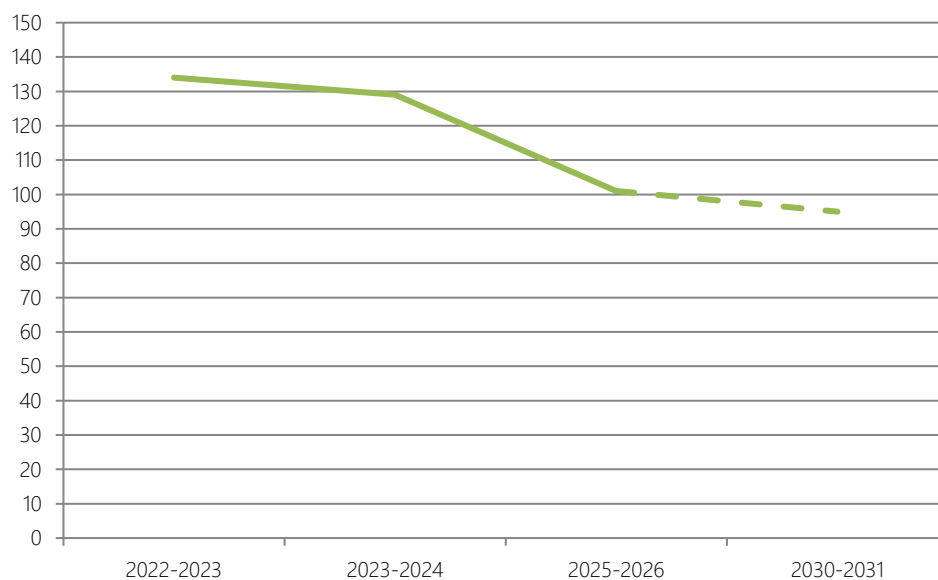
4.3.2. A Educação do 2.º e 3.º CEB.

FIGURA 61 – PROJEÇÃO DA EVOLUÇÃO DOS ALUNOS, NO 2.º CEB, ENTRE 2022/23 E 2030/31 (N.º).



(CMA; AEGTA; cálculos próprios)

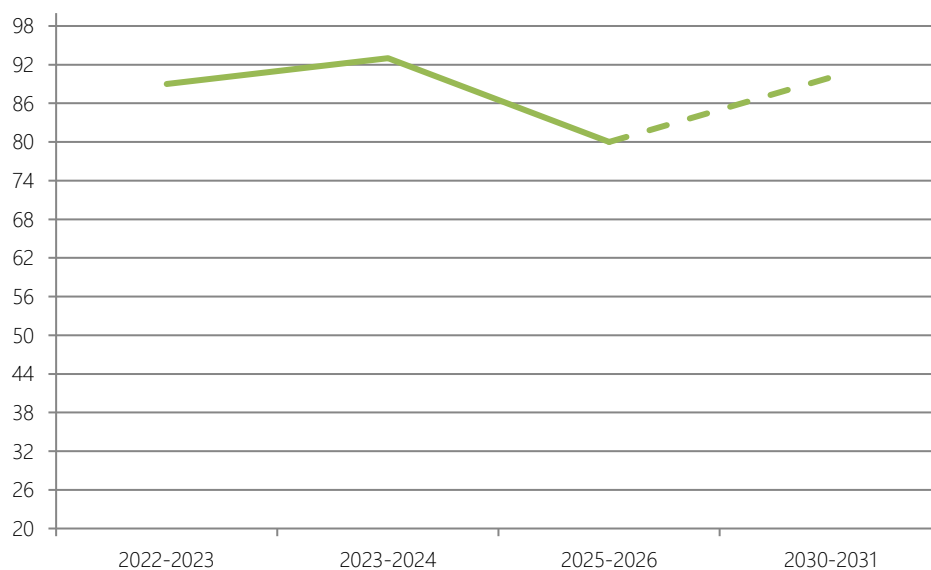
FIGURA 62 – PROJEÇÃO DA EVOLUÇÃO DOS ALUNOS, NO 3.º CEB, ENTRE 2022/23 E 2030/31 (N.º).



(CMA; AEGTA; cálculos próprios)

4.3.2. A Educação do Ensino Secundário.

FIGURA 63 – PROJEÇÃO DA EVOLUÇÃO DOS ALUNOS, NO ENSINO SECUNDÁRIO, ENTRE 2022/23 E 2030/31 (N.º).



(CMA; AEGTA cálculos próprios)

4.4. Atividades complementares de ação educativa.

4.4.1. Atividades de animação e de apoio à família.

No ano letivo 2023/2024 integram as Atividades de Animação e de Apoio à Família (AAAF) nos diferentes equipamentos de educação pré-escolar do município de Armamar um total de 85 crianças, numa taxa de cobertura face ao total de crianças inscritas de 100%.

As Atividades de Animação e de Apoio à Família (AAAF) podem definir-se como sendo atividades de apoio à família integram todos os períodos que estejam para além das 25 horas letivas e que, de acordo com a lei, sejam definidos com os pais no início do ano letivo. Nesse sentido, e sempre que se justifica são assegurados os prolongamentos (nas entradas e saídas), as refeições (almoço) e os períodos de interrupções curriculares, sempre que os pais necessitem que os seus filhos permaneçam no estabelecimento de ensino. No caso das refeições, considera-se *“tempo precioso de prazer e convívio (...) e tempo de múltiplas aprendizagens em que as crianças vão conquistando uma importante competência – saber estar à mesa de acordo com as regras sociais. Muitas crianças estão habituadas a comer em casa de formas diversas e necessitam de compreender que não está em causa a cultura familiar, mas a necessidade de também saberem estar à mesa de formas socialmente aceites (Organização da Componente de Apoio à Família, Ministério da Educação, Departamento da Educação Básica, Núcleo de Educação Pré-Escolar)”*.

Neste domínio não existiram alterações de relevo entre 2005 e 2023/24, pelo que as atividades de animação e de apoio à família mantêm-se, genericamente, com as mesmas características e organização.

QUADRO 90 – DISTRIBUIÇÃO DOS ALUNOS NAS AAAF, EM 2023/24 (N.º).

Atividades de Animação e Apoio à Família (AAAF)		
Jardim de Infância	Alunos Matriculados	N.º de alunos inscritos
Turma 1	23	19
Turma 2	20	17
Turma 3	22	19
Turma 4	20	20
Total	85	75

(CMA; AEGTA)

4.4.2. Componente de apoio à família.

A Componente de Apoio à Família (CAF) consiste no conjunto de atividades que asseguram o acompanhamento dos alunos antes e/ou depois da componente letiva e de enriquecimento curricular, bem como durante os períodos de interrupção letiva. Estas atividades destinam-se aos alunos do 1.ºCEB e a sua frequência é garantida pela autarquia em cooperação com o AE. A taxa de cobertura é de 100%.

4.5. Ação Social Escolar e Transporte Escolar.

4.5.1. Ação social escolar.

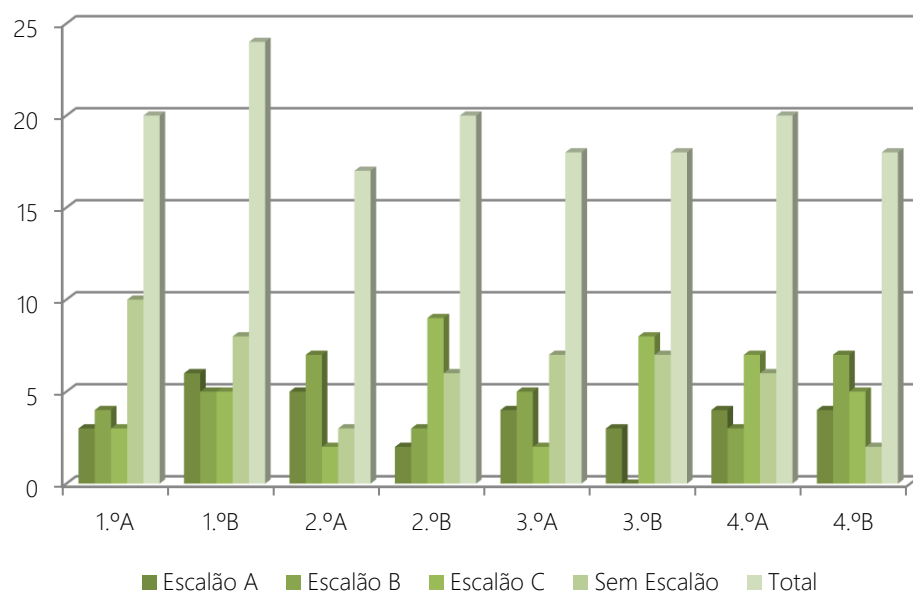
A ação social escolar no município de Armamar abrange um total de 282 alunos da rede pública, correspondendo a uma taxa de cobertura de 53,61% face ao total de 526 alunos matriculados no AE Gomes Teixeira, sendo que 88 alunos se encontram abrangidos pelo escalão A (31,20%), 105 pelo escalão B (37,23%) e 89 pelo escalão C (31,56%). Em termos de distribuição dos alunos subsidiados por nível de ensino verifica-se que o 1.º e 3.º CEB apresentam 192 alunos beneficiários de ação social escolar (106 e 86 alunos, respetivamente), imediatamente seguido pelo Ensino Secundário, com 53 alunos. Quando se analisam os valores associados à taxa de cobertura, registam-se os mais elevados no 1.ºCEB, enquanto os mais reduzidos são encontrados nos outros níveis de escolaridade.

QUADRO 91 – DISTRIBUIÇÃO DOS ALUNOS SUBSIDIADOS POR TURMA, NO 1.ºCEB, EM 2023/24 (N.º).

Turmas	Escalão A	Escalão B	Escalão C	Sem Escalão	Total
1.ºA	3	4	3	10	20
1.ºB	6	5	5	8	24
2.ºA	5	7	2	3	17
2.ºB	2	3	9	6	20
3.ºA	4	5	2	7	18
3.ºB	3	0	8	7	18
4.ºA	4	3	7	6	20
4.ºB	4	7	5	2	18
Total	31	34	41	49	155

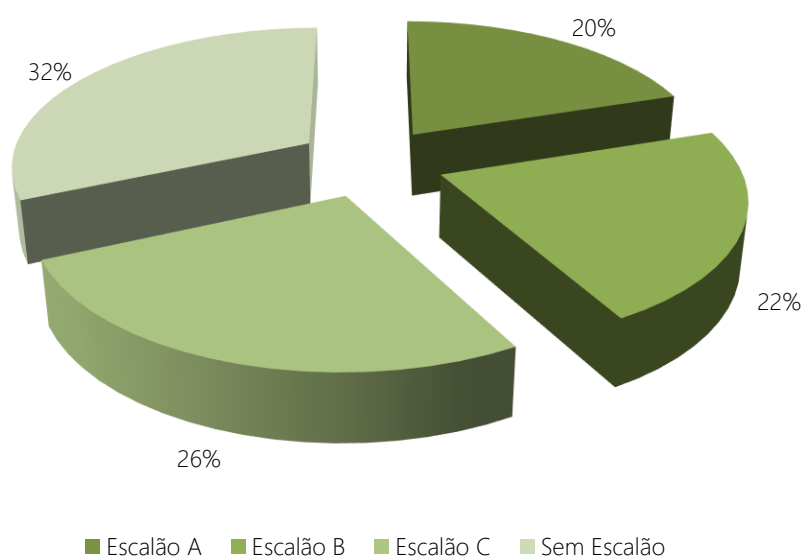
(CMA; AEGTA; cálculos próprios)

FIGURA 64 – DISTRIBUIÇÃO DOS ALUNOS SUBSIDIADOS POR TURMA, NO 1.ºCEB, EM 2023/24 (N.º).



(CMA; AEGTA)

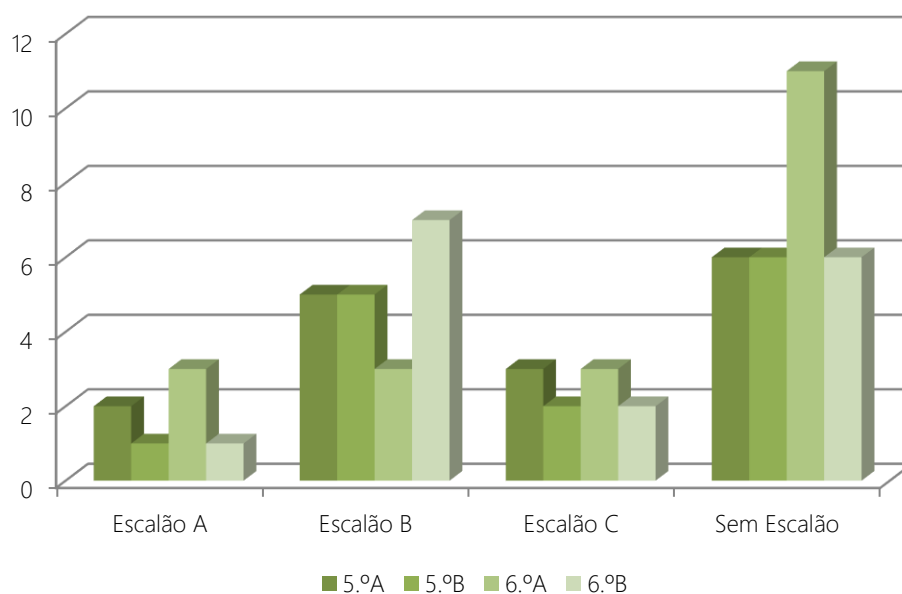
FIGURA 65 – DISTRIBUIÇÃO DOS ALUNOS SUBSIDIADOS, NO 1.ºCEB, EM 2023/24 (%).



QUADRO 92 – DISTRIBUIÇÃO DOS ALUNOS SUBSIDIADOS POR TURMA, NO 2.ºCEB, EM 2023/24 (N.º).

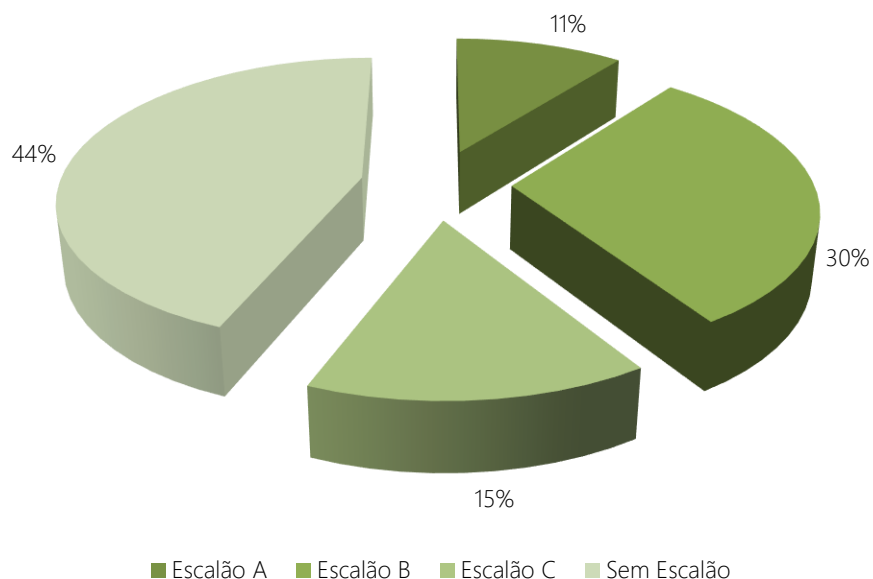
Turmas	Escalão A	Escalão B	Escalão C	Sem Escalão	Total
5.ºA	2	5	3	6	16
5.ºB	1	5	2	6	14
6.ºA	3	3	3	11	20
6.ºB	1	7	2	6	16
Total	7	20	10	29	66

(CMA; AEGTA)

FIGURA 66 – DISTRIBUIÇÃO DOS ALUNOS SUBSIDIADOS POR TURMA, NO 2.ºCEB, EM 2023/24 (N.º).

(CMA; AEGTA)

FIGURA 67 – DISTRIBUIÇÃO DOS ALUNOS SUBSIDIADOS, NO 2.ºCEB, EM 2023/24 (%).



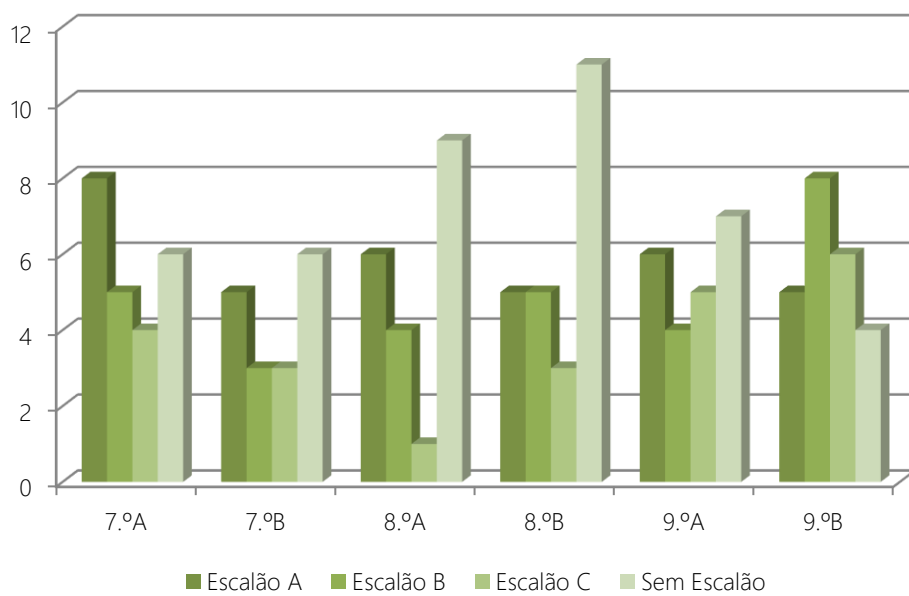
(CMA; AEGTA)

QUADRO 93 – DISTRIBUIÇÃO DOS ALUNOS SUBSIDIADOS POR TURMA, NO 3.º CEB, EM 2023/24 (N.º).

Turmas	Escalão A	Escalão B	Escalão C	Sem Escalão	Total
7.ºA	8	5	4	6	23
7.ºB	5	3	3	6	17
8.ºA	6	4	1	9	20
8.ºB	5	5	3	11	24
9.ºA	6	4	5	7	22
9.ºB	5	8	6	4	23
Total	35	29	22	43	129

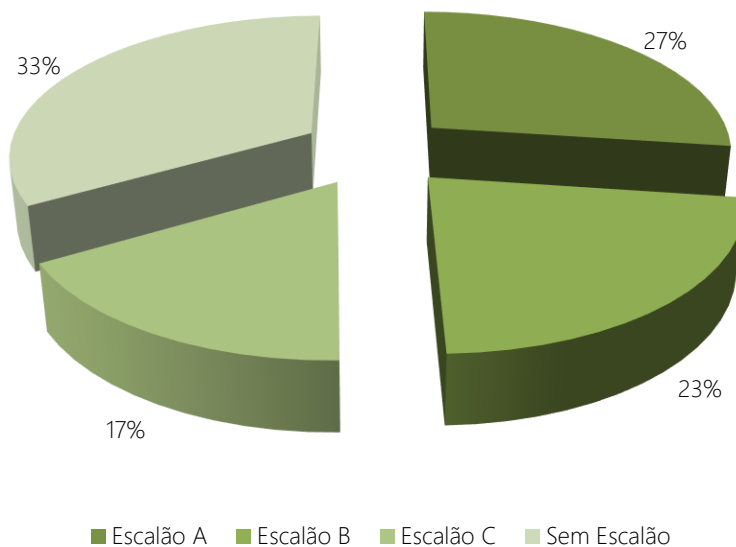
(CMA; AEGTA)

FIGURA 68 – DISTRIBUIÇÃO DOS ALUNOS SUBSIDIADOS POR TURMA, NO 3.º CEB, EM 2023/24 (N.º).



(CMA; AEGTA)

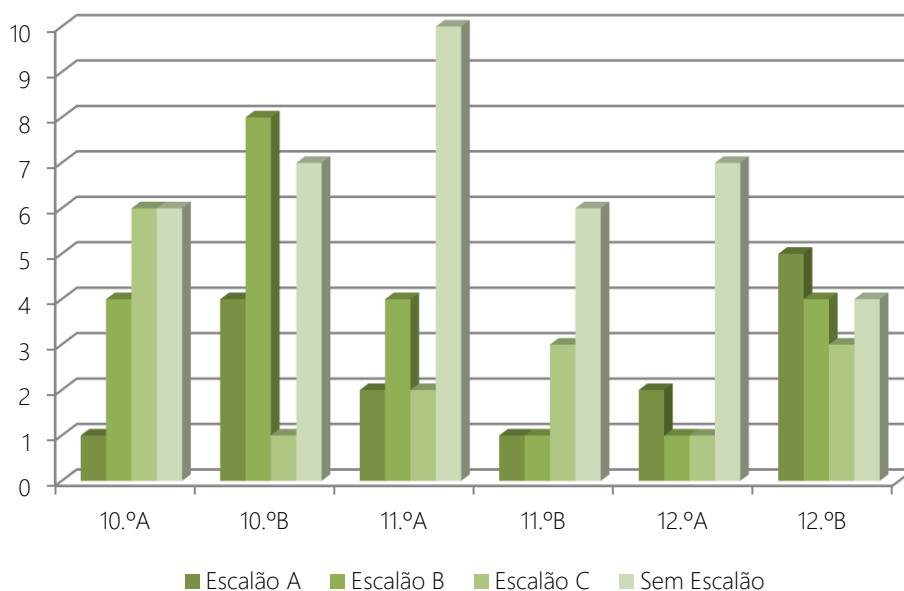
FIGURA 69 – DISTRIBUIÇÃO DOS ALUNOS SUBSIDIADOS, NO 3.ºCEB, EM 2023/24 (%).



QUADRO 94 – DISTRIBUIÇÃO DOS ALUNOS SUBSIDIADOS POR TURMA, NO ENSINO SECUNDÁRIO, EM 2023/24 (N.º).

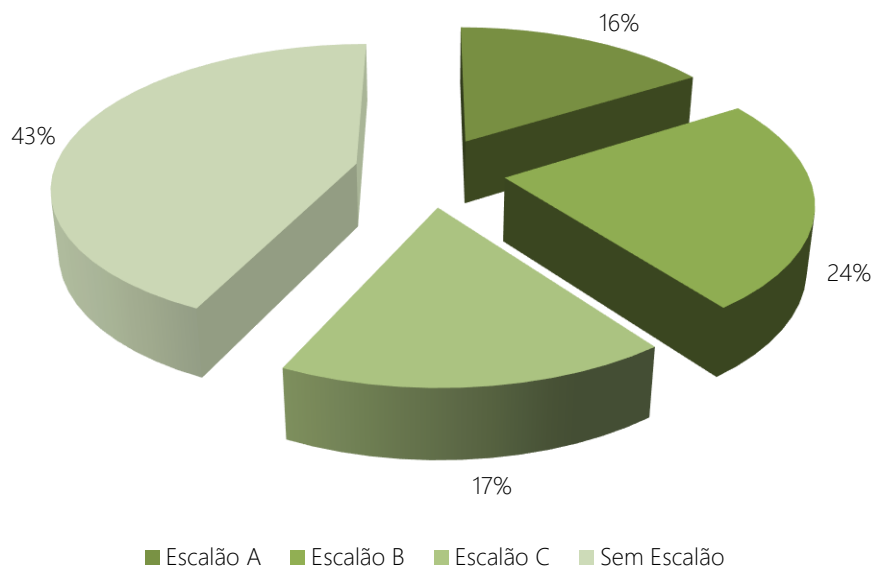
Turmas	Escalão A	Escalão B	Escalão C	Sem Escalão	Total
10.ºA	1	4	6	6	17
10.ºB	4	8	1	7	20
11.ºA	2	4	2	10	18
11.ºB	1	1	3	6	11
12.ºA	2	1	1	7	11
12.ºB	5	4	3	4	16
Total	15	22	16	40	93

(CMA; AEGTA)

FIGURA 70 – DISTRIBUIÇÃO DOS ALUNOS SUBSIDIADOS POR TURMA, NO ENSINO SECUNDÁRIO, EM 2023/24 (N.º).

(CMA; AEGTA)

FIGURA 71 – DISTRIBUIÇÃO DOS ALUNOS SUBSIDIADOS, NO ENSINO SECUNDÁRIO, EM 2023/24 (%).



(CMA; AEGTA)

4.5.2. Transporte escolar.

A rede de transportes escolares do concelho de Armamar abrange todos os estabelecimentos de ensino do AE Gomes Teixeira, nomeadamente o Jardim de Infância de Armamar, a Escola Básica José Manuel Durão Barroso, Armamar, e a Escola Básica e Secundária Gomes Teixeira, Armamar. Contudo, são ainda consideradas as situações que demandem os serviços de transporte aos alunos residentes no concelho que frequentem as escolas da oferta pública de outros concelhos, desde que se encontrem nas condições definidas no Plano de Transportes Escolares do Concelho de Armamar, e ainda os alunos que frequentem as escolas profissionais situadas fora do concelho de Armamar, desde que não atribuam apoio para despesas de transporte e que sejam frequentadas por alunos residentes no concelho que se encontrem nas condições definidas no plano, nomeadamente inscritos em cursos que não existam, ou não tenham comprovadamente obtido vaga, em escolas da rede pública do concelho.

Quanto aos seus destinatários, o transporte escolar do concelho de Armamar é-lhes assegurado gratuitamente e contempla todos os alunos com idade igual ou superior a 3 anos e até à idade de 18 anos, inclusive, que: frequentem a educação pré-escolar, ensino básico e secundário em estabelecimento de ensino da rede

pública da sua área de residência, cuja distância pedonal entre o mesmo e a sua morada de residência seja superior a três quilómetros; ou, por motivos devidamente comprovados de inexistência de resposta formativa no estabelecimento de ensino da rede pública da sua área de residência que frequentem outro estabelecimento de ensino que cumpra o requisito em falta, no caso do ensino secundário. Estão ainda englobados os alunos que frequentem cursos profissionais fora do concelho de Armamar e que iniciem o ano letivo com 18 anos de idade, ainda que no decorrer do mesmo completem 19 anos. E, evidentemente, estão abrangidos por medidas ao abrigo da educação inclusiva todos quantos tenham dificuldades de locomoção, independentemente da distância da sua morada de residência ao estabelecimento de ensino que frequentem, nos termos do disposto na alínea b), do artigo 20.º do Decreto-Lei n.º 21/2019, de 30 de janeiro, na sua versão atual e cuja identificação de necessidade tenha sido validada pela Direção Geral dos Estabelecimentos Escolares.

O plano de transportes busca as soluções mais ajustadas, quer ao nível social, quer ao nível económico, à realidade local e tem como principais intervenientes os representantes do Município e das escolas abrangidas. Portanto, para além do cumprimento do seu objetivo principal que consiste em prestar o serviço de transporte aos alunos, a autarquia procura constantemente melhorar a eficiência da rede e da qualidade do serviço, considerando os horários das carreiras públicas de passageiros e os horários de funcionamento dos estabelecimentos de ensino com vista a assegurar a igualdade de oportunidades de acesso à educação (diminuindo o tempo de espera, aumentar a vigilância e melhorar a segurança do transporte).

Há, porém, alguns casos que exigem circuitos especiais que, da mesma forma, são assegurados pela autarquia. O município possui um plano de transportes escolares elaborado de acordo com o quadro legal em vigor e que constitui um importante instrumento de gestão destes serviços, desde logo por procurar estabelecer e articular as redes de transportes públicos locais. Aliás, nesse sentido o plano municipal de transportes escolares considera como modalidades de apoio que podem ser atribuídos alguns, não cumulativamente, nas modalidades dos circuitos normais e nos circuitos especiais, considerando que os primeiros consistem no carregamento do passe escolar para carreira pública dos alunos residentes em áreas servidas por carreira regular (este serviço funciona durante todo o ano), e os segundos, diferenciados entre transportes públicos, municipais e de táxi, baseiam-se, respetivamente, no carregamento do passe escolar para carreira pública dos alunos residentes em áreas não servidas por carreira regular (este serviço funciona apenas durante o período letivo); no Transporte dos alunos residentes em áreas não servidas por carreira regular (este serviço funciona durante o período letivo e destina-se aos alunos do 2.º ciclo até ao ensino secundário) e no Transporte dos alunos da educação pré-escolar ao 1.º ciclo de ensino residentes em áreas não servidas por carreira regular (este serviço funciona durante o período letivo); e pelo

Transporte adaptado aos alunos abrangidos pelas medidas ao abrigo da educação inclusiva. A última modalidade considera ainda a Comparticipação em 50% no valor do passe escolar, para os alunos que por motivos devidamente comprovados de inexistência de resposta formativa no AE Gomes Teixeira, Armamar, frequentem outro estabelecimento de ensino que cumpra o requisito em falta, no caso do ensino secundário.

Do transporte em carreiras públicas e municipais identificam-se 22 itinerários que, no ano letivo 2023/2024, registará um total de 317 alunos transportados. O território tem uma cobertura de 100%, garantida pelos serviços públicos e especiais. Os itinerários definidos elencam-se em:

Circuitos normais - Transportes Públicos:

1.º Percurso

Manhã: (em direção à Escola Básica e Secundária Gomes Teixeira, Armamar) – partida de Contim, passando por São Cosmado, São Martinho das Chãs, Lumiares, Gogim, Travanca, Armamar e chegada à Escola Básica e Secundária Gomes Teixeira, Armamar.

Tarde (regresso a casa) – partida da Escola Básica e Secundária Gomes Teixeira, Armamar, passando por Armamar, Travanca, Gogim, Lumiares, São Martinho das Chãs, São Cosmado e chegada a Contim.

2.º Percurso

Manhã: (em direção à Escola Básica e Secundária Gomes Teixeira, Armamar) – partida de Valdigem, Parada do Bispo, Fontelo, Aldeias, Armamar e chegada à Escola Básica e Secundária Gomes Teixeira, Armamar.

Tarde: (regresso a casa) – partida da Escola Básica e Secundária Gomes Teixeira, Armamar, passando por Armamar, Aldeias, Fontelo, Parada do Bispo e chegada a Valdigem.

Circuitos especiais - Transportes Públicos:

1.º Percurso

Manhã: (em direção à Escola Básica e Secundária Gomes Teixeira, Armamar) – partida de Folgosa, passado por Vila Seca, Armamar e chegada à Escola Básica e Secundária Gomes Teixeira, Armamar.

Tarde: (regresso a casa) – partida da Escola Básica e Secundária Gomes Teixeira, Armamar, passando por Armamar, Vila Seca e chegada a Folgosa.

Circuitos especiais – Transporte Municipal:

1.º Percurso

Manhã: (em direção ao Jardim de Infância de Armamar, Escola Básica José Manuel Durão Barroso, Armamar, e Escola Básica e Secundária Gomes Teixeira, Armamar) – partida de Goujoim, passando por Arícera e chegada ao Jardim de Infância de Armamar, Escola Básica José Manuel Durão Barroso, Armamar, e Escola Básica e Secundária Gomes Teixeira, Armamar.

Tarde: (regresso a casa) – partida do Jardim de Infância de Armamar, Escola Básica José Manuel Durão Barroso, Armamar, e Escola Básica e Secundária Gomes Teixeira, Armamar, passando por Arícera e chegada a Goujoim.

2.º Percurso

Manhã: (em direção à Escola Básica e Secundária Gomes Teixeira, Armamar) – partida de Armamar, passando por Vacalar e chegada à Escola Básica e Secundária Gomes Teixeira, Armamar.

Tarde (regresso a casa) – partida da Escola Básica e Secundária Gomes Teixeira, Armamar, passando por Vacalar, são Joaninho e chegada a Armamar.

3.º Percurso

Manhã: (em direção ao Jardim de Infância de Armamar, Escola Básica José Manuel Durão Barroso, Armamar, e Escola Básica e Secundária Gomes Teixeira, Armamar) – partida de Queimadela, passando por Queimada, Tões, Aldeias e chegada ao Jardim de Infância de Armamar, Escola Básica José Manuel Durão Barroso, Armamar, e Escola Básica e Secundária Gomes Teixeira, Armamar.

Tarde: (regresso a casa) – partida do Jardim de Infância de Armamar, Escola Básica José Manuel Durão Barroso, Armamar, e Escola Básica e Secundária Gomes Teixeira, Armamar, passando por Aldeias Tões, Queimada e chegada a Queimadela.

4.º Percurso

Manhã: (em direção ao Jardim de Infância de Armamar e Escola Básica José Manuel Durão Barroso, Armamar,) – partida da Folgosa, passando por Marmelal e chegada ao Jardim de Infância de Armamar e Escola Básica José Manuel Durão Barroso, Armamar, .

Tarde: (regresso a casa) – partida do Jardim de Infância de Armamar e Escola Básica José Manuel Durão Barroso, Armamar, , passando por Marmelal e chegada à Folgosa.

5.º Percurso

Manhã: (em direção ao Jardim de Infância de Armamar, Escola Básica José Manuel Durão Barroso, Armamar, e Escola Básica e Secundária Gomes Teixeira, Armamar) – partida de Armamar, passando por Vila Seca, Santo Adrião, Coura e chegada ao Jardim de Infância de Armamar, Escola Básica José Manuel Durão Barroso, Armamar, e Escola Básica e Secundária Gomes Teixeira, Armamar.

Tarde: (regresso a casa) – partida do Jardim de Infância de Armamar, Escola Básica José Manuel Durão Barroso, Armamar, e Escola Básica e Secundária Gomes Teixeira, Armamar, passando por Coura, Santo Adrião e chegada a Vila Seca.

6.º Percurso

Manhã: (em direção ao Jardim de Infância de Armamar, Escola Básica José Manuel Durão Barroso, Armamar, e Escola Básica e Secundária Gomes Teixeira, Armamar) – partida de São Martinho das Chãs, passando por Lapinha, São Cosmado, São Martinho das Chãs, Lumiares, Gogim, Travanca e chegada ao Jardim de Infância de Armamar, Escola Básica José Manuel Durão Barroso, Armamar, e Escola Básica e Secundária Gomes Teixeira, Armamar.

Tarde: partida do Jardim de Infância de Armamar, Escola Básica José Manuel Durão Barroso, Armamar, e Escola Básica e Secundária Gomes Teixeira, Armamar, passando por Travanca, Gogim, Lumiares, São Martinho das Chãs, São Cosmado, Lapinha e chegada a São Martinho das Chãs.

7.º Percurso

Manhã: (em direção ao Jardim de Infância de Armamar, Escola Básica José Manuel Durão Barroso, Armamar, e Escola Básica e Secundária Gomes Teixeira, Armamar) – partida de Armamar, passando por São Romão, Tões, Armamar (Mariz) e chegada ao Jardim de Infância de Armamar, Escola Básica José Manuel Durão Barroso, Armamar, e Escola Básica e Secundária Gomes Teixeira, Armamar.

Tarde: (regresso a casa) – partida do Jardim de Infância de Armamar, Escola Básica José Manuel Durão Barroso, Armamar, e Escola Básica e Secundária Gomes Teixeira, Armamar, passando por Armamar (Mariz), Tões, São Romão e chegada a Armamar.

8.º Percurso

Manhã: (em direção ao Jardim de Infância de Armamar, Escola Básica José Manuel Durão Barroso, Armamar, e Escola Básica e Secundária Gomes Teixeira, Armamar) – partida de Armamar, passando por Vila Nova, Santa Cruz e chegada

ao Jardim de Infância de Armamar, Escola Básica José Manuel Durão Barroso, Armamar, e Escola Básica e Secundária Gomes Teixeira, Armamar.

Tarde: (regresso a casa) – partida do Jardim de Infância de Armamar, Escola Básica José Manuel Durão Barroso, Armamar, e Escola Básica e Secundária Gomes Teixeira, Armamar, passando por Santa Cruz, Vila Nova e chegada a Armamar.

9.º Percurso

Manhã: (em direção ao Jardim de Infância de Armamar, Escola Básica José Manuel Durão Barroso, Armamar, e Escola Básica e Secundária Gomes Teixeira, Armamar) – partida de Armamar, passando por Santiago, Armamar (Maladão), Travanca e chegada ao Jardim de Infância de Armamar, Escola Básica José Manuel Durão Barroso, Armamar, e Escola Básica e Secundária Gomes Teixeira, Armamar.

Tarde: (regresso a casa) – partida do Jardim de Infância de Armamar, Escola Básica José Manuel Durão Barroso, Armamar, e Escola Básica e Secundária Gomes Teixeira, Armamar, passando por Travanca, Armamar (Maladão), Santiago e chegada a Armamar.

10.º Percurso

Manhã: (em direção ao Jardim de Infância de Armamar e Escola Básica José Manuel Durão Barroso, Armamar,) – partida de Armamar, passando por Folgosa, São Joaninho e chegada ao Jardim de Infância de Armamar e Escola Básica José Manuel Durão Barroso, Armamar, .

Tarde: (regresso a casa) – partida do Jardim de Infância de Armamar e Escola Básica José Manuel Durão Barroso, Armamar, , passando por São Joaninho, Folgosa e chegada a Armamar.

11.º Percurso

Manhã: (em direção ao Jardim de Infância de Armamar e Escola Básica José Manuel Durão Barroso, Armamar,) – partida de Armamar, passando por Vacalar, Folgosa, São Joaninho e chegada ao Jardim de Infância de Armamar e Escola Básica José Manuel Durão Barroso, Armamar, .

Tarde: (regresso a casa) – partida do Jardim de Infância de Armamar e Escola Básica José Manuel Durão Barroso, Armamar, , passando por São Joaninho, Folgosa e chegada a Vacalar.

12.º Percurso

Manhã: (em direção ao Jardim de Infância de Armamar, Escola Básica José Manuel Durão Barroso, Armamar, e Escola Básica e Secundária Gomes Teixeira,

Armamar) – partida de Armamar, passando por Folgosa, São Joaninho e chegada ao Jardim de Infância de Armamar, Escola Básica José Manuel Durão Barroso, Armamar, e Escola Básica e Secundária Gomes Teixeira, Armamar.

Tarde: (regresso a casa) – partida do Jardim de Infância de Armamar, Escola Básica José Manuel Durão Barroso, Armamar, e Escola Básica e Secundária Gomes Teixeira, Armamar, passando por São Joaninho, Folgosa e chegada a Armamar.

13.º Percurso

Manhã: (em direção ao Jardim de Infância de Armamar, Escola Básica José Manuel Durão Barroso, Armamar, e Escola Básica e Secundária Gomes Teixeira, Armamar) – partida de Armamar, passando por Travanca, Santiago, Santa Cruz, Cimbres e chegada ao Jardim de Infância de Armamar, Escola Básica José Manuel Durão Barroso, Armamar, e Escola Básica e Secundária Gomes Teixeira, Armamar.

Tarde: (regresso a casa) – partida do Jardim de Infância de Armamar, Escola Básica José Manuel Durão Barroso, Armamar, e Escola Básica e Secundária Gomes Teixeira, Armamar, passando por Cimbres, Santa Cruz, Santiago, Travanca e chegada a Armamar.

14.º Percurso

Manhã: (em direção ao Jardim de Infância de Armamar, Escola Básica José Manuel Durão Barroso, Armamar, e Escola Básica e Secundária Gomes Teixeira, Armamar) – partida de Armamar, passando por Aldeias, Fontelo e chegada ao Jardim de Infância de Armamar, Escola Básica José Manuel Durão Barroso, Armamar, e Escola Básica e Secundária Gomes Teixeira, Armamar.

Tarde: (regresso a casa) – partida do Jardim de Infância de Armamar, Escola Básica José Manuel Durão Barroso, Armamar, e Escola Básica e Secundária Gomes Teixeira, Armamar, passando por Aldeias, Fontelo e chegada a Armamar.

Circuitos especiais – Transporte Municipal:

(percursos que se seguem referem-se a alunos que se encontram a frequentar cursos profissionais fora do concelho e oferecem uma resposta de acesso à rede de transportes públicos existe)

15.º Percurso

Manhã: partida de Armamar, passando por Vila Seca, Santo Adrião e chegada a Armamar.

Tarde (regresso a casa) – partida de Armamar, passando por Santo Adrião, Vila Seca e chegada a Armamar.

16.º Percurso

Manhã: partida de Armamar, passando por Figueira, Meixedo, Passos, São Romão e chegada a Armamar.

Tarde: (regresso a casa) – partida de Armamar, passando por São Romão, Passos, Meixedo, Figueira e chegada a Armamar.

17.º Percurso

Manhã: partida de Armamar, passando por São Romão e chegada a Armamar.

Tarde: (regresso a casa) – partida de Armamar, passando por São Romão e chegada a Armamar.

Circuitos especiais – Transporte em Táxi:

(No ano letivo 2023/2024, o circuito será efetuado por entidade credenciada para atividade de transporte coletivo de crianças e jovens até aos 17 anos, composto por 2 percursos)

1.º Percurso

Manhã: partida de Armamar, passando por Arícera e chegada à Escola Básica e Secundária Gomes Teixeira, Armamar.

Tarde (regresso a casa) – partida da Escola Básica e Secundária Gomes Teixeira, Armamar, passando por Arícera e chegada a Armamar.

2.º Percurso

Manhã: (em direção ao Centro de Atividades e Capacitação para a Inclusão de Tarouca) – partida da escola Básica e Secundária Gomes Teixeira, Armamar e chegada ao Centro de Atividades e Capacitação para a Inclusão de Tarouca.

Tarde: (regresso à escola) – partida do Centro de Atividades e Capacitação para a Inclusão de Tarouca e chegada à Escola Básica e Secundária Gomes Teixeira, Armamar.

QUADRO 95 – PREVISÃO DO NÚMERO DE ALUNOS A TRANSPORTAR NO ANO LETIVO 2023/24, JARDIM DE INFÂNCIA DE ARMAMAR (N.º).

Escola	Local de Embarque	Previsão de alunos a transportar			
		Jardim de Infância			
		3 anos	4 anos	5 anos	6 anos
Jardim de Infância de Armamar	Aldeias	0	1	1	0
	Arícera	0	0	0	0
	Cardais	0	0	0	0
	Cimbres	0	4	1	0
	Contim	0	0	0	0
	Coura	0	0	0	0
	Folgosa	0	1	2	0
	Fontelo	2	0	2	0
	Gogim	0	2	1	0
	Goujoim	0	0	0	0
	Lapinha	0	0	0	0
	Lumiares	0	1	3	0
	Marmelal	0	0	0	0
	Meixedo	0	0	0	0
	P. do Bispo	0	0	0	0
	Passos	0	1	0	0
	Queimada	1	1	1	0
	Queimadela	0	1	0	1
	Santo Adrião	0	0	0	0
	São Cosmado	0	1	1	0
	Santa Cruz	2	0	0	0
	São Joanino	1	0	1	0
	São Martinho das Chãs	0	0	0	0
	São Romão	2	3	0	0
	Santiago	0	0	0	0
	Tões	1	0	0	0
	Travanca	0	1	1	0
	Vacalar	0	1	0	0
	Valdigem	0	0	0	0
	Vila Nova	1	0	0	0
	Vila Seca	1	0	1	0

(CMA; AEGTA)

QUADRO 96 – PREVISÃO DO NÚMERO DE ALUNOS A TRANSPORTAR NO ANO LETIVO 2023/24, ESCOLA BÁSICA JOSÉ MANUEL DURÃO BARROSO, ARMAMAR (N.º).

Escola	Local de Embarque	Previsão de alunos a transportar			
		1.ºCEB			
		1.º Ano	2.º Ano	3.º Ano	4.ºAno
Escola Básica José Manuel Durão Barroso, Armamar	Aldeias	0	1	2	2
	Aricera	1	1	2	0
	Cardais	0	0	0	0
	Cimbres	4	0	1	0
	Contim	0	0	0	0
	Coura	0	0	0	0
	Folgosa	1	1	1	3
	Fontelo	6	8	2	2
	Gogim	2	0	0	2
	Goujoim	0	0	0	0
	Lapinha	0	0	0	0
	Lumiares	2	0	1	1
	Marmelal	3	0	0	0
	Meixedo	1	0	0	0
	P. do Bispo	0	0	0	0
	Passos	0	0	0	0
	Queimada	1	2	3	3
	Queimadela	1	2	0	0
	Santo Adrião	0	1	0	0
	São Cosmado	1	0	1	2
	Santa Cruz	2	0	0	2
	São Joanino	0	0	1	1
	São Martinho das Chãs	0	1	0	0
	São Romão	0	1	1	0
	Santiago	0	0	1	0
	Tões	0	1	0	0
	Travanca	3	2	2	3
	Vacalar	1	0	1	1
	Valdigem	0	0	0	0
	Vila Nova	0	1	0	0
	Vila Seca	0	0	1	0

(CMA; AEGTA)

QUADRO 97 – PREVISÃO DO NÚMERO DE ALUNOS A TRANSPORTAR NO ANO LETIVO 2023/24, ESCOLA BÁSICA E SECUNDÁRIA GOMES TEIXEIRA, ARMAMAR (N.º).

Escola	Local de Embarque	Previsão de alunos a transportar				
		2 e 3.ºCEB				
		5.º Ano	6.º Ano	7.º Ano	8.ºAno	9.º Ano
Escola Básica e Secundária Gomes Teixeira, Armamar	Aldeias	2	1	3	3	0
	Arícera	0	2	0	1	0
	Cardais	0	0	0	0	0
	Cimbres	1	1	3	1	1
	Contim	0	0	0	1	0
	Coura	0	0	1	1	2
	Folgosa	1	3	0	2	5
	Fontelo	3	3	5	2	3
	Gogim	1	2	1	1	2
	Goujoim	0	0	0	0	1
	Lapinha	0	0	0	0	0
	Lumiares	1	0	4	2	2
	Marmelal	0	0	1	3	1
	Meixedo	1	1	1	0	0
	P. do Bispo	1	0	0	0	0
	Passos	0	0	0	0	0
	Queimada	1	1	3	0	2
	Queimadela	0	1	1	0	0
	Santo Adrião	0	0	0	0	0
	São Cosmado	1	1	0	2	0
	Santa Cruz	0	1	1	0	1
	São Joanino	2	1	0	0	0
	São Martinho das Chãs	0	0	1	0	1
	São Romão	0	0	2	0	0
	Santiago	0	0	1	1	1
	Tões	1	1	0	0	2
	Travanca	1	2	3	1	2
	Vacalar	0	2	0	0	1
	Valdigem	1	2	1	0	1
	Vila Nova	0	0	0	0	0
	Vila Seca	0	0	0	2	1

(CMA; AEGTA)

QUADRO 98 – PREVISÃO DO NÚMERO DE ALUNOS A TRANSPORTAR NO ANO LETIVO 2023/2024, ESCOLA BÁSICA JOSÉ MANUEL DURÃO BARROSO, ARMAMAR (N.º).

Escola	Local de Embarque	Previsão de alunos a transportar		
		Ensino Secundário		
		10.º Ano	11.º Ano	12.º Ano
Escola Básica e Secundária Gomes Teixeira, Armamar	Aldeias	0	1	0
	Arícera	0	0	0
	Cardais	0	0	0
	Cimbres	1	0	1
	Contim	0	0	1
	Coura	0	0	0
	Folgosa	2	0	0
	Fontelo	2	3	2
	Gogim	2	1	1
	Goujoim	0	0	0
	Lapinha	1	0	0
	Lumiares	0	1	0
	Marmelal	0	0	1
	Meixedo	0	0	0
	P. do Bispo	0	0	0
	Passos	0	0	0
	Queimada	2	1	1
	Queimadela	0	1	0
	Santo Adrião	0	0	0
	São Cosmado	2	1	1
	Santa Cruz	1	1	1
	São Joanino	0	1	1
	São Martinho das Chãs	1	0	0
	São Romão	0	0	0
	Santiago	0	0	2
	Tões	0	1	0
	Travanca	3	0	0
	Vacalar	0	1	0
	Valdigem	2	0	1
	Vila Nova	2	0	0
	Vila Seca	1	2	2

(CMA; AEGTA)

4.6. Recursos Humanos.

4.6.1. Pessoal docente.

Considerando a totalidade dos níveis de ensino e os profissionais afetos à Educação, o município de Armamar regista um total de 66 docentes, sendo a maioria do quadro de agrupamento, seguidos pelos docentes do Quadro de Zona Pedagógica (QZP), professores contratados e docentes afetos à direção executiva, enquadrados na oferta escolar pública. Na sua distribuição por nível de ensino, e no que se refere à educação pré-escolar, regista-se um total de 7 educadores, no 1.º CEB conta com 16 e no 2.º, 3.º CEB e Secundário são 52. Em relação aos docentes de Educação Especial regista-se a presença de 2 docentes, em que um assegura o 1.º e 2.º CEB e outro o 3.º CEB.

4.6.2. Pessoal não docente.

No que se refere ao pessoal não docente, que já foi abordado em grande parte no ponto referente à oferta educativa pública, são 71 e encontram-se distribuídos pelas categorias de técnicos superiores, assistentes técnicos e assistentes operacionais. No caso dos técnicos superiores estão associados os psicólogos (1) e os técnicos especializados (6). Relativamente à categoria de assistentes técnicos os valores mais expressivos são observados ao nível dos assistentes de serviços administrativos (4), enquanto nos restantes casos são registados valores bastante mais reduzidos, designadamente coordenador técnico de serviços (1), encarregado de serviços gerais (1). Finalmente, e no que respeita aos assistentes operacionais, o número mais significativo está associado à categoria de auxiliar de ação educativa (41).

5. REESTRUTURAÇÃO DA REDE ESCOLAR (2006-2019).

A Lei n.º 75/2003, de 12 de setembro, na sua versão atual, que estabelece o regime jurídico das autarquias locais, define, no seu artigo 23.º, a Educação como domínio de atribuição municipal, ainda que a especificidade da definição de carta educativa, regulação do processo de elaboração e aprovação da mesma e os seus efeitos, seja integralmente regulada pelo Decreto-Lei n.º 7/2003, de 15 de

janeiro, alterado pelas Leis n.º 41/2003, de 22 de agosto, e n.º 6/2012, de 10 de fevereiro, e pelo Decreto-Lei n.º 72/2015, de 11 de maio.

Enquanto instrumento de planeamento estratégico no atual panorama das políticas educativas, em especial no que se refere ao reordenamento da rede de equipamentos de educação e ensino, a carta educativa deverá sempre ser entendida à luz da versatilidade dos fatores e, por isso, retrata um processo dinâmico e em constante necessidade de reavaliação. Assim, importa resumir as principais alterações legislativas ocorridas desde a elaboração da 1.ª carta educativa do município de Armamar, no que respeita à organização e reordenamento escolar, de modo a que seja possível compreender a variabilidade verificada entre a rede escolar de 2006 e a existente nos dias de hoje.

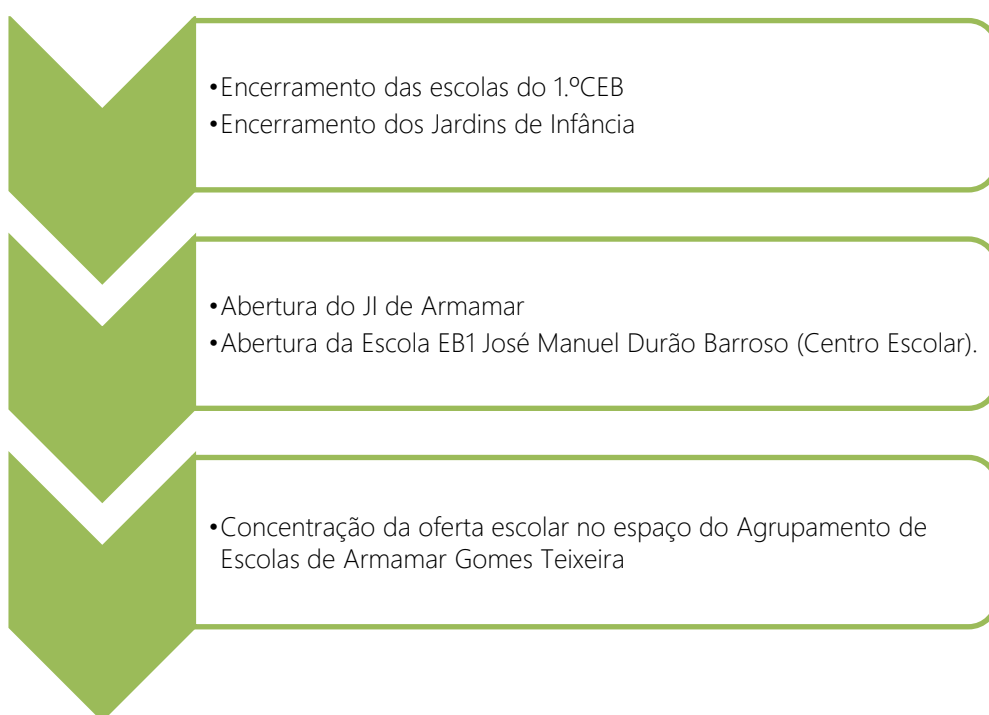
5.1. Resolução do Conselho de Ministros n.º 44/2010, de 14 de junho, e Portaria n.º 1181/2010, de 16 de novembro.

Com o objetivo de concretizar a universalização da frequência da educação básica e secundária, de modo a que todos os alunos frequentassem estabelecimentos de educação ou formação pelo menos entre os 5 e os 18 anos de idade, foi emitida, a 14 de junho de 2010, a Resolução do Conselho de Ministros n.º 44, que pretendia:

- A adaptação da rede escolar ao objetivo de uma escolaridade obrigatória de 12 anos para todos os alunos;
- A adequação da dimensão e condições das escolas para a promoção do sucesso escolar e combate ao abandono;
- A racionalização dos agrupamentos de escolas, de modo a favorecer o desenvolvimento de um projeto educativo comum, articulando níveis e ciclos de ensino distintos.

Assim, entre as várias medidas estabelecidas para a concretização dos objetivos acima referidos, destaca-se obrigatoriedade de extinção, até ao início do ano letivo 2010/2011 (ou, excecionalmente, até ao final do mesmo ano letivo), dos agrupamentos de escolas constituídos exclusivamente por estabelecimentos do mesmo nível de ensino (agrupamentos horizontais de escolas). No ano letivo 2003/2004, mediante ofício da Direção Regional de Educação do Norte, datado de 26/06/2003 a EB 2,3 de Armamar passou a Agrupamento Vertical de Escolas. Era então constituído por 9 Jardins de Infância, 26 escolas do 1.º CEB e 1 escola EB 2,3. Pouco depois passou a denominar-se AE Gomes Teixeira – Armamar.

A 16 de novembro do mesmo ano foi publicada a Portaria n.º 1181/2010, que estabeleceu os critérios de ordenamento da rede escolar e decretou o encerramento de escolas com menos de 21 alunos, bem como a extinção dos agrupamentos horizontais. Por essa portaria foi reconfigurada a rede escolar pública do município de Armamar:



5.2. Despacho n.º 5634-F/2012, de 26 de abril.

Considerando o alargamento da escolaridade obrigatória preconizado na Resolução do Conselho de Ministros n.º 44/2010, de 14 de junho, bem como a necessidade de uma transição adequada entre níveis e ciclos de ensino em unidades de gestão que permitissem a um aluno completar a escolaridade no mesmo AE, foi publicado, a 26 de abril de 2012, o Despacho n.º 5634-F/2012, que tinha como objetivo calendarizar e aclarar os princípios e critérios de orientação, as exceções, bem como alguns procedimentos de transição às novas unidades orgânicas resultantes da constituição de agrupamentos ou agregações

previstas. Assim, e de acordo com o referido Despacho, o Agrupamento de Escolas resultante dos processos de agregação previstos nos artigos 6º e 7º do Decreto-lei n.º 75/2008, de 22 de abril, é uma unidade organizacional, dotada de órgãos próprios de administração e gestão, constituída pela integração de estabelecimentos de Educação Pré-Escolar e escolas de diferentes níveis e ciclos de ensino, com vista à concretização dos seguintes princípios:

- a) Adaptar progressivamente a rede escolar ao objetivo de uma escolaridade de 12 anos para todos os alunos e adequar as condições das escolas à promoção do sucesso escolar e ao combate ao abandono escolar;
- b) Garantir e reforçar a coerência do projeto educativo e a qualidade pedagógica das escolas e estabelecimentos de educação pré-escolar que o integram, numa lógica de articulação vertical dos diferentes níveis e ciclos de escolaridade;
- c) Proporcionar um percurso sequencial e articulado dos alunos abrangidos numa dada área geográfica e favorecer a transição adequada entre níveis e ciclos de ensino;
- d) Superar situações de isolamento de escolas e estabelecimentos de educação pré-escolar e prevenir a exclusão social e escolar;
- e) Racionalizar a gestão dos recursos humanos e materiais das escolas e estabelecimentos de educação pré-escolar que o integram.

O novo processo de reestruturação da rede escolar pública do município de Armamar, que recomendava que os agrupamentos de escolas se adequassem ao disposto legal, sendo para tal necessário que, dentro do possível, fosse agregado a cada AE uma Escola Secundária, tendo por base a proximidade geográfica entre equipamentos educativos, foi no caso de Armamar fácil de cumprir.

5.3. Decreto-lei n.º 54/2018, 6 de Julho.

O Programa do XXI Governo Constitucional estabeleceu como uma das prioridades da ação governativa a aposta numa escola inclusiva onde todos e cada um dos alunos, independentemente da sua situação pessoal e social, pudessem encontrar respostas que lhes possibilitassem a aquisição de um nível de educação e

formação facilitadoras da sua plena inclusão social. Esta prioridade política vinha concretizar o direito de cada aluno a uma educação inclusiva que respondesse às suas potencialidades, expectativas e necessidades no âmbito de um projeto educativo comum e plural que proporcione a todos a participação e o sentido de pertença em efetivas condições de equidade, contribuindo assim, decisivamente, para maiores níveis de coesão social.

O compromisso com a educação inclusiva, de acordo com a definição da UNESCO (2009), enquanto processo que visa responder à diversidade de necessidades dos alunos, através do aumento da participação de todos na aprendizagem e na vida da comunidade escolar, foi reiterado por Portugal com a ratificação da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e o seu protocolo opcional, adotada na Assembleia Geral das Nações Unidas, em Nova Iorque, no dia 13 de dezembro de 2006, aprovada pela Resolução da Assembleia da República n.º 56/2009, de 30 de julho, ratificada pelo Decreto do Presidente da República n.º 71/2009, de 30 de julho, e reafirmada na «Declaração de Lisboa sobre Equidade Educativa», em julho de 2015. Este compromisso visa ainda dar cumprimento aos objetivos do desenvolvimento sustentável da Agenda 2030 da ONU.

No centro da atividade da escola estão o currículo e as aprendizagens dos alunos. Neste pressuposto, o decreto-lei n.º 54/2018 tem como eixo central de orientação a necessidade de cada escola reconhecer a mais-valia da diversidade dos seus alunos, encontrando formas de lidar com essa diferença, adequando os processos de ensino às características e condições individuais de cada aluno, mobilizando os meios de que dispõe para que todos aprendam e participem na vida da comunidade educativa. Isto implicou uma aposta decisiva na autonomia das escolas e dos seus profissionais, designadamente através do reforço da intervenção dos docentes de educação especial, enquanto parte ativa das equipas educativas na definição de estratégias e no acompanhamento da diversificação curricular. Consciente das competências profissionais existentes nas escolas portuguesas, o Governo pretendeu criar condições para que essas pudessem elevar os padrões de qualidade das diferentes ofertas de educação e formação, mesmo nos casos em que se identificavam maiores dificuldades de participação no currículo.

Coube ao AE de Armamar Gomes Teixeira definir o processo no qual identificou as barreiras à aprendizagem com que os alunos se confrontavam, apostando na diversidade de estratégias para as ultrapassar, de modo a assegurar que cada um tivesse acesso ao currículo e às aprendizagens, levando todos e cada um ao limite das suas potencialidades. As opções metodológicas subjacentes ao presente decreto-lei assentam no desenho universal para a aprendizagem e na abordagem multinível no acesso ao currículo. Esta abordagem baseia-se em modelos curriculares flexíveis, no acompanhamento e monitorização sistemáticas da eficácia

do contínuo das intervenções implementadas, no diálogo dos docentes com os pais ou encarregados de educação e na opção por medidas de apoio à aprendizagem, organizadas em diferentes níveis de intervenção, de acordo com as respostas educativas necessárias para cada aluno adquirir uma base comum de competências, valorizando as suas potencialidades e interesses.

Procura-se garantir que o Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória seja atingido por todos, ainda que através de percursos diferenciados, os quais permitem a cada um progredir no currículo com vista ao seu sucesso educativo. O presente decreto-lei consagra, assim, uma abordagem integrada e contínua do percurso escolar de cada aluno garantindo uma educação de qualidade ao longo da escolaridade obrigatória. Para a visão integrada e contínua da abordagem educativa que agora se advoga constitui decisivamente um processo de avaliação de apoio à aprendizagem - que considera aspetos académicos, comportamentais, sociais e emocionais do aluno, mas também fatores ambientais -, uma vez que desse processo resulta toda a sequencialização e dinâmica da intervenção.

Redefiniram-se, a partir de uma visão holística, as atribuições das equipas multidisciplinares na condução do processo de identificação das medidas de suporte à aprendizagem e à inclusão, em função das características de cada aluno, no acompanhamento e na monitorização da eficácia da aplicação dessas mesmas medidas, reforçando o envolvimento dos docentes, dos técnicos, dos pais ou encarregados de educação e do próprio aluno.

Introduziram-se alterações na forma como a escola e as estruturas de apoio se encontram organizadas, para a identificação das medidas de suporte à aprendizagem e à inclusão ao longo da escolaridade obrigatória. Reconfigurou-se o modelo de Unidade Especializada num modelo de Centro de Apoio à Aprendizagem, que aglutina o primeiro, transformando-se num espaço dinâmico, plural e agregador dos recursos humanos e materiais, mobilizando para a inclusão os saberes e competências existentes na escola, valorizando, assim, os saberes e as experiências de todos. Reforça-se o papel dos pais ou encarregados de educação, conferindo-lhes um conjunto de direitos e deveres conducentes ao seu envolvimento em todo o processo educativo dos seus educandos.

Reconhecendo-se o indelével contributo do Decreto-Lei n.º 3/2008, de 7 de janeiro, alterado pela Lei n.º 21/2008, de 12 de maio, através do trabalho realizado pelas escolas e da reflexão que ao longo do tempo propiciou a professores, investigadores e peritos, o presente decreto-lei decorre do Grupo de Trabalho, criado pelo Despacho n.º 7617/2016, publicado no Diário da República, 2.ª série, de 8 de junho, que, ouvindo múltiplos atores, procedeu a um levantamento de problemas e, concomitantemente, procurou as melhores soluções do ponto de vista da educação, da saúde e da inclusão social.

QUADRO 99 – NÚMERO DE ALUNOS COM MEDIDAS DE SUPORTE À APRENDIZAGEM E À INCLUSÃO, NO ANO LETIVO 2022/23.

Ano letivo	PE	1.º CEB	2.º CEB	3.º CEB	Secundário	Total
2019-2020	0	3	1	9	5	18
2020-2021	0	3	3	8	8	22
2021-2022	0	2	6	4	6	18
2022-2023	0	3	4	11	4	22

(CMA; AEGTA)

5.4. Avaliação da carta educativa (1.ª geração) e balanço da execução das propostas de redimensionamento da rede escolar previstas.

Decorridos 17 anos após a homologação da 1ª carta educativa do município de Armamar (2006), importa, ainda assim, avaliar o grau da sua execução, por nível de ensino, procedendo a uma avaliação qualitativa dos dados, sendo importante referir que as projeções tidas em conta na elaboração do referido documento tiveram por base um cenário de crescimento demográfico controlado.

A abordagem do conjunto das propostas elaboradas em sede da primeira carta educativa, é em grande parte subsidiária da visão, no território educativo, do ponto de situação atual relativa aos respetivos equipamentos escolares permite aferir o grau de execução dessas mesmas propostas.

As propostas, então formuladas, enquadraram-se nas seguintes categorias:

- Suspensão de atividade;
- Reconversão do equipamento para novas valências;
- Ampliação das instalações;
- Criação de novo equipamento.

O conjunto de informação obtida sobre a rede escolar pública do município de Armamar permite reapreciar as propostas feitas em sede de carta educativa, o seu grau de execução e respetiva fase de desenvolvimento, mas permite, igualmente, aferir os resultados obtidos no âmbito do processo de monitorização anual dos dados da rede escolar, que se traduziu no conjunto de intervenções levadas a cabo.

Estabelecimentos de Ensino	Ações Estratégicas				
	Suspensão de atividade	Reconversão do equipamento para novas valências	Ampliação das instalações	Criação de novo equipamento	Outras
1.ºCEB – Aldeia de Cima, Aldeias	•				
1.ºCEB – Aricera	•				
1.ºCEB - Armamar	•	•		•	
1.ºCEB - Balteiro	•				
1.ºCEB – Cimbres	•				
1.ºCEB – Contim	•				
1.ºCEB – Folgosa	•				
1.ºCEB - Fontelo	•				
1.ºCEB – Gogim	•				
1.ºCEB – Goujoim	•				
1.ºCEB – Lapinha	•				
1.ºCEB – Lumiares	•				
1.ºCEB – Marmelal	•				
1.ºCEB – Queimada	•				
1.ºCEB – Santiago	•				
1.ºCEB – Tões	•				
1.ºCEB – Travanca	•				
1.ºCEB – Vila Seca	•				
1.ºCEB – Santa Cruz	•				
1.ºCEB – Santo Adrião	•				
1.ºCEB – São Cosmado	•				
1.ºCEB – São Joanino	•				
1.ºCEB – São Romão	•				
1.ºCEB – Vacalar	•				
1.ºCEB – Cardais	•				
Jl- de Aldeia de Cima	•				
Jl - Armamar	•				
Jl-Cimbres	•				

Estabelecimentos de Ensino	Ações Estratégicas				
	Suspensão de atividade	Reconversão do equipamento para novas valências	Ampliação das instalações	Criação de novo equipamento	Outras
Jl-Folgosa	•				
Jl-Fontelo	•				
Jl-Queimada	•				
Jl-Queimadela	•				
Jl-Vila Seca	•				
Jl-São Cosmado	•				

(CMA; AEGTA)

5.4.1. A Educação Pré-Escolar.

Considerando que, no caso da frequência de Jardim de Infância, a rede escolar pública não espelha, em relação direta, o número real de crianças em idade pré-escolar, não só pela falta de cobertura da oferta pública deste tipo de equipamentos, como também pela opção que ainda representa a oferta de ensino privado para esta faixa de alunos, a análise comparativa entre os valores da projeção e o número real de crianças a frequentar a Educação Pré-escolar da rede pública atualmente, acaba por não ser possível correlacionar os dados em apreço. Ainda assim, é de referir que a rede pública do município de Armamar tem, neste momento, capacidade de resposta a 100%. No que respeita às freguesias da zona rural, a cobertura da rede pública de pré-escolar deu uma resposta satisfatória a todos os candidatos, a partir dos 3/4 anos de idade, ainda que após o encerramento dos estabelecimentos de ensino em 2006, acabou por ser inevitável a sua deslocação para a sede de concelho, onde hoje se situa o Jardim de Infância de Armamar.

Analisando a primeira carta educativa, nela não se expuseram linhas de intervenção estratégica para a Educação Pré-Escolar, para além do elenco dos Jardins de Infância da oferta pública que então se encontravam em funcionamento nas freguesias de Aldeias, Cimbres, Folgosa, Fontelo, Queimada, Queimadela, Vila Seca e São Cosmado.

5.4.2. O 1.º Ciclo do Ensino Básico.

Na primeira carta educativa todos os dados apontavam para um crescimento negativo da população escolarizável neste nível de ensino (1.ºCEB) ao longo da década de 2000. As estimativas efetuadas deixavam antever esse decréscimo ainda que na segunda metade da década o envelhecimento das estruturas demográficas começasse a repercutir-se também na quebra do número de nados-vivos, sendo expectável uma redução da população escolarizável do município, conforme se evidenciava nos números previstos. Será importante referir que os valores à data considerados apenas refletiam a rede pública. Hoje pode-se concluir que existe um afastamento das projeções relativamente aos valores reais, claramente explicado pelo decréscimo da taxa de natalidade e aumento da taxa migratória verificada no município nos últimos anos que sustentou a estimativa.

A equipa técnica responsável pela primeira carta educativa tinha presente, em 2006, que o encerramento das escolas do 1.º CEB, muito marcadas pelo isolamento e baixo número de alunos, seria em breve uma realidade. E, nesse sentido, alertava para o problema que, certamente, a curto e médio prazo constituiria para as famílias e alunos. Naturalmente nasceram, quase de imediato, preocupações que consistiam na perceção da distância que os seus filhos teriam que percorrer e da dificuldade em comunicar e compreender as vantagens que adviriam da reorganização da oferta escolar, patente nas seguintes palavras: *“importa igualmente reter que a aceitação, por parte das famílias, da maior distância que os estudantes terão que percorrer até às escolas, implicará um esforço informativo acerca das vantagens que daí advirão, em termos de recursos e ambiente escolar, sendo, sem dúvida, compensatório relativamente às desvantagens imediatamente perceptíveis como a diminuição do tempo disponível fora da escola ou a perda de relação próxima entre a escola e a população, uma vez que a escola, na grande parte dos casos, se assume como o grande e às vezes único foco de informação cultural na aldeia.”* (CE, 2006).

O problema principal residia na ausência de infraestruturas de apoio e na consciência de que a *“a solução para as escolas isoladas e/ou com poucos alunos deverá passar por um projecto concertado, de reordenamento da rede escolar, com condições dignas e favoráveis ao processo de ensino/aprendizagem e com uma maior racionalização dos gastos públicos.”* Assim, procurou criar-se uma nuclearização territorial, ou seja, definir núcleos territoriais de forma a organizar e rentabilizar os equipamentos educativos. Para além desses aspetos, ainda havia a considerar a distribuição da população escolar que teria que ser feita de acordo com a distribuição geográfica dos alunos, atendendo a centralidade/acessibilidade e número de alunos, considerando que os tempos de deslocação previstos nunca ultrapassassem, em situações normais, os 15 minutos. Esta proposta de criação de núcleos territoriais não chegou a ser concretizada em virtude do encerramento das

escolas. Um conjunto de estabelecimentos de ensino EB1 foram suspensos em 2006/2007, como o de Cardais, o da Aricera, o de Balteiro, o de Contim, os de Gogim e Lapinha, o de Marmelal, o de Santiago, o de Santa Cruz e os de São Joaquinho, São Romão e Vacalar. Os restantes foram suspensos em 2012.

O cronograma que constava da primeira carta educativa previa, neste domínio da nuclearização, as obras em algumas escolas como sendo prioritárias, assinaladas mesmo com um alto nível de relevância. Em 2006, no âmbito do Quadro Comunitário em vigor (Quadro Comunitário, no que concerne ao Programa de Economia – Medida 2.5 – MAPE) reconhecia-se a possibilidade de candidatura, através da autarquia, para a obtenção de cofinanciamento em projetos nas vertentes da Utilização Racional de Energia e Energias Renováveis. A equipa técnica redatora da carta educativa de primeira geração contemplou a necessidade da reestruturação dos sistemas de aquecimento escolar para os estabelecimentos do 1.º CEB. Nesta perspetiva, pesavam-se as condições climáticas da região e o então sistema de aquecimento, muito insuficiente, das salas das escolas de 1.º Ciclo do Concelho, pelo que se justificava a preocupação e a intenção demonstrada pela Câmara Municipal de Armamar em avançar com uma candidatura nesse âmbito. O financiamento a requerer era elevado, onde se incluíam os valores de candidatura, projeto e assistência técnica. Foi então elaborado o estudo prévio necessário a esta candidatura. A questão do isolamento térmico também foi prevista ao nível do isolamento de portas e janelas, da colocação de mantas de lã de rocha no teto dos edifícios, diminuindo assim as perdas térmicas existentes.

5.4.3. Os 2.º, 3.º CEB e o Ensino Secundário.

No que diz respeito às projeções constantes na carta educativa para os 2.º e 3.º Ciclos do Ensino Básico existem bastantes similaridades com o 1.º CEB. O facto de se ter procedido à reestruturação administrativa das juntas de freguesia (2013), agregando algumas das mesmas de acordo com critérios de proximidade, deixou de fazer sentido falar-se em deslocalização dos alunos para outras freguesias vizinhas por ausência de equipamentos com resposta a estes graus de escolaridade na freguesia de residência. Comparando os dados reais com os dados projetados, conclui-se que era na zona rural que existia um menor desfasamento no que diz respeito às previsões então apontadas. Este facto justificava-se pela desconcentração continuada das grandes áreas urbanas para áreas próximas de menor densidade populacional, panorama que se tem assistido em Portugal nos últimos anos. Para as restantes freguesias, denotava-se um ligeiro desvio face às projeções apontadas na carta educativa, motivado pelo decréscimo da taxa de

natalidade, aumento da taxa migratória (fluxo de saída) e da taxa de mortalidade verificada no município nos últimos anos, e em determinado momento, acentuada pela crise económica que se viveu e repercutiu neste momento. Em termos de intervenções previstas, a primeira carta educativa nada em especial contemplava ao nível infraestrutural, não obstante se terem vindo a realizar algumas intervenções de âmbito de conservação e manutenção no edifício onde continuam a funcionar o 2.º e 3.º CEB.

5.5. ALTERAÇÕES NO SISTEMA EDUCATIVO PÚBLICO ENTRE OS ANOS LETIVOS 2015/2016, 2017/2018 e 2021/2022.

A análise comparativa do número de alunos matriculados nos equipamentos educativos do município de Armamar revela uma diminuição do número de crianças afetas à Educação Pré-Escolar desde os anos letivos 2015/2016 a 2022/2023, pronunciando-se ligeiramente no ano letivo de 2019/2020, registando-se em todos os níveis de escolaridade um crescimento negativo. No 1.º CEB, inversamente, foi identificado um decréscimo da população escolar em igual período (-18,45%), para o qual contribuiu a redução dos quantitativos escolares dos restantes níveis, e o exame da evolução do número de alunos dos 2.ºCEB permitiu também identificar uma tendência generalizada de decréscimo, com -27,77%, no caso do 3.º CEB registou-se -32,66% e no Ensino Secundário verificou-se -22,60%.

Nas dinâmicas educativas presentes no município de Armamar, a mobilidade assume muita importância, pois as mudanças operadas, bem como a passagem a um novo regime, acompanhadas por um incremento do número de espaços letivos, quer na educação pré-escolar, quer no 1.ºCEB, por vezes recorrendo à reconversão de salas ou à construção de edifícios, estão na origem de uma significativa transformação das dinâmicas escolares de determinados setores do território entre estes dois momentos. Assim, convém esclarecer a importância que a análise da mobilidade escolar assume no atual contexto educativo, já que a sua interpretação poderá conduzir à criação de novos modelos de regulação do sistema educativo a uma escala local e, ainda, justificar opções tomadas aquando do processo de reorganização da rede escolar.

Em primeiro lugar, o interesse na análise dos fluxos escolares prende-se com o facto da regulação da oferta educativa, pública e privada, não se encontrar enquadrada por critérios claramente definidos, situação que por vezes conduz à aplicação de mecanismos de natureza diversa, onde além dos mecanismo de regulação institucionais surgem outros associados, nomeadamente: Ministério da

Educação vs Autarquia, Regulação Pública vs Setor Privado, Regulação do Ministério da Educação vs Encarregados de Educação. Por outro lado, e fruto dos condicionalismos impostos pela redução generalizada do número de alunos nas últimas décadas, tem vindo a observar-se uma alteração na lógica dos fluxos escolares que anteriormente era ditada pela oferta, mas, que de forma crescente, tem vindo a ser ditada pela procura, o que evidencia a necessidade em compreender a mobilidade dos alunos num dado território, ajustando a oferta à procura existente. Neste ponto, importa também salientar que a procura escolar do concelho de Armamar obriga a fluxos regulares com o mesmo destino, dada a oferta escolar.

Assim, a par da análise de outras variáveis, como seja a evolução dos quantitativos escolares e das projeções escolares e da necessidade de salas, assume contornos decisivos na definição das propostas de reorganização da rede educativa, que, em caso extremo pode ditar o encerramento ou continuidade de determinado estabelecimento de ensino.

Outra questão essencial no estudo da mobilidade da população escolar prende-se com a existência de processos informais de escolha dos estabelecimentos de ensino por parte de pais e encarregados de educação, não obstante a legislação recente nesta matéria. A análise dos artigos 10º e 11º do Despacho Normativo nº 6/2018 que estabelecem as prioridades na matrícula ou renovação de matrícula na Educação Pré-Escolar e no Ensino Básico vem demonstrar que, cada vez mais, existem restrições na escolha dos estabelecimentos de ensino da rede pública por parte de pais e encarregados de educação, embora este normativo defenda uma maior equidade no acesso ao ensino por parte de todos os alunos. Todavia, são amplamente conhecidas as estratégias adotadas por alguns estabelecimentos de ensino para cativarem, escolherem e manterem os seus alunos, facto que poderá justificar alterações na normal distribuição dos alunos, e explicar o incremento da população escolar num estabelecimento de ensino cujo projeto educativo seja reconhecido e consequente, esvaziamento de outro que lhe seja adjacente. No que respeita ao Agrupamento de Armamar, em todos os seus níveis (Pré-escolar, 1.ºCEB, 2.ºCEB, 3.ºCEB e Secundário) as alterações no padrão de mobilidade dos alunos ocorreram logo a seguir a 2006, aquando do encerramento das escolas do 1.ºCEB. Não obstante a maioria dos alunos residir nas zonas próximas deste equipamento educativo, aliás como seria expectável, verifica-se que em relação aos alunos que são provenientes de zonas mais distantes o padrão de distribuição não se alterou. Não foi necessário reestruturar a rede de transportes de forma a permitir que todos os alunos, com o menor impacto possível, fossem deslocados/transportados com segurança, conforto e com o menor índice de stress. Aliás, os reajustamentos realizados ficaram-se a dever apenas aos quantitativos escolares que, de ano para ano, apresentam alguma variabilidade, mantendo o padrão de distribuição. E, chegado o ano letivo 2017/2018, e a consequência das alterações produzidas pela

entrada em vigor de normativos legais respeitantes às matrículas e prioridades dos alunos à Educação Pré-Escolar e 1.º CEB, este padrão, mais uma vez, não sofreu alterações, pois os estabelecimentos de Ensino Pré-Escolar existentes mantiveram-se, quer no caso do Jardim de Infância público, quer no caso do Jardim de Infância privado.

Portanto, apesar da variabilidade que se registou nos anos letivos que se seguiram ao encerramento das escolas do 1.ºCEB, registou-se apenas a manutenção dos padrões de distribuição dos alunos, em todos os níveis de ensino, justificado pelo facto de não ter existido qualquer alteração na tipologia ou no regime de funcionamento, não existindo, assim, a introdução de qualquer fator externo que perturbasse a normal distribuição dos alunos.

6. PREVISÃO DE REORGANIZAÇÃO DA REDE ESCOLAR.

6.1. Princípios orientadores.

Os últimos anos têm sido fecundos em alterações no sistema educativo e a indispensabilidade da resposta a algumas das exigências têm vindo a traduzir-se numa transformação muito significativa do parque escolar, o que resultou, em muitos municípios, no encerramento de estabelecimentos de educação e na requalificação e/ou construção de equipamentos educativos, com especial incidência no 1.º CEB.

Em 2006, o município de Armamar assistiu ao encerramento de uma parte considerável dos estabelecimentos do 1.º CEB e às diferentes fases de constituição dos agrupamentos de escolas, mas tendo passado 17 anos letivos após a elaboração da primeira Carta Educativa de Armamar, impõe-se uma revisão do processo de reorganização da rede escolar que considere as transformações verificadas nas dinâmicas demográficas e socioeconómicas do concelho, e no sistema educativo, e que colmate as insuficiências detetadas, de modo a ajustar o parque escolar às necessidades atuais, mas, fundamentalmente, com a previsão a médio/longo prazo.

Numa fase em que já não existem estabelecimentos de ensino de 1.º CEB a funcionar com uma população escolar inferior a 21 alunos, no município de Armamar, recorde-se que essa foi a principal imposição colocada pelo Ministério de Educação para o encerramento de escolas e que foi a causa de grande parte das reorganizações das redes escolares municipais realizadas, impõe-se, evidentemente, o estabelecimento de critérios municipais a seguir para a definição das propostas de reorganização da rede escolar.

Ainda que, ao contrário de grande parte do território nacional, o município de Armamar apresente uma dinâmica escolar que pode ser considerada como muito

positiva e acima da média nacional, a redução da população escolar observada nos últimos anos letivos e as projeções para a próxima década, que apontam para uma contínua quebra de alunos, determinam que as propostas de reorganização da rede escolar se devem basear na reorganização dos estabelecimentos de educação e ensino existentes (ampliação, requalificação e reconversão), com vista à rentabilização dos espaços existentes, no quadro de uma racionalidade que se pretende dinâmica, gerindo mais eficazmente recursos que, como bens escassos que são, exigem alguma ponderação nas decisões a tomar, uma vez que os custos associados a uma má gestão têm efeitos duradouros e crescentemente elevados. Mas a necessidade de definir critérios municipais a seguir para a reorganização da rede escolar está também relacionada com a mudança no paradigma do planeamento educativo que se tem vindo a efetivar. Se, no período após 2003 (Decreto-lei n.º 7/2003, de 15 de janeiro), com a obrigatoriedade de realização da carta educativa, e, em particular, no período após 2005, na sequência do anúncio de financiamento comunitário, a reorganização da rede escolar apresentava um carácter fortemente centralizado, em função das normas ditadas pela tutela, no presente momento a filosofia da reorganização da rede escolar pode (e deve) assumir novos contornos, com o peso crescente dos municípios na escolha de um caminho próprio para a educação no seu território. Na realidade, a carta educativa criou condições para que os municípios se pudessem afirmar, pela primeira vez, como autores e participantes na reorganização da sua rede escolar, habilitando-os a encontrar soluções educativas locais, mas a verdade é que acabou por decorrer num quadro de forte regulação estatal, até porque o financiamento dos novos centros educativos dependia da aprovação do Ministério da Educação, pelo que se pode afirmar que existiu uma descentralização “controlada”.

Foi neste contexto que foram definidos pelos responsáveis políticos e técnicos do município de Armamar um conjunto de critérios municipais gerais e específicos orientadores do planeamento educativo, que manifestamente apresentam uma natureza muito distinta dos publicados nacionalmente, ainda que a reorganização da rede escolar dê cumprimento legal ao Decreto-lei n.º 7/2003, de 15 de janeiro, e às normas de planeamento educativo divulgadas posteriormente pelo Ministério da Educação.

CRITÉRIOS GERAIS:

- Cumprir a política educativa nacional, numa clara articulação entre as orientações do Ministério da Educação e as necessidades educativas locais;

- Potenciar as condições para garantir a liberdade de escolha da escola/projeto educativo para pais e/ou encarregados de educação ou, quando maiores, para alunos;

CRITÉRIOS ESPECÍFICOS:

- Reorganizar, sempre que possível, os estabelecimentos de educação e ensino, integrando a população escolar em escolas de maior dimensão procurando oferecer, à totalidade dos alunos do município, condições físicas e pedagógicas superiores e uma clara oportunidade a esses mesmo alunos;
- Procurar garantir uma sala e um docente por ano de escolaridade, indo ao encontro do que se deseja para a educação do século XXI;
- Estabilizar as trajetórias escolares, salvaguardando a razoabilidade nas deslocações das crianças na tripla vertente, conforto/segurança e distância a percorrer e duração do percurso, para evitar que os alunos percorram, diariamente, grandes distâncias e percam um tempo excessivo em viagens;
- Diminuir o isolamento, possibilitando a socialização entre alunos e a interação entre alunos e professores;
- Gerar dimensão crítica que assegure a formação de cidadãos conscientes, interventivos, criativos e inovadores e a criação de uma comunidade mais aberta e informada, através de todos os meios ao seu alcance e com a colaboração dos pais e/ou encarregados de educação e da comunidade;
- Rentabilizar os recursos humanos e materiais disponíveis, procurando articulações e complementaridades;
- Qualificar o parque escolar, procurando a melhoria das condições de vivência escolar e a qualificação das aprendizagens;
- Permitir a cobertura da totalidade da população a escolarizar nos diferentes níveis de ensino, desde a educação pré-escolar ao ensino secundário, nas suas diferentes modalidades;
- Integrar os diferentes níveis de ensino, procurando que os alunos complementem a escolaridade básica no mesmo agrupamento de escolas ou nas escolas responsáveis pela respetiva sequencialidade;
- Reduzir as assimetrias existentes no território municipal, minimizando uma possível diferenciação negativa entre as zonas com carácter periférico e as zonas urbanas;
- Contribuir para o processo de planeamento e ordenamento do território;

Além destes critérios, tem sido defendida uma lógica de proximidade e qualidade nos estabelecimentos de educação pré-escolar, na tentativa de manter o maior número possível em funcionamento, e apenas de qualidade nos estabelecimentos, em especial nos do 1.º CEB., embora os encerramentos, neste caso, apenas se possam justificar pela evolução dos resultados demográficos e sempre numa lógica de melhoria das condições dos alunos. A definição e apresentação da proposta de reorganização da rede escolar do município de Armamar obedece ainda, naturalmente, aos parâmetros reguladores emanados pelo Ministério da Educação que têm vindo a ser seguidos no nosso país nos últimos anos e que têm como objetivo central a criação de condições de igualdade de acesso a um ensino de qualidade para todos os alunos. De acordo com o artigo 15.º do Decreto-lei n.º 7/2003, de 15 de janeiro, o ordenamento da rede escolar deve, considerando o disposto nos artigos 37.º a 41.º da LBSE, e a Recomendação 4/2011, de 26 de Abril, publicada em Diário da República n.º 80/2011, Série II de 2011-04-26, estruturar-se em função dos seguintes princípios gerais:

- a) Consideração da educação pré-escolar como primeira etapa da educação básica;
- b) Sequencialidade entre os diferentes ciclos do ensino básico, de acordo com o definido na Lei de Bases do Sistema Educativo, como elemento propiciador do cumprimento, com sucesso, do percurso da escolaridade obrigatória, e como reconhecimento de que este percurso se deve efectuar, de preferência, numa única escola ou AE;
- c) Expressão territorial da rede educativa, entendida como a distribuição dos estabelecimentos dos diferentes níveis de educação e de ensino, de acordo com a divisão administrativa do País, tendo em atenção factores resultantes das características geográficas do território, da densidade e da idade da população a escolarizar, do nível de educação e ensino em questão e da necessidade de assegurar a racionalidade e complementaridade das ofertas. Com base nestes princípios gerais, o mesmo diploma legal define no seu artigo 16.º que o ordenamento da rede escolar deve contribuir para os seguintes objetivos:
 - a) Garantia do direito de acesso de todas as crianças e alunos aos estabelecimentos de educação pré-escolar e dos ensinos básico e secundário;

- b) Superação das situações de isolamento e de quebra de inserção socioeducativa das crianças e alunos, prevenindo a exclusão social;
- c) Garantia de uma adequada complementaridade de ofertas educativas;
- d) Garantia da qualidade funcional, arquitetónica e ambiental dos estabelecimentos de educação pré-escolar e de ensino;
- e) Desenvolvimento de formas de organização e gestão dos estabelecimentos de educação pré-escolar e de ensino mais eficazes, especialmente através da conclusão do processo de AE e de autonomia da sua gestão;
- f) Adequação da oferta de recursos e racionalização da sua distribuição, com vista ao estabelecimento e à distinção daqueles que, pelas suas características e natureza, devam ser comuns a uma determinada área geográfica, para que melhor sejam partilhados por todos os estabelecimentos dessa mesma área. Para atingir estes objetivos, o referido diploma legal estabelece, no seu artigo 17.º, que o ordenamento da rede escolar deve respeitar, entre outros, os seguintes parâmetros técnicos:
 - a) Tipologia de estabelecimentos de educação pré-escolar e de ensino públicos, em cada momento definidos e caracterizados;
 - b) Modalidades de agregação entre os estabelecimentos de educação pré-escolar e os dos diferentes ciclos do ensino básico, no sentido do aprofundamento do processo de constituição de agrupamentos de escolas;
 - c) Caracterização dos edifícios e de outras infraestruturas educativas, bem como do mobiliário e demais equipamentos, em função do tipo de escola, do número de alunos, das exigências pedagógicas e dos padrões de qualidade e de funcionamento definidos;
 - d) Dimensão padrão dos estabelecimentos de educação pré-escolar e de ensino, por forma a estabelecer os limiares mínimo e máximo das crianças e alunos utentes de cada jardim-de-infância, escola do ensino básico, escola do ensino secundário e AE, tendo em atenção

as idades de quem os frequenta e a especificidade dos diferentes níveis de educação e de ensino ministrados em cada um;

- e) Dimensão padrão e características dos quadros de pessoal, docente e não docente, de cada estabelecimento de educação pré-escolar e de ensino ou AE, tendo em atenção a especificidade das ofertas educativas.

Temos, assim, duas perspetivas de análise: uma claramente local, que reflete as questões de índole territorial do município de Armamar e que não ignora as diferentes características físicas e dinâmicas humanas observadas nas diversas freguesias que integram o território municipal, com o peso do carácter periférico ou da alta densidade populacional a ganhar contornos decisivos em alguns territórios, e uma outra que pretende adotar as linhas uniformizadoras que o Ministério da Educação tem procurado para a rede escolar nacional, definidas de modo muito centralista - *top-down*.

Além destes conceitos base, a definição e apresentação da proposta de reorganização da rede escolar do município de Armamar considera, ainda, questões básicas ao nível do ordenamento e planeamento do território, como a morfologia, a rede viária, a rede de transportes públicos, as dinâmicas demográficas e socioeconómicas, a rede de estabelecimentos de educação e ensino e respetivas ofertas educativas, as projeções da população escolar, as áreas de influência, os fluxos e a distância-tempo dos percursos dos alunos casa-escola.

Ainda que a análise das condicionantes naturais assuma frequentemente um papel determinante, uma vez que são responsáveis por algumas fronteiras e alguns dos estrangulamentos existentes, neste caso particular estas variáveis exercem uma interferência pouco ou nada significativa. Por sua vez, a dinâmica demográfica mantém o papel de destaque, tendo sido fundamental fazer a avaliação dos quantitativos e das características da população e do povoamento no tempo presente, mas sobretudo determinar os seus quantitativos e projetar as suas características futuras, com o objetivo de definir cenários para as diversas atividades públicas e privadas. A definição e apresentação da proposta de reorganização da rede escolar do município de Armamar refletiu no passado, e continua a refletir, no projeto educativo local em construção, a visão dos responsáveis políticos relativamente ao domínio da Educação no território municipal, para o qual este documento é uma parte integrante e essencial. Naturalmente, a definição e apresentação de uma proposta de reorganização da rede escolar para o município de Armamar só se torna possível após o diagnóstico do sistema educativo municipal, o qual inclui o conhecimento da evolução recente da oferta e procura educativa, a realização de estimativas relativas às necessidades da oferta e procura educativa

para os próximos anos letivos, bem como a identificação das debilidades e potencialidades do sistema educativo municipal. Por isso, a definição e apresentação de uma proposta de reorganização da rede escolar para o município de Armamar exigiu ainda uma discussão com a presença da totalidade dos agentes educativos, em especial os responsáveis políticos e técnicos do município e o Conselho Municipal de Educação (CME).

6.2. Estratégia de intervenção.

De acordo com os princípios orientadores enunciados, a proposta de reorganização da rede escolar pública do município de Armamar assenta, para a Educação Pré-Escolar, na manutenção dos estabelecimentos (eventual reorganização das salas perante o acréscimo de alunos oriundos da imigração), enquanto o número de crianças inscritas constituir uma dimensão capaz de assegurar o seu funcionamento, sendo indicados os equipamentos educativos de acolhimento, para quando a frequência diminuir para números inferiores aos que são pedagogicamente recomendados. No caso do Ensino Pré-Escolar, a média de alunos por turma situa-se nas 21 crianças. Todo o processo de disponibilização de espaços para a frequência universal das crianças de 3, 4 e 5 anos que tem vindo a ser defendido e implementado pelo poder central, deverá, no caso do território municipal de Armamar, continuar a ser equacionado e monitorizado no quadro das projeções da natalidade, de modo a que não se venha a observar a curto prazo, uma oferta superior à procura.

Para o 1.º CEB, embora o limite mínimo para o funcionamento de um estabelecimento de ensino de 1.ºCEB seja de 21 alunos – o valor médio de alunos por turma presentemente é de 19 alunos por turma –, a proposta de reorganização da rede escolar pública do município de Armamar não aponta, de forma alguma, para a hipótese de encerramentos ou de reorganização dos equipamentos educativos que não cumpram os requisitos necessários para garantir uma sala e um professor por ano de escolaridade, premissa em que deve assentar a criação de condições materiais adequadas às atuais exigências pedagógicas, à promoção do sucesso escolar e ao combate ao abandono escolar, por um lado, e proporcionar a imprescindível igualdade de oportunidades na frequência escolar, por outro lado. Lembre-se que uma parte considerável dos estabelecimentos educativos do 1.º CEB foram encerrados em 2006, aquando da reforma operada, e os restantes em 2012.

Portanto, o centro escolar de Armamar acolhe uma população escolar e possui um número de salas de aula que permite, no limite, a constituição de turmas independentes em cada ano de escolaridade. Todavia, assume-se desde já que será

observado e monitorizado o funcionamento do centro escolar nas circunstâncias atuais, e qualquer alteração exigirá a elaboração e a implementação de um projeto educativo próprio, em que todos os agentes serão chamados a participar. A jeito de conclusão, importa lembrar que embora o diagnóstico da oferta e procura escolar seja referente ao ano letivo 2022/23, a base mais sólida para a definição das propostas de reorganização da rede escolar pública contempla também o ano letivo de 2023/24. Tendo em consideração as opções autárquicas para a organização das unidades educativas, cuja delimitação obedece a critérios que visam a continuidade e a coesão territorial, mas, sobretudo o melhoramento da ação pedagógica, baseados no percurso e fluxo dos alunos, apresentam-se as sugestões de intervenção e reorganização da rede escolar pública do município de Armamar, organizadas por nível de ensino e de acordo com os estabelecimentos de ensino existentes no território municipal:

Ações Estratégicas	Níveis de Ensino					Escolas			
	Pré-Escolar	1.ºCEB	2.ºCEB	3.ºCEB	E. Secundário	Jardim de Infância de Armamar	Escola Básica José Manuel Durão Barroso, Armamar.	Escola Básica e Secundária Gomes Teixeira	
Estimular e apoiar estrategicamente o ensino articulado da música para todos os alunos do 1º CEB,		•							
Alargar o ensino da Música aos alunos do Pré-escolar do concelho.	•					•			
Melhorar a componente de apoio à Família aumentando as respostas sociais, em tempo de férias para os alunos até aos 10 anos.	•	•							
Oferecer transportes escolares gratuitos a todos os alunos do concelho, tentando adaptar os circuitos de acordo com o número de alunos, num menor tempo de transporte.	•	•	•	•	•	•	•	•	
Garantir a gratuidade das refeições a todos os alunos do Pré-Escolar e do 1.º CEB.	•	•				•	•		
Implementar o Ensino Profissional no AE, no garantindo a formação dos jovens, atraindo mais alunos e contribuir para a colmatação das necessidades do mercado de trabalho.					•			•	

Ações Estratégicas	Níveis de Ensino						Escolas	
	Pré-Escolar	1.ºCEB	2.ºCEB	3.ºCEB	E. Secundário	Jardim de Infância de Armamar	Escola Básica José Manuel Durão Barroso, Armamar	Escola Básica e Secundária Gomes Teixeira, Armamar
Procurar implementar o “dia da profissão”, levando os alunos a conhecer o mundo de trabalho,				•	•		•	•
Possibilidade de apresentar candidaturas para a requalificação dos estabelecimentos escolares.								
Cedência dos espaços desportivos ao AE de Armamar.	•	•	•	•	•	•	•	•
Gabinete de acompanhamento e inclusão dos alunos, famílias e comunidades.	•	•	•	•	•	•	•	•
Articular toda a agenda cultural do Município com o projeto educativo e plano de atividades anual dos estabelecimentos de ensino do concelho.	•	•	•	•	•	•	•	•
Criação de uma linha online com intuito de acolher sugestões, reclamações, ou duvidas dos alunos e comunidade educativa.	•	•	•	•	•	•	•	•
Procurar parcerias de gemação entre vilas e/ou cidades para acolher alunos em regime de intercâmbios.				•	•			•
Utilização de novos espaços tecnológicos e experimentais, com incentivo ao empreendedorismo e responsabilidade social.	•	•	•	•	•	•	•	•
Promover nos estabelecimentos de ensino do concelho um serviço de qualidade, promovendo o bem-estar dos alunos, em parceria com a comunidade escolar e as diversas entidades locais (sociais, culturais e económicos) com o intuito de captar os alunos do concelho e da restante região.	•	•	•	•	•	•	•	•

7. INTERVENÇÕES E INVESTIMENTO NA REDE ESCOLAR DO MUNICÍPIO.

Considerando as propostas de reorganização referidas no ponto 6. importa referir que algumas das intervenções mencionadas serão realizadas a curto prazo e já se encontram previstas no plano de investimentos da autarquia, ainda em que diferentes estádios de maturação ou execução. As intervenções previstas refletem-se principalmente nos equipamentos afetos à Educação Pré-Escolar, 1.ºCEB, 2º e 3º CEB e Secundário. Com base na informação disponibilizada pela Câmara Municipal de Armamar relativamente ao planeamento de escolas a intervencionar entre 2024 e 2025, é possível antever um investimento total de cerca de 5.365.740,83€ de acordo com o projeto e o caderno de encargos apresentado pela autarquia.

Em termos de prioridades, a autarquia identifica a requalificação do edifício principal (Escola Básica e Secundária) reabilitação e eficiência energética como sendo a intervenção mais urgente, seguida das obras de conservação e melhoramento da estanquidade e a conservação do edifício escolar, aquisição de mobiliário e equipamento de cozinha. Numa posição de segunda ordem de prioridade encontram-se os arranjos e obras nos logradouros e espaços exteriores, seguida de uma intervenção na cantina e cozinha (sobretudo nos equipamentos) e, por fim, obras de ampliação.

Tipo de intervenção	Estabelecimento de Ensino	
	2024	2025
Ampliação	•	•
Requalificação do Edifício Escolar	•	•
Logradouros e espaços exteriores		•
Requalificação de cozinhas	•	•
Reabilitação energética	•	•
Estanquidade	•	•
Equipamento de cozinha e mobiliário	•	
Áreas exteriores e polidesportivo	•	

(CMS)

Perante a necessidade da requalificação das infraestruturas do AE de Armamar, a Câmara Municipal definiu um projeto de intervenção que considera como prioritário. Em grande medida, a degradação natural das infraestruturas do edifício da escola-sede e das suas dependências exigem atenção, considerando que este nunca foi alvo de obras estruturantes, pelo que apresenta pontos críticos que carecem de resolução urgente, considerando que têm impacto direto nas condições de segurança, acessibilidade, eficiência energética e conforto, e influência indireta, na rentabilização de recursos materiais e humanos e no sucesso educativo dos alunos. Em sintonia com o programa de modernização dos estabelecimentos de ensino secundário iniciado pelo Ministério da Educação e após o processo de transferência de competências para o município, operado com o Decreto-Lei n.º 21/2019, as obras de requalificação e modernização das instalações da Escola Básica e Secundária Gomes Teixeira, Armamar, revestem-se de extrema importância para toda a comunidade educativa, tendo como principais objetivos interromper o ciclo de degradação geral dos edifícios que compõem a escola, corrigindo os problemas de construção existentes e melhorando as condições de adaptabilidade, segurança e acessibilidade e conforto.

O município pretende proceder a uma efetiva reabilitação das instalações escolares, promovendo a sua modernização, de forma a dar resposta aos desafios que atualmente se colocam à escola. A intenção é assegurar a adequação do espaço escolar, tendo em conta as exigências decorrentes da organização e dos currículos do ensino secundário, que implicam, nomeadamente, uma maior flexibilidade na oferta curricular, uma diversidade de práticas pedagógicas, o acesso a centros de recursos, o reforço do ensino experimental de ciência e tecnologia, e a utilização de tecnologias de informação e comunicação, incluindo a criação de um auditório. Considera-se ainda fundamental potenciar a abertura da escola à comunidade, bem como a existência de espaços acessíveis e inclusivos para pessoas portadoras de deficiência. As soluções apresentadas deverão ser duradouras e eficientes, ao nível da construção e equipamento, de modo a reduzir os custos de gestão e de manutenção. A zona de intervenção encontra-se situada na zona urbana de Armamar, inserida numa área total de 5.184,00 m². Considere-se ainda 11584 m² de área de intervenção nos espaços desportivos exteriores e do polidesportivo.

A estrutura organizacional do edifício e suas dependências assenta num modelo constituído por "monobloco", sendo composta por um conjunto de vários espaços, designadamente uma área destinada a portaria junto da entrada principal da escola, um corpo destinado a área administrativa e social, e aulas com dois pisos, dois blocos de aulas com dois pisos, um pavilhão desportivo, refeitório e sala de convívio com um piso. As ligações entre o edifício do corpo administrativo e o espaço de aulas, são garantidas por percursos em galerias abertas e cobertas. Para além da

entrada principal localizada junto à portaria, o recinto da escola dispõe de uma outra entrada secundária, junto do pavilhão desportivo.

No domínio construtivo, o conjunto edificado dispõe de uma boa base estrutural, apresentando no entanto patologias de ordem conceptual, nomeadamente relativas a pontes térmicas decorrentes de deficiências ao nível dos isolamentos das coberturas, caixilharias sem o adequado isolamento térmico e acústico e falta de sistema adequado de aquecimento, bem como patologias relativas ao desgaste natural de perto de trinta e cinco anos de utilização, sem ter tido até à data, obras significativas de melhoria ou requalificação por parte do Ministério da Educação. A estrutura edificada da escola é constituída por um conjunto de espaços, com diferentes valências. No corpo administrativo da escola, encontram-se as áreas destinadas à direção, secretaria, sala de professores, espaço polivalente de atividades, salas de aulas, áreas auxiliares de apoio e de outros serviços. No conjunto dos dois blocos com dois pisos, encontram-se instalados os laboratórios, as salas de aulas, as salas de informática. Existe ainda um bloco com um só piso destinado a refeitório e a sala de convívio. A estratégia de intervenção consiste na requalificação da escola deverá incidir em todo o conjunto edificado, centrando-se na melhoria do seu desempenho funcional, privilegiando ainda a melhoria da eficiência energética.

Finalmente, prevê-se ainda a designada operação de construção do Pavilhão Gimnodesportivo de Armamar. A operação que se estima em 3 037 697,59€ Eur. preconizada consiste na Requalificação/Construção do Pavilhão gimnodesportivo de Armamar. É uma construção em pré-fabricado com cobertura em amianto. O município de Armamar pretende dignificar o equipamento (Pavilhão Gimnodesportivo) de forma a que a comunidade escolar de Armamar, possua todas as condições necessários para o desenvolvimento das suas atividades desportivas. O elevado estado de degradação em que se encontra o atual pavilhão gimnodesportivo, construído no ano de 1978, levou a que o Município de Armamar no uso das suas competências, aposta-se como prioridade a melhoria das condições na área da educação, designadamente no que toca as atividade relacionadas com o desporto. A operação tem como objetivos:

- Requalificação/modernização do equipamentos educativos na área da educação do ensino básico e secundário da escola EBS Gomes Teixeira de Armamar;
- Promoção do acesso e de incremento do sucesso escolar com a melhoria geral das condições de ensino e de aprendizagem.

A Operação é composta por uma única componente: "construção do pavilhão gimnodesportivo de Armamar". O equipamento desportivo terá uma dimensão de

44x25m, é classificada como Instalações Desportivas de Base Formativa, está inserido em Espaço Escolar. É concebido para que nele se pratique vários tipos de desporto: andebol, basquetebol, futsal, voleibol, badminton, ginástica, judo, ténis de mesa, entre outros.

7.1. A Carta Educativa no PDM.

O disposto no Decreto-lei n.º 21/2019, de 30 de janeiro, nomeadamente no objetivo número 5 inscrito nas Disposições Gerais, concretiza o Decreto-lei n.º 7/2003, de 15 de janeiro, refere que a Carta Educativa deve garantir a coerência da rede educativa com a política urbana do município. Sendo que enquanto instrumento de planeamento de âmbito educativo no plano territorial em que se inscreve, a Carta Educativa deve acompanhar o Plano Diretor Municipal (PDM). Assim, considera-se que o PDM, relativamente aos edifícios e equipamentos educativos a localizados ou a localizar no concelho, de forma a auxiliar na tomada de decisões estratégicas no que concerne à política educativa concelhia. Sendo que o PDM deve explanar toda a informação relativa ao impacto que os equipamentos educativos, novos ou existentes, exercem sobre a rede de equipamentos existente ou prevista no território concelhio. Por sua vez, o número 4 do artigo 76.º do Decreto-lei n.º 80/2015, de 14 de maio, na sua atual redação, reitera a necessidade de articulação do PDM com a Carta Educativa uma vez que “a elaboração de planos municipais obriga a identificar e a ponderar os programas, os planos e os projetos, com incidência na área em causa, considerando os que já existam e os que se encontrem em preparação, por forma a assegurar as necessárias compatibilizações”.

No caso concreto de Armamar e considerando que nos anos últimos anos letivos a oferta de equipamentos de ensino da rede escolar pública no concelho de Armamar é constituída apenas pelo AE Gomes Teixeira, formado por um Jardim de Infância, uma Escola Básica do 1.º Ciclo José Manuel Durão Barroso e por uma Escola Básica e Secundária Gomes Teixeira, Armamar, estando estes três equipamentos estão situados no mesmo recinto na sede de concelho (Av. Gomes Teixeira), seguindo assim a estratégia, também seguida por muitos dos municípios do interior, de concentrar a rede de equipamentos escolares na sede de concelho. Podemos, desta forma, afirmar que a estratégia considerada pela Carta Educativa de 2.ª Geração foi a de manter a rede de equipamentos escolar existente na mesma localização e sem necessidade de ampliação dos edifícios que a constituem, com base na conclusão de que essa disposição, organização e funcionamento da rede de equipamentos escolares assegura uma cobertura satisfatória da procura escolar e uma oferta educativa de qualidade e está adequada à dinâmica populacional verificada no concelho. Consequentemente a proposta de 2.ª revisão do PDM, reflete na organização e qualificação do uso do solo a proposta da Carta Educativa de 2.ª Geração, ou seja, de manter a localização da rede de equipamentos escolares com os mesmos edifícios e no mesmo local. Em concreto, a proposta de 2.ª revisão

do PDM qualifica todo o solo, onde esses equipamentos se localizam, como Espaços de equipamentos, sendo essa uma categoria que integra a classe de solo urbano e a que é preconizada pelo Decreto Regulamentar n.º 15/2015, de 19 de agosto, como sendo a que deve enquadrar os recintos dos equipamentos escolares, conforme a própria denominação indica. Relativamente às acessibilidades ao recinto do agrupamento de escolas, a proposta de 2.ª revisão do PDM considera que a atual rede viária que lhe serve de acesso é adequada a essa função, quer em modo rodoviária quer em modo pedonal, pelo que não é feita qualquer proposta de criação/ remodelação das vias existentes.

Em resumo, considera-se que as propostas de ordenamento para a rede de equipamentos escolares na 2.ª revisão do PDM de Armamar, foram pensadas e devidamente articuladas com a Carta Educativa da 2.ª geração, na observância das exigências legais atrás referidas, não sendo necessário prever ou enquadrar a implantação de novos equipamentos escolares em Unidades Operativas de Planeamento e Gestão ou constituir-se reservas de solo para o efeito, uma vez que não está previsto a construção de novos equipamentos escolares ou a realocação dos existentes.

8. INTERVENÇÃO PARA O SUCESSO ESCOLAR E COMBATE AO ABANDONO ESCOLAR.

8.1. O (in)sucesso escolar e o papel dos agentes educativos.

A discussão e preocupação sobre o insucesso escolar ganhou relevo na nossa sociedade, desde a massificação do ensino, deixando de ser encarado como um problema isolado, da responsabilidade do aluno que não consegue transitar de ano, mas como um fenómeno social que atinge proporções cada vez mais significativas. Trata-se de um fenómeno com um carácter massivo e constante nos vários níveis de ensino e presente nas instituições escolares de múltiplos países (Benavente e Correia, 1980). É do conhecimento geral que se assume como insucesso que qualquer entidade que não consegue atingir os objetivos a que se propôs, ou quando não os alcança no tempo previsto.

Em dezembro de 1987, sob pressão da Integração europeia, surgiu um programa oficial cujo tema central era o insucesso escolar, afirmando-se este tema como um problema do sistema de ensino que exigia uma intervenção urgente. A Resolução do Conselho de Ministros de 10 de dezembro de 1987 aprovou um Programa Interministerial de Promoção do Sucesso Educativo (PIPSE). Volvidas três décadas, apesar de muito ter sido conseguido, o assunto mantém-se nas preocupações dos profissionais da Educação, desde a administração central aos professores. Por isso, recentemente, no quadro das orientações de política educativa definida no

Programa do XXI Governo Constitucional, nas Grandes Opções do Plano 2016-2019 e na Resolução do Conselho de Ministros n.º 23/2016, de 24 de março, foi criado o Programa Nacional de Promoção do Sucesso Escolar. O programa assenta no princípio de que são as comunidades educativas quem melhor conhece os seus contextos, as dificuldades e potencialidades, sendo, por isso, quem está melhor preparado para conceber planos de ação estratégica, pensados ao nível da escola, com o objetivo de melhorar as aprendizagens dos alunos. Embora o sucesso escolar seja condicionado por fatores internos e externos, o papel da escola é crucial, considerando-se que a colaboração e responsabilidade da comunidade a nível local e regional são essenciais à construção do sucesso escolar e ao compromisso com o ensino e a valorização das aprendizagens (o que vem ao encontro de tudo o que tem vindo a ser desenvolvido no contexto do sistema educativo do município). Com este programa a tutela assumirá um papel de apoio às escolas e aos docentes, com especial enfoque na dinamização de planos de formação contínua dirigidos quer à conceção dos planos quer à sua implementação, disponibilizando apoio específico a medidas que se revelem essenciais na melhoria do trabalho pedagógico em sala de aula. Assim, pretende reforçar-se o papel da escola, dos seus profissionais e da comunidade, das entidades formadoras, dos formadores e de outros agentes de intervenção comunitária na promoção do sucesso escolar, na valorização da aprendizagem, num esforço continuado de resposta a um dos mais sérios entraves ao progresso na qualificação dos portugueses e na redução das desigualdades.

Por sua vez, numa abordagem positiva, o sucesso escolar é entendido como o sucesso do aluno certificado pela escola. Segundo Perrenoud (2003), a ideia de sucesso escolar poderá ser entendida em dois sentidos: se de certa forma poderá estar associada ao desempenho dos alunos, na medida em que estes obtêm êxito e satisfazem perante as normas de excelência escolar e progridem nos cursos, por outra, influencia o sucesso de um estabelecimento de ensino ou, até mesmo de um sistema educativo no seu conjunto, assistindo-se ao que o autor designa por moda das escolas efetivas e 9ª publicação das listas de classificação das escolas, assistindo-se a um escrutínio pela sociedade. São considerados bem-sucedidos os estabelecimentos de educação ou os sistemas educativos que atingem os seus objetivos ou os que atingem melhores resultados que os outros. Uma das situações relaciona-se com o facto de a reputação de um determinado estabelecimento estar, por vezes, associada ao rigor da seleção realizada aquando da inscrição dos alunos, promovendo-se, dessa forma, as desigualdades de acesso.

Portugal, e uma vez que os alunos tendem a frequentar a escola correspondente à sua área de residência, ainda não é um país onde existam estas práticas discriminatórias no ensino público, pelo menos em municípios de menor dimensão. No entanto, sabe-se que existem escolas situadas em zonas mais privilegiadas e que tendem a acolher alunos social e culturalmente favorecidos, enquanto por sua vez,

existem outras que se situam em zonas desfavorecidas, tendo um número bastante elevado de alunos por vezes em risco de abandono escolar. Este é um dos motivos pelos quais, e tal como afirma Perrenoud (2003), não se podem comparar estabelecimentos de ensino sem considerar um conjunto de fatores, que a investigação tem mostrado que influencia o sucesso escolar dos alunos, sendo que alguns deles fogem do controlo da escola, como por exemplo o nível inicial dos alunos ou o seu contexto familiar e comunitário. É importante compreender-se que o insucesso escolar não é uma fatalidade e não depende em exclusivo dos alunos, sendo que as crianças não estão destinadas a serem boas ou más, tudo depende do funcionamento da escola e da sua interação com o meio social e com as características da própria criança. Neste sentido, quando se pensa no (in)sucesso escolar, é importante ter em conta três realidades: o aluno, o meio social e a instituição escolar. São vários os autores que referem que o insucesso escolar se encontra principalmente assumido ao nível da linguagem dos alunos, tanto na oralidade como na escrita e que as crianças mais penalizadas são, em geral, as provenientes das classes sociais desfavorecidas (Rebelo, 1990; cfr. Dias, 2010). É nesta linha de pensamento que se introduz o conceito de capital cultural dos alunos, associado às famílias e comunidades de onde são provenientes, ou seja, o sucesso está mais garantido quando na família se encontram as perceções, orientações, disposições, valores e hábitos culturais que numa fase seguinte são rentabilizados pela escola (Bourdieu e Passeron, 1964; Bourdieu, 1979; Bourdieu, 1980; Bourdieu, 1997; Araújo, 1987; cfr. Almeida et al., 2005; Bonamino et al, 2010). De acordo com a análise de Martins (1993), verificou-se que são os grupos étnicos que têm as maiores taxas de insucesso, seguindo-se por ordem decrescente das taxas de insucesso os filhos dos trabalhadores agrícolas, operários, empregados dos serviços, patrões, quadros médios e, por último, os filhos dos quadros superiores e profissões liberais. Há variações de acordo com a tipologia criada, mas invariavelmente a tendência é esta (Dias, 2010). Nesse sentido, o sucesso escolar tem dependido, em grande parte, do apoio direto e sistemático da família às crianças, compensando tanto dificuldades individuais como dificuldades escolares. Estas famílias são, em geral, famílias dotadas de recursos económicos e culturais, dentro dos quais se destacam o tempo livre e o nível de escolarização da mãe, expressos neste conceito de capital cultural. A família que está por detrás do sucesso escolar, salvo exceções, ou conta com uma mãe/pai em tempo integral ou uma “super mãe”/“super pai”, no caso daquelas(es) que trabalham muitas horas exercendo o papel de professor(a) dos filhos em casa, ou contratando professores particulares para as chamadas explicações. Os alunos oriundos de um contexto social e cultural mais desfavorecido são aqueles com maior propensão a um desempenho escolar abaixo do espetável (Conselho Nacional de Educação, 2015). Verifica-se que os alunos cujos pais (em particular a mãe) possuem um menor nível de habilitações escolares tendem a atribuir ao seu fraco

desempenho escolar a falta de capacidades, no entanto, tal não sucede com os demais alunos cujos pais possuem um nível de habilitações de Ensino Secundário e/ou Ensino Superior (Garcia et al., 1998, Ribeiro, 2000; Ribeiro et al., 1999; cfr. Dias, 2010; Conselho Nacional de Educação, 2015). Existem diversos estudos que corroboram com a ideia de que o contexto familiar em muito contribui para o sucesso escolar dos alunos, na medida em que as crianças e jovens são influenciados pela comunidade que os rodeia (Cordeiro et al., 2016). O nível socioeconómico das famílias acarreta enormes influências no desempenho escolar dos alunos e a construção social de papéis de homens e de mulheres é o principal responsável para as diferenças de desempenho entre alunos de sexo feminino e masculino. Não sendo apenas o sexo o responsável pela prestação do aluno, mas sim a conceção que este vai criando do mundo, Saavedra (2001) dá como exemplo as diferenças de classificação entre rapazes e raparigas nas disciplinas de português e educação física. Se na primeira são os alunos do sexo feminino que apresentam classificações mais altas, na segunda são os alunos do sexo masculino quem têm um melhor desempenho. No seu estudo é referido que este facto é muitas vezes condicionado pela perceção dos alunos acerca do que são as disciplinas de homem e de mulher, considerando-se, por exemplo, que a leitura é uma tarefa mais feminina e o desporto uma tarefa mais masculina, despertando uma certa desmotivação dos alunos para determinadas atividades.

Ainda no mesmo estudo é demonstrado que quanto maior a condição social da família menor é a diferença entre rapazes e raparigas e, segundo a autora, este facto deve-se às referências que as crianças e jovens têm no seu seio familiar, sendo as diferenças entre homens e mulheres mais esbatidas, na medida em que os licenciados apresentam trabalhos semelhantes, enquanto os operários, por exemplo, têm tendencialmente tarefas destinadas para cada género. Considera-se que, através da parceria entre a família e a escola, seria possível aumentar o sucesso escolar, sobretudo nos casos de crianças em desvantagem social, portadoras de características especiais e/ou bilingues (imigrantes). Para a concretização destas medidas poderão ser criadas políticas de trabalhos de casa, de participação dos pais na tomada de decisões educacionais na escola, de financiamento adequado da escola e de padrões de desempenho escolar e docente (National Education Goals Panel, 1995; Epstein, 1996, cfr. Carvalho, 2000).

É nesta perspetiva que sabemos que a aproximação das famílias à escola não só melhorará o sucesso escolar, como poderá ser uma forma de tornar a escola num veículo muito importante para uma participação ativa da população, neste caso dos pais e encarregados de educação, na sociedade. Se os pais se sentirem integrados na escola, se participarem no processo de ensino-aprendizagem dos filhos, sentir-se-ão capazes e motivados para participar em assuntos sociais. Porém, as estratégias de sucesso escolar não dependem apenas das famílias, mas sim, e segundo Martins

(1993, cfr. Dias, 2010), pela alteração de mentalidades aqueles que fazem a política da educação e pelo(a): ação educativa do professor; direção (pedagógica e administrativa) da escola/agrupamento; planeamento e política educativa municipal, assumir que a escola não deve reproduzir a sociedade, mas democratiza-la; alteração/adequação dos conteúdos programáticos às diferentes populações escolares; contemplar da heterogeneidade dos alunos que entram na escola; alteração dos processos de avaliação, a qual deve ter efeitos pedagógicos e certificar o grau de conhecimentos de forma não comparativa nem eliminatória; melhoria dos processos pedagógicos e de funcionamento do sistema de ensino, quer na prática da sala de aula, quer na organização escolar; assumir que não se podem deixar alunos para trás, sendo a repetência de evitar; maior participação e envolvimento dos professores. E finalmente, há a considerar que a estrutura do currículo escolar, os manuais escolares, os métodos de avaliação, a qualidade dos espaços e equipamentos escolares, a formação e estabilidade do corpo docente, bem como a dimensão das escolas e das turmas em muito influenciam o sucesso escolar (Formosinho, 1987; Roazzi e Almeida, 1988, cfr. Ribeiro et al., 2006).

Bem se sabe que ainda existem muitos pais com dificuldade em se aproximarem da escola, muitas vezes devido à sua baixa escolarização e às diferenças culturais e linguísticas. No entanto, a escola deve criar mecanismos que potenciem a aproximação das famílias às escolas e ao sucesso escolar, não desistindo de o fazer e planear atendendo às causas desse afastamento. Como afirma Perrenoud (2003), a escola deve, sob o risco de ser fortemente questionada, assegurar o sucesso do maior número de alunos, não importando em que classe nem em que tipo de estabelecimento, por isso pode ser falacioso pensar que a resolução dos grandes problemas de ensino poderá ser equacionada sem a participação racionalizada dos professores, sendo estes atores fundamentais nas estratégias de envolvimento e implementação das políticas e projetos educativos.

É imperioso acompanhar a evolução das políticas educativas e debater publicamente os alicerces do sistema educativa, analisando sua capacidade em promover o sucesso escolar e garantir a equidade e a igualdade de oportunidades. No atual contexto, importa reter que o sucesso das políticas educativas implica uma perspetiva abrangente das causas – exógenas e endógenas – do insucesso e abandono e uma intervenção articulada que responda às necessidades e vontades da procura escolar (Álvares e Calado, 2014).

8.2. Avaliação interna e avaliação externa: comparação (2021/22).

As diferentes metodologias aplicadas nas duas modalidades de avaliação das aprendizagens podem apresentar resultados escolares diferenciados. O ideal passaria pela igualdade de critérios e de classificação em ambos os casos, mas isso nem sempre se proporciona atendendo às particularidades de cada uma. A tendência apresentada pelos estabelecimentos de ensino do município de Armamar expressa o que tem acontecido em muitas das escolas do país: uma diminuição da nota média das provas finais ou exames nacionais (3.º CEB e Secundário) relativamente à nota da frequência. Ou seja, a classificação externa é inferior à classificação interna.

Entre a primeira carta educativa e a que atualmente se encontra em renovação, ocorreram importantes alterações no sistema de exames que, em 2016, teve como resultado o fim das provas finais do 1.ºCEB e 2.ºCEB, passando os alunos a prestar provas de aferição. O Ministério da Educação decidiu substituir, desta forma, as provas finais que se realizavam, até então, no 4.º e no 6.º anos, mantendo a obrigatoriedade em fazer provas finais a Português e Matemática. O novo modelo integrado de avaliação externa das aprendizagens no Ensino Básico explicava que os processos de aferição deveriam realizar-se antes da conclusão de cada ciclo, abrangendo todas as áreas do currículo, de modo a poder agir atempadamente sobre as dificuldades detetadas. Estas provas de aferição são realizadas no final do ano letivo e têm aplicação obrigatória e universal. A administração central sublinha a importância das dinâmicas de avaliação para a melhoria das aprendizagens e o sucesso escolar dos alunos.

A análise dos resultados do pré-escolar demonstram uma franca evolução em todos os grupos e em todas as áreas de conteúdo, pelo que os resultados foram muito positivos. Os alunos realizaram todas as aprendizagens significativas, tendo sido cumpridos plenamente os objetivos traçados. No aproveitamento registou-se o nível de Bom. Detetaram-se algumas dificuldades em alguns alunos, que foram devidamente encaminhadas e beneficiaram de medidas de suporte à aprendizagem e à inclusão. Em contexto de sala de aula, desde logo, foram implementadas estratégias para a melhoria do processo de ensino-aprendizagem, como a realização de trabalho individualizado para melhoria das capacidades de comunicação e realização, para aumentar a confiança e a capacidade em concluir com sucesso as tarefas, para a promoção de atividades que desenvolvam a autonomia, para estimular e desenvolver a autoestima e os comportamentos favoráveis à aquisição de aprendizagens, para a utilização de estratégias que visam o desenvolvimento das capacidades de comunicação e consciência fonológica, trabalho colaborativo e motivação para a realização das atividades diárias, para incrementar a cooperação com os Encarregados de Educação, para reforçar o trabalho colaborativo entre as

equipas educativas de modo a melhor articular os conteúdos e promover atitudes positivas face à vida do Jardim de Infância.

No 1.º CEB, o aproveitamento foi muito positivo, tendo os alunos adquiridos as competências essenciais por área curricular e para cada ano de escolaridade. Os alunos do quarto ano adquiriram as competências essenciais de final de ciclo com amplo sucesso. É certo que alguns alunos mostraram mais dificuldades, pelo que foi feita uma análise para descodificar os motivos na raiz das mesmas, concluindo-se que os principais consistem no crescente grau de dificuldade dos conteúdos, os reduzidos hábitos de trabalho e estudo, a falta de concentração motivada por cansaço físico e emocional, a complexidade do currículo, o pouco apoio familiar, imaturidade e falta de autonomia. Há, no entanto, a realçar, que algumas destas dificuldades foram colmatadas pela ação dos docentes.

Nos 2.º e 3.º CEB, os resultados são de nível muito elevado (bom/muito bom). No 2.º CEB, as quatro turmas (2 para o 5.º ano e 2 para o 6.º ano), atingiram resultados elevados nas disciplinas de Português, Português, Português Língua Não Materna, História, Geografia, EMRC, TIC, E. Visual e Educação Tecnológica. Por isso, as quatro turmas apresentaram no final do ano letivo 2021/22 menções no aproveitamento de Muito bom e Bom, tendo transitado todos os alunos avaliados.

No 3.º CEB, apesar de ser notória uma quebra nos resultados, praticamente a totalidade das turmas apresenta menções no aproveitamento de Bom. As disciplinas que registaram níveis inferiores a três foram a Matemática e a Físico-química.

QUADRO 100 – SUCESSO ESCOLAR DOS ALUNOS DO 1.ºCEB, EM 2021/22.

Disciplinas	Alunos	Taxa de Insucesso	Taxa de Sucesso
Português	138	4,3%	95,7%
Inglês	63	3,2%	96,8%
Matemática	138	3,6%	96,4%
Estudo do Meio	138	-	100,0%
Educação Física	138	-	100,0%
Educação Artística	138	-	100,0%
Apoio ao Estudo	75	1,3%	98,7%
Oferta Complementar TIC	75	-	100,0%

(CMA; AEGTA)

QUADRO 101 – SUCESSO ESCOLAR DOS ALUNOS DO 2.ºCEB, EM 2021/22.

Anos	N.º Alunos	Sem níveis <3		1 nível <3		2 níveis <3		3 níveis <3		4 níveis ou + <3	
5.º Ano	41	30	73,2%	10	24,4%	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%
6.º Ano	43	35	81,4%	8	18,6%	1	2,3%	0	0,0%	0	0,0%
Total	84	65	77,4%	18	21,4%	1	1,2%	0	0,0%	1	1,2%

(CMA; AEGTA)

QUADRO 102 – SUCESSO ESCOLAR DOS ALUNOS DO 3.ºCEB, EM 2021/22.

Anos	N.º Alunos	Sem níveis <3		1 nível <3		2 níveis <3		3 níveis <3		4 níveis ou + <3	
7.º Ano	47	31	66,0%	8	17,0%	4	8,5%	3	6,4%	0	0,0%
8.º Ano	45	41	91,1%	4	8,9%	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%
9.º Ano	44	30	68,2%	9	20,5%	4	9,1%	0	0,0%	0	0,0%
Total	136	102	75,0%	21	15,4%	8	5,9%	3	2,2%	0	0,0%

(CMA; AEGTA)

QUADRO 103 – SUCESSO ESCOLAR DOS ALUNOS DO ENSINO SECUNDÁRIO, EM 2021/22.

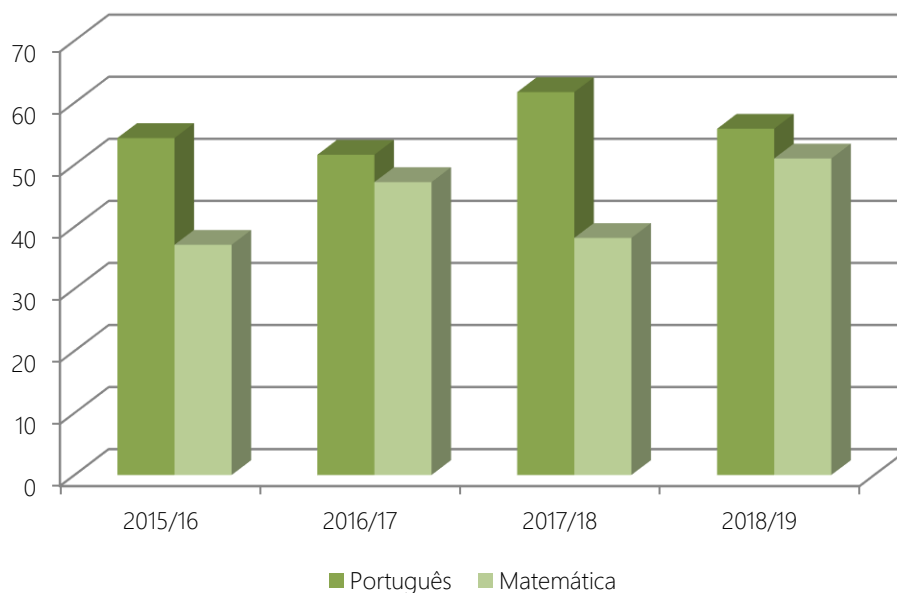
Anos	N.º Alunos	Sem classificações <10		classificações <10 mas >7		classificações <8	
10.º CT	14	9	64,3%	4	28,6%	1	7,1%
10.º LH	12	9	75,0%	6	50,0%	0	0,0%
11.º CT	14	14	100%	0	0,0%	0	0,0%
11.º LH	15	14	93,3%	1	6,7%	0	0,0%
12.º CT	22	22	100%	0	0,0%	0	0,0%
12.º LH	11	11	100%	0	0,0%	0	0,0%
Total	88	79	89,8%	11	12,5%	1	1,1%

(CMA; AEGTA)

QUADRO 104 – TAXA DE SUCESSO NO ENSINO BÁSICO E SECUNDÁRIO, ENTRE 2018/19 E 2021/22.

Média, por disciplina, nas provas de exame do ensino básico e secundário																						
3.ºCEB					Ensino Secundário																	
					Filosofia				Biologia e Química		Geografia		MACS		Matemática				História			
					Português		Matemática		Geologia		A		A				Português		A		A	
ANOS	N	OU	N	OU	N	OU	N	OU	N	OU	N	OU	N	OU	N	OU	N	OU	N	OU		
2018/19	77,0	61,9	60,0	55,4	9,8	8,5	10,7	10,2	10,0	8,1	10,3	9,3	11,0	11,3	11,8	11,5	13,5	0,0	11,5	8,7		
2019/20	-	-	-	-	13	14,1	14	13,6	10,0	8,1	13,6	12,1	9,5	9,4	12,0	11,2	13,3	11,1	13,4	17,4		
2020/21	-	-	-	-	12,2	9,7	12,0	12,4	9,8	11,2	10,7	11,7	10,7	12,7	12,0	12,2	10,6	8,5	12,9	15,1		
2021/22	55,0	52,28	45,0	42,2	11,1	---	10,8	11,6	11,7	13,9	11,6	11,5	10,5	12,5	10,9	11,6	11,9	13,5	12,3	13,8		

(CMA; AEGTA)

FIGURA 72 – RESULTADOS DOS EXAMES DO 3.ºCEB, ENTRE 2015/16 E 2018/19.**QUADRO 105 – RESULTADOS DE ACESSO AO ENSINO SUPERIOR.**

		Concurso nacional de acesso (1ª fase)															
Apresentaram candidatura	Média	2021/2022		2020/2021		2019/2020		2018/2019		2017/2018		2016/2017		2015/2016		2014/2015	
	2016 a 2022	30	94%	26	81%	27	84%	26	96%	19	83%	22	81%	23	100%	19	90%
Não foram colocados	11,5%	2	6%	6	19%	5	16%	1	4%	4	17%	5	19%	0	0%	2	10%
Colocados na 1ª opção	53,6%	16	53%	12	46%	15	56%	11	42%	10	53%	16	73%	12	52%	4	21%
Colocados na 2ª opção	27,5%	6	20%	8	31%	8	30%	13	50%	5	26%	4	18%	4	17%	8	42%
Colocados na 3ª opção	11,1%	4	13%	2	8%	2	7%	1	4%	2	11%	2	9%	6	26%	5	26%
Colocados na 4ª opção	3,9%	2	7%	2	8%	1	4%	1	4%	1	5%		0%		0%	2	11%
Colocados na 5ª opção	2,9%	1	3%	2	8%	1	4%		0%	1	5%		0%		0%		0%
Colocados na 6ª opção	1,1%	1	3%		0%		0%		0%		0%		0%	1	4%		0%
Opção Média de colocação	1,78	1,97		2,00		1,70		1,69		1,84		1,36		1,91		2,26	

(CMA; AEGTA; ME)

8.3. Transições, retenções e desistências.

As transições e retenções surgem, no atual modelo de avaliação nacional, como o culminar do processo de avaliação anual do aluno. Consoante a classificação que lhe é atribuída, quer pela modalidade de avaliação interna, quer pela conjugação desta com a avaliação externa, o aluno progride ou fica retido relativamente ao ano de escolaridade e também, se for o caso, no ciclo a que corresponde o ano letivo que se encontra a finalizar. Esta decisão expressa-se pelas menções de *transitou* e *não transitou* no final de cada ano de escolaridade, ou *aprovado* e *não aprovado* no final de cada ciclo.

Apesar das diferenças dos critérios de classificação e dos requisitos para aprovação (art.º 13.º do Despacho Normativo n.º 13/2014, de 15 de setembro e art.º 18.º da Portaria n.º 243/2012, de 10 de agosto), quer no Ensino Básico, quer no Ensino Secundário, o alcance de classificações positivas é essencial para a transição/conclusão de ano de escolaridade. Assim, para o ensino básico é estabelecida a classificação inferior ao nível 3 como potencial de retenção e, por isso, fator de menor sucesso escolar (numa escala entre 0 e 5). No Ensino Secundário esse limite é limitado nos 10 valores (numa escala entre 0 e 20). Todavia, e mais concretamente no ensino básico existe uma diferenciação no peso das disciplinas para a efetivação da retenção, sendo dada maior importância a Português e Matemática. A questão das retenções parece apresentar alguma controvérsia, com principal destaque para as implicações que podem ter na construção de percursos de sucesso. Indo ao encontro do referido ao nível da contextualização teórica, a aparente preocupação com as consequências de uma retenção nas crianças, expressa nos n.ºs 3 e 4 do art.º 12º do Despacho Normativo n.º 13/2014, de 15 de setembro, impedindo as reprovações no 1º ano do 1º CEB e a possibilidade de, embora ficando retido, o aluno continuar integrado na turma que frequentava no ano letivo anterior, parece desvanecer no artigo seguinte do mesmo diploma legal quando se afirma que *“a retenção em qualquer um dos ciclos do ensino básico implica a repetição de todas as componentes do currículo do respetivo ano de escolaridade”*. No Ensino Secundário este processo parece mais simples e de maior flexibilidade, na medida em que se verifica uma certa facilidade na continuação do plano curricular, tendo apenas o aluno de repetir a disciplina em que não transitou. Existe ainda a possibilidade, à semelhança do ensino básico, de obter aprovação à disciplina através do processo de prova de equivalência à frequência.

Esta diferenciação no Ensino Secundário, quando se abordam as questões do insucesso escolar, pode não trazer grandes diferenças na modelação dos alunos marcados pelo insucesso, uma vez que esses repetem as disciplinas sem qualquer alteração de planos de trabalho individuais. Aliando-se a outros fatores, o desinteresse criado pela escola associado ao insucesso e retenção pode levar a um

abandono precoce do sistema de ensino. Assim, o abandono escolar precoce tem-se constituído como um dos indicadores do insucesso escolar, tendo também origem em fatores como os baixos recursos económicos que obrigam à saída dos alunos do sistema de ensino para a procura de trabalho.

QUADRO 106 – TAXA DE RETENÇÃO OU DESISTÊNCIA DOS ALUNOS MATRICULADOS NO ENSINO BÁSICO E ENSINO SECUNDÁRIO, POR ANO LETIVO E DE ESCOLARIDADE, EM ARMAMAR.

Ciclo/anos		2019/20	2020/21	2021/22	2022/23
1.ºCEB	1.º ano	0	0	0	0
	2.º ano	5,7	0	0	0
	3.º ano	0	0	3,6	2,5
	4.º ano	0	0	2,9	0
Total		5,7	0	1,4	2,5
2.ºCEB	5.º ano	0	0	0	0
	6.º ano	0	2,4	0	0
Total		0	2,4	0	0
3.ºCEB	7.º ano	0	4,3	2,1	0
	8.º ano	0	4,7	0	0
	9.º ano	2,3	0	0	0
Total		2,3	1,5	0,7	0
Secundário	10.º ano	0	0	3,4	0
	11.º ano	9,8	5,9	0	0
	12.º ano	14	4	0	0
Total		5,6	1,8	1,1	0

(AEPJRS; DGEEC/ME-MCTES ; Infoescolas, Estatísticas)

8.3.1. O 1.º Ciclo do Ensino Básico.

O 1.º Ciclo do Ensino Básico é o nível de ensino que habitualmente apresenta as maiores taxas de transição. Tal ocorrência poderá estar relacionada com o facto de se tratar do primeiro contacto com a educação formal, em que os conteúdos lecionados são ainda de pouca complexidade e/ou com a monodocência, que pode permitir um trabalho de proximidade garantindo, assim, um maior acompanhamento dos alunos, ajudando-os de forma mais eficaz no processo de ensino-aprendizagem. No município de Armamar, esta premissa verificou-se no ano letivo 2020/21 com o registo de uma taxa de transição/conclusão plena e, nos restantes, o indicador revela resultados superiores a 90%, reforçando a posição dianteira do 1º Ciclo. O 1º ano de escolaridade é aquele que apresentou a plena taxa

de transição fruto do imposto por regulamento legal, evitando as reprovações no início do percurso escolar. Porém, no ano letivo de 2019/20, essa medida pode ter tido repercussão num aumento das retenções dos alunos no 2º ano de escolaridade, uma vez que as lacunas na aprendizagem acumuladas desde o ano de escolaridade anterior não foram colmatadas pelo avanço no nível de escolaridade nem pelo acompanhamento dos colegas que ingressaram no sistema de ensino no mesmo momento. No entanto, essa retenção logo no 2º ano acabou por ser importante para as novas lógicas de apoio ao sucesso que foram equacionadas. A partir deste ano de escolaridade e desde de 2019/2020 tem-se assistido a uma taxa de transição quase plena ao longo dos restantes anos do 1º Ciclo.

QUADRO 107 – TAXA DE TRANSIÇÃO/CONCLUSÃO (%), NÍVEL DE ENSINO, CICLO DE ESTUDOS, ANO DE ESCOLARIDADE, EM ARMAMAR.

Anos Letivos	Ensino Básico				
	1.º Ciclo				
	Total	1.º Ano	2.º Ano	3.º Ano	4.º Ano
2019/20	98,6	100	94,3	100	100
2020/21	100	100	100	100	100
2021/22	98,6	100	100	96,4	97,1
2022/23	99,3	100	100	97,6	100

(AEPJRS; DGEEC/ME-MCTES ; Infoescolas, Estatísticas)

8.3.2. O 2.º Ciclo do Ensino Básico.

O 2º CEB apresentou uma taxa de sucesso muito elevada face ao 1º CEB. Os resultados foram de 100, no ano letivo de 2019/20. Apenas em 2019/20 é se registou 97,5%. O 5.º ano evidencia, no período em análise, resultados de 100% das transições e o 6.º ano só no ano letivo de 2021/22 registou 97,5%.

QUADRO 108 – TAXA DE TRANSIÇÃO/CONCLUSÃO (%), NÍVEL DE ENSINO, CICLO DE ESTUDOS, ANO DE ESCOLARIDADE, EM ARMAMAR.

Anos Letivos	Ensino Básico		
	2.º Ciclo		
	Total	5.º Ano	6.º Ano
2019/20	100	100	100
2020/21	98,8	100	97,5
2021/22	100	100	100
2020/21	100	100	100

8.3.3. O 3.º Ciclo do Ensino Básico.

O 3º CEB é o nível de ensino que apresenta as percentagens de transição mais baixas no período em análise, em especial entre os anos letivos 2019/20 e 2021/22 e 2018/19, ainda que o valor médio se situe acima dos 95%. Assim, para o 7.º ano a média de transições situa-se nos 98,4%, para o 8.º ano nos 97,3% e para o 9.º ano nos 96,4%. Até ao ano letivo de 2022/23 nenhum dos anos letivos, o 3.ºCEB apresentou para todos os anos de escolaridade valor de plena conclusão, com 99,3%, e o mais baixo registou-se em 2020/21, com 96,9%. Neste ciclo, apenas no ano letivo 2022/23 se assistiu ao pleno resultado. Em relação ao 9.º ano, no que se refere aos resultados médios totais registados, o município de Armamar apresenta uma elevada proficiência desde 2020.

QUADRO 109 – TAXA DE TRANSIÇÃO/CONCLUSÃO (%), NÍVEL DE ENSINO, CICLO DE ESTUDOS, ANO DE ESCOLARIDADE, EM ARMAMAR.

Anos Letivos	Ensino Básico			
	3.º Ciclo			
	Total	7.º Ano	8.º Ano	9.º Ano
2017/18	99,2	100	100	97,7
2018/19	96,9	95,7	95,3	100
2019/20	99,3	97,9	100	100
2020/21	100	100	100	100

(AEPJRS; DGEEC/ME-MCTES ; Infoescolas, Estatísticas)

8.3.4. O Ensino Secundário.

Os dados que possuímos referentes às transições, retenções e desistências revelam genericamente uma taxa de sucesso elevada. Porém, há que assinalar que existem assimetrias entre o 10.ºAno e o 12.ºAno, em que o sucesso dos resultados é superior no 12.º Ano. A análise dos resultados neste indicador permite com alguma facilidade distinguir duas ocorrências: uma que exprime uma degradação dos resultados no 10.º ano quando comparados com o 12.º Ano, situação insinua a presença de dificuldades no início do percurso do Ensino Secundário; e uma segunda ocorrência que mostra o aplainamento dos resultados, numa evolução positiva, que sugere o sucesso das práticas e metodologias pedagógicas implementadas, dado que nos últimos dois anos letivos, o 12.º Ano registou o pleno

sucesso na conclusão do Ensino Secundário, ainda que o 10.º e 11.º ano não o tenham alcançado.

QUADRO 110 – TAXA DE TRANSIÇÃO/CONCLUSÃO (%), NÍVEL DE ENSINO, CICLO DE ESTUDOS, ANO DE ESCOLARIDADE, EM ARMAMAR.

Anos Letivos	Ensino Secundário			
	Total	10.º Ano	11.º Ano	12.º Ano
2017/18	94,4	100	90,2	86
2018/19	96,7	100	94,1	96
2019/20	98,9	96,6	100	100
2020/21	100	100	100	100

(DGEE(AEPJRS) ; DGEEC/ME-MCTES ; Infoescolas, Estatísticas)

8.4. Recomendações.

Os dados aqui apresentados revestem-se de uma grande importância para o estabelecimento de estratégias que visem a transformação do município de Armamar enquanto território educativo, e, por isso, não se poderia deixar de incluir uma análise final dos indicadores do sucesso escolar, fulcrais para a dinâmica educativa do território, numa lógica de promoção de percursos pessoais, escolares e profissionais de sucesso do cidadão municipal.

Uma carta educativa, enquanto peça do Projeto Educativo Local, deve equacionar que a sua abrangência estende-se para lá da escola, obrigando ao planeamento de diferentes momentos de aprendizagem, com as diferentes estruturas, e será igualmente certo que se a escola não assumir na sua missão um conjunto de mudanças, colocando os alunos e a sua aprendizagem no centro do processo, (trans)formando-os também em agentes de mudança e oferecendo novas competências, as alterações que se ambicionam não surgirão, pelo que é esta entidade a chave da equidade social e da construção de percursos de sucesso para todos. O sistema de ensino tem sido alvo de críticas e mudanças constantes, levando até por vezes a uma descrença por parte da comunidade, aspeto para o qual a carta educativa deve contribuir de forma construtiva e diferenciadora, envolvendo e valorizando os diferentes agentes do território na procura de estratégias para a sua melhoria. Assim, para o aperfeiçoamento e melhoria dos resultados dos alunos e respetivo desenvolvimento de competências, o papel do professor deverá ser valorizado e reforçado, devendo este ser encarado por todos (e até por si próprio) como profissional do conhecimento no território, com toda a valorização e

responsabilidade que essa função deve exigir. No entanto, a análise dos resultados escolares não pode surgir como uma avaliação de docentes, mas antes como a premissa de identificar os comportamentos dos alunos ao nível dos seus resultados, indicando necessidades nas quais o município deverá investir estrategicamente, para que se desenvolvam estratégias que os apoiem no seu dia-a-dia.

Em síntese, há várias mudanças que a carta educativa poderá e deverá refletir como estratégias, continuando a alterar culturalmente realidades que deverão vir a alterar os resultados educativos e que, no caso de Armamar, deverá assumir-se como o momento seguinte a todo o trabalho que tem vindo a ser desenvolvido pelos diferentes atores do território:

CONHECER OS ALUNOS: é importante que se criem e planeiem práticas que contemplem os interesses dos envolvidos, em particular dos alunos, de forma a partir de si e dos seus conhecimentos, valorizando-os e enriquecendo-os nos diferentes níveis de ensino, bem como o seu capital cultural (pessoal, familiar e de comunidade).

AUMENTAR O NÍVEL DE TRABALHO EFETIVOS DOS ALUNOS NAS ESCOLAS, CRIANDO CIDADÃOS AUTÓNOMOS, RESPONSÁVEIS E ATIVOS: atendendo ao tipo de metodologias utilizadas pelas escolas, parece ser evidente que os alunos trabalham pouco nos estabelecimentos de ensino, uma vez que, normalmente, ouvem o professor na escola e, só depois, praticam em casa, onde não têm ajuda para o processo, nem sabem como e o que fazer para superar as suas dúvidas, estando a aprendizagem muito dependente do professor. Assim, importa criar estratégias e momentos de aprendizagem em que os alunos possam ser ativos nesse processo.

ALTERAR AS PRÁTICAS DE ENSINO, CRIANDO ESPAÇOS PARA OS ALUNOS PENSAREM E CONSTRUÍREM LIVREMENTE E DE FORMA ATIVA O SEU CONHECIMENTO: ainda que seja uma metodologia necessária em alguns momentos, uma vez que mesmo as estratégias mais ativas não dispensam alguns momentos de transmissão de conteúdos, tem-se observado uma dependência por parte de muitos professores no que se refere ao “dar a matéria”, ou seja, à necessidade de falarem sobre todos os assuntos do currículo, privilegiando maioritariamente metodologias tradicionais de ensino, não querendo isto dizer que os alunos pensem e exercitem os conhecimentos que daí deviam advir. Atendendo ao perfil dos alunos e ao desígnio de uma escola para todos, é essencial que se desenvolvam metodologias mais ativas que, em contextos formais de aprendizagem, os coloquem a pensar e a construir ativamente o seu conhecimento.

CONSTRUIR HORÁRIOS ESCOLARES EM FUNÇÃO DAS APRENDIZAGENS

PRETENDIDAS: o critério para escolha das diferentes disciplinas e horários escolares dos alunos, normalmente, não parece ser pensado em função das aprendizagens pretendidas para os diferentes momentos do dia e da turma, nem atendendo à sua composição ou às estratégias já definidas para implementação. A própria integração de atividades físico-motoras e culturais no seio dos horários letivos mostram melhorias efetivas no contexto do sucesso.

DIVERSIFICAR OS INSTRUMENTOS DE AVALIAÇÃO: os métodos e instrumentos de avaliação utilizados para quantificar a aprendizagem dos alunos internamente nas escolas devem ser diversificados, articulados e partilhados entre diferentes escolas e disciplinas, uma vez que a avaliação é maioritariamente escrita (testes e exames), valorizando apenas os alunos que conseguem expressar os seus conhecimentos por esta via.

AUMENTAR A PARTICIPAÇÃO DOS ALUNOS NOS PROCESSOS DE TOMADA

DE DECISÃO: o processo de decisão é, quase sempre, unicamente dos professores, não sendo os alunos normalmente chamados a pensar em soluções com carácter decisivo nas escolas. Para motivar os alunos e fazer com que esses façam verdadeiramente parte da escola é importante que se sintam envolvidos e que existam mecanismos que fomentem este envolvimento e participação. Mais do que envolver os alunos na procura de soluções para a sua comunidade escolar, onde são parte ativa, estar-se-ão a formar cidadãos capazes de participar e decidir em sociedade.

REFORÇAR A IMPORTÂNCIA DO CONHECIMENTO: ainda que seja muito importante que a escola atue ao nível do saber-estar, saber-ser e saber-fazer, no âmbito de um projeto educativo o foco da escola deverá estar no aumento das competências ao nível do conhecimento, do saber-saber, pois os professores deverão ser profissionais do conhecimento e na escola os alunos devem encontrar diferentes espaços e estratégias de construção do mesmo, dando sentido ao conhecimento e às aprendizagens, abrindo-se ao seu território – uma escola sem muros.

AUMENTAR PRÁTICAS DE COLABORAÇÃO ENTRE DOCENTES: os professores parecem trabalhar sozinhos nas suas salas ou, em alguns casos, com um ou outro colega pontualmente. É importante que este agente de mudança e profissional do conhecimento tenha espaço e momentos em que valorize a reflexão entre pares e a procura de estratégias para os alunos, uma vez que uma turma tem

vários professores a pensarem pedagogicamente para ela. Estas estratégias devem ser partilhadas e articuladas entre todos os grupos, de preferência até de forma interdisciplinar, relacionando-se em momentos de trabalho e de avaliação.

APROXIMAR E ENVOLVER OS PAIS NA VIDA ESCOLAR: os pais e os encarregados de educação parecem afastar-se da escola, à medida que o nível de ensino aumenta, desconhecendo as opções e percursos dos seus filhos ou educandos. Ainda que possa não implicar a mesma frequência de ida à escola em todos os níveis de ensino, é importante que se criem estratégias adequadas às suas necessidades e que aproximem os pais das respetivas realidades escolares, ajudando-os e envolvendo-os na procura de percursos de sucesso para os seus educandos. Importa que estes percebam que podem e devem participar, necessitando de (in)formação assertiva e adequada às suas características.

CRIAR ESPAÇOS TERRITORIAIS DE APRENDIZAGEM: a aprendizagem não deve estar confinada ao espaço formal de ensino e o território, através do planeamento a partir dos seus recursos (materiais e imateriais), devendo assumir-se como recurso educativo, sendo um meio e um fim de aprendizagem. É muito importante que os jovens tenham, cada vez mais, momentos diversificados de formação, que podem acontecer em diferentes espaços, aproveitando as mais-valias do território que envolve as escolas e associações, aumentando os seus conhecimentos sobre o mesmo e dando sentido às suas aprendizagens, olhando o global a partir do local e o local a partir do global.

Os resultados apresentados nesta análise deverão emergir como uma base para apoiar os diferentes agentes na construção e adaptação da sua ação, indo ao encontro das necessidades dos alunos e assumindo-se como o ponto de partida para a nova fase de implementação do plano de melhoria dos resultados, numa lógica de trabalho colaborativo. Num estudo global que permita uma procura de caminhos para o sucesso escolar, parece ser evidente que os resultados se situam maioritariamente a um nível médio-superior, facto que existe ao longo de todos os níveis de ensino. Este tipo de perfil de resultados, com a ausência de percentagem significativa em termos de valores de classificações altos, evidencia a necessidade de se criarem estratégias para todos os alunos, para que se possa solidificar aprendizagens e melhorar resultados de uma forma global.

No que se refere aos piores resultados, a disciplina de Matemática distingue-se como a área que reúne as médias mais baixas, e por isso merece estratégias claras de melhoria desses resultados. A disciplina de Português, ainda que com resultados quase sempre superiores a Matemática, merece igualmente especial atenção, na medida em que a literacia ao nível da oralidade, leitura e escrita é objeto de

avaliação mas, também, transversal a todas as disciplinas e, como tal, deverá continuar a ser reforçada.

Relativamente às retenções, o município de Armamar deverá assumir uma estratégia integrada de ensino, contribuindo para que sejam evitadas ao máximo, não pelo facilitismo por que algumas medidas parecem ser rotuladas, mas por um trabalho pedagógico adequado aquando da identificação das necessidades.

As estratégias deverão ser transversais, mas simultaneamente adaptadas às especificidades de cada ciclo de ensino, já que a análise a esse nível evidencia comportamentos diferentes das várias escolas dos agrupamentos. Por outro lado, deverão ser criadas estratégias para trabalhar com os pais, aproximando-os às respetivas escolas e, também, com grupos de risco (minorias) que, ainda que não sendo clara numa identificação na análise dos resultados, merecem trabalhos diferenciados, como é o caso das comunidades socialmente mais excluídas e em risco de exclusão.

Ao nível das estratégias de trabalho é importante que se criem e apoiem projetos piloto diferenciadores mas, também, que se estructurem estratégias para toda a comunidade escolar, aumentando assim a equidade nas aprendizagens dos alunos do território, uma vez que todos deverão ter acesso a um ensino de qualidade. Por outro lado, será importante criar ferramentas que apoiem os professores de forma individual, motivando-os na procura de estratégias de trabalho para que potenciem melhores aprendizagens por parte dos seus alunos. Este processo deverá contribuir para um aumento da atratividade de todo o território educativo, devendo ser estratégico e acordado entre os diferentes estabelecimentos a partir das necessidades encontradas.

9. VISÃO ESTRATÉGICA PARA A EDUCAÇÃO, FORMAÇÃO E DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO.

No atual contexto de globalização, de crescente concorrência e competitividade entre territórios pela captação de pessoas, empresas e turistas, é essencial identificar e valorizar as características específicas deste território, os seus recursos endógenos, no sentido de os reconhecer como fatores de diferenciação positiva e implementar estratégias que permitam superar os atuais desafios em matéria de desenvolvimento socioeconómico.

Esta breve reflexão estratégica permite a definição e articulação dos atuais pilares estruturantes/"clusters" para o desenvolvimento socioeducativo e socioeconómico do concelho de Armamar e que deverão estruturar a base económica das próximas décadas. Como atrás referimos, deverá ser considerada a possibilidade de incluir na

oferta escolar pública cursos de via profissionalizante, pelo que este reconhecimento encontra-se também articulado a outros planos estratégicos municipais como o planeamento estratégico em Educação e Formação.

C1 | TURISMO - nos seus mais variados segmentos (religioso, cultural, rural, de natureza, desportivo, sénior ou científico) é um dos vetores fundamentais do desenvolvimento do município de Armamar. A oferta turística é rica em espaços naturais e culturais, sendo a paisagem vinhateira (Douro – Património da Humanidade), com suas quintas, e as antiquíssimas aldeias com suas igrejas e paços senhoriais, os santuários e os espaços literários e de memória, os principais elementos potenciadores do turismo local. O seu valor paisagístico, aliado à história que ao longo dos séculos prestigiou a Vila de Armamar como sendo um local de tranquilidade e passeio, foram alguns dos aspetos tidos em conta para que fosse cada vez mais procurada pelas suas paisagens culturais. Neste contexto, a componente formativa e educativa do município assume um papel preponderante na preparação dos quadros técnicos e profissionais ao serviço das atividades de turismo e lazer (atividades profissionais ligadas à hotelaria e restauração), contribuindo através do capital humano, para o crescimento e prosperidade do setor.

C2 | INDÚSTRIA DA CONSTRUÇÃO CIVIL, ROCHAS E SERVIÇOS CONEXOS – o concelho de Armamar deve procurar posicionar-se na cadeia de valor alargada do setor da construção (que inclui todas as atividades a montante e a jusante) sendo responsável por muitos postos de trabalho e milhões de euros de volume de negócios. Este cluster, ao qual se acrescentam as possibilidades de emprego criadas como serviços de eletricidade, canalização, ladrilhar, cimentos exploração dos recursos minerais, como a extração ou trabalho com rochas ornamentais, serviços de projetistas, condução de obra, etc. caracteriza-se por um elevado nível de competências, pela exigência e rigor que os padrões nacionais e internacionais impõem a este mercado. Assim, é necessário procurar dar resposta às exigências deste mercado de trabalho, passando essa estratégia pela implementação e reorganização do ensino e da formação profissional, pelo fomento da inovação e a capacitação tecnológica do setor, bem como promover práticas de transferência de tecnologia. Podem ser implementados programas de ensino/formação profissional em tecnologias de informação e na área do “pensamento computacional”, promover da imagem do setor como um setor inovador e com potencial de crescimento junto dos jovens em idade escolar, disseminando práticas inovadoras e melhorando a atratividade do setor. E ainda devem ser criados grupos de coworking para a qualificação e formação do setor, promovendo o debate em torno das áreas críticas

para a valorização do potencial humano no setor. Dada a importância estratégica deste setor, a oferta formativa a ser criada, sendo direcionada a estas áreas mais tradicionais poderão trazer mais-valias para o crescimento do setor, aproveitando o “know-how” e equipamentos destas atividades. Deste modo, tornar-se-á decisivo o acompanhamento dos estabelecimentos de ensino (profissional) no sentido de requalificar a mão-de-obra em atividades baixas em tecnologia e baseadas na utilização dos recursos.

C3 | INDÚSTRIA METALOMECÂNICA/ MECÂNICA-AUTO - Armamar apresenta grandes potencialidades em torno das atividades da indústria metalomecânica e mecânica-auto. Ao nível da população empregada, os ramos de estruturas metálicas e construção em metal representam a maior percentagem de empresas. Aliás, entre as duas dezenas de empresas que mais empregam no município, duas dizem respeito a estas atividades. Neste contexto, deverá ser uma clara aposta o reforço da especialização do município na indústria metalomecânica e nas indústrias de serviços que lhe estão associadas, como oficinas e serralharias, áreas de atividade com tendência para o maior valor acrescentado dos seus produtos.

C4 | AGROINDÚSTRIA - A agroindústria é o conjunto de atividades relacionadas com a transformação de matérias-primas provenientes da agricultura, pecuária, aquicultura ou silvicultura. Em Armamar ganham destaque as atividades ligadas à fruticultura, vinicultura, hortifruticultura, mas também à cultura de frutos de casca rija, secos, e silvicultura. A importância deste setor é visível sobretudo ao nível das exportações, salientando-se que cerca de metade do volume de exportações em Armamar dizem respeito aos produtos das indústrias alimentares. As fileiras agroalimentares evidenciam cada vez mais potencialidades produtivas suscetíveis de uma diferenciação competitiva, quer ao nível interno, quer ao nível internacional. Efetivamente, a crescente valorização dos produtos tradicionais, expressa em políticas europeias, com a aplicação de instrumentos de certificação dos produtos tradicionais de qualidade, como a Denominação de Origem Protegida (DOP) ou a Indicação Geográfica Protegida (IGP), a par da crescente desconfiança e preocupação dos consumidores relativamente à qualidade dos bens alimentares, faz com que os produtos tradicionais registem, atualmente, um contexto de desenvolvimento extremamente favorável, existindo crescentes evidências do seu sucesso comercial. Armamar deverá, neste contexto, defender e promover: a salvaguarda dos saberes que asseguram a qualidade e a identidade dos produtos rurais; a certificação dos processos produtivos; o estímulo ao associativismo e geração de economias de escala; a promoção das qualificações e das condições de trabalho; o desenvolvimento de ações de formação para os trabalhadores; a

melhoria das condições de trabalho ao nível das infraestruturas, equipamentos e serviços de apoio à produção; a criação de valor acrescentado, através da criação de marcas fortes. Paralelamente, deverão ser feitos investimentos em marketing, branding e labeling, através da melhoria do design das embalagens dos produtos, apostando na promoção dos produtos e a sua integração em novos mercados e circuitos de comercialização. Para tal, a aposta na formação profissional em áreas como o controlo de qualidade alimentar, gestão de produção, gestão agrícola, enologia e atividades ligadas ao cultivo da vinha, manobreadores de máquinas agrícolas certificados, manutenção industrial, veterinária, produção animal deve ser um imperativo.

C5 | INDÚSTRIAS CULTURAIS E CRIATIVAS - As indústrias criativas são consideradas importantes para o desenvolvimento económico e social podendo contribuir para o reforço da competitividade dos territórios. A promoção de conteúdos culturais e artísticos permite o desenvolvimento de ações globais a nível local, desde que haja uma boa cobertura de comunicações. Tal facto possibilita a deslocalização de agentes e indústrias para territórios mais periféricos, sem com isso condicionar a sua competitividade. Armamar reúne a “atmosfera” ideal para a afirmação das indústrias culturais e criativas, dando-se destaque ao património cultural, às artes plásticas (pintura, conservação, restauro), ao audiovisual e às indústrias gráficas. Neste contexto, a aposta numa oferta formativa (profissional) direcionada a suprir as necessidades de formação neste setor deverá ser encarada como uma possível aposta estratégica do município. Importa também destacar que as competências nestas áreas podem desempenhar um importante papel na atração de investimentos e para a qualificação e ampliação das cadeias de valor.

C6 | SERVIÇO SOCIAL E ASSISTÊNCIA – No tempo e numa sociedade cada vez mais envelhecida, fruto da melhoria das condições de vida em geral, aumenta também a necessidade de prestação de serviços de qualidade a uma faixa etária caracterizada pela dependência e debilidade. Para tal é essencial que a sociedade prepare profissionais com as competências técnicas e humanas essenciais ao apoio e conforto a esta faixa etária tão sensível, promovendo o seu bem-estar e a sua autonomia. Assim os cuidados de Geriatria são cada vez mais uma necessidade, dado que em Portugal, a esperança média de vida aumentou cerca de 15 anos, nos últimos 50 anos: vivemos cada vez mais tempo, como se verifica na primeira parte deste documento. A conjugação deste fenómeno com uma reduzida taxa de natalidade, coloca o concelho de Armamar com uma taxa de envelhecimento elevada. Infelizmente, nem sempre este crescimento é acompanhado por uma resposta equivalente, sobretudo em número das Instituições Sociais prestadoras de

cuidados à pessoa idosa, o que representa uma oportunidade para os profissionais desta área. A prestação de cuidados especializados à pessoa idosa, que visam a preservação do bem-estar e da qualidade de vida, é uma área em franco crescimento na Europa e no resto do Mundo, efeito do aumento do tempo médio de vida das populações. Portanto, deve ser equacionada a possibilidade da abertura de uma vertente de ensino/formação profissional nesta área, como os cursos técnicos de auxiliar ou assistente operacional na área da geriatria, com o principal objetivo preparar adultos profissionais com competências para prestar cuidados de apoio direto a idosos, no domicílio e em contexto institucional, nomeadamente, lares e centros de dia, zelando pelo bem-estar físico, psicológico e social dos idosos, de acordo com as indicações da equipa técnica e os princípios deontológicos. Todavia, a dependência das IPSS neste mercado de trabalho pode contribuir para a baixa atratividade desta área profissional, pois as avaliações do desempenho dos colaboradores neste tipo de instituição têm demonstrado uma relação muito deficitária entre a exigência das tarefas (*preparar o serviço relativo aos cuidados a prestar, selecionando, organizando e preparando os materiais, os produtos e os equipamentos a utilizar; prestar apoio a idosos, no domicílio ou em contexto institucional, relativamente a cuidados básicos de higiene, de conforto e de saúde, de acordo com o seu grau de dependência e as orientações da equipa técnica; prestar apoio na alimentação dos idosos, de acordo com as orientações da equipa técnica; prestar cuidados de higiene e arrumação do meio envolvente e da roupa dos idosos; colaborar na prevenção da monotonia, do isolamento e da solidão dos idosos, no domicílio e em contexto institucional, de acordo com as orientações da equipa técnica e articular com a equipa técnica, transmitindo a informação pertinente sobre os serviços prestados, referenciando, nomeadamente, situações anómalas respeitantes aos idosos*) e o nível das remunerações praticados.

9.1. Recomendações.

9.1.1. Principais conclusões.

A análise da relação entre a dinâmica empresarial e oferta formativa do município de Armamar contribuiu para um melhor conhecimento do tecido empresarial e da oferta de educação e formação deste município. Após o exame detalhado das dinâmicas empresariais recentes e do quadro geral da oferta formativa do município, pretende-se apresentar algumas linhas de orientação estratégica, bem como um conjunto de objetivos e linhas de ação para o futuro no que concerne à oferta formativa de Armamar. Assim, tendo por base uma metodologia de planeamento

estratégico e valorizando-se as fontes de informação de cariz quantitativo (estatísticas), pretende-se contribuir para a identificação de uma oferta formativa adequada às necessidades das empresas que se localizam neste território, aspeto que se assume relevante para todos os agentes de ensino e formação que atuam na região. A inclusão desta análise sumária mostra-se pertinente pelo facto de que o exercício de uma definição de estratégias para o futuro do concelho de Armamar deve assumir, de forma bem consistente, o diagnóstico da matriz socioeconómica e empresarial do concelho, as suas estruturas e tendências evolutivas, os elementos homogéneos, heterogéneos e diferenciadores.

Considerando a última década (2011-2021), o concelho de Armamar registou uma diminuição da sua população (9,8%, correspondendo a 5 678 habitantes), num contexto em que a estrutura etária da mesma cada vez se assume mais envelhecida como a generalidade dos municípios da região. Ao nível da dinâmica económica e, refletindo alguns sinais de força, salienta-se uma estrutura populacional pouco jovem, com algum peso da população em idade ativa, uma taxa de atividade inferior à média regional, uma grande importância nas atividades dos setores primário e secundário em termos de postos de trabalho e riqueza criada, e a tendência para a diminuição do desemprego, sobretudo nos últimos anos.

As dificuldades em termos de desenvolvimento económico advêm da localização deste território na periferia da região Douro, do afastamento das áreas urbanas de Viseu e Lamego e no reforço das acessibilidades. Sublinha-se também que a riqueza deste território assenta na diversidade paisagística, cultural, rural e florestal. As perspetivas de desenvolvimento passam pelo crescimento industrial/empresarial e pela crescente relevância da cultura e do turismo, em particular da vila de Armamar. As exigências em termos de futuro decorrem da consolidação da sociedade, do incremento da economia local, do conhecimento e da aprendizagem, que demandam novas qualificações e respostas mais diversificadas no contexto das exigências de um mercado cada vez mais competitivo. Acresce que a cadeia de valor das atividades económicas tem vindo a ser alterada, sendo os ciclos de mudança cada vez mais curtos, mas incorporando sempre novo conhecimento e tecnologia por forma a dar resposta às solicitações do mercado, antecipando o futuro, pelo que se torna decisivo inovar constantemente criando novo conhecimento que se desatualiza rapidamente.

No que diz respeito ao diagnóstico da oferta formativa e, numa referência aos elementos gerais que caracterizam a educação e a formação no município de Armamar, importa destacar a taxa de analfabetismo inferior à média da região Douro e do Continente e a tendência crescente para o aumento da população com níveis de escolaridade mais elevados. Todavia, há um conjunto de fraquezas a destacar, como a persistência de uma elevada percentagem de população com baixos níveis de escolaridade; uma percentagem de população residente com idades

entre os 18 e os 24 anos que completou o 3º CEB, mas que não se encontra a frequentar o sistema de ensino; uma taxa de retenção e desistência do ensino básico superior à média da região Douro e do Continente e uma taxa de transição/conclusão no ensino secundário inferior às mesmas unidades de referência.

Ao nível da oferta formativa e perspetivando-se oportunidades, sublinha-se a crescente procura de cursos profissionais por parte dos alunos, pelo que é necessário repensar, de forma articulada, a oferta de cursos profissionais, ao nível do ensino secundário. As ameaças futuras devem ser analisadas num contexto de progressiva diminuição da população em idade escolar e da saída de alunos para a frequência escolar em outros concelhos, em especial a partir da conclusão do 3.ºCEB. Os cenários apresentados sugerem um futuro preocupante, que já coloca presentemente imensos desafios em matéria de oferta e procura de equipamentos educativos, de adequação das redes educativas e a supressão de necessidades de docentes e não docentes. Como elemento ainda prévio ao exercício de sistematização de algumas propostas estratégicas, importa destacar algumas das conclusões instrumentos referentes aos agentes empresariais de Armamar. Deste universo, as empresas preveem nos próximos anos um aumento no número de trabalhadores, destacando que este aumento deverá ser efetuado recorrendo sobretudo a mão-de-obra Intermédia (Cursos Profissionais, Secundário) e Especializada (Licenciatura e CET).

As empresas elegeram um conjunto de áreas em que existe necessidade de mão-de-obra, destacando-se os Técnicos comerciais, Eletricistas, Embaladores, Secretários, Engenheiros eletrónicos, Operários industriais, Mecânicos industriais, Engenheiros mecânicos, Técnicos de automação, Operadores de máquinas, Motoristas, Funcionários de armazém, Empregados da hotelaria e restauração, Maquinistas, Serralheiros, Soldadores, Pintores, Torneiros, Fresadores, entre outros. Relativamente à formação contínua dos trabalhadores, prevista pelo Código do Trabalho, Lei n.º 7/2009, de 12 de Fevereiro, em que é definida a obrigatoriedade da formação contínua nas empresas, não obtivemos dados concretos sobre quantas e quais foram realizadas ações de formação contínua. Porém, genericamente, as ações realizadas foram na sua grande maioria de carácter técnico e ajustadas às necessidades das empresas, tendo abrangido áreas de formação distinta, com destaque para a Higiene e Segurança no Trabalho, mas também nas áreas de Gestão, Contabilidade e Finanças, Comercial, Liderança, Informática, Primeiros Socorros, Marketing, TIC, entre outras. No que diz respeito às necessidades atuais e futuras, identifica-se uma maior carência de formação nas áreas da Gestão, Certificação de qualidade, Logística, Marketing, Áreas técnicas, Internacionalização, Produção, Segurança e higiene no trabalho e Primeiros Socorros. A curto prazo, ou seja, nos próximos cinco anos, algumas empresas consideram a hipótese de vir a

receber estagiários do Ensino Profissional, designadamente nas áreas de formação ligadas à Administração, Mecânica, Automação, Logística, Construção, Marketing, Montagem, Produção, Eletrónica, Design gráfico, Segurança Alimentar, Qualidade, Vendas e Informática.

9.1.2. Linhas de orientação estratégica.

A educação e a qualificação da população assumem um dos principais pilares de desenvolvimento de uma sociedade e uma garantia de crescimento e desenvolvimento económico. A oferta e a procura de competências estão intrinsecamente relacionadas, isto porque a promoção da ciência, da tecnologia e da inovação nos sistemas educacionais proporciona determinadas competências à economia que, por sua vez conduzem à inovação, à criação de empregos e a mudanças na composição e produção setoriais e, em consequência, também na procura de novas competências (OECD, 2012).

“Investir na educação, competências e aprendizagem ao longo da vida” fez parte do conjunto dos objetivos temáticos da União Europeia para o horizonte temporal de 2014/2020, sendo uma das metas a alcançar em Portugal, em consonância com este desafio da Europa 2020, ter 40% da população jovem (30-34 anos) com formação superior. Na renovação dos objetivos, o Conselho Europeu adotou uma resolução sobre um quadro estratégico para a cooperação europeia no domínio da educação e da formação rumo ao Espaço Europeu da Educação e mais além (2021-2030). Essa resolução estabelece uma lista de objetivos a alcançar nos próximos anos, dos quais se extraem três particularmente importantes para a estratégia de educação e do mercado de trabalho do concelho: a percentagem de adultos do grupo etário dos 25 aos 34 anos com diploma de ensino superior deverá ser de, pelo menos, 45 % (taxa em 2020: 40,3 %); a percentagem de recém-diplomados do ensino e formação profissionais a beneficiar da exposição à aprendizagem em contexto laboral durante o seu ensino e formação profissionais deverá ser de, pelo menos, 60 % até 2025; até 2025, pelo menos 47 % dos adultos na faixa etária entre os 25 e os 64 anos deverão ter participado em ações de aprendizagem nos últimos 12 meses. Em comparação com o anterior quadro estratégico para a cooperação europeia no domínio da educação e da formação (EF 2020), o indicador relativo às competências digitais constitui a principal novidade.

Portanto, esta ambição engloba a redução da taxa de abandono escolar, o aumento de população formada superiormente, a melhoria das técnicas e condições de aprendizagem, a adequação do ensino às necessidades do mercado de trabalho, o aumento das competências da população ativa e, inclusivamente dos próprios

professores/formadores, entre outras ações. Num momento em que se encontra em desenvolvimento a carta educativa de 2.ª geração, pretende-se criar políticas locais de educação e formação associando-as a determinadas opções de desenvolvimento. Este, por sua vez, nunca poderá ser separado dos recursos e dinâmicas existentes, ou passíveis de ser mobilizadas e desenvolvidas no território. Um dos pontos fulcrais da nova visão para a educação passa pela criação, de forma concertada – agentes educativos, empresários, outros parceiros – de uma oferta diversificada e adaptada às necessidades do concelho em termos de ensino profissional e tecnológico, a implementação de um sistema de orientação vocacional que preveja e evite situações de insucesso e de abandono do percurso escolar e formativo por parte da população jovem.

Como é evidente, hoje torna-se cada vez mais importante alcançar mecanismos de articulação entre dois tipos de mercado: o mercado da formação e o mercado de trabalho, de modo a alcançar o equilíbrio desejável entre as qualificações/competências dos trabalhadores e as necessidades do tecido empresarial. Trata-se de contribuir para a identificação de uma oferta formativa concertada e para a definição de linhas estratégicas adequadas às necessidades das empresas atuais e potenciais, aspeto que se assume relevante para todos os agentes de ensino e formação que atuam no concelho.

Neste contexto, apresentam-se as principais propostas de estratégias de futuro para Armamar, em matéria de oferta formativa e desenvolvimento económico. Em concordância com a Estratégia de Competências da OCDE, bem como com os documentos de referência para o horizonte 2020/2030, destacam-se um conjunto de prioridades e respetivos objetivos estratégicos, que visam o desenvolvimento de uma política de educação e formação profissional articulada, mobilizadora e atrativa para as novas gerações, capazes de garantir o desenvolvimento e prosperidade deste território.

QUADRO 111 – PRINCIPAIS PROPOSTAS/PRIORIDADES ESTRATÉGICAS PARA A OFERTA EDUCATIVA/FORMATIVA E DE DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO E SOCIAL, EM ARMAMAR.

Prioridades Estratégicas	Objetivos
Desenvolver uma estratégia de competências para Armamar.	Adaptar os currículos ministrados e desenvolver os sistemas de ensino baseados no mercado de trabalho, nomeadamente os sistemas de ensino dual e de aprendizagem;

Prioridades Estratégicas	Objetivos
Desenvolver uma estratégia de competências para Armamar.	Introduzir uma oferta de cursos profissionais capazes de atrair os jovens, designadamente com a introdução de componentes inovadoras e tecnológicas em domínios considerados tradicionais e de grande potencial para o concelho (agroindústria, turismo, indústria transformadora, indústria metalomecânica e automóvel, indústrias culturais e criativas, serviço e assistência social...)
Implementação de um sistema de orientação vocacional e de ensino profissional.	Melhorar a oferta e adequação das ações de educação e formação às características e necessidades da população; Promover ações de informação e sensibilização junto dos jovens relativamente aos desafios atuais em termos de mercado de trabalho; Orientar e encaminhar os jovens e adultos para as necessidades do tecido produtivo do território.
Plano de ação para a educação e formação contínua.	Investir na educação, na formação e na formação profissional para a aquisição de competências e a aprendizagem ao longo da vida; Aumentar o nível de qualificação e de empregabilidade dos adultos ativos; Promover a atualização do conhecimento, das aptidões e das competências dos trabalhadores e a promoção de percursos de aprendizagem flexíveis, inclusive através da orientação profissional e da validação das competências adquiridas; Adequar a formação à satisfação de necessidades de recursos humanos; Diagnosticar necessidades de formação e desenhar perfis de formação;
Sistema abrangente de orientação das carreiras.	Criação de mecanismos facilitadores da inserção profissional dos indivíduos recém-formados; Encorajar a inserção de indivíduos com qualificações de nível superior; Facilitar o acesso dos jovens menos qualificados ao mercado de trabalho; Promover cursos de formação profissional para os trabalhadores menos qualificados, de forma a adequá-los às exigências que vão surgindo; Apoiar a reconversão profissional das pessoas desempregadas ou em risco de desemprego.

Prioridades Estratégicas	Objetivos
Promover a equidade, garantindo o acesso a uma educação de qualidade para todos e o seu sucesso.	Adotar práticas e medidas de combate ao insucesso, absentismo e abandono escolar; Promover a igualdade de acesso a um ensino infantil, básico e profissional de boa qualidade, incluindo percursos de aprendizagem formais, não formais e informais para a reintegração no ensino e na formação; Melhorar a qualidade e eficiência do ensino superior e profissional local, a fim de aumentar os níveis de participação e de habilitações, particularmente para os grupos mais desfavorecidos; Promover a coesão social e a inclusão para a população com dificuldades de inserção; Apoiar os investimentos em infraestruturas educativas, procurando garantir a coesão territorial em matéria de equipamentos educativos.
Articulação entre a educação, formação e o desenvolvimento económico do concelho	Ajustar a oferta formativa tendo em conta as necessidades e prioridades dos setores económicos e do mercado de trabalho; Promover o envolvimento institucional da escola no tecido económico, social e cultural; Fomentar o empreendedorismo promovendo a capacidade empreendedora das escolas e dos seus alunos; Articular o envolvimento com a estrutura económica do Município; Valorizar os "clusters" estratégicos do concelho, promover os produtos endógenos e criar condições e apoios ao desenvolvimento de novos negócios e novas empresas; Melhorar a pertinência do ensino e da formação ministrados para o mercado de trabalho, facilitando a transição da educação para o mercado de trabalho e reforço dos sistemas de ensino e formação profissional e da sua qualidade;
Articulação entre a educação, formação e o desenvolvimento económico do Concelho	Identificação das carências de qualificação e de formação dos setores produtivos, através de uma cultura de parceria entre os agentes locais (empresas, autarquia, escolas, associações, movimentos cívicos,...).

10. MONITORIZAÇÃO E AVALIAÇÃO DA CARTA EDUCATIVA.

As primeiras cartas escolares eram entendidas como um documento que previa pouco mais que uma inventariação e caracterização dos estabelecimentos de ensino de um dado território, tendo como referência um determinado ano letivo, mas, com a introdução das alterações decorrentes do Decreto-lei n.º 7/2003, de 15 de janeiro, a carta educativa passou a ser entendida como um documento de planeamento estratégico que, além de caracterizar e diagnosticar o momento atual deve também incluir projeções que permitam aferir tendências e necessidades futuras.

A importância do planeamento da rede escolar é indiscutível pelo que importa ressaltar que o processo de planeamento não termina com a elaboração das propostas de reorganização, pois carece de aprofundamento, revisão e atualização permanente, no sentido de adequar as propostas às diferentes dinâmicas municipais, designadamente no que se refere à evolução demográfica e socioeconómica, modificações do parque escolar e alterações legislativas (Costa e Barbosa, 2002).

A constante mudança dos fatores que intervêm na carta educativa torna-a muitas vezes desatualizada quando um novo ano letivo se inicia. Nesse sentido, a implementação de um processo de monitorização é essencial para conservar a sua atualidade durante o ciclo da sua vigência, além de permitir um acompanhamento e controlo da execução das propostas de reorganização, possibilitando a identificação de eventuais desvios face às propostas de reorganização da rede educativa efetuadas num primeiro momento.

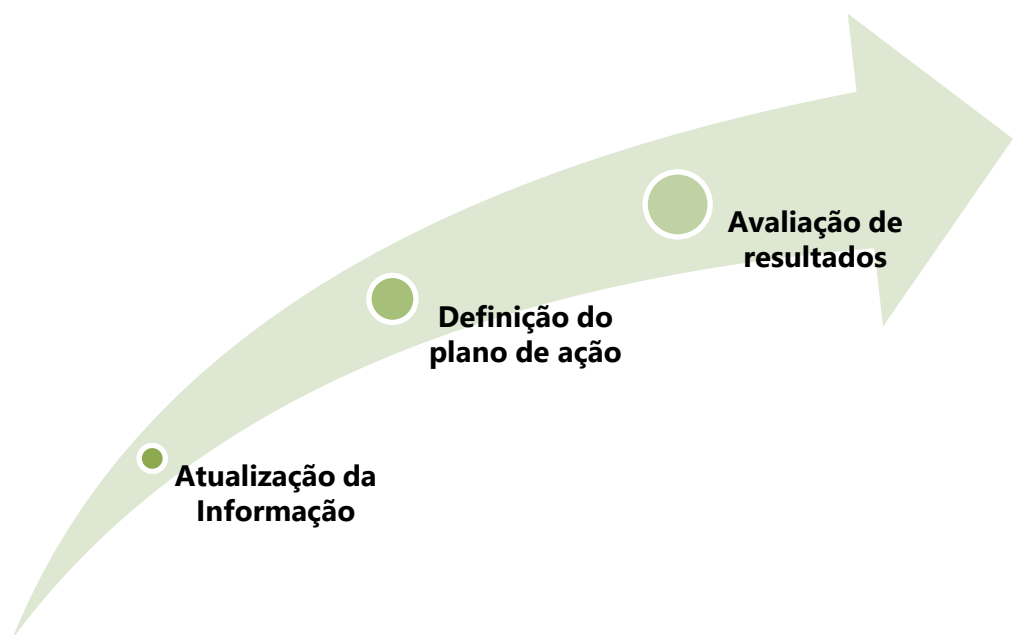
A carta educativa deve ser assumida e reconhecida como um instrumento de planeamento estratégico, com um determinado horizonte temporal, construída com base num conjunto de pressupostos dentro os quais ressalta o princípio da flexibilidade. Tal fato pressupõe a necessidade de reajustamentos e readaptações face às alterações ocorridas, designadamente, o sistema educativo, a dinâmica urbanística, as dinâmicas sociodemográficas, os recursos financeiros, entre outros. E, nesse sentido, a implementação da carta educativa, enquanto documento prospetivo, deve integrar como etapa metodológica a função de monitorização de forma a minimizar as incertezas associadas a todo e qualquer processo de planeamento.

Essa monitorização permitirá a realização de reajustamentos no momento em que se detetarem desvios nas propostas formuladas numa primeira instância, permitindo a apresentação de soluções atempadas, mais adequadas e que garantam a sustentação e pertinência das propostas. Considerada como uma etapa metodológica das cartas educativas, já que é um processo que permite um maior ajustamento das políticas educativas à rede educativa municipal, confere-lhes uma maior eficiência, mas nem sempre os municípios a integram ou concretizam.

A monitorização da carta educativa deverá contemplar três fases:

- 1) atualização de dados, após a definição de mecanismos que possibilitem, não só a sua recolha, mas também a organização e respetiva difusão pelos diferentes atores do processo educativo;
- 2) definição de um plano de ação no qual devem estar clarificados os objetivos a atingir, as fases de execução, os recursos envolvidos e as entidades a mobilizar no decurso do processo de monitorização;
- 3) avaliação de resultados, cujo objetivo será a apreciação, com carácter regular e periódico, do cumprimento dos objetivos definidos no plano de ação e respetiva calendarização, sugerindo-se uma avaliação anual, realizada após o início de cada ano letivo;

ESQUEMA 4 – PROCESSO DE MONITORIZAÇÃO (ME).



Considerando as etapas enunciadas no processo de monitorização da carta educativa, clarifica-se a metodologia a adotar:

- 1) **ATUALIZAÇÃO DA INFORMAÇÃO:** deverá ser enviado a todos os estabelecimentos de ensino um inquérito relativo aos dados referentes ao ano letivo iniciado, o que acontecerá nos finais de Novembro de

cada ano, momento em que o sistema educativo se prevê estar praticamente estabilizado. A autarquia deverá possuir uma plataforma (tabela em excel) onde registará a recolha de dados no início de cada ano letivo, com os campos onde se proceda à identificação dos estabelecimentos de ensino, salas, população escolar, turmas, ensino especial, aproveitamento, oferta educativa, recursos humanos, associações de pais. Deverá igualmente proceder-se à recolha de dados acerca do número de alunos afetos às atividades complementares de ação educativa e do desporto escolar, alunos abrangidos pela ação social escolar e transporte escolar e dados respeitantes aos edifícios que constituem o parque escolar, sendo que este tipo de informação poderá ser adicionada à plataforma para o efeito, ou, em alternativa, poderá ser desenvolvido um questionário online que permitirá a recolha destes dados no quadro da equipa de trabalho do Projeto Educativo Local. Destacamos a importância da recolha de dados acerca da morada dos alunos, como forma de perceber as dinâmicas da população escolar, em função da oferta educativa disponível no território. Para tal deverá ser criado um questionário que considerará a totalidade das freguesias que integram este território municipal, permitindo o preenchimento do número de alunos que são provenientes de cada uma delas e, ainda, uma questão de resposta aberta que permita a inclusão do número de jovens provenientes de outros municípios. Esta tarefa deverá ser da responsabilidade da Divisão da Educação da autarquia, neste caso do SASC ou, em alternativa, da equipa externa, se entretanto assim for equacionada.

As informações respeitantes à dinâmica demográfica e socioeconómica, ao construído e à rede de acessibilidades deverão ser atualizadas pelos diferentes serviços da autarquia e integrados no projeto de monitorização da carta educativa. Em qualquer dos casos a equipa deverá proceder à recolha, introdução e divulgação da informação nos diferentes layers da plataforma utilizada pela autarquia (ou entretanto concebida) para esta finalidade. Recomenda-se a utilização de um sistema de informação, com recurso a tecnologias de informação geográfica, assumir-se-á como uma ferramenta poderosa na organização e tratamento da informação resultante do processo de recolha dos dados.

- 2) **PLANO DE AÇÃO:** com base na informação recolhida, tratada e sistematizada é elaborado um plano de atividades, para o qual se definem objetivos, metas e estratégias a atingir em cada ano letivo, as quais, naturalmente, devem estar em consonância com as grandes linhas de orientação de carta educativa, os recursos técnicos e humanos a mobilizar, e reformulação, caso

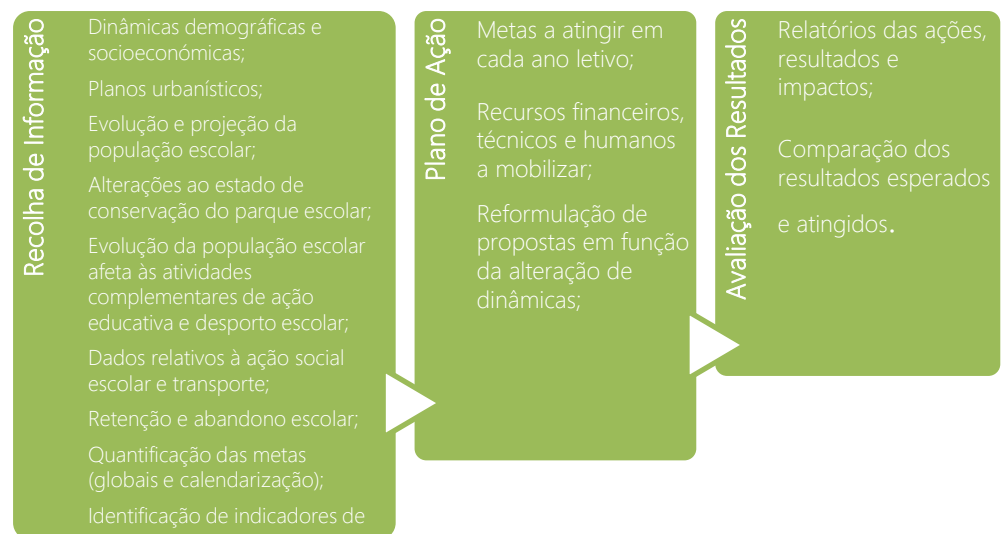
necessário, das propostas definidas. No município de Armamar o principal aspeto no âmbito do plano de ação diz respeito à reorganização e requalificação dos espaços educativos. Partindo do pressuposto que a autarquia pretende manter os equipamentos existentes, uma das ações previstas poderá passar pela identificação do estado de conservação dos equipamentos, em especial na eficiência energética, não existindo a necessidade de construção de novos equipamentos para fazer face às atuais taxas de ocupação. Naturalmente, esta situação transitória está diretamente relacionada com a tendência generalizada de decréscimo dos efetivos escolares, a qual terá repercussões mais acentuadas no território e, consequentemente na reorganização do parque escolar, a médio prazo. Numa perspetiva de complementaridade, e caso a autarquia assim o entenda, estes mesmos espaços poderão ser utilizados como espaços de interação educativa e pedagógica, com uma aposta clara em atividades extraescolares que promovam uma transformação das práticas pedagógicas, em franca associação com a oferta educativa existente, cujos reflexos de melhoria dos resultados escolares serão evidentes.

Por outro lado, e considerando a importância da formação/qualificação e aprendizagem ao longo da vida, alguns dos espaços que se tornem excedentes podem também ser vocacionados para a realização de atividades formativas nos mais diversos domínios, como seja educação para o empreendedorismo, educação para saúde, educação parental, entre outras que se considerem pertinentes, bem como ações de formação promovidas pelas entidades empresariais, justificadas pela necessidade de existir uma forte articulação entre estas e os próprios estabelecimentos de ensino. Finalmente há a considerar e definir os intervenientes neste processo, nomeadamente a Câmara Municipal de Armamar, o Conselho Municipal de Educação, o AE Gomes Teixeira, estabelecimentos de ensino da rede privada, empresas locais, associações, e outros que se pensem ser pertinentes aquando da definição das metas a executar.

- 3) **AVALIAÇÃO DOS RESULTADOS:** consiste na consideração de todos os fatores acima enunciados que devem transformar a carta educativa num documento aberto e que implica a necessidade de uma atualização e revisão constante. Torna-se necessário o desenvolvimento de relatórios que espelhem as ações, resultados e impactos do documento e que, por outro lado, efetuem uma comparação entre os resultados esperados e os atingidos, permitindo que o próprio processo de planeamento se autoavalie. Nesta etapa devem também ser identificados os fatores críticos de sucesso que permitiram, ou não, atingir

os resultados definidos. É muito importante salientar o papel do Conselho Municipal de Educação, enquanto estrutura organizativa que deve contribuir e mesmo possuir uma visão integrada do sistema educativo e das especificidades locais, no sucesso das metas e posterior avaliação da sua implementação no terreno. A avaliação das políticas educativas e da reorganização da rede educativa proposta pode ser realizada no final de cada ano letivo, resultando dessa mesma avaliação um relatório de diagnóstico do sistema educativo municipal. Todavia, é recomendável que seja efetuada uma análise das tendências observadas no sistema educativo municipal, com base no inquérito anual de atualização, no decorrer da primeira reunião do Conselho Municipal de Educação de cada ano civil.

ESQUEMA 5 – ETAPAS DA FASE DA MONITORIZAÇÃO DA CARTA EDUCATIVA (ME).



11. CONSIDERAÇÕES FINAIS

As cartas educativas municipais de 2ª geração enquadram-se num contexto muito distinto relativamente às que foram realizadas há mais de uma década. Naquelas, a observação dos normativos estabelecidos pela administração central que nortearam a esmagadora maioria das reorganizações de rede escolar. As presentes cartas educativas apresentam essencialmente lógicas municipais e locais, muito na sequência da visão que as equipas políticas e técnicas das autarquias adquiriram em mais de uma década de experiência. Para isto, ainda contribui largamente a capacidade de interação com os restantes atores educativos e população, num diálogo e negociação sobre possíveis encerramentos ou reorganizações funcionais dos equipamentos educativos.

Armamar, com os seus 5678 residentes (censos 2021), apresenta-se como um território de baixa densidade e apresenta, em termos educativos, características muito particulares, tanto na componente da “procura”, com os seus 526 alunos que frequentam os 3 estabelecimentos de ensino (2022/23; 2022/24) que integram a oferta educativa da rede pública. Estes valores merecem uma análise atenta no presente e exigem uma reflexão profunda sobre o que se pretende no futuro para o parque escolar do município de Armamar, tendo sempre presente que este território apresenta características geográficas, demográficas e socioculturais diferenciadas (e difíceis!), que refletem a sua localização no interior do país, onde a baixa densidade e a ruralidade contribuem para agravar as assimetrias. Aliás, o cotejamento do território permite distinguir, genericamente, três setores que refletem as dinâmicas sociais e históricas observadas.

Em primeiro lugar, temos a sede de concelho, em que a população residente se enquadra num estrato social médio e pontualmente médio-alto. Em segundo, o mundo rural cujas características, em comparação com a área mais urbana da sede de concelho, refletem uma quebra mais acentuada da densidade populacional e onde o modo de vida rural constitui a atividade e subsistência de inúmeros agregados familiares. E, por fim, a terceira área corresponde à parte sul do território, marcada por um posicionamento geográfico caracterizado pelas serranias, onde o isolamento é mais evidente, ao qual acrescem as dificuldades de mobilidade e acessibilidade e cujas consequências se refletem de modo bem vincado, em todas as suas vertentes das atividades diárias dos seus habitantes.

Após décadas de diferentes vicissitudes escolares no concelho, sobretudo de quebra, que provocaram dificuldades e ruturas do lado da oferta, com o esvaziamento de muitos estabelecimentos, com consequentes dificuldades de horários, processos reativos na edificação e distribuição de escolas, ausência de infraestruturas de apoio na componente extracurricular, etc., as projeções demográficas (gerais e escolares) vieram transformar a evolução que se observava.

A quebra expetável de crianças e jovens no ingresso e frequência na totalidade dos níveis de ensino entre os anos letivos 2022/2023 e 2023/2024 obriga a repensar as políticas educativas de esfera autárquica sobre o seu parque escolar, num momento em que em termos administrativos também são observadas mudanças em contexto educativo. Se dúvidas subsistissem, relembrem-se as transformações observadas na interação entre os estabelecimentos de ensino, os desafios e obstáculos colocados pelos fluxos (mobilidades) dos alunos intra e intermunicipais, bem como a análise sucinta efetuada aquando da primeira carta educativa já demonstrava a importância da reorganização do parque escolar. Compreenda-se que essa importância se manifesta quer quando as infraestruturas se tornam insuficientes e a comunidade carece e exige a construção ou ampliação de estabelecimentos, quer quando o parque escolar se torna desajustado face à diminuição de alunos, deixando subentendido que se obriga a uma reorganização da rede escolar a curto/médio prazo, com vista à criação de condições de maior igualdade de oportunidades para todas crianças e jovens do município.

A abordagem efetuada no quadro da presente reorganização da rede escolar do município de Armamar, reflete, em diferentes níveis, as expetativas fornecidas pelas projeções da população escolar para a próxima década, quer a nível municipal, quer a nível do agrupamento/estabelecimento de ensino e ainda nos diferentes níveis de ensino. Neste sentido, a constituição e distribuição do atual parque escolar pelos diferentes setores do território municipal, o estado de conservação do edificado e a taxa de ocupação dos estabelecimentos de ensino, ofereceu a base de análise para ponderar o conjunto das propostas conforme os níveis de ensino e de acordo com os “princípios orientadores” (eixos de intervenção) enunciados neste projeto:

- Criação de condições de igualdade de acesso a um ensino de qualidade para todos os alunos dentro do território municipal;
- Requalificar o edificado existente do parque escolar;
- Ordenamento da rede escolar assente na eventual reorganização dos estabelecimentos de ensino existentes (ampliação, requalificação e reconversão) com vista à rentabilização dos espaços existentes, no quadro de uma racionalidade que se pretende dinâmica;
- Alargar o ensino da Música aos alunos do Pré-escolar do concelho.
- Melhorar a componente de apoio à Família, aumentando as respostas sociais, em tempo de férias para os alunos até aos 10 anos.

- Oferecer transportes escolares gratuitos a todos os alunos do concelho, tentando adaptar os circuitos de acordo com o número de alunos, num menor tempo de transporte.
- Garantir a gratuidade das refeições a todos os alunos do Pré-Escolar e do 1º Ciclo do Ensino Básico.
- Possibilidade de apresentar candidaturas para a requalificação dos estabelecimentos escolares.
- Cedência dos espaços desportivos ao AE.
- Gabinete de acompanhamento e inclusão dos alunos, famílias e comunidades.
- Articular toda a agenda cultural do Município com o projeto educativo e plano de atividades anual dos estabelecimentos de Ensino do Concelho.
- Criação de uma linha online com intuito de acolher sugestões, reclamações, ou duvidas dos alunos e comunidade educativa.
- Utilização de novos espaços tecnológicos e experimentais, com incentivo ao empreendedorismos e responsabilidade social, nomeadamente os espaços culturais.
- Promover nos estabelecimentos de ensino do concelho, um serviço de qualidade, com a promoção do bem-estar, em articulação e parceria entre a comunidade escolar, o município e as respetivas entidades locais (sociais, culturais e económicos) com o intuito de captar os alunos do concelho e da restante região.

Assumindo como pilares as novas estratégias para a educação em Armamar na próxima década (Projeto Educativo Local), e quando se procura efetuar uma síntese sobre as diferentes propostas de reorganização da rede escolar assumidas nesta Carta Educativa de 2ª geração, verifica-se que estas assumem uma relativa dualidade, decorrente da anterior relação entre o parque escolar de gestão autárquica, designadamente a educação pré-escolar e 1º CEB, e o de gestão do poder central. A análise e formulação de propostas no âmbito da Educação Pré-escolar, e em particular do 1.º CEB, são aquelas que habitualmente se refletem no objetivo que este tipo de processo apresenta relativamente aos eleitos e às populações, devendo apresentar abordagens diferenciadas no quadro municipal.

No contexto da Educação Pré-Escolar, e como o recente normativo da tutela defende a disponibilização de salas da rede pública para uma frequência universal das crianças com 3, 4 e 5 anos, importa refletir sobre o planeamento futuro da rede no município de Armamar. Efetivamente, e baseando a análise na evolução do número de crianças com idade de frequentar a educação pré-escolar nas próximas décadas será exetável uma diminuição dos quantitativos escolares no concelho. Esta constatação obriga a uma ponderação sobre o facto de se proporem intervenções em equipamentos no sentido de os dotar de mais salas de atividade que, num curto espaço de tempo poderão vir a apresentar baixas taxas de ocupação. Porém, a integração de mais crianças na oferta pública a curto prazo, em virtude do encerramento da resposta da oferta privada exigirá a disponibilidade de salas de aula. Aliás, nessa perspetiva de análise, considerando as crianças que com base nos nascimentos estariam disponíveis para integrar o ano letivo 2022/23 e 2023/24, bem como as projeções escolares realizadas para 2025, 2026 e 2031, verifica-se que, na atualidade, as salas afetas à educação pré-escolar e do 1.ºCEB da rede pública poderão ser insuficientes, dado que sai reforçado pela consideração do total de crianças que frequentam os estabelecimentos de educação pré-escolar de ambas as redes no ano letivo 2022/2023. Neste aspeto, há ainda a considerar a possibilidade de um incremento extraordinário de crianças de naturalidade e/ou nacionalidade estrangeira.

Naturalmente, neste caso, deve ser considerada a possível desativação de salas que podem vir a ser direcionadas para a educação pré-escolar, caso a evolução demográfica assim o justifique, bem como a articulação com os equipamentos afetos à rede particular, os quais, no município de Armamar, apresentam um peso considerável neste nível de educação e ensino. Assim, para a educação pré-escolar as propostas de reorganização, na sua maioria, apontam para a manutenção dos equipamentos existentes, em que a abertura de novas salas se encontra dependente da evolução da demografia escolar.

No que se refere ao 1º CEB, não obstante o facto de em 2022/2023 e 2023/24 se registarem menos crianças disponíveis para integrar este nível de ensino, as propostas de reorganização da rede escolar devem refletir os diferentes contextos sociodemográficos do município de Armamar. Neste sentido, para os territórios rurais e de baixa densidade, onde a natalidade é mais reduzida e onde a reorganização escolar fez centralizar num único estabelecimento de ensino os recursos afetos ao 1º CEB e, embora se defenda a existência de uma sala e de professor por turma, estes territórios apresentam um quadro particular que obriga a soluções de compromisso adaptadas em função das realidades diversas e, em alguns casos, com a necessidade de intervenção de toda a comunidade na concretização de projetos educativos de escola.

É importante lembrar que, de uma forma geral, a diminuição da população escolar nos próximos anos vai possibilitar e exigir uma reorganização dos espaços e do número de alunos por turma, procurando uma melhoria contínua das condições de ensino. Em termos da rede do 2.º e 3.º CEB e Ensino Secundário, pode assumir-se que o decréscimo de alunos previsto para a próxima década poderá proporcionar igualmente uma oportunidade de reorganização dos espaços e dimensão das turmas. Dada a existência de um único agrupamento neste território, não pode haver lugar, nem necessidade de proceder ao encerramento de equipamentos concelhios. Todavia, não deixa de ser já uma situação preocupante antever que, na próxima década, o decréscimo do número de alunos poderá colocar em risco o funcionamento do AE nos moldes de gestão atual. A quebra da taxa de ocupação será, na próxima década, inferior a 40%, pelo que as propostas de reorganização deverão privilegiar mudanças de tipologia, de resto, tal como já tem vindo a ser implementado pela autarquia.

12. ÍNDICE DE ILUSTRAÇÕES, MAPAS, FIGURAS, ESQUEMAS E QUADROS.

ESQUEMA 1 – ORGANIZAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO DO AE GOMES TEIXEIRA – ARMAMAR.	109
ESQUEMA 2 – ORGANIZAÇÃO DE SERVIÇOS DO AE GOMES TEIXEIRA – ARMAMAR.	110
ESQUEMA 3 – ORGANIZAÇÃO DE SERVIÇOS DO AE GOMES TEIXEIRA – ARMAMAR.	111
ESQUEMA 4 – PROCESSO DE MONITORIZAÇÃO (ME).	239
ESQUEMA 5 – ETAPAS DA FASE DA MONITORIZAÇÃO DA CARTA EDUCATIVA (ME).	242
FIGURA 1 – EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO RESIDENTE ENTRE 1950 E 2021.	27
FIGURA 2 – EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO RESIDENTE ENTRE 2001 E 2021(N.º).	31
FIGURA 3 – VARIAÇÃO DA POPULAÇÃO POR NÚMERO DE HABITANTES RESIDENTES ENTRE 2011 E 2021.	32
FIGURA 4 – EVOLUÇÃO DO NÚMERO DOS NADOS-VIVOS ENTRE 2016-2021(N.º).	34
FIGURA 5 – EVOLUÇÃO DA TAXA BRUTA DA NATALIDADE 2016-2021 (%).	35
FIGURA 6 – EVOLUÇÃO DA TAXA DE FECUNDIDADE 2016-2021(%).	35
FIGURA 7 – EVOLUÇÃO DOS NADOS-VIVOS E DOS ÓBITOS ENTRE 2014-2021 (N.º).	38
FIGURA 8 – A NATALIDADE, A MORTALIDADE E O SALDO NATURAL (N.º).	38
FIGURA 9 – A TAXA DE NATALIDADE, A TAXA DE MORTALIDADE E A TAXA DE CRESCIMENTO NATURAL ENTRE 2016-2021 (‰).	39
FIGURA 10 – PROPORÇÃO DA POPULAÇÃO (EM %) RESIDENTE DE NACIONALIDADE ESTRANGEIRA POR FREGUESIA EM 2011 E 2021.	40
FIGURA 11 – POPULAÇÃO RESIDENTE SEGUNDO OS GRUPOS ETÁRIOS ENTRE 2001 E 2021.	43
FIGURA 12 – EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO RESIDENTE SEGUNDO OS GRUPOS ETÁRIOS 0A 14 ANOS E 65 ANOS OU MAIS ANOS ENTRE 2001 E 2021.	43
FIGURA 13 – PIRÂMIDE ETÁRIA DA POPULAÇÃO RESIDENTE NO CONCELHO DE ARMAMAR, POR N.º DE INDIVÍDUOS EM 2021.	44
FIGURA 14 – PIRÂMIDE ETÁRIA DA POPULAÇÃO RESIDENTE NO CONCELHO DE ARMAMAR, POR N.º DE INDIVÍDUOS EM 2011.	44
FIGURA 15 – ÍNDICE DE DEPENDÊNCIA DE JOVENS (%), POR FREGUESIAS, 2021.	45
FIGURA 16 – ÍNDICE DE DEPENDÊNCIA DE IDOSOS (%), POR FREGUESIAS, 2021.	45
FIGURA 17 – PROVÁVEL EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO RESIDENTE ENTRE 1950 E 2031(N.º).	48
FIGURA 18 – POPULAÇÃO RESIDENTE DE NACIONALIDADE ESTRANGEIRA EM ARMAMAR, EM 2011 E 2021.	56
FIGURA 19 – EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO RESIDENTE EM ARMAMAR, DE NACIONALIDADE ESTRANGEIRA, POR PAÍS DE ORIGEM.	57
FIGURA 20 – POPULAÇÃO RESIDENTE EM ARMAMAR, DE NACIONALIDADE ESTRANGEIRA, POR PAÍS DE ORIGEM NO ANO DE 2021.	57
FIGURA 21 – POPULAÇÃO DE NATURALIDADE ESTRANGEIRA, RESIDENTE EM ARMAMAR, NOS ANOS DE 2011 E 2021.	60
FIGURA 22 – PROPORÇÃO DA POPULAÇÃO IMIGRANTE RESIDENTE, FACE À POPULAÇÃO DE NATURALIDADE PORTUGUESA NOS ANOS DE 2011 E 2021 (N.º).	60
FIGURA 23 – POPULAÇÃO PORTUGUESA DE NACIONALIDADE ESTRANGEIRA, RESIDENTE EM ARMAMAR, NOS ANOS DE 2011 E 2021.	63
FIGURA 24 – EVOLUÇÃO DAS FAMÍLIAS CLÁSSICAS ENTRE OS ANOS DE 2011 E 2021 (N.º DE FAMÍLIAS).	63
FIGURA 25 – EVOLUÇÃO DA DIMENSÃO MÉDIA DAS FAMÍLIAS ENTRE OS ANOS DE 2011 E 2021 NO CONCELHO DE ARMAMAR (MÉDIA DE INDIVÍDUOS).	63
FIGURA 26 – EVOLUÇÃO DAS FAMÍLIAS, COMPOSTAS POR FILHOS ATÉ AOS 25 ANOS, ENTRE OS ANOS DE 2011 E 2021 (N.º DE FAMÍLIAS).	64
FIGURA 27 – EVOLUÇÃO DAS FAMÍLIAS MONOPARENTAIS ENTRE OS ANOS DE 2011 E 2021 NO CONCELHO DE	

ARMAMAR (%).	64
FIGURA 28 – EVOLUÇÃO DAS FAMÍLIAS UNIPESSOAIS ENTRE OS ANOS DE 2011 E 2021 NO CONCELHO DE ARMAMAR (N.º DE FAMÍLIAS).	66
FIGURA 29 – ALOJAMENTOS OCUPADOS PELOS PROPRIETÁRIOS POR ESCALÃO DE ENCARGOS COM COMPRA EM ARMAMAR, 2021 (N.)	72
FIGURA 30 – MEIO DE TRANSPORTE UTILIZADO EM ARMAMAR (N.º).	73
FIGURA 31 – POPULAÇÃO RESIDENTE EMPREGADA OU ESTUDANTE POR LOCAL DE TRABALHO OU ESTUDO (N.º).	73
FIGURA 32 – TAXA DE DESEMPREGO, POR HOMENS E MULHERES, EM ARMAMAR, ENTRE 2011 E 2021 (%).	75
FIGURA 33 – PERFIL DAS HABILITAÇÕES DA POPULAÇÃO RESIDENTE, POR NÍVEIS DE ESCOLARIDADE COMPLETOS, ENTRE 2001-2021 (%)	79
FIGURA 34 – POPULAÇÃO EMPREGADA POR SETOR DE ATIVIDADE ECONÓMICA ENTRE 2011 E 2021 (N.º).	91
FIGURA 35 – POPULAÇÃO EMPREGADA POR SETOR DE ATIVIDADE ECONÓMICA EM 2011.	91
FIGURA 36 – POPULAÇÃO EMPREGADA POR SETOR DE ATIVIDADE ECONÓMICA EM 2021.	92
FIGURA 37 – POPULAÇÃO EMPREGADA POR NÍVEL DE ESCOLARIDADE MAIS ELEVADA COMPLETO EM 2021 (N.º).	93
FIGURA 38 – POPULAÇÃO EMPREGADA POR PROFISSÃO, EM 2021, (N.º).	95
FIGURA 39 – POPULAÇÃO EMPREGADA POR PROFISSÃO, EM 2021, (N.º).	96
FIGURA 40 – PERCENTAGEM DE ALUNOS INSCRITOS E MATRICULADOS NA OFERTA ESCOLAR PÚBLICA, POR NÍVEIS, NO CONCELHO DE ARMAMAR, NO ANO LETIVO 2022-2023.	146
FIGURA 41 – EVOLUÇÃO DOS ALUNOS INSCRITOS E MATRICULADOS NA OFERTA ESCOLAR PÚBLICA, TOTAL, NO CONCELHO DE ARMAMAR, ENTRE OS ANOS LETIVOS 2015/16 A 2022/23 (NÚMERO).	149
FIGURA 42 – EVOLUÇÃO DOS ALUNOS MATRICULADOS NO PRÉ-ESCOLAR, NO CONCELHO DE ARMAMAR, ENTRE OS ANOS LETIVOS 2015-2016 A 2022-2023 (NÚMERO).	150
FIGURA 43 – TOTAL DOS ALUNOS MATRICULADOS NO PRÉ-ESCOLAR, NO CONCELHO DE ARMAMAR, POR SEXO (%).	151
FIGURA 44 – DISTRIBUIÇÃO DOS ALUNOS MATRICULADOS NO PRÉ-ESCOLAR, NO CONCELHO DE ARMAMAR, POR SEXO E TURMA (NÚMERO).	151
FIGURA 45 – EVOLUÇÃO DOS ALUNOS INSCRITOS E MATRICULADOS NO 1.ºCEB, NO CONCELHO DE ARMAMAR, ENTRE OS ANOS LETIVOS 2015-2016 A 2022-2023 (NÚMERO).	152
FIGURA 46 – TOTAL DOS ALUNOS MATRICULADOS NO 1.ºCEB, NO CONCELHO DE ARMAMAR, POR SEXO (%).	153
FIGURA 47 – DISTRIBUIÇÃO DOS ALUNOS MATRICULADOS NO 1.ºCEB, NO CONCELHO DE ARMAMAR, POR SEXO E TURMA (NÚMERO).	153
FIGURA 48 – EVOLUÇÃO DOS ALUNOS INSCRITOS E MATRICULADOS NO 2.ºCEB, NO CONCELHO DE ARMAMAR, ENTRE OS ANOS LETIVOS 2015-2016 A 2022-2023 (NÚMERO).	154
FIGURA 49 – TOTAL DOS ALUNOS MATRICULADOS NO 2.ºCEB, NO CONCELHO DE ARMAMAR, POR SEXO (%).	155
FIGURA 50 – DISTRIBUIÇÃO DOS ALUNOS MATRICULADOS NO 2.ºCEB, NO CONCELHO DE ARMAMAR, POR SEXO E TURMA (NÚMERO).	155
FIGURA 51 – EVOLUÇÃO DOS ALUNOS INSCRITOS E MATRICULADOS NO 3.ºCEB, NO CONCELHO DE ARMAMAR, ENTRE OS ANOS LETIVOS 2015-2016 A 2022-2023 (NÚMERO).	156
FIGURA 52 – TOTAL DOS ALUNOS MATRICULADOS NO 3.ºCEB, NO CONCELHO DE ARMAMAR, POR SEXO (%).	157
FIGURA 53 – DISTRIBUIÇÃO DOS ALUNOS MATRICULADOS NO 3.ºCEB, NO CONCELHO DE ARMAMAR, POR SEXO E TURMA (NÚMERO).	157
FIGURA 54 – EVOLUÇÃO DOS ALUNOS INSCRITOS E MATRICULADOS NO ENSINO SECUNDÁRIO, NO CONCELHO DE ARMAMAR, ENTRE OS ANOS LETIVOS 2015-2016 A 2022-2023 (NÚMERO).	158
FIGURA 55 – TOTAL DOS ALUNOS MATRICULADOS NO ENSINO SECUNDÁRIO, NO CONCELHO DE ARMAMAR, POR SEXO (%).	159
FIGURA 56 – DISTRIBUIÇÃO DOS ALUNOS MATRICULADOS NO ENSINO SECUNDÁRIO, NO CONCELHO DE ARMAMAR, POR SEXO E TURMA (NÚMERO).	159

FIGURA 57 – DISTRIBUIÇÃO DOS INSCRITOS NO SERVIÇO DE CRECHE (%).	160
FIGURA 58 – PROJEÇÃO DA EVOLUÇÃO DOS ALUNOS, TOTAL DA OFERTA PÚBLICA, ENTRE 2022/23 E 2030/31 (N.º).	161
FIGURA 59 – PROJEÇÃO DA EVOLUÇÃO DOS ALUNOS, NO PRÉ-ESCOLAR, ENTRE 2022/23 E 2030/31 (N.º).	162
FIGURA 60 – PROJEÇÃO DA EVOLUÇÃO DOS ALUNOS, NO 1.º CEB, ENTRE 2022/23 E 2030/31 (N.º).	163
FIGURA 61 – PROJEÇÃO DA EVOLUÇÃO DOS ALUNOS, NO 2.º CEB, ENTRE 2022/23 E 2030/31 (N.º).	163
FIGURA 62 – PROJEÇÃO DA EVOLUÇÃO DOS ALUNOS, NO 3.º CEB, ENTRE 2022/23 E 2030/31 (N.º).	164
FIGURA 63 – PROJEÇÃO DA EVOLUÇÃO DOS ALUNOS, NO ENSINO SECUNDÁRIO, ENTRE 2022/23 E 2030/31 (N.º).	164
FIGURA 64 – DISTRIBUIÇÃO DOS ALUNOS SUBSIDIADOS POR TURMA, NO 1.ºCEB, EM 2022/23 (N.º).	167
FIGURA 65 – DISTRIBUIÇÃO DOS ALUNOS SUBSIDIADOS, NO 1.ºCEB, EM 2022/23 (%).	167
FIGURA 66 – DISTRIBUIÇÃO DOS ALUNOS SUBSIDIADOS POR TURMA, NO 2.ºCEB, EM 2022/23 (N.º).	168
FIGURA 67 – DISTRIBUIÇÃO DOS ALUNOS SUBSIDIADOS, NO 2.ºCEB, EM 2022/23 (%).	169
FIGURA 68 – DISTRIBUIÇÃO DOS ALUNOS SUBSIDIADOS POR TURMA, NO 2.º CEB, EM 2022/23 (N.º).	170
FIGURA 69 – DISTRIBUIÇÃO DOS ALUNOS SUBSIDIADOS, NO 3.ºCEB, EM 2022/23 (%).	170
FIGURA 70 – DISTRIBUIÇÃO DOS ALUNOS SUBSIDIADOS, NA OFERTA ESCOLAR PÚBLICA, EM 2022/23 (%).	171
FIGURA 71 – DISTRIBUIÇÃO DOS ALUNOS TRANSPORTADOS, POR ITINERÁRIO PÚBLICO E CIRCUITO ESPECIAL, EM 2022/23 (%).	172
FIGURA 72 – RESULTADOS DOS EXAMES DO 3.ºCEB ENTRE 2015/16 E 2018/19.	218
 MAPA 1 – CONCELHO E FREGUESIAS DE ARMAMAR (RNDG, 2023).	 21
 QUADRO 1 – TOTAL DA POPULAÇÃO RESIDENTE NA SUB-REGIÃO DOURO.	 23
QUADRO 2 – TOTAL DA POPULAÇÃO RESIDENTE NOS MUNICÍPIOS DA REGIÃO DO DOURO-SUL.	23
QUADRO 3 – TAXA DE VARIAÇÃO DA POPULAÇÃO RESIDENTE (2011- 2021) (%).	24
QUADRO 4 – CARACTERIZAÇÃO GLOBAL DAS DINÂMICAS DEMOGRÁFICAS NO CONTEXTO REGIONAL E NACIONAL.	25
QUADRO 5 – TOTAL DA POPULAÇÃO RESIDENTE NAS FREGUESIAS EM 2021 E SUA VARIAÇÃO (N.º E %).	27
QUADRO 6 – TOTAL DA POPULAÇÃO RESIDENTE NAS FREGUESIAS EM 2021(N.º)	28
QUADRO 7 – TOTAL DA POPULAÇÃO RESIDENTE NAS FREGUESIAS POR SEXO (N.º).	28
QUADRO 8 – ÁREA E DENSIDADE POPULACIONAL DAS FREGUESIAS (HAB./KM²).	29
QUADRO 9 – TOTAL DA POPULAÇÃO RESIDENTE NAS FREGUESIAS EM 2011 E EM 2021(N.º).	29
QUADRO 10 – TOTAL DA POPULAÇÃO RESIDENTE NAS FREGUESIAS EM 2011 E EM 2021.	30
QUADRO 11 – NADOS-VIVOS POR FREGUESIAS ENTRE 2014 E EM 2021(N.º).	32
QUADRO 12 – ÓBITOS E TAXA DE MORTALIDADE NO CONCELHO DE ARMAMAR ENTRE 2014 E 2021(‰).	37
QUADRO 13 – ÓBITOS POR FREGUESIAS ENTRE 2016 E 2021(N.º).	37
QUADRO 14 – DINÂMICA NATURAL DO CONCELHO DE ARMAMAR ENTRE 2014 E 2021.	39
QUADRO 15 – DINÂMICA NATURAL POR FREGUESIA EM 2021(N.º).	40
QUADRO 16 – ÍNDICE DE ENVELHECIMENTO, ÍNDICE DE DEPENDÊNCIA E ESTRUTURA ETÁRIA, POR FREGUESIA, EM 2021.	42
QUADRO 16 – ÍNDICE DE DEPENDÊNCIA, POR FREGUESIA, EM 2021.	42
QUADRO 18 – PROVÁVEL EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO RESIDENTE, POR FREGUESIA, ENTRE 2011 E 2031.	47
QUADRO 19 – PROVÁVEL EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO RESIDENTE, POR GRANDES GRUPOS ETÁRIOS, ENTRE 2011 E 2031.	47
QUADRO 20 – PROVÁVEL EVOLUÇÃO DA NATALIDADE, POR FREGUESIA, ENTRE 2014 E 2031.	49
QUADRO 21 – PROVÁVEL EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO RESIDENTE, POR GRANDES GRUPOS ETÁRIOS, ENTRE 2011 E 2031 (N.º).	51
QUADRO 22 – PROPORÇÃO DA POPULAÇÃO POR GRUPO ETÁRIO FACE À TOTALIDADE DA POPULAÇÃO RESIDENTE (N.º).	51
QUADRO 23 – PROVÁVEL EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO EM IDADE ESCOLAR, POR GRUPOS ETÁRIOS, ENTRE 2021 E 2031	

(N.º).	51
QUADRO 24 – EVOLUÇÃO DAS FAMÍLIAS NAS FREGUESIAS DE ARMAMAR, COMPOSTAS POR FILHOS ATÉ AOS 25 ANOS, ENTRE OS ANOS DE 2011 E 2021 (N.º DE FAMÍLIAS).	53
QUADRO 26 – FAMÍLIAS NAS FREGUESIAS DE ARMAMAR, POR DIMENSÃO, NO ANO DE 2021 (N.º DE FAMÍLIAS).	53
QUADRO 27 – FAMÍLIAS NAS FREGUESIAS DE ARMAMAR, POR DIMENSÃO, NO ANO DE 2021 (%).	68
QUADRO 28 – FILHOS NOS NÚCLEOS FAMILIARES POR LOCAL DE RESIDÊNCIA E TIPO DE NÚCLEO FAMILIAR, EM 2021 (N.º).	68
QUADRO 29 – ESTRUTURAS FAMILIARES E SUA COMPOSIÇÃO, POR FREGUESIA, EM 2021 (N.º).	69
QUADRO 30 – ALOJAMENTOS OCUPADOS PELOS PROPRIETÁRIOS POR ESCALÃO DE ENCARGOS COM COMPRA EM ARMAMAR FACE AOS CONCELHOS LIMÍTROFES (N.º).	69
QUADRO 31 – DURAÇÃO MÉDIA DOS MOVIMENTOS PENDULARES DA POPULAÇÃO RESIDENTE OU ESTUDANTE POR LOCAL DE RESIDÊNCIA (2021) (MINUTOS (')).	72
QUADRO 32 – PROPORÇÃO DA POPULAÇÃO RESIDENTE QUE SAI E ENTRA NO CONCELHO POR LOCAL DE RESIDÊNCIA, EM 2021 (%)	74
QUADRO 33 – TAXA DE DESEMPREGO, POR FREGUESIA DO CONCELHO DE ARMAMAR, EM 2021 E 2011 (%).	74
QUADRO 34 – RELAÇÃO DE BENEFICIÁRIOS DO RMG, RSI E SD NO CONCELHO DE ARMAMAR, EM 2021 E 2011 (%).	75
QUADRO 35 – PROPORÇÃO DA POPULAÇÃO RESIDENTE COM 15 E MAIS ANOS DE IDADE SEM NENHUM NÍVEL DE ESCOLARIDADE COMPLETO POR FREGUESIA (N.º).	76
QUADRO 36 – TAXA DE ANALFABETISMO POR FREGUESIA E SEXO EM 2021 (%).	80
QUADRO 37 – PROPORÇÃO DA POPULAÇÃO RESIDENTE COM PELO MENOS O 3.º CICLO DE ENSINO BÁSICO COMPLETO, POR FREGUESIA E SEXO (%).	80
QUADRO 38 – PROPORÇÃO DA POPULAÇÃO RESIDENTE COM ENSINO SECUNDÁRIO COMPLETO, POR FREGUESIA E SEXO (%).	81
QUADRO 39 – PROPORÇÃO DA POPULAÇÃO RESIDENTE COM ENSINO SUPERIOR COMPLETO, POR FREGUESIA E SEXO (%).	81
QUADRO 40 – PROPORÇÃO DA POPULAÇÃO RESIDENTE COM IDADE ENTRE 18 E 24 ANOS COM PELO MENOS O ENSINO BÁSICO COMPLETO, POR FREGUESIA, EM 2021 (%).	82
QUADRO 41 – PROPORÇÃO DA POPULAÇÃO RESIDENTE COM IDADE ENTRE 20 E 24 ANOS COM PELO MENOS O ENSINO SECUNDÁRIO COMPLETO POR FREGUESIA, EM 2021 (%).	84
QUADRO 42 – PROPORÇÃO DA POPULAÇÃO RESIDENTE COM IDADE ENTRE 30 E 34 ANOS COM PELO MENOS O ENSINO SUPERIOR COMPLETO (%) POR FREGUESIA, EM 2021.	85
QUADRO 43 – POPULAÇÃO RESIDENTE DO SEXO FEMININO COM 15 E MAIS ANOS, TOTAL E POR NÍVEL DE ESCOLARIDADE COMPLETO MAIS ELEVADO (%).	85
QUADRO 44 – POPULAÇÃO RESIDENTE DO SEXO FEMININO COM 15 E MAIS ANOS, TOTAL E POR NÍVEL DE ESCOLARIDADE COMPLETO MAIS ELEVADO (N.º DE INDIVÍDUOS).	86
QUADRO 45 – POPULAÇÃO RESIDENTE DO SEXO MASCULINO COM 15 E MAIS ANOS, TOTAL E POR NÍVEL DE ESCOLARIDADE COMPLETO MAIS ELEVADO (%).	86
QUADRO 46 – POPULAÇÃO RESIDENTE DO SEXO MASCULINO COM 15 E MAIS ANOS, TOTAL E POR NÍVEL DE ESCOLARIDADE COMPLETO MAIS ELEVADO (N.º DE INDIVÍDUOS).	86
QUADRO 47 – TAXA BRUTA DE ESCOLARIZAÇÃO (%).	86
QUADRO 48 – TAXA REAL DE ESCOLARIZAÇÃO (%).	87
QUADRO 49 – POPULAÇÃO ATIVA EM 2021 (N.º).	88
QUADRO 50 – TAXA DE ATIVIDADE DA POPULAÇÃO RESIDENTE EM 2021 (%).	89
QUADRO 51 – DISTRIBUIÇÃO DA POPULAÇÃO EMPREGADA EM 2021 (%).	89
QUADRO 52 – DISTRIBUIÇÃO DA POPULAÇÃO EMPREGADA POR GRUPO ETÁRIO EM 2021.	90
QUADRO 53 – POPULAÇÃO EMPREGADA POR NÍVEL DE ESCOLARIDADE MAIS ELEVADA COMPLETO, MUNICÍPIOS LIMÍTROFES, 2021 (%).	90

QUADRO 54 – DISTRIBUIÇÃO DA POPULAÇÃO DESEMPREGADA POR GRUPO ETÁRIO, EM 2021.	94
QUADRO 55 – OFERTA EDUCATIVA PÚBLICA POR TIPOLOGIA E FREGUESIA NO ANO LETIVO 2022-2023.	100
QUADRO 56 – OFERTA EDUCATIVA PÚBLICA (ENSINO PRÉ-ESCOLAR) POR TIPOLOGIA E FREGUESIA NO ANO LETIVO 2022-2023.	102
QUADRO 57 – OFERTA EDUCATIVA PÚBLICA (1.ºCEB) POR TIPOLOGIA E FREGUESIA NO ANO LETIVO 2022-2023.	102
QUADRO 58 – OFERTA EDUCATIVA PÚBLICA (2.º E 3.º CEB) POR TIPOLOGIA E FREGUESIA NO ANO LETIVO 2022-2023.	102
QUADRO 59 – OFERTA EDUCATIVA PÚBLICA (ENSINO SECUNDÁRIO) POR TIPOLOGIA E FREGUESIA NO ANO LETIVO 2022-2023.	102
QUADRO 60 – OFERTA EDUCATIVA PÚBLICA E COMPLEMENTAR NO ANO LETIVO 2022-2023.	103
QUADRO 61 – COMPOSIÇÃO DOS SERVIÇOS NO ANO LETIVO 2022-2023.	104
QUADRO 62 – ELENCO DAS PRINCIPAIS ENTIDADES PROTOCOLADAS COM O AE GOMES TEIXEIRA, EM 2022-2023.	109
QUADRO 63 – DIAGNÓSTICO ESTRATÉGICO.	111
QUADRO 64 – COMPOSIÇÃO DOS SERVIÇOS NO ANO LETIVO 2022-2023.	113
QUADRO 65 – REPARTIÇÃO DAS SALAS DE AULA/ATIVIDADE DA OFERTA PÚBLICA.	138
QUADRO 66 – REPARTIÇÃO DOS ESPAÇOS NO JARDIM DE INFÂNCIA, 2023/24.	138
QUADRO 67 – REPARTIÇÃO DOS ESPAÇOS NA EB1 JOSÉ MANUEL DURÃO BARROSO, 2023/24.	139
QUADRO 68 – REPARTIÇÃO DOS ESPAÇOS NA ESCOLA BÁSICA E SECUNDÁRIA GOMES TEIXEIRA, ARMAMAR, 2023/24.	140
QUADRO 69 – REPARTIÇÃO DOS ESPAÇOS NA ESCOLA BÁSICA E SECUNDÁRIA GOMES TEIXEIRA, ARMAMAR, 2023/24.	143
QUADRO 70 – REPARTIÇÃO DOS ESPAÇOS NO JARDIM DE INFÂNCIA, 2023/24.	144
QUADRO 71 – PESSOAL AFETO AO JARDIM DE INFÂNCIA, 2023/24.	144
QUADRO 72 – NÚMERO DE ALUNOS INSCRITOS E MATRICULADOS NA OFERTA ESCOLAR PÚBLICA NO CONCELHO DE ARMAMAR, NO ANO LETIVO 2023-2024.	145
QUADRO 73 – NÚMERO DE TURMAS EXISTENTES POR NÍVEL NO ANO LETIVO 2023-2024.	146
QUADRO 74 – NÚMERO DE ALUNOS, DISTRIBUÍDOS POR TURMA, NO NÍVEL PRÉ-ESCOLAR, NO ANO 2023-2024.	146
QUADRO 75 – NÚMERO DE ALUNOS, DISTRIBUÍDOS POR TURMA, NO NÍVEL 1.ºCEB, NO ANO LETIVO 2023-2024.	147
QUADRO 76 – NÚMERO DE ALUNOS, DISTRIBUÍDOS POR TURMA E POR SEXO, NO NÍVEL 1.ºCEB, NO ANO LETIVO 2023-2024.	147
QUADRO 77 – NÚMERO DE ALUNOS, DISTRIBUÍDOS POR TURMA, NO NÍVEL 2.ºCEB, NO ANO 2023-2024.	147
QUADRO 78 – NÚMERO DE ALUNOS, DISTRIBUÍDOS POR TURMA E POR SEXO, NO NÍVEL 2.ºCEB, NO ANO 2023-2024.	148
QUADRO 79 – NÚMERO DE ALUNOS, DISTRIBUÍDOS POR TURMA, NO NÍVEL 3.ºCEB NO ANO 2023-2024.	149
QUADRO 80 – NÚMERO DE ALUNOS, DISTRIBUÍDOS POR TURMA E POR SEXO, NO NÍVEL 3.ºCEB NO ANO 2023-2024.	149
QUADRO 81 – NÚMERO DE ALUNOS, DISTRIBUÍDOS POR TURMA, NO NÍVEL 3.ºCEB NO ANO 2023-2024.	150
QUADRO 82 – NÚMERO DE ALUNOS, DISTRIBUÍDOS POR TURMA, NO NÍVEL 3.ºCEB NO ANO 2023-2024.	150
QUADRO 83 – NÚMERO DE ALUNOS INSCRITOS E MATRICULADOS NA OFERTA ESCOLAR PÚBLICA, ENTRE 2015 E 2023.	150
QUADRO 84 – EVOLUÇÃO DOS ALUNOS INSCRITOS E MATRICULADOS NO PRÉ-ESCOLAR, NO CONCELHO DE ARMAMAR, NO ANO LETIVO 2023-2024.	152
QUADRO 85 – EVOLUÇÃO DOS ALUNOS INSCRITOS E MATRICULADOS NO 1.º CEB, NO CONCELHO DE ARMAMAR, NO ANO LETIVO 2022-2023.	154
QUADRO 86 – EVOLUÇÃO DOS ALUNOS INSCRITOS E MATRICULADOS NO 2.º CEB, NO CONCELHO DE ARMAMAR, NO ANO LETIVO 2022-2023.	156
QUADRO 87 – EVOLUÇÃO DOS ALUNOS INSCRITOS E MATRICULADOS NO 3.º CEB, NO CONCELHO DE ARMAMAR, NO ANO LETIVO 2022-2023.	158
QUADRO 88 – ALUNOS INSCRITOS E MATRICULADOS NOS SERVIÇOS DE CRECHE NO ANO LETIVO 2023-2024	160
QUADRO 88 – EVOLUÇÃO DOS ALUNOS INSCRITOS E MATRICULADOS NO ENSINO SECUNDÁRIO, NO CONCELHO DE ARMAMAR, NO ANO LETIVO 2022-2023.	161
QUADRO 89 – PROJEÇÃO DA EVOLUÇÃO DOS ALUNOS, TOTAL DA OFERTA PÚBLICA, ENTRE 2022/23 E 2030/31 (N.º).	162

QUADRO 90 – DISTRIBUIÇÃO DOS ALUNOS NAS AAAF, EM 2023/24 (N.º).	165
QUADRO 91 – DISTRIBUIÇÃO DOS ALUNOS SUBSIDIADOS POR TURMA, NO 1.ºCEB, EM 2023/24 (N.º).	166
QUADRO 92 – DISTRIBUIÇÃO DOS ALUNOS SUBSIDIADOS POR TURMA, NO 2.ºCEB, EM 2023/24 (N.º).	168
QUADRO 93 – DISTRIBUIÇÃO DOS ALUNOS SUBSIDIADOS POR TURMA, NO 3.º CEB, EM 2023/24 (N.º).	169
QUADRO 94 – DISTRIBUIÇÃO DOS ALUNOS SUBSIDIADOS POR TURMA, NO ENSINO SECUNDÁRIO, EM 2023/24 (N.º).	171
QUADRO 95 – PREVISÃO DO NÚMERO DE ALUNOS A TRANSPORTAR NO ANO LETIVO 2023/24, JARDIM DE INFÂNCIA DE ARMAMAR (N.º)	180
QUADRO 96 – PREVISÃO DO NÚMERO DE ALUNOS A TRANSPORTAR NO ANO LETIVO 2023/24, ESCOLA BÁSICA JOSÉ MANUEL DURÃO BARROSO, ARMAMAR (N.º).	181
QUADRO 97 – PREVISÃO DO NÚMERO DE ALUNOS A TRANSPORTAR NO ANO LETIVO 2023/24, ESCOLA BÁSICA E SECUNDÁRIA GOMES TEIXEIRA, ARMAMAR, (N.º).	182
QUADRO 98 – PREVISÃO DO NÚMERO DE ALUNOS A TRANSPORTAR NO ANO LETIVO 2023/24, ESCOLA BÁSICA E SECUNDÁRIA GOMES TEIXEIRA, ARMAMAR, (N.º).	183
QUADRO 99 – NÚMERO DE ALUNOS COM MEDIDAS DE SUPORTE À APRENDIZAGEM E À INCLUSÃO, NO ANO LETIVO 2022/23.	190
QUADRO 100 – SUCESSO ESCOLAR DOS ALUNOS DO 1.ºCEB, EM 2021/22	216
QUADRO 101 – SUCESSO ESCOLAR DOS ALUNOS DO 2.ºCEB, EM 2021/22	217
QUADRO 102 – SUCESSO ESCOLAR DOS ALUNOS DO 3.ºCEB, EM 2021/22	217
QUADRO 103 – SUCESSO ESCOLAR DOS ALUNOS DO ENSINO SECUNDÁRIO, EM 2021/22	217
QUADRO 104 – TAXA DE SUCESSO ESCOLAR NO ENSINO BÁSICO E SECUNDÁRIO, ENTRE 2018/19 E 2021/23.	217
QUADRO 105 – RESULTADOS DE ACESSO AO ENSINO SUPERIOR.	218
QUADRO 106 – TAXA DE RETENÇÃO OU DESISTÊNCIA DOS ALUNOS MATRICULADOS NO ENSINO BÁSICO E ENSINO SECUNDÁRIO, POR ANO LETIVO E DE ESCOLARIDADE, EM ARMAMAR.	220
QUADRO 107 – TAXA DE TRANSIÇÃO/CONCLUSÃO (%), NÍVEL DE ENSINO, CICLO DE ESTUDOS, ANO DE ESCOLARIDADE, EM ARMAMAR.	221
QUADRO 108 - TAXA DE TRANSIÇÃO/CONCLUSÃO (%), NÍVEL DE ENSINO, CICLO DE ESTUDOS, ANO DE ESCOLARIDADE, EM ARMAMAR.	222
QUADRO 109 - TAXA DE TRANSIÇÃO/CONCLUSÃO (%), NÍVEL DE ENSINO, CICLO DE ESTUDOS, ANO DE ESCOLARIDADE, EM ARMAMAR.	223
QUADRO 110 - TAXA DE TRANSIÇÃO/CONCLUSÃO (%), NÍVEL DE ENSINO, CICLO DE ESTUDOS, ANO DE ESCOLARIDADE, EM ARMAMAR.	223
QUADRO 111 – PRINCIPAIS PROPOSTAS/PRIORIDADES ESTRATÉGICAS PARA A OFERTA EDUCATIVA/FORMATIVA E DE DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO E SOCIAL, EM ARMAMAR.	235

13. FONTES, BIBLIOGRAFIA GERAL E ESPECÍFICA.

FONTES

Decreto-Lei n.º 72/2015, de 11 de maio, Diário da República, n.º 90, I Série;
Decreto-lei n.º 75/2008, de 22 de abril, Diário da República, n.º 79, I Série;
Decreto-Lei n.º 7/2003, de 15 de janeiro, Diário da República, n.º 12, I Série - A;
Despacho n.º 5634-F/2012, de 26 de abril, Diário da República, n.º 82, II Série;
Lei n.º 6/2012, de 10 de fevereiro, Diário da República, n.º 30, I Série;
Lei n.º 75/2003, de 12 de setembro, Diário da República, n.º 176, I Série;
Lei n.º 41/2003, de 22 de agosto, Diário da República, n.º 193, I Série - A;
Lei n.º 46/86, de 14 de outubro, Diário da República, n.º 237, I Série;
Portaria n.º 1181/2010, de 16 de novembro, Diário da República, n.º 222, I Série;
Resolução do Conselho de Ministros n.º 44/2010, de 14 de junho, Diário da República, n.º 113, I Série.

Instituto Nacional de Estatística
<http://www.ine.pt>

BIBLIOGRAFIA GERAL E ESPECÍFICA

Cordeiro, A. M. R., Alcoforado, L. & Ferreira, A. G. (2011/12). "Projeto Educativo Local. Um processo associado a estratégias de desenvolvimento integrado e sustentado." In *Cadernos de Geografia*, 30-31, pp. 305-315;

Cordeiro, A. M. R., Alcoforado, L. & Paredes, L. (2013). "A territorialização da educação e a importância do ambiente na construção de um Projeto Educativo Local." *Atas da 10.ª Conferência Nacional do Ambiente*, Universidade de Aveiro.

Cordeiro, A. M. Rochette & Martins, H. A. (2013). "A Carta Educativa Municipal como instrumento estratégico de reorganização da rede educativa: tendências de mudança." In *Cadernos de Geografia*, 32, pp. 339-356;

Cordeiro, A. M. Rochette (2014). "O lugar dos municípios no planeamento e gestão da rede escolar em Portugal." In M. L. Rodrigues (coord.). *40 Anos de Políticas de Educação em Portugal: A Construção do Sistema Democrático de Ensino*. Coimbra: Almedina, pp. 421-444.

Cordeiro, A. M. Rochette, Martins, H. A. & Ferreira, A. G. (2014). "As cartas educativas municipais e o reordenamento da rede escolar no Centro de Portugal: das condições demográficas às decisões políticas." In *Revista Ensaio*, 22(84), pp. 581-607;

Costa, D. & Barbosa, D (2002). *A Carta Educativa como instrumento de planeamento e gestão*. GEolNoVA 5, 187-204;

ONU (1948). *Declaração Universal dos Direitos do Homem*;

Ministério da Educação, Departamento de Avaliação Prospectiva e Planeamento, (2000) - Manual para a Elaboração da Carta Educativa.

Ministério da Educação, (2021) - *Guia para a Elaboração da Carta Educativa*.

Ministério da Educação, Departamento de Avaliação Prospektiva e Planeamento, (2000) – Critérios de Reordenamento da Rede Educativa.

Conselho Nacional de Educação, (2011) – Recomendação nº 4: Recomendação sobre reordenamento da rede escolar: a dimensão das escolas e a constituição de agrupamentos.

Santos, L., Cordeiro, A. M. Rochette & Alcoforado, L. (2014). "O novo paradigma do planeamento da rede educativa: do planeamento pela oferta ao planeamento pela procura." In A. M. Rochette Cordeiro, L. Alcoforado & A. G. Ferreira (coords.). *Territórios, Comunidades Educadoras e Desenvolvimento Sustentável*, Coimbra: DG-FLUC, pp. 57-67.

Santos, L., Barros, C., Gama, R. & Cordeiro, A. M. R. (2016). "Projeções da população em idade escolar e planeamento de equipamentos educativos." In Mendes, M. F., Malheiros, J., Clemente, S., Baptista, M. I., Pintassilgo, S., Ribeiro, F., Tomé, L. P. & Câmara, S. B. (orgs.). *Atas do V Congresso Português de Demografia*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, pp. 185-200.

UNESCO (1990). *Declaração Mundial sobre Educação para Todos: satisfação das necessidades básicas de aprendizagem*, Jomtien;

Villar, M. (2007). *A Cidade Educadora. Nova perspetiva da organização e intervenção municipal*. Lisboa: Instituto Piaget.